



A METAMORFOSE INCONCLUSA

Transição capitalista e construção do Estado
burguês no Brasil

Um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes





Reitor

Vilmar Thomé

Vice-Reitor

Eltor Breunig

Pró-Reitora de Graduação

Carmen Lúcia de Lima Helfer

Pró-Reitor de Pesquisa
e Pós-Graduação

Rogério Leandro Lima da Silveira

Pró-Reitor de Administração

Jaime Laufer

Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional

João Pedro Schmidt

Pró-Reitora de Extensão
e Relações Comunitárias

Ana Luisa Teixeira de Menezes

EDITORA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Rogério Leandro Lima da Silveira

Ademir Müller

Cristina Luisa Eick

Eunice Terezinha Piazza Gay

Mônica Pons

Valter de Almeida Freitas

Sérgio Schaefer



Av. Independência, 2293

96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS

Fones: (51) 3717 7462, (51) 3717 7461 - Fax: (51) 3717 7402

E-mail: editora@unisc.br

<http://www.unisc.br>



Carlos Águedo Paiva

A METAMORFOSE INCONCLUSA

Transição capitalista e construção do Estado
burguês no Brasil

Um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2012



© Copyright: *Carlos Águedo Paiva*
1ª edição 2012
Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: *Clarice Agnes, Ubiratan de Carvalho*
Capa: *Denis Ricardo Puhl (Assessoria de Comunicação e Marketing)*
Revisão Técnica: *Cristiano Sehn*

O presente trabalho foi realizado com o apoio do IPEA, entidade do governo brasileiro voltada para a pesquisa e desenvolvimento.

P149m Paiva, Carlos Águedo

A metamorfose inconclusa : transição capitalista e construção do estado burguês no Brasil : um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes / Carlos Águedo Paiva. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2012.
414 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7578-331-3

1. Fernandes, Florestan - Crítica e interpretação. 2. Capitalismo. 3. Brasil - História. I. Título.

CDD: 330.122

Bibliotecária : Luciana Mota Abrão - CRB 10/2053



Para as três mulheres da minha vida:
para Lizia, minha mãe;
para Gláucia, mãe dos meus filhos;
para Isadora, minha filha.







A história, uma vez aberta ao dinamismo, não contempla atos gratuitos e inconsequentes - ela devora, segundo uma ideia que seria cara a Hegel, homens e instituições.

Os Donos do Poder
Raymundo Faoro





SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<i>Cláudio F. Accurso</i>	11
APRESENTAÇÃO	
<i>Luiz Roberto Pecoits Targa</i>	25
INTRODUÇÃO	27

PRIMEIRA PARTE O MÉTODO - SEM MEDO DA CONTRADIÇÃO

1 MARXISMO E SOCIOLOGIA: DO ECLETISMO AUTOCRÍTICO À SUPERAÇÃO OBJETIVA DO ECLETISMO	38
2 FLORESTAN E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: EM BUSCA DA SUPERAÇÃO PELA SÍNTESE	69
3 CAPITALISMO E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: NA PERSPECTIVA DA LÓGICA DO TEMPO E DA ESSÊNCIA	80
3.1 Capitalismo e pré-capitalismo no Brasil	80
3.2 Revolução e contrarrevolução na transição brasileira para o capitalismo	97
4 IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: NA PERSPECTIVA DA DIALÉTICA ENTRE O TODO E SUAS PARTES	113
4.1 Introdução: para a crítica da crítica à teoria da dependência em Florestan Fernandes	113
4.2 Sobre os fundamentos da teoria da dependência em Florestan Fernandes	128

SEGUNDA PARTE
A HISTÓRIA - EM BUSCA DO TEMPO PRESENTE

5 A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL	144
6 A ERA COLONIAL	166
6.1 Os fundamentos materiais do Antigo Sistema Colonial	166
6.2 A economia e a sociedade coloniais brasileiras	176
6.3 A crise da Era Colonial	200
7 A ERA NEOCOLONIAL	207
7.1 Emergência e consolidação da Era Neocolonial	207
7.2 Dinâmica e crise da Era Neocolonial	235
8 A ERA CAPITALISTA DEPENDENTE	259
8.1 A transição para a Era Capitalista Dependente e o desencadeamento da (contra) revolução burguesa	259
8.2 Desenvolvimento e crise da etapa competitiva do capitalismo dependente no Brasil	283
8.2.1 Considerações iniciais	283
8.2.2 O padrão competitivo dependente de desenvolvimento capitalista e seus limites: uma interpretação da leitura de Florestan Fernandes	296
8.3 A etapa monopolista do capitalismo dependente e o desenvolvimento da autocracia burguesa no Brasil	316
8.3.1 A opção pelo desenvolvimento associado e a emergência do capitalismo monopolista	316
8.3.2 Contradições do capitalismo monopolista dependente e a transição para a autocracia burguesa aberta	327
8.3.3 Desenvolvimento e crise do capitalismo monopolista dependente sob autocracia burguesa aberta	342
CONCLUSÃO	367
NOTAS	372
REFERÊNCIAS	399©

PREFÁCIO

Uma questão essencial a ser discutida hoje (e sempre) no Brasil e que interessa a todos diz respeito à sociedade que estamos construindo. O trabalho cotidiano de milhões de brasileiros, as emergências diárias de política econômica, os problemas de ordem política, econômica, social e ecológica dizem respeito apenas à superação de desafios do dia a dia ou envolvem linhas mais profundas de modelação de uma sociedade pensada e projetada como desejável? Essa é uma indagação inadiável pela simples razão de que, se ao longo de séculos não tivemos condições de construir uma sociedade melhor, mais justa, menos pobre e menos desigual, o que nos assegurará que seremos capazes de fazê-lo daqui para frente? O presente de hoje é o futuro de ontem, quando esperávamos uma realidade sem os constrangimentos, as carências e as insuficiências de toda ordem, que afrontam direitos mínimos para um viver de todos com dignidade. E agora, quando se joga para o futuro os sonhos inalcançados, há alguma coisa de convicção e seriedade na semeadura de esperanças ou é pura e simples fuga e anestesia das asperezas infindáveis?

Essa indagação essencial tem sido evitada, não se sabe se por conveniência, por inconsciência, por ignorância ou por misticismo. No jogo dos interesses sociais, é impossível todos perderem, porque frente a uma tal circunstância haveria uma imediata reorganização dos dados do problema comum, a fim de ser encontrada alguma solução. O impasse social é a única coisa impossível de permanecer. Não há jogo quando todos perdem e é justamente isso que leva a pensar que, por não estarem todos perdendo, o subdesenvolvimento não se vence. Assim, haveria conveniência de não se discutir os resultados finais do próprio jogo, especialmente quando se sabe que muitos continuarão perdendo.

A inconsciência pode também responder por esse desinteresse na indagação de para onde estamos indo ou sobre o que estamos construindo. Inconsciência não é nada mais do que alienação, em que a fantasia e a retórica ocupam o lugar da realidade. Isso não

implica posições adrede assumidas por comodidade intencional, mas a real incapacidade de apreendê-la e de ponderar sua relatividade dentro do universo em que se insere.

No Brasil, dois fatores se destacam na sustentação dessa inconsciência. O primeiro corresponde à grandeza de certas ações ou realizações, onde o valor absoluto obscurece a pequenez relativa. Não podemos negar as inúmeras iniciativas de grande vulto e em vários setores tomadas ao longo de décadas e o que as mesmas significaram de modernização e avanço de certos segmentos da vida brasileira. São essas realizações de valor intrínseco inquestionável que impedem uma visão crítica através delas. Funcionam como anteparos dos horizontes onde se quer chegar, bloqueando a aferição de seu significado relativo. O segundo fator se relaciona ao valor que uma determinada protagonização atribui a si mesma, quando o próprio juízo social não se manifesta em sua plenitude. A visão de mundo de uns passa a ser a pretensa visão de mundo de todos e, por isso, perde-se socialmente um dos mecanismos capazes de formar consciência. O que se domina é a realidade sensorial e quase nada da realidade abstrata, síntese, que exige instrumental teórico para alcançá-la. O Poder e a Mídia fazem a primeira e, portanto, propõem a consciência dominante e as justificativas para as acomodações seguras.

A ignorância geral concorre também para a falta de consciência sobre a realidade, mas também atua autonomamente como elemento bloqueador de interrogações profundas sobre o próprio existir. Até mesmo dentro das margens estabelecidas pelas conveniências prevaletentes ou pela consciência homologada há campos expressivos que não são explorados ou o são negligentemente. Diariamente essa ignorância se manifesta nas mínimas coisas, mostrando que, se há inaptidões para elas, o que se dirá para as coisas que já não são mínimas. Onde essa ignorância mais prejudica é nas esferas decisórias da Nação, porque é nelas que se imprimem as regras mais generalizáveis e imperativas. Sobretudo o desconhecimento da história, das viabilidades técnicas, das potencialidades institucionais e das interdependências sistêmicas em suas relações temporais, além das limitações quantitativas e qualitativas do estoque de decisões na própria esfera deliberativa,

restringem as indagações fora do imediatismo conflituoso dos fatos a resolver. Não por acaso o que desejamos e enunciamos é formalmente questionado pelo que resulta das decisões desencadeadas, gerando tanto euforia quanto decepção a respeito dos sucessos ocorridos. A tanto chegamos nesse terreno que pragmatismo virou princípio de política econômica numa demonstração inequívoca da superficialidade no encaminhamento das questões nacionais. Há uma generalizada confusão entre o que é fim e o que é meio, entre o que vem antes e o que vem depois, entre o que é principal e o que é secundário, o que é causa de o que é efeito. Dentro de um quadro geral de despreparo, de abordagens equivocadas e de encaminhamentos contraditórios, o dia a dia se torna absorvente e sequer há lugar para indagações sobre o “depois de amanhã”.

O pensar e o fazer exigem conhecimento pelo menos para lhes dar acabamento operacional e efetividade satisfatória. Porém, num contexto de má escolaridade e pouca frequência prevalece o ânimo sem potência e a audácia substituindo a inteligência, que faz da esperteza moeda de circulação triunfante. Mesmo quando sobrelevam as boas intenções, os enunciados se tornam sem calado e os resultados sempre aleatórios. Os planos não cumpridos falam por si mesmos e é bom não esquecermos que a América Latina é um mar de planos encalhados. O Brasil é diferente?

Como que envolvendo tudo isso há uma atitude mística a respeito do futuro, uma espécie de fé religiosa de que tudo dará certo, ainda que se disponha de meios técnico-científicos para avaliar essa perspectiva. O apelo à transcendência é no mínimo desconfiança na obra dos homens, mas também é certeza de que um poder maior, afinal, contemplará os que apenas vendem seu trabalho. Fazemos planos, somos pragmáticos e, finalmente, aguardamos misticamente que o somatório de expedientes diários dê como resultado um Brasil com que todos sonhamos.

Nota-se no Brasil uma recusa permanente de discutir o essencial, numa demonstração evidente de anania mental e intelectual. Sob os mais variados argumentos, fugimos de debater rumos, tendências, relações e custos sociais como se isso não fosse importante para a fixação de uma imagem-objetivo. Há um medo

difundido de indagar e especular sobre o futuro como se esse, afinal, não fosse inevitável. Projetamos o mundo a partir de nós com nosso otimismo ou pessimismo e não como ele é e se comporta. Facilmente, por isso terminamos divididos entre os que creem e os que não creem, entre os que gostam e os que não gostam, entre os que apostam e os que não apostam.

Uma análise crítica desse quadro necessariamente conclui pela irrelevância de grande parte do que se debate e pela incerteza da maioria das ações postas em prática. Não que os debates e as ações sejam de menor valor em si mesmos, mas como estão sendo encaminhados mais parecem uma casa construída sem planta. É isso, precisamente isso, que constitui o âmago da questão nacional que deve ser examinada à exaustão para que afinal se logre um norte e uma convicção objetiva.

Os partidos políticos, porta-vozes da cidadania, não se distinguem com seus programas de generalidades, e sim por suas ações pragmáticas. Com elas, contudo, não se descortina futuros, não só por suas especificidades e fragmentos temporais como por suas impermanências emergenciais de cada momento e influências de personalidades e grupos de poder. Nos momentos de prosperidade, há um generalizado euforismo e as explicações mais variadas quanto às suas causas, pontificando, contudo, os méritos dos eventuais ocupantes dos mais elevados cargos públicos. Isso é natural no desejo e na necessidade de capitalizar-se politicamente todo sucesso, uma vez que se busca coligar o poder com a vontade popular, em busca sempre de sucesso eleitoral.

Nos momentos de depressão e estagnação, as explicações também são variadas, mas pelas mesmas razões de natureza política e por considerações de ordem pessoal, os deméritos da situação não mais são atribuídos aos ocupantes de cargos públicos e sim a circunstâncias incontrolláveis e até mesmo exógenas no que se refere às variáveis que antes apresentavam estar sob controle. Não deixa de ser estranho esse modo de interpretar o processo socioeconômico, onde, às vezes, são as circunstâncias responsáveis pelos desempenhos. Passa-se do pessoal ao impessoal num passe de mágica; de princípios erigidos como bandeira a fatos objetivos; de posições altaneiras frente ao mundo para posições realistas a

partir do mundo tal como se apresenta.

De qualquer modo, permanece de pé, desafiando a inteligência de um povo, a questão colocada inicialmente, qual seja, para onde vamos ou o que estamos construindo realmente. Qualquer governo pode ganhar as eleições como também pode perdê-las, mas uma ou outra situação não significa resposta à referida questão, uma vez que ela não foi ainda apresentada sem as roupagens da conveniência, da inconsciência, da ignorância ou do misticismo. Fora de uma realidade totalizada ou pelo menos sem referência a ela, os fatos particulares ganharão primeiro plano e sugerirão atitudes e expectativas corretas ou não em relação à mesma realidade.

Frente a essa ausência de indagação sobre nosso futuro, caberia a pergunta: qual a importância da mesma que, afinal, a grande maioria se dispensa, preocupada maiormente com o crescimento em si? Os noticiários sempre se referem ao crescimento do PIB, e o tamanho de sua taxa estabelece a fronteira entre a alegria e o otimismo e entre a tristeza e o pessimismo. A taxa do PIB se basta para o norte nacional, pondo muita esperança no futuro, mais do que na loteria e nos partidos de oposição que têm solução para tudo. Pelo menos duas questões se colocam como marcos para reflexões responsáveis. A primeira diz respeito ao atraso em si, cujo desenvolvimento secular não o supera nem o vence. A segunda se refere ao atraso desnecessário, cuja permanência de parâmetros configura mais uma escolha do que uma imposição invencível. Este livro traz muitas luzes sobre o que parece ser uma imposição histórica, embora não seja praga divina.

Sobre o atraso em si, cabe lembrar os séculos de colonialismo de exploração e de escravidão, com os excedentes econômicos capitalizados fora do País e os valores e privilégios à margem do trabalho, moldando uma cultura de subordinação, de um lado, e de aviltamento humano, de outro. Uma nação que se faz sem amálgamas que permitam sua individualidade para si, mas em si para os outros. A burguesia nacional, quando ascende, já se faz compartilhada com fortes resíduos coloniais e com tutela externa até como salvaguarda de suas debilidades nascentes. Trata-se assim de uma nação que traz em seu leito o conservadorismo dos fracos para a modelagem do novo que lhe resplandece de fora como insinuação de seu vir a

ser.

Em que pesem todas as dificuldades de seu acontecer, o Brasil cresceu, se diversificou, se urbanizou, criou um poderoso parque industrial, se fizeram universidades, pessoal científico em todos os campos, quadros técnicos da melhor qualidade, empreendedores de múltiplas iniciativas e até não deixou de contar com “milagres” para, ao final, construir um PIB maior do que o da Inglaterra. Que bom! Só que também, ao final, não venceu a pobreza constrangedora de milhões de pessoas, a educação medíocre das maiorias, o atendimento da saúde pública dentro de padrões aceitáveis, as moradias precárias rurais e dos anéis urbanos, a insalubridade e a falta de saneamento em geral, numa clara evolução de ponderável exclusão traduzida por indicadores sociais que não só refletem a baixa renda “per capita” como uma brutal concentração da Renda nacional. Dir-se-á que o tempo haverá de corrigir todas essas deformidades, numa clara lembrança das conveniências, da inconsciência, da ignorância ou do misticismo com que são lidas pela população e seus representantes. É importante considerar que todos os indicadores desse cenário evoluíram positivamente, com exceção do que se refere à distribuição da renda tomada no longo prazo, o que aponta para uma bipolarização imutável.

No que se refere às polarizações internacionais, os blocos de países tampouco se modificam no longo prazo dentro da estrutura classificada em núcleo orgânico, semiperiferia e periferia, hierarquizada pelas riquezas ou rendas “per capita” acumuladas comparadas entre si. Giovanni Arrighi (“A Ilusão do Desenvolvimento”, 1997), estudando a distribuição da riqueza (renda de longo prazo), mostra que ela é mais estável no longo prazo do que a distribuição de renda de curto prazo e que, quando se descortina alguma ascensão, não passa de um movimento pendular “que traz as coisas de volta onde estavam”. “Quando a poeira se assenta, os verdadeiros casos de avanço econômico provam ser exceção, ao passo que a ideia de que muitos estavam avançando prova ter sido uma ilusão” (p. 227). O Brasil continua na semiperiferia com todos os avanços que registrou.

O que significa essa estabilidade de posições de longo prazo?

Significa jamais podermos usufruir os padrões de bem-estar dos países de vanguarda e sequer superarmos as desigualdades que estigmatizam e envergonham nosso fazer histórico, acompanhando nosso processo de acumulação de capital. Transpomos para nosso subdesenvolvimento padrões de consumo que só se sustentam porque são para parcela de população que conjuga a baixa produtividade de todos com a concentração de renda sobre a outra parcela. Não por acaso mais de quarenta por cento dos últimos oitenta anos imperaram ditaduras no Brasil, evidenciando a força das minorias que modelam o País que existe e que se reproduz desse modo. Quando não são ditaduras, são inflações que asseguram transferências caudalosas para o não assalariado, mostrando que a democracia não é impeditiva de desigualdades, tendo capacidade inclusive de fazer coisas que a própria ditadura não logrou.

Há ainda uma questão de fundo a redundar no subdesenvolvimento conhecido. Trata-se das diferenças de produtividade entre o núcleo orgânico e a semiperiferia. Como essas diferenças também não vêm diminuindo e a tendência é de até aumentarem, face às diferenças de oferta de trabalho, as transferências dos padrões de consumo deverão ser sustentadas com a mesma ou maior desigualdade na semiperiferia, tendência que se agravará se os padrões transplantados vierem de momentos de menor jornada de trabalho. Isso fortalece a linearidade do desenvolvimento conhecido e a menor disposição para mudanças qualitativas no processo em moda. Por essas razões, vemos que a simples satisfação pelo crescimento do PIB mais do que justifica a pergunta sobre o nosso futuro se o desejo é de fato o de vencermos nosso atraso.

Outra questão colocada é sobre o “atraso desnecessário”, no entendimento de outras possibilidades para vencer o oceano que separa um país da semiperiferia em relação ao bloco orgânico do capitalismo. O atraso, na verdade, deve ser aferido em termos de produtividade, pois é ela que mede o grau de acumulação realizado e a capacidade produtiva instalada por homem. Pois bem, a nossa produtividade comparada à que ostenta o bloco hegemônico é, na melhor das hipóteses, de quarenta por cento, aproximadamente a mesma diferença da renda “per capita”. Se crescermos à mesma

taxa dele, não vamos igualá-lo nunca; se crescermos com o dobro da taxa do bloco hegemônico, coisa pouco esperada, digamos 2% e 1%, respectivamente, será necessário quase um século (93 anos) para alcançá-lo. Se a diferença de taxa for de cinquenta por cento a nosso favor, só alcançaremos o bloco hegemônico em 186 anos. A Europa dos onze Estados mais desenvolvidos, por exemplo, em nenhum momento do período 1960-98 teve sua produtividade crescendo menos que 2%, tendo até registrado em alguns anos, como 1960-73, 5,3%. O Brasil, no período 1970-2009, não teve aumento de produtividade, crescendo apenas por incorporação de mão de obra. Podemos assim nos contentar com um atraso de no mínimo cem anos e daí para mais.

Ora, cem anos envolvem pelo menos duas Revoluções Tecnológicas, isto é, dois patamares de profundas inovações nos processos, nos produtos e nos insumos de produção que deram suporte às conquistas de bem-estar e de avanços científicos e técnicos do mundo moderno. As Revoluções sempre foram saídas de longo prazo para o processo de crescimento e de acumulação do capital, bem como para novos horizontes de ascensos e de realizações sociais. Olhando-se de um país semiperiférico, o atraso de hoje não necessita de nenhuma Revolução para ganhar patamares resgatadores, pois as inovações necessárias se encontram nas prateleiras internacionais aguardando mãos ambiciosas e acolhedoras. Pela disponibilidade dessa fronteira tecnológica, o atraso tem a grande vantagem de se dispensar de quaisquer revoluções para ser vencido, recaindo exclusivamente nas relações socioeconômicas que o presidem as razões de sua permanência. As economias avançadas não podem dizer o mesmo, porque sua fronteira nem sempre oferece oportunidades de aproveitamento. Os países periféricos tampouco podem fazê-lo, porque se acham numa etapa muito primária de acumulação sem os suportes de toda natureza para tanto. Entretanto, países como o Brasil vegetam em produtividades muito baixas, dispendo de toda uma fronteira tecnológica à sua frente que em poucos anos mudaria sua história. O retrato vivo do Brasil é o do cidadão, tão comum nas grandes cidades, que, puxando um carro de papéis para reciclagem, fala ao mesmo tempo num celular. Esse, parece, ameniza a tração pré-animal, testemunhando que o progresso chegou...

Todas essas considerações se justificam para enfatizar a importância da obra de Florestan Fernandes, neste livro oportuno e útil de Carlos Paiva, reapresentada, analisada e teoricamente ampliada para uma leitura mais fluida e melhor entendida dos ensinamentos do grande mestre. Oportuno sem dúvida para a retomada interpretativa do Brasil, trazendo para primeiro plano as relações de classe que estão atrás dos interesses que movem os fatos. Ao se perder de vista essas relações, confere-se aos fatos um ânimo independente, mas ao mesmo tempo aleatório, dando a impressão de uma variabilidade menos acessível à sua inteligência e aos instrumentos analíticos disponíveis. Se são os interesses em jogo que dão movimento às coisas, sem eles como entendê-las?

O jogo de interesses não se dá num campo pacífico e harmonioso, mas nos antagonismos inerentes à disputa pelo que é limitado, no caso o excedente econômico. Nessa disputa, prevalece quem tem vantagem decisória nas operações de sua produção e de sua repartição. Ora, história é processo com protagonistas em posições alternadas, mas é também consequência de estruturas determinadas por sua origem. O Brasil, colônia de exploração, continuou dependente do exterior mesmo como Estado independente monárquico ou republicano. Dependente significa condicionado em seu porvir por não comandar setores produtivos, canais comerciais e de financiamentos importantes em sua economia, como também não decidir contrariando esses mesmos interesses externos. Em último recurso sempre há o argumento militar, como em 1964, a reviver as origens coloniais indescartáveis com facilidade.

Com dois polos de poder coube ao Estado regular sua existência e ganhar corpo próprio para instrumentar a mediação necessária. Mediação de poucas certezas e indefinidos propósitos, primeiro, como jogo do próprio Estado no papel de representar as manifestações eleitorais, e segundo, por seu poder formal frente ao poder efetivo dos interesses econômicos. Essas incertezas e indefinições vêm da composição do poder como um todo, em que a inexistência de um querer dominante torna precária e de curto prazo qualquer linha de “performance”. O polo interno, constituído mais por indução externa, mostra-se conforme a uma ordem em que suas possibilidades de burguesia nacional não ganham plenitude,

classe submetida a um compartilhamento com interesses sociais vetustos e conservadores que permaneceram no trânsito histórico com pouca força própria. Esse compartilhamento é sustentado e conveniente pelo polo externo, porque é garantia de manutenção do “status quo”. Por outro lado, esses interesses externos também são proteção nos confrontos (remotos, é verdade) com a classe trabalhadora por maior participação na Renda.

O reencontro com essa rica interpretação de Florestan Fernandes, tão bem exposta e comentada criticamente neste livro, oferece elementos para entendermos a tábua do Estado brasileiro na condução da acumulação do capital em nosso país, com suas vacilações, avanços e recuos, sem convicções somente possíveis com interesses claramente hegemônicos. Como preposto de interesses tão variados como concorrentes entre si, sua regulação se faz com políticas de confete, onde o contentar a todos apenas revela sua natureza híbrida. Essa é uma situação que obriga a refletir sobre o futuro mesmo que dentro de outras alternativas que o trilema sugerido por Florestan Fernandes: subcapitalismo, socialismo ou capitalismo avançado, para que ao menos saibamos para onde vamos ou para onde é possível ir. Se não alcançarmos compreender a conjugação de forças que nos conduzem, caímos no de sempre, na lógica dos fatos sem sujeito. Se não houver mudanças na estrutura do poder atual, de um país dependente, há pouca probabilidade de fugir da linearidade conhecida, Essa estrutura, contudo, é um produto histórico, portanto mutável, o que não quer dizer de resultados diferentes.

De qualquer modo, o mercado, apesar da oligopolização da economia mundial e das intervenções de política econômica, ainda comanda as oportunidades de investimento, e os interesses não estão desatentos às mesmas. A divisão de trabalho entre centro e periferia estará bastante influenciada pela crise no centro hegemônico e pelo custo da mão de obra na periferia. Isso pode influenciar uma nova divisão de trabalho e descentralização na acumulação de capital. Pode influenciar, mas não pode trocar as posições, até porque a inviabilidade do capitalismo no núcleo orgânico é a inviabilidade do capitalismo como sistema, uma vez que nele se situa a maior capacidade produtiva e a maior capacidade de compra. Como

substituí-las? A crise pode ter feição financeira, mas sua solução reside na economia produtiva que, afinal, é a base de tudo: de quem vende, de quem compra e de quem financia. Se o capitalismo se inviabiliza no centro, não há como imaginar sua restauração plena na periferia, pois seu vazio só pode dar início a uma economia superior em “performances” e resultados, o que tornaria improvável a sobrevivência de seus retalhos na periferia. Qualquer especulação sobre a periferia passa necessariamente pelo comportamento a seguir pelo núcleo orgânico.

Assim, se os condicionantes externos não mudam, é a partir deles que se desenha a busca de perspectiva. O que são as economias nacionais periféricas para os investimentos do núcleo orgânico? Pode-se resumir em: 1) fontes de exportações com base em seus recursos naturais de baixa densidade econômica; 2) industrialização voltada para exportação com base no baixo custo da mão de obra; 3) industrialização com vistas a seus mercados internos não alcançáveis por suas próprias exportações face à limitada capacidade de importar; 4) toda gama de serviços de alguma escala, especialmente os de alta tecnologia, como energia, gás, transporte, comunicações e consultoria de toda ordem; 5) financiamentos públicos e privados. Não há nada que indique o menor interesse desses investimentos na expansão dos mercados periféricos, embora prioritariamente sempre estejam as suas exportações para os mesmos.

Então, se os investimentos externos não limitam a expansão dos mercados periféricos, são os próprios mercados que limitam e tolhem seus impulsos, porque a partir da capacidade de importar tudo está livre para a produção interna. Essa limitação de mercado vale também para os investidores internos, embora, é claro, com sua menor capacidade financeira. Ainda que essa maneira de ver a questão comporte maior aprofundamento e análise mais rigorosa, é graças às questões abordadas neste livro, em que é recolocada a matéria da dependência como essencial, que se descortinam ângulos pouco explorados de nossas possibilidades, quebrando o paradigma seguido até aqui.

Além dos recursos naturais, o baixo custo do trabalho é que torna indissociável a unidade entre os poderes internos e externos. Ele é fundamental para a atividade exportadora, desde sempre em

mãos externas, garantidora não só de insumos e produtos valiosos para o núcleo orgânico como também estratégica para os retornos dos lucros, juros, amortizações e de toda a transferência unilateral de recursos. Por sua vez, o baixo custo-trabalho favorece o crescimento com menor capital e baixa produtividade. A inconveniência do mercado que guarda pouco vigor é compensada com a concentração de renda que dá suporte ao transplante de padrões de consumo do núcleo orgânico, de uma economia com renda “per capita” três vezes maior. Por isso, o Estado semiperiférico nessa estrutura de poder, em sua ação regulatória, antes de mais nada, tem por objetivo: 1) preservar as extremas desigualdades de classe na distribuição da riqueza pessoal no interior de seu território; 2) desempenhar funções subordinadas nos processos globais de acumulação do capital (ARRIGHI, p.234).

As distâncias socioeconômicas internas e externas não se alteram dentro das atuais relações de poder, testemunhadas desde logo pela estabilidade secular conhecida. A quartelada de 1964 e a ditadura estabelecida forjaram uma reação contra a burguesia nacional em busca de maior espaço e não contra um movimento de esquerda como foi proclamado para bloquear adesão popular. Nenhuma das reformas pretendidas pelo governo levaria ao socialismo, o que põe em evidência a sólida unidade que estrutura o poder atual e seu conservadorismo. Conservadorismo que dá uma ideia dos poucos graus de liberdade com que conta a nação para o exercício de políticas, como mostram os fatos posteriores, especialmente os relacionados com o neoliberalismo do Consenso de Washington, que em nada favoreceram a burguesia nacional e ainda cortaram direitos da classe trabalhadora com os sofismas da “flexibilização”.

A consciência das realidades econômica e política pode abrir pelo processo democrático novas perspectivas, em que a vontade da maioria imponha, sem ferir a relação capitalista de produção, avanços econômicos baseados na fronteira tecnológica à nossa disposição. Seria o caminho para o capitalismo avançado só possível com o protagonismo do trabalho muito mais incisivo do que até aqui, única força social com capacidade de romper a estrutura de poder atual. Romper sem desfazer a relação capitalista, impondo, porém, seus interesses – que são da maioria – na repartição de um

potencial extraordinário não utilizado.

Um protagonista qualitativamente novo só pode surgir com acentuada e sistemática valorização do trabalho, resgatando seu passado de marginalidade e pobreza. Só que a abundância relativa da força de trabalho impede qualquer processo espontâneo e de autopropulsão, o que coloca a gestão democrática do povo brasileiro – o Estado – como instrumento indispensável para tanto. No fundo, é fundir a força politicamente majoritária do trabalhador com a fronteira tecnológica ainda não ocupada, o que não é sequer justificado pela relação capitalista de produção. No núcleo orgânico, essa relação já convive com a valorização pretendida. Duas coisas são necessárias. Primeiro, não temer o desemprego, ameaça sempre esgrimida quando se fala em valorização do trabalho. Os países de maior produtividade são também os de maior índice de emprego (emprego/população). Segundo, dispor de um estado com um aparelho administrativo menos viscoso, mais simples, mais racional, mais tecnicamente controlável, porque será ele o gestor dessa valorização. A valorização do trabalho fará disparar a produtividade, que é o caminho de incorporar progresso e inovação rapidamente.

Os comentários e as análises feitos neste livro sobre a obra de Florestan Fernandes ensejam caminhos para o pensamento crítico em busca de horizontes renovadores e estimulam reflexões sobre o fazer político, sobre sua capacidade de modelar a sociedade. Se é bem verdade que esse fazer se dá sobre fatos, não o é menos que são os interesses que animam as vontades determinantes. Esta valiosa interpretação que nos chega agora sobre o Brasil encoraja novas indagações e inquieta aqueles que já se tranquilizaram com convicções dormidas. É um sopro de vida.

Cláudio F. Accurso



APRESENTAÇÃO

É fácil apresentar a análise crítica que Carlos Águedo Paiva fez de **A Revolução burguesa no Brasil**, de Florestan Fernandes, que é um clássico brasileiro e que, em assim sendo, será sempre atual, guardando todo o seu frescor. Pois Paiva fez o que Florestan não realizou. Senão, vejamos: por fascinante que seja a interpretação da história do Brasil criada por Florestan, ela é de leitura, definitivamente, muito penosa, talvez por arrogância do sociólogo, talvez por seu desconhecimento; e, assim, eu já contrario as elegantes hipóteses que Paiva formula para os problemas de exposição do texto nas conclusões deste seu livro. Sigo adiante, no caso da arrogância, poderia ser por supor que o leitor não deveria medir esforços para entendê-lo e que, portanto, não era da sua obrigação fazer-se o mais claro possível. Na segunda alternativa, provavelmente (no seu tempo, esse País não possuía nenhuma tradição no campo) por não ter clareza de que o texto gerado por escrito é feito para organizar o pensamento, para saber o que se pode pensar, para levar o que se pensa até as últimas consequências, já que é por escrito, finalmente, que se organiza a experiência, como afirmou Paul Auster. Em suma, somente no ato de escrever, descobre-se até onde se pensa e se estrutura, mesmo que minimamente, a reflexão. Florestan realiza a primeira etapa, ou seja, estabelece as paradoxais dificuldades da longa trajetória da revolução burguesa em um país como o Brasil, mas não organiza essa reflexão, para que o leitor possa dela se apropriar ao longo da leitura. No entanto, essa tarefa é realizada por Paiva, com meticulosa lucidez, limpando o texto de Florestan e devolvendo uma exposição iluminada (e explicada) da longa e complexa tese do autor da **Revolução**. Mas Paiva não se limita a destrinchar, o que já seria muito suficiente, pois ele vai além dos miúdos, esclarecendo, criticando e completando aquilo em que Florestan foi omissivo ou não soube como pisar no terreno movediço, malgrado ele respeite e mantenha a lacuna maior da reflexão de Florestan: o Estado como o ator central do desenvolvimento econômico brasileiro, fato incontornável para não traír e deitar por terra,

talvez, o núcleo mesmo do pensamento do seu mestre. Respeita também isso que, paradoxalmente, se constitui, ao mesmo tempo, em um dos méritos mais curiosos da sociologia histórica de Florestan: com o pretexto de explicar, ele justifica o comportamento acanhado/conformista/tacanho/oportunista dos protagonistas (sejam os atores, sejam as elites econômicas) do capitalismo deste País. Postura, a meu ver, estranha, que somente poderia ter o representante de um tipo de esquerda latino-americana muito particular e bastante insólita. Ainda assim, o trabalho de Paiva contém as maiores audácias, tornando-se um autêntico merecedor do seu objeto de estudo. Finalmente, ao contrário de Florestan, Carlos Águedo Paiva escreve para se fazer entender, sem rodeios nenhuns. E, desse modo, como se viu, foi fácil apresentar esta sua **Metamorfose Inconclusa**.

Luiz Roberto Pecoits Targa

INTRODUÇÃO

O trabalho que agora ganha publicidade em edição pela Edunisc foi escrito há quase duas décadas. Este trabalho tem como objeto precípuo aquela que reputamos ser a obra maior de Florestan Fernandes - *A Revolução Burguesa no Brasil* -, cuja redação teve início em 1966 e cuja versão definitiva foi publicada pela primeira vez em 1975. Vê-se, pois, que, nem o objeto, nem nossa análise são recentes. O que impõe um questionamento: qual a atualidade e qual a pertinência do nosso trabalho aos problemas do Brasil contemporâneo? Por que ele merece uma publicação nos dias que correm?

Se estivesse em nosso arbítrio, preferiríamos que nosso trabalho tivesse sido superado pelo tempo. Infelizmente, isso não ocorreu. Em parte, graças à perspicácia e à capacidade projetiva de Florestan, mas, acima de tudo, pelo insatisfatório dinamismo da sociedade brasileira nas últimas décadas, por sua enorme dificuldade em se reinventar e enfrentar seus problemas seculares. Essa é a principal razão pela qual, passados mais de 30 anos desde a primeira edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, a encruzilhada sinalizada por Florestan já no primeiro parágrafo da Introdução deste trabalho magnífico continua posta. Segundo Florestan:

... existem três alternativas claras para o desenvolvimento econômico ulterior da sociedade brasileira, as quais podem ser identificadas através de três destinos históricos diferentes, contidos ou sugeridos pelas palavras 'subcapitalismo', 'capitalismo avançado' e 'socialismo'.
(FERNANDES, 1981, p. 13)

A primeira vez que li essa passagem (como tantas outras passagens desta obra, a começar por seu título provocativo), não alcancei entendê-la. Qual o sentido da pretensão de que as três alternativas que exauram as possibilidades de futuro de qualquer sociedade nacional na transição do século XX para o XXI são as

três alternativas abertas para o Brasil? ... Que conteúdo e contribuição teórica se escondem por trás desta aparente tautologia? ...

Só com o tempo entendi o óbvio. Para muitas sociedades nacionais, não está posta a alternativa do capitalismo desenvolvido. Para o Brasil, esta alternativa estava posta em meados da década de 70 e, do nosso ponto de vista, continua posta na entrada do século XXI. E isso na medida em que, se não alcançamos tomar os caminhos do capitalismo avançado ou do socialismo, tampouco nos embretamos e nos perdemos na trilha do subcapitalismo. Na verdade, defendemos o ponto de vista de que, nos últimos 30 anos, a acomodação das forças sociais e políticas internas determinou um deslocamento da encruzilhada apontada por Florestan. Expliquemo-nos.

Em meados da década de setenta, as contradições que punham o trilema - socialismo X capitalismo avançado X barbárie subcapitalista - eram evidentes e pulsantes. A acumulação acelerada sustentava o nível de lucros e gestava o excedente financeiro que revolvia a ordem produtiva, abrindo novos e mais amplos mercados. Nesse processo, um número cada vez maior de trabalhadores era incorporado ao exército dos assalariados, enquanto os demais produtores diretos do campo e da cidade eram engolfados no dinamismo das redes mercantis. Novos padrões de consciência, novas reivindicações e novas formas de organização dos trabalhadores brotavam em todos os cantos.

Para Florestan, essa efervescência expressava, simultaneamente, o sucesso e os limites da revolução burguesa brasileira. Feita pelo alto, sem o povo e contra o povo, sua conclusão e ápice em 1964 vai se traduzir na monopolização do Estado pelas burguesias nacional (em primeira instância) e internacional (pela mediação da articulação imperialista). Como desdobramento necessário deste padrão antidemocrático de revolução burguesa, impor-se-á uma crescente asfixia interna das forças propulsivas capitalistas, representadas pelos binômios concorrência/inação e acumulação/expansão dos mercados. E isso na medida em que, para Florestan, os controles institucionais (formalmente patrimonialistas, mas de conteúdo especificamente burguês) impostos à concorrência e à redistribuição da renda no Brasil pós-64 solapavam gradualmente

as impulsões à inovação (e, como tal, ao investimento extraordinário) e à expansão do mercado interno (e, como tal, à aceleração do investimento ordinário).

Ora, o problema de fundo da estagnação anunciada no horizonte era que só a continuidade do crescimento permitia administrar o tenso conflito distributivo entre as frações interna e externa do capital. Com a depressão do crescimento (e, por consequência, dos lucros) só restaria a alternativa de ampliar a já extraordinariamente elevada taxa de exploração interna. O que parecia insustentável ao saudoso mestre, dada as novas formas de organização operária que se anunciavam como desdobramento das revoluções econômicas e sociais abertas pela acelerada acumulação entre 1950 e 1975. Em suma: o trilema não estava apenas posto no horizonte: o horizonte estava há poucos passos dos seus observadores.

Passadas mais de três décadas, cabe perguntar que inflexões se impuseram ao desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil que não haviam sido projetadas por Florestan.

Desde logo, não há como deixar de saudar sua antecipação, seja da crise econômica, seja da radicalização do movimento social. A Crise do Milagre veio alavancar o coro dos descontentes, inflando o espaço reservado à oposição consentida e impondo uma radical rearticulação da ordem e da disputa políticas. A ditadura respondeu ao desafio com a “abertura lenta, gradual e restrita”, cuja expressão maior foi a implosão da unidade oposicionista a partir da reforma político-partidária do final dos anos 70. Mas a estratégia se mostrou menos funcional do que pretendiam seus artífices. A criação do PT e a Anistia potencializaram (ao invés de dividir e esvaziar) os novos movimentos reivindicatórios, representados pela emergência do sindicalismo combativo, de um forte movimento de trabalhadores sem terras e de uma miríade de associações populares catapultadas pela igreja militante e revolucionária. Ao mesmo tempo em que instituições tradicionais da sociedade civil - como OAB, ABI, CNBB, UNE, etc. - ganhavam nova expressão política e reafirmavam a unidade na luta daquele amplo leque de estratos sociais descontentes que já não contavam mais com o guarda-chuva comum do extinto MDB.

De forma sutil mas persistente vai se impor, então, uma inflexão na estratégia de reação conservadora. Entre o último governo da ditadura e o primeiro da Nova República, todo um conjunto de reivindicações de massa que alcançaram conquistar o consenso popular foram formalmente incorporadas à gestão pública. Mas essa incorporação era meramente formal. No plano do conteúdo objetivo, elas se viam diluídas nas curvas e nos escaninhos de uma administração amplamente treinada no descumprimento de leis e acordos desde, pelo menos, as primeiras legislações contra o tráfico em 1826 e 1831. Se essas eram “legislações para inglês ver”, as reformas eram “inovações de papel, para o povo ver”. A conquista do gatilho salarial se transforma, assim, em aceleração da inflação; a conquista do congelamento com o Cruzado se transforma no estelionato eleitoral da Constituinte Congressual de 1986; o movimento contra a carestia se resolve no aparelhamento das associações de moradores, responsabilizadas pela distribuição de leite gratuito para as famílias de baixa renda. E assim por diante.

Na verdade, a inflação não era mais do que o signo externo da explosão do conflito distributivo anunciado por Florestan. Só que essa explosão se realizava de uma forma que beneficiava apenas aos “mais indexados”, ao mesmo tempo em que aparecia como um desdobramento do gatilho salarial e, como tal, aparecia como desdobramento dos novos tempos, do poder dos sindicatos, da “baderna pós-ditatorial”.

Simultaneamente - e em total acordo com os prognósticos de Florestan - as circunscrições externas e internas ao crescimento vão se impondo de forma crescente ao longo dos 80. Como consequência, para além da depressão da taxa de acumulação, vai cair o nível de emprego, com a conseqüente depressão da capacidade de organização e reivindicação populares. Um movimento catapultado pela reação conservadora internacional. Do *Reaganomics* (que abre a crise da dívida na América Latina) à queda do Muro de Berlim (com a supressão objetiva daquela alternativa ao capitalismo que impôs a disseminação do Estado de Bem-Estar Social no pós-Segunda Guerra), o que se generaliza é a crítica e a desarticulação dos mais distintos projetos de controle e planejamento da acumulação produtiva e da distribuição do produto social. A própria *intelligentsia* de

esquerda vai se deixar engolfar, de forma crescente, pela maré neoliberal, desenvolvendo – sob o signo do pós-marxismo e do pós-modernismo – as críticas mais acerbadas e radicais ao autoritarismo subjacente a todo e qualquer projeto de regulação e ordenamento social.

Mas que se entenda bem: não estamos pretendendo que a dinâmica externa tenha selado nosso destino. Assim como o refluxo neoliberal não impediu o desenvolvimento dos NICs asiáticos (inclusive dos “socialistas”), ele não teria sido capaz de cercear o nosso próprio desenvolvimento econômico e social se tal movimento não fosse corroborado e articulado desde dentro. Na verdade, foi a estagflação dos anos 80 - ela mesma articulada desde dentro, como forma de enfrentamento e solução do conflito distributivo aberto pela crise da ditadura – que pôs as bases da rearticulação política e social que vai culminar na vitória do projeto hoje hegemônico. Um projeto aberto no governo Collor-Itamar, consolidado no governo FHC, e sacramentado no governo Lula. E que vem sendo sustentado pelo governo atual. Um projeto que não faz mais do que deslocar o horizonte sem desmanchar o trilema de Florestan. Senão vejamos.

Desde logo, a estagflação dos 80 não vai implicar apenas a depressão do poder reivindicatório da classe trabalhadora. Ela também vai trabalhar a reincorporação das classes médias (profissionais liberais, funcionalismo público, intelectualidade acadêmica e religiosa, micro e pequenos empresários, etc.) às tropas da reação (vale dizer: dos interessados na ordem, mais do que no progresso), além de deprimir os interesses e as práticas expansionistas do capital multinacional sobre o mercado e a indústria nacionais. E a síntese desses três movimentos é a descompressão do conflito distributivo intraburguês e interclasses em prol de uma solução que beneficia a fração interna da classe dominante. É nesse quadro que vai se mostrar viável o resgate (sempre matizado pelas cores nacionais da negociação e do conchavo) do projeto liberal burguês nacional (leia-se: udenista e paulista) de ordenamento político e social interno simbolizado no “Plano Real”.

Fica claro, agora, o papel da conjuntura externa na consolidação do projeto interno: a estagflação dos anos 80 só foi suficiente para a rearticulação das forças políticas internas na medida

em que a dinâmica internacional corroborava aquela rearticulação. Mas isso não é tudo. Os diversificados e atuantes estratos médios nacionais, que emprestaram caráter explosivo à reação antiditatorial nos anos 70, ao se postarem ao lado dos trabalhadores, não poderiam deixar de ser contemplados com a nova equação. O combate à inflação – vale dizer: o combate ao sistemático solapamento da norma de equivalência, o combate à “descontratualização” das trocas – é a expressão maior da inclusão efetiva dos estratos médios no campo hegemônico contemporâneo. O que não é apenas negativo, mas envolve um avanço real no plano da democratização do Estado. Afinal, com a subtração ao Estado do poder de redistribuir rendas e patrimônios pelo mecanismo inflacionário, o que se impõe é o aprofundamento do ordenamento liberal do poder público. E, como tão bem nos ensinou Faoro, a despeito do que pretendem cepalinos e nacional-desenvolvimentistas de todos os matizes, o projeto liberal não é exclusivamente conservador no Brasil: ele também comporta genuínas dimensões libertárias em seus desdobramentos antipatrimonialistas e burocratizantes de instituições e funções públicas, dimensões que só se escondem dos que não querem ver. Assim é que, para além de suas manifestações mais evidentes e louvadas por 10 entre 10 conservadores nacionais (privatizações, lei de responsabilidade fiscal, reforma da Previdência, superávit primário, autonomia efetiva do Banco Central, etc.), a modernização do Estado brasileiro imposta pela crise da ditadura também vai se afirmar na crescente burocratização e universalização das funções públicas representadas, por exemplo, na incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema de Previdência Social, na constituição do Sistema Único de Saúde, na consolidação do Ministério Público, na crescente eficácia, transparência e legitimidade dos processos eleitorais, etc.

Em suma: mais do que em qualquer outro período de nossa História, nos encontramos, hoje, sob o império da lei. E isso é um avanço insofismável. Um avanço que, contudo, só pode se impor na medida em que veio articulado a um outro “consenso”: o da legalidade, naturalidade e impositividade das “leis de mercado”. E, dentre essas leis, a mais importante (e mais “natural”) é a lei dos juros¹. Afinal, como sabe qualquer cidadão que se deixe informar pela influente e competente mídia nacional, o sustentáculo primeiro

da “ordem e do progresso” é o superávit fiscal. Mas o superávit que importa é o primário, pois a conta juros – que está fora deste cálculo – não pode ser objeto de controle público. Poupa-se em tudo – previdência, infraestrutura, saúde, educação, salários, aposentadorias, etc -; só não se poupa no pagamento dos juros. Esta é a lei primeira que tem de ser respeitada por todos. Fora disso, o descontrole e a barbárie.

O mais interessante a perceber aqui é a funcionalidade, para a burguesia nacional, da ortodoxia monetária e fiscal que, desde Collor-Itamar, até Dilma, se afirma como a “única política econômica possível”. Assim é que os juros reais positivos e elevados e o superávit primário funcionam, simultaneamente, como instrumento: 1) de controle da inflação (que consolida o apoio da classe média e dos segmentos empregados da classe trabalhadora ao *status quo ante*); 2) de valorização fictícia do capital (tornada real pelo controle inflacionário e pela geração do superávit primário que garante a estabilidade da dívida); 3) de sobrevalorização da moeda nacional (que empresta mobilidade internacional ao capital nacional ao mesmo tempo em que cerceia os movimentos de aquisição não consentida dos empreendimentos nacionais pelo capital forâneo); e 4) de depressão das taxas de crescimento (o que deprime o emprego e o poder de barganha da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que freia o ingresso e o crescimento da participação do capital multinacional no excedente interno). Como que por passe de mágica, consegue-se, assim, “ordem e progresso”. O fato de que o progresso seja medido pelo crescimento da poupança financeira, de uma minoria privilegiada, é algo que não aflige aos poderosos de plantão e não chega a tirar o sono da parcela incluída dos estratos médios e operários.

É claro que esse padrão de contemporização tem um custo. E ele não é pequeno. Desde logo, uma ampla parcela da população não consegue ser incluída no projeto de modernização liberal-conservadora e expressa sua insatisfação pelo enfrentamento direto e sistemático do “império da lei”. A “questão da segurança” torna-se, como nunca antes neste país, a própria “questão social”. Simultaneamente, a prioridade da conta-juros sobre todas as demais leva ao sucateamento dos serviços públicos mais elementares, em

franca contradição com os direitos constitucionais dos cidadãos. O que abre brechas para ações disciplinadoras de um Ministério Público e de um Judiciário cada vez mais autônomos *vis-à-vis* os interesses e conchavos articulados nos Palácios, Ministérios e Secretarias de Estado do Poder Executivo.

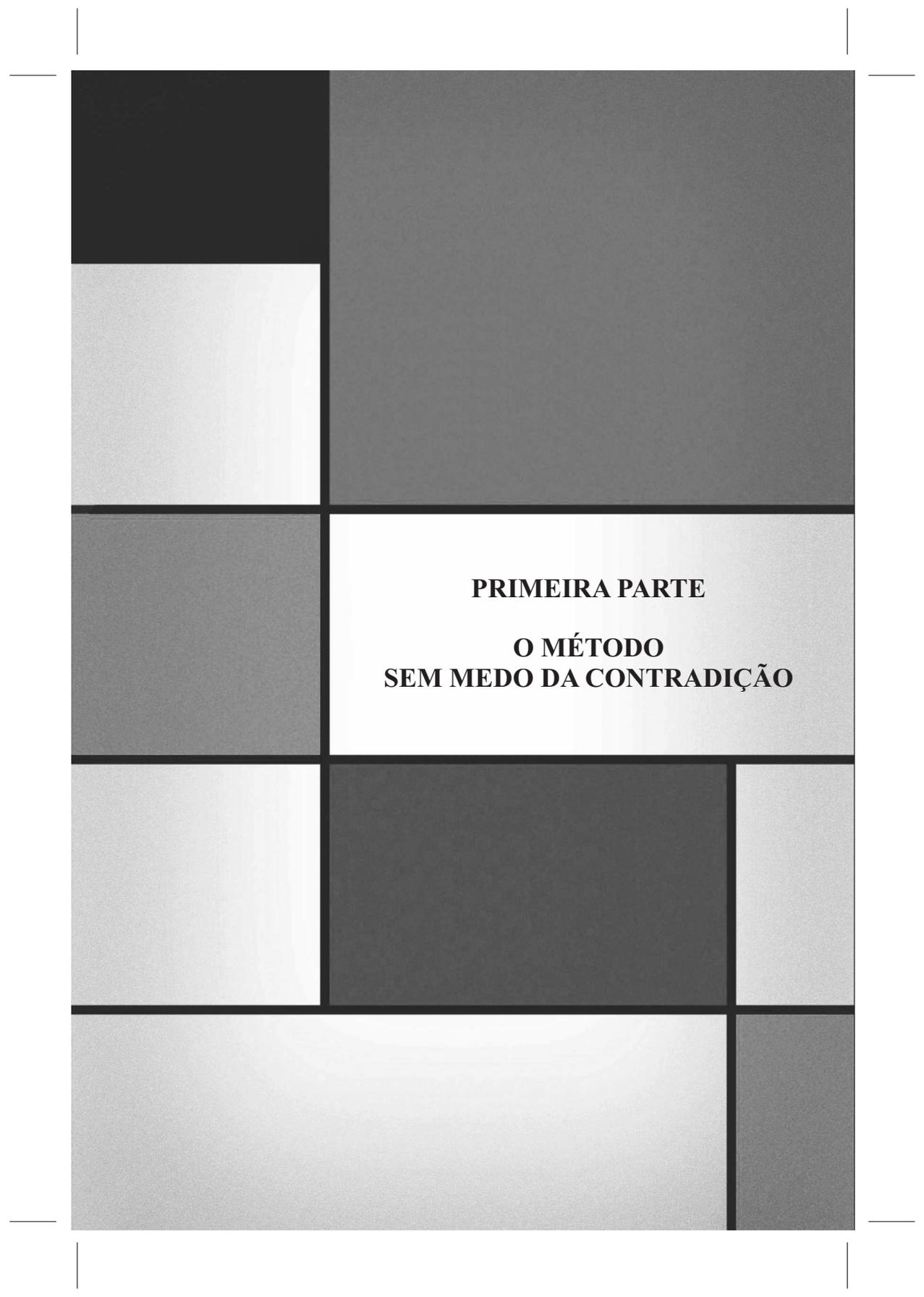
Não será preciso esclarecer que nem a marginalidade, nem a institucionalidade jurídica são capazes de impor o tensionamento suficiente para fazer ruir a ordem estabelecida. Tal movimento só pode se dar a partir da articulação política autônoma (inclusive, mas não só, sob a forma de novos partidos políticos) dos segmentos excluídos ou mal-contemplados na equação vigente: um movimento tão mais necessário quanto mais difícil de se impor após a capitulação do PT ao projeto de modernização conservadora articulado na fase final do governo Collor-Itamar e consolidado nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

O que importa entender aqui é que, se driblamos o trilema de Florestan e adiamos sua solução até hoje, não o negamos, nem o superamos efetivamente. Na verdade, atravessamos a crise anunciada por Florestan em 1975 sem estagnar ou retroceder (o que poderia nos comprometer definitivamente com o subdesenvolvimento) e sem qualquer salto disruptivo efetivamente democratizante (que nos remeteria, seja ao capitalismo avançado, seja ao socialismo). Avançamos da única forma que se poderia avançar para manter a plena atualidade do trilema de Florestan. Somos, hoje, mais burgueses e modernos do que em 1975. E somos, hoje, tão dependentes e incapazes de universalizar a cidadania e a inclusão e endogeneizar plenamente as forças propulsivas capitalistas quanto nos anos 70. O que significa dizer que - para o bem, e para o mal - os impasses, desafios e possibilidades ainda são, essencialmente, aqueles anunciados por Florestan há mais de 30 anos. Essa é uma triste verdade. Mas que não pode servir para instrumentalizar o desalento. Enquanto há movimento, há esperança. E, por mais insatisfeitos que estejamos com os ritmos nacionais, o Brasil ainda se move. Cabe a nós trabalhar para acelerá-lo e mudar sua direção.

Isto é tudo? Absolutamente! Os distintos governos adotam distintas políticas sociais, com efeitos distintos sobre a distribuição da renda. Há inflexões aqui e ali na política industrial. E são feitas

adaptações nos mecanismos de controle fiscal e financeiro, que são impostas pelas conjunturas. Mas todas estas diferenças - por importantes que sejam - apenas tornam mais saliente o que se preserva, o "imexível" da política econômica. E o "imexível" é a política monetária ortodoxa, que resulta em real forte. A política do juro alto, do ganho financeiro fácil e da exposição competitiva industrial. De uma política industrial "às avessas", que vem alimentando a desindustrialização ao mesmo tempo em que globaliza e internacionaliza a elite da burguesia interna. São dois prá lá, dois prá cá.





PRIMEIRA PARTE
O MÉTODO
SEM MEDO DA CONTRADIÇÃO

1 MARXISMO E SOCIOLOGIA: DO ECLETISMO AUTOCRÍTICO À SUPERAÇÃO OBJETIVA DO ECLETISMO

Realizar uma avaliação crítica dos trabalhos historiográficos de Florestan Fernandes em torno da transição brasileira para o capitalismo é uma tarefa árdua. E isso porque - antes de qualquer consideração em torno da complexidade do próprio objeto de estudo, ou da amplitude da obra deste autor - Florestan constrói sua produção a partir de um duplo referencial, cuja compatibilidade é, no mínimo, discutível: o referencial da Sociologia Acadêmica (em particular do estrutural-funcionalismo) e o referencial do marxismo.

O reconhecimento do caráter contraditório desses referenciais é tradicional na literatura das Ciências Sociais. Na obra *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, organizada por D'Incao (1987), um conjunto expressivo de ensaístas dedicará atenção a esta dimensão polêmica da obra de nosso autor. Entre esses, encontra-se Hermínio Martins, para quem a polêmica em torno da dupla referenciação de autores que se pretendem simultaneamente marxistas e sociólogos (e/ou antropólogos, e/ou cientistas políticos, e/ou economistas) é, por assim dizer, clássica, confundindo-se, no limite, com a discussão em torno da legitimidade das Ciências Sociais particulares. O mesmo autor ainda nos lembra que, no interior desta polêmica, despontam as contribuições de Gramsci e Lukács. Estas contribuições são marcadas pela crítica em relação às tentativas de construção de uma Sociologia marxista e avançam (de modo particular em Lukács) no sentido de uma crítica ao próprio projeto da Sociologia enquanto ciência particular e relativamente autônoma frente à História. Vão no mesmo sentido as observações de José Paulo Netto que, em sua primorosa introdução à coletânea de ensaios de Lukács, recorda-nos que a polêmica desse autor com a Sociologia marca sua produção teórica desde os primeiros trabalhos propriamente marxistas. De acordo com Netto:

É relevante notar que, em *História e Consciência de Classe*, Lukács não polemiza apenas contra o que chama de “marxismo vulgar” da II Internacional: obliquamente, dirige sua crítica contra a Sociologia, então caracterizada como “ciência burguesa”. Esta crítica é tão radical que Rusconi observa corretamente que a contraposição entre Sociologia e concepção dialética [...] não é uma distinção de âmbitos ou de discursos autônomos e complementares, mas uma exclusão recíproca (NETTO, 1981, p. 41).

Ora, em nossa opinião, a leitura lukacsiana em torno da relação contraditória entre Sociologia e marxismo é a expressão rigorosa de conclusões imanentes à proposta teórica e metodológica do materialismo histórico e dialético. Por isso mesmo, a dualidade de referenciais teóricos no interior da obra de Florestan envolve, para nós, um problema que não pode ser considerado menor. Se a perspectiva metodológica que orienta nossas próprias reflexões fosse o do positivismo - que pretende que a avaliação da cientificidade de uma produção teórica faça-se apenas pela aderência de seus resultados finais à realidade - poderíamos desconsiderar essa questão. Não é esse o caso. Para o materialismo dialético, as questões de método não são secundárias, na medida mesmo em que a referência em uma proposta metodológica não dialética não conduz necessariamente a conclusões absurdas e desconectadas com a realidade tal como ela se manifesta imediatamente. Conduz, isto sim, a absolutizações equivocadas, a partir do resgate de dimensões parciais e essencialmente aparentes da mesma realidade. Por isso mesmo, faz-se necessário enfrentar a questão da tensão de referenciais na obra de Florestan com o objetivo de desvendar sua filiação metodológica fundamental, o que nos permitirá realizar uma leitura contextualizada da mesma e facilitará a detecção das possíveis e eventuais carências e insuficiências em sua produção teórica.

Ora, este movimento crítico da obra de Florestan tem, necessariamente, de partir da leitura de Lukács acerca da Sociologia. Isso implica determinar e compreender o que seja, em suas origens e de acordo com os representantes de suas principais matrizes teóricas, o objeto e o método da Sociologia enquanto projeto científico. Afinal, não existe Sociologia fora da produção sociológica,

e esta não se dá fora de referenciais definidos por um colégio de cientistas que operam com problemas e práticas metodológicas pertinentes aos mesmos. Por isso mesmo, quando se diz “Sociologia”, não se diz simplesmente “estudo da sociedade”, mas diz-se “estudo da sociedade sob certa perspectiva e de acordo com certo instrumental pertinente àquela”.

Essa é, também, a posição dos pais do projeto científico da Sociologia, Comte e Durkheim. Como bem nos lembra José Albertino Rodrigues (1984, p. 18), em sua *Introdução* à coletânea de ensaios de Durkheim, é próprio “da tradição positivista delimitar claramente os objetos das ciências para melhor situá-las no campo do conhecimento”. Assim, será natural que Durkheim inicie *As Regras do Método Sociológico* com um primeiro capítulo cujo título é *O que é um fato social?*. Sua resposta a esta questão é antológica:

[fatos sociais são] fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem. Por conseguinte, não poderiam ser confundidos com os fenômenos orgânicos, visto consistirem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos, por estes só existirem na consciência dos indivíduos, e devido a ela. Constituem, pois, uma espécie nova de fatos, aos quais deve atribuir-se e reservar-se a qualificação de *sociais*. Tal qualificação convém-lhes, pois, não tendo o indivíduo por substrato, não dispõem de outro para além da sociedade, quer se trate da sociedade política na sua íntegra ou de um dos grupos parciais que engloba: ordens religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, etc. Por outro lado, a designação convém unicamente a estes fatos, visto a palavra “social” só ter um sentido definido na condição de designar apenas os fenômenos que não se enquadrem em nenhuma das categorias de fatos já constituídas e classificadas. Eles são, portanto, o domínio próprio da Sociologia (DURKHEIM, 1978, p. 87).

Três aspectos devem ser salientados na passagem de Durkheim

reproduzida acima:

1) a ideia de que os fatos sociais constituem uma espécie particular de fatos, que definem um objeto científico próprio, inconfundível com objetos já abarcados por outras ciências que estudam o homem e a ação humana².

2) a pretensão de que exista um grau de autonomia suficiente nos fatos sociais - entendidos como maneiras de agir, pensar e sentir externas aos indivíduos e dotadas de um poder coercitivo, ou, em outras palavras, normas comportamentais especificamente sociais - para que se possa definir uma ciência específica em torno dos mesmos³. Considerando-se o primeiro aspecto salientado acima, isto é o mesmo que pretender a autonomia dos processos sociais que transcorrem no âmbito do que o marxismo denomina de superestrutura.

3) o acento no caráter coercitivo das normas (conscientes e inconscientes) que definem os fatos sociais, o que tende a circunscrever a análise sociológica a processos sincrônicos, reforçando as determinações já presentes na matriz empirista do positivismo.

Nesse sentido, o projeto durkheimiano de construção da Sociologia como disciplina científica se resolve numa proposta de leitura da sociedade marcada por uma perspectiva antitotalizante, superestruturalista e a-histórica, ou, se se quiser, por uma perspectiva “especificamente antidialética”.

Por outro lado, não percebemos na outra grande matriz teórica da Sociologia moderna - que tem origem na Alemanha e que se embasa filosoficamente no criticismo kantiano e, em especial, na figura de Max Weber - elementos que contraditem, em sua essência, o significado por assim dizer especificamente antidialético do projeto da Sociologia. É bem verdade que o neokantismo de Weber o conduz à crítica da visão parcializadora da realidade; mas é este mesmo neokantismo que o leva a criticar, não apenas a viabilidade de uma leitura efetivamente totalizante, como também - *et pour cause* - a criticar a efetiva possibilidade de resgate teórico da “realidade em si”. Assim, com Weber, só transcendemos a defesa durkheimiana da especialização para cairmos na tese de que o limite do

conhecimento é uma espécie de “enciclopedismo”, estando impossibilitada qualquer apropriação teórica de totalidades concretas. Além disso, se a recuperação crítica do individualismo metodológico em Weber, associada ao manuseio do instrumental dos tipos-ideais em confronto com processos históricos concretos, lhe permite ir além de uma Sociologia estritamente sincrônica, não se atinge, por aí, uma perspectiva efetivamente histórica. Antes pelo contrário, a recusa em se partir de realidades históricas concretas e particulares e de suas contradições específicas, acaba por determinar que o movimento social seja teoricamente pensável apenas em termos de cenários ideais meramente virtuais. Finalmente, não há em Weber qualquer movimento de superação do viés superestruturalista detectado na Sociologia durkheimiana: se o rompimento com a defesa explícita de uma autonomia rígida da Sociologia em relação às demais ciências humanas permite a Weber realizar movimentos de aproximação com a Economia (por exemplo), o peso do idealismo e do antideterminismo de extração neokantiana acaba por encaminhar esse autor para uma perspectiva em que se aprofunda a defesa da autonomia relativa dos fenômenos culturais e especificamente sociais, *vis-à-vis* os fenômenos econômicos e materialmente determinados de maneira geral. A opção política reformista de Weber, dentro de condições históricas marcadas pelo avanço do movimento operário revolucionário e do Partido Social-Democrata alemão, serviu, muito provavelmente, para reforçar seu discurso crítico à perspectiva materialista-histórica e ao determinismo econômico que lhe seria subjacente.

Em síntese: a Sociologia, a partir de Durkheim, de Weber e do funcionalismo e do estruturalismo modernos, elegeu como objeto essencial de sua reflexão as determinações culturais (morais, religiosas, ideológicas, jurídico-institucionais, etc.) que dão estabilidade ao processo de reprodução da vida em sociedade. Essa maneira de definir o objeto acabou por determinar um privilegiamento da análise sincrônica sobre a análise diacrônica. E tal privilegiamento, por sua vez, traz consigo duas consequências: 1) limita as possibilidades de hierarquização das determinações que sustentam uma dada organização ou estrutura social (tudo aparece como estando ligado a tudo, sem que se possa definir com clareza as relações de dominação e de subordinação que vigem no interior de uma dada

estrutura social); 2) ao se fazer a abstração do movimento, faz-se, simultaneamente, a abstração das contradições intestinas à ordem social, que sustentam e impelem seu movimento de autotransformação.

Ora, poder-se-ia muito bem argumentar que não faz qualquer sentido tentar realizar a crítica de uma disciplina científica a partir das leituras que determinados autores fazem de seu objeto e método⁴. Entretanto, não se pode negar que, levada ao limite, essa perspectiva envolve a pressuposição da existência (metafísica) de um dado objeto - no caso o objeto da Sociologia - que independe dos sujeitos investigadores e de suas investigações particulares. Essa perspectiva é, por sua vez, igualmente antidialética. Para a dialética não há objeto sem sujeito, nem sujeito sem objeto. Por isso mesmo, extrair uma “Sociologia” de um autor como Marx não pode ser validado pela existência *a priori* de um objeto sociológico. Tal movimento só pode ser entendido como o movimento de um sociólogo que não só admite a existência desse objeto, como o constrói a partir de referências intelectuais determinadas. E essas referências (inclusive no caso de Florestan) só podem ser os construtores deste projeto de ciência: Comte, Durkheim e Weber. Não é possível fugir, assim, à questão da legitimidade do corte objetual produzido pelos mesmos. O que é o mesmo que dizer que é impossível fugir à crítica desse objeto derivada de uma perspectiva materialista dialética radical.

Ora, sendo essa a perspectiva que orienta os trabalhos de Lukács, não poderia deixar de ser negativa sua avaliação da proposta de demarcação do objeto da Sociologia. Se, como Netto bem nos lembrou acima, essa avaliação já está presente em *História e Consciência de Classe*, será nos textos de maturidade que Lukács expressará seu antagonismo ao projeto da Sociologia de forma mais clara. Em um ensaio de 1938, publicado originalmente na obra *Problemas do Realismo*, Lukács dirá:

[A Sociologia] surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da Economia. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa lugar a dúvidas. Após o surgimento da Economia

marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da Economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a Sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos (LUKÁCS, 1981, p. 123).

Vão no mesmo sentido as observações a respeito da Sociologia no capítulo sexto de seu *A Destruição da Razão*, de 1954:

O nascimento da Sociologia como disciplina independente faz com que o tratamento do problema da sociedade deixe de lado a sua base econômica; a suposta independência entre as questões econômicas constitui o ponto de partida metodológico da Sociologia. [...] As bases naturalistas da Sociologia como ciência universal têm precisamente a função de eliminar, juntamente com a Economia, a contraditoriedade do ser social, ou, em outras palavras, a crítica a fundo do sistema capitalista. [...] Na medida em que ela se torna, tal como a Economia, uma ciência particular rigorosamente especializada, as tarefas que se lhe impõem - como às demais Ciências Sociais singulares - são condicionadas pela divisão do trabalho própria do capitalismo. Entre essas situa-se em posição de destaque a tarefa, que nasce espontaneamente e que jamais se torna consciente na metodologia burguesa, de enviar os problemas decisivos da vida social de uma disciplina especializada (que, enquanto tal, não é competente para resolvê-los) para uma outra disciplina especializada, a qual, por sua vez, e com igual razão, declara-se incompetente. Trata-se sempre, naturalmente, das questões decisivas da vida social, diante das quais o interesse da burguesia decadente expressa-se cada vez mais no sentido de impedir que sejam claramente formuladas e eventualmente resolvidas. O agnosticismo social como forma de defesa ideológica de posições desesperadas ganha assim um instrumento metodológico que funciona de forma inconsciente. Esse processo apresenta uma forte

semelhança com a conduta da burocracia capitalista, ou daquela semifeudal-absolutista em processo de transição para o capitalismo, uma conduta que consiste em “resolver” as questões espinhosas transferindo os processos de uma repartição para outra, sem que nenhuma delas se declare competente para emitir a decisão efetiva (LUKÁCS, 1981, p. 132-4).

Como se pode observar, o eixo da crítica lukacsiana, reproduzida nas passagens acima, assenta-se nas três dimensões apontadas por nós anteriormente e que são rigorosamente interdependentes: a perda da perspectiva de totalidade; o viés superestruturalista (ou de ciência do espírito) expresso na cisão com a Economia; e a autocircunscrição à análise sincrônica, expressa, seja na cisão com a História, seja no abandono de um método assentado sobre o resgate das contradições sociais objetivas que constituem uma dada sociedade em sua dinâmica particular.

Por outro lado, não se poderia deixar de observar que tal crítica, ao centrar-se na perda da perspectiva de totalidade, não exclui de seu horizonte os demais projetos parcializadores das Ciências Sociais, inclusive, evidentemente, o da Economia Pura. Mais do que isso: é preciso que se entenda que a crítica de Lukács à Sociologia refere-se ao método implícito em tal projeto de ciência, e não (como poderia parecer) a quaisquer derivações teóricas particulares e específicas oriundas dos esforços de pesquisa dos distintos sociólogos, sejam eles de extração positivista, neokantiana, ou de qualquer outra corrente teórica que defenda a autonomia relativa dos fenômenos culturais e sociais. Recusar, a princípio, toda e qualquer construção e contribuição teórica oriunda da Sociologia Acadêmica⁵ é a expressão de um dogmatismo pré-científico e antimarxista. A importância dessa questão, para nós, é tamanha que merece uma atenção particular.

Num primeiro momento, poderia parecer que a leitura lukacsiana resgatada anteriormente - por sua radicalidade mesmo - implicaria uma recusa absoluta de toda e qualquer apropriação, por parte do marxismo, das derivações teóricas oriundas da(s) Sociologia(s). Contudo, se seguirmos rigorosamente as proposições

de Lukács em sua *História e Consciência de Classe* em torno do marxismo ortodoxo, fica claro quão distante está da leitura desse autor qualquer negação da possibilidade de apropriação, pelo marxismo, de instrumentais teóricos de outras correntes metodológicas. Ou seja, para Lukács, a questão pertinente não será a da possibilidade de articulação teórica de contribuições não marxistas ao arcabouço teórico e filosófico legado por Marx, tendo em vista a construção de concretos pensados, cujas bases materiais não foram teorizadas por esse autor. A resposta para essa questão quase ingênua é: sim, certamente isso é possível! Negar qualquer possibilidade de resgate e apropriação, pelos marxistas, da produção teórica burguesa pós-marxiana, só seria possível se se pensasse que tal produção, por ser ideológica e se dar fora do materialismo histórico, pode, efetivamente, perder todo o contato com a realidade. Esta perspectiva é absurda em termos marxistas: nem uma produção ficcional pode realizar este movimento, por mais que intente fazê-lo! O que a ciência social burguesa realiza (ou, antes: tenta realizar) é a absolutização e eternização da aparência da realidade. Mas é preciso não esquecer que a aparência nada mais é do que a forma imediata de aparecer da essência. Nada impede que um marxista resgate as leituras não dialéticas em torno da aparência (que, muitas vezes, sob a pressão das contradições da sociedade de classes, chegam mesmo a transcendê-la) com vistas a um mapeamento mais acurado do objeto teórico. O que, a princípio, não lhe seria permitido é, isto sim, limitar-se, de uma forma ou de outra, a este nível de teorização: a teorização da aparência a partir da própria aparência. Deixa de ser marxista, portanto, aquele autor que se utiliza de um padrão de hierarquização de determinações do ser social – vale dizer: se utiliza de um método - que foge e conflita com o padrão proposto por Marx. Ou ainda, como nos ensina Lukács:

[...] passou a ser de bom tom científico ridicularizar toda a profissão de fé no marxismo ortodoxo. Dado o desacordo que parece reinar no campo “socialista” sobre a questão de saber quais são as teses que constituem a quinta essência do marxismo e, por consequência, as que “temos o direito” de contestar [...] sem por isso deixarmos de reivindicar o título de “marxistas ortodoxos”, surge cada vez mais como “não científico” fazer exegese escolástica,

como sobre frases da Bíblia, com citações de obras antigas e em parte “ultrapassadas” pela crítica moderna, [...] em vez de nos entregarmos, “sem preconceitos”, ao estudo dos “fatos”. Se, na verdade, a questão se pusesse desse modo, a resposta mais apropriada seria evidentemente um sorriso compassivo; [...] com efeito, [...] suponhamos que a investigação contemporânea demonstrou a inexatidão “de fato” de cada afirmação isolada, de Marx. Um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos resultados, rejeitar todas as teses isoladas de Marx, sem por isso, por um só momento, se ver forçado a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, exclusivamente, ao método (LUKÁCS, 1974, p.15).

Ora, a conclusão que se extrai das observações acima é que não se pode, *a priori*, considerar ilegítima a utilização de instrumentais teóricos não marxistas no interior de uma análise que se pretende essencialmente marxista, desde que tal leitura se processe no interior do método materialista histórico e dialético. E a essência desse método é dada pelo resgate das contradições básicas imanentes às relações sociomateriais, ponto de partida impositivo da (re)construção teórica das diversas sociedades (enquanto totalidades orgânicas e concretos pensados) submetidas a distintos padrões de desenvolvimento histórico.

Creemos que, agora - com o apoio da leitura lukacsiana -, temos condições efetivas de avaliar o sentido da tensão de referenciais teórico-metodológicos presente no interior da obra de Florestan Fernandes. Antes de mais nada, é preciso salientar o fato de que não há, no interior da obra desse autor, uma avaliação unívoca a respeito da tensa relação estabelecida por sua opção pela condição de sociólogo e sua referência no método materialista histórico. Em certos momentos - particularmente em alguns textos escritos a partir da segunda metade da década de 60 -, Florestan revela uma consciência crítica da inadequação entre a leitura marxista ortodoxa e a opção

metodológica inerente ao projeto da Sociologia enquanto ciência social autônoma. Assim é que, nos primeiros parágrafos de sua *Introdução* à coletânea *Marx/Engels: História*, Florestan nos diz:

A Universidade e a especialização criaram um processo profundo e persistente de fragmentação do trabalho de investigação em todas as ciências. Esse processo, porém, é mais intenso e devastador nas Ciências Sociais. O sociólogo, o historiador, o antropólogo, o cientista político, o psicólogo, mesmo quando marxistas, sucumbem a essa tendência, afirmando-se primeiramente em nome de sua especialidade. Marx e Engels trabalharam numa direção oposta, defendendo uma concepção unitária de ciência e representando a História como uma ciência de síntese. Se lidei com textos de K. Marx e F. Engels desde o início da minha carreira, nem por isso escapei à especialização dominante. [...] Não me posso pôr à [...] altura [de um pensador como Karl Marx], mas tenho consciência de que me esforcei para sair da pele do especialista e do adepto do marxismo, para entender melhor sua concepção de ciência e da ciência da História (FERNANDES, 1984b, p. 9-10).

No mesmo sentido, é necessário observar que, desde seus primeiros ensaios epistemológicos, Florestan Fernandes demonstrava ter não só uma arguta compreensão do marxismo, como das enormes limitações do projeto científico da Sociologia tal como articulado pelos mestres maiores de suas duas grandes tradições teóricas. Assim é que, após expor os fundamentos metodológicos da Sociologia nas concepções de Durkheim e Weber, o autor criticará ambas as leituras em um sentido similar às observações de Lukács, expressas acima:

As duas teorias expostas apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*. [...] Com referência a Durkheim, é evidente o propósito de lidar “prudentemente” com os fenômenos sociais: nunca avançar além dos limites dentro dos quais os conhecimentos obtidos asseguram uma manipulação

objetiva e precisa dos dados. [...] Nada nos poderia assegurar então que a investigação sociológica valesse a pena, pois não teríamos nenhum critério para determinar a importância científica dos problemas investigados. Quanto a Weber, se sua posição permite superar dificuldades desta natureza é porque cria complicações maiores. A seleção do *típico-ideal* depende dos pontos de vista livremente escolhidos pelo sujeito-investigador. [...] Além disso, as duas posições incorrem em grave limitação: não oferecem condições de ajustamento intelectual do sujeito-investigador à análise de fenômenos dinâmicos em que a unidade investigada seja *um sistema social determinado que se transforma como um todo* [...] ou seja *um fenômeno cuja transformação é encarada e explicada pela transformação do sistema social global* [...]. Restringindo-nos ao que nos interessa aqui, poderíamos assinalar que a limitação apontada em ambas as posições se explica: a) com referência a Durkheim, por causa dos ideais de *explicação positiva* na Sociologia, derivados da filosofia empírico-naturalista da ciência [...]; b) com referência a Weber, porque a construção típico-ideal de conceitos sociológicos pressupõe a elaboração de relações concebidas como estáveis no fluxo da vida social e o exagero dos seus aspectos propriamente recorrentes (FERNANDES, 1980b, p. 96-99).

Por outro lado, partindo do ponto de vista, que nos parece essencialmente correto, de que:

Ou a gente falsifica a análise dialética [...] ou então a gente procura a especificidade da análise dialética, descobrindo que a análise dialética só é válida para determinados tipos de problemas e, principalmente, para os problemas que aparecem nos povos que têm um determinado tipo de história, a qual nasce da estrutura antagônica do modo de produção e de organização estratificada da sociedade, e se caracteriza pelo fato do presente negar o passado, como um elo com um futuro que não repete as “estruturas existentes”, porque no processo de se objetivarem e se reproduzirem elas se transformam (FERNANDES, 1978b, p. 90-1)⁶.

e apesar de reconhecer que “é muito difícil dizer que se pode compatibilizar a explicação funcionalista com a explicação dialética” (FERNANDES, 1978b, p. 102), Florestan passa a defender a possibilidade de operação com o instrumental clássico da Sociologia juntamente com o instrumental do materialismo histórico e dialético a partir da definição de campos objetivos distintos. Essa leitura (que estará presente ainda em diversos textos da maturidade) se expressa de forma superior em seu *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, onde afirma que:

É preciso que se reflita sobre a natureza e as implicações das soluções aos problemas da indução, contidas nas contribuições de Durkheim, Weber e Marx [...] [pois] enxergamos em cada uma das orientações propostas uma possibilidade legítima de abordagem e solução dos problemas da explicação na Sociologia. Aí está o ponto essencial da discussão. Os novos desenvolvimentos da teoria sociológica dependem, fundamentalmente, da capacidade que revelarmos *na fusão* dessas orientações, separadas no passado, mas naturalmente interdependentes e complementares. As diferenças mais salientes e desarmoniosas que existem entre elas, não emanam propriamente da natureza da análise sociológica, pois derivam ou de influências de correntes filosóficas ou de maneiras peculiares de entender os limites e os fundamentos da explicação científica. Elas podem ser, portanto, superadas, desde que se encontrem os princípios que permitem unificar pela base a própria explicação sociológica (FERNANDES, 1980b, p. 121-22).

Essa perspectiva - a despeito do que poderia parecer num primeiro momento - distancia-se fundamentalmente da leitura que reputamos anteriormente a Lukács em torno das possibilidades de apropriação de instrumentais e contribuições oriundos de tradições teóricas não marxistas. E isso na medida mesmo em que, tal como se pode depreender claramente da citação acima, é subjacente à leitura de Florestan a defesa do corte objetivo próprio à Sociologia. É por esta porta que se introduzirá uma problemática dimensão eclética no pensamento de nosso autor. A presença desta dimensão no interior

da obra de Florestan, assim como de seu caráter problemático é, sintomaticamente, reconhecida por ele próprio. O texto onde essa perspectiva encontra sua melhor expressão é *A Condição do Sociólogo*. Após declarar, na página 15 deste ensaio/entrevista, sua contradição com o ecletismo “pois este propõe sínteses falsas”, e de referendar este ponto de vista em diversas passagens seguintes (como nas páginas 28 e 80 da mesma obra), nosso autor declara que:

Assim, se se tem em conta um determinado momento, no qual tento fazer [...] o que estava ao meu alcance, é nos trabalhos que se localizam na década de 60 que as ideias mais críticas são elaboradas. E, de modo mais concentrado, nos livros: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, e *A Revolução Burguesa no Brasil*. Em relação a todos eles se poderia dizer que não são contribuições de cunho marxista puro. Nem mesmo tentei simular, passando por “análise dialética”, o que eu sabia que não era. [...] Na USP sempre me ajustei aos papéis de professor, acima de tudo, como professor eclético, dando naturalmente igual importância às diferentes correntes da Sociologia sem privilegiar o marxismo. Também, nunca procurei ser um marxista dogmático e rígido. Isso simplificava o meu ajustamento intermediário e me dava certa força para remar contra a corrente (FERNANDES, 1980b, p. 156-7).

O que se pode depreender do conjunto das passagens de textos de Florestan, reproduzidas acima - e em particular da última - é a presença de uma profunda ambivalência na definição do quadro teórico-metodológico básico de referenciação de sua obra. Assim é que, ao mesmo tempo em que faz profundas críticas ao ecletismo, que reconhece a pertinência do projeto marxista de constituição da ciência da História e que denuncia as debilidades estruturais do projeto epistemológico da Sociologia positivista e compreensiva, Florestan Fernandes procura fazer a defesa da Sociologia como projeto científico e se declara um autor eclético. A única pista que nos é oferecida pelas reflexões desse autor, em torno dos

determinantes dessa ambivalência, encontra-se na última frase da citação anterior, quando diz que sua opção pelo ecletismo “simplificava seu ajustamento intermediário e lhe dava força para remar contra a corrente”. Antes de nos debruçarmos sobre essa justificativa oferecida por Florestan, tentando dar à mesma um grau de determinação maior, caberia analisar se a avaliação que esse autor faz de sua própria obra - marcada por uma insofismável dimensão autocrítica - corresponde efetivamente aos resultados de sua pesquisa teórica.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer - em consonância com Florestan - que mesmo suas obras historiográficas produzidas ao longo do período definido pela segunda metade dos anos 60 e primeira metade dos anos 70 não podem ser lidas como obras articuladas integralmente dentro do projeto teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético. Tal fato já revela os profundos limites daquelas interpretações que buscam resolver a questão da tensão de referenciais no interior da obra de Florestan a partir da identificação de duas fases distintas e antagônicas na produção teórica desse autor. Se é absolutamente inquestionável a presença de uma evolução temática nos trabalhos de Florestan - que avançam paulatinamente no sentido de questões e objetos propriamente marxistas -, não nos parece correto tentar subsumir esse complexo processo à detecção de um movimento de ruptura epistemológica radical na trajetória teórica do mesmo. Esta leitura - defendida por Bárbara Freitag (1987, p. 165) no interior da já referida jornada de estudos sobre a obra de Florestan⁷ - padece, a nosso ver, de uma dupla debilidade: não só obscurece a insofismável dimensão de continuidade presente no conjunto dos trabalhos deste autor⁸, como obscurece as verdadeiras determinações sociais e políticas que dão sentido à dinâmica objetiva de sua obra. Diferentemente, quer nos parecer que as transformações internas à produção teórica de Florestan só podem ser entendidas a partir daquelas transformações mais substantivas da sociedade brasileira entre o final dos anos 40 e o final dos anos 80 que determinam, impulsionam e permitem uma gradual mudança no projeto de interlocução de nosso autor. É evidente que, ao longo deste processo, as concepções teóricas de Florestan alteram-se e avançam; mas, quer nos parecer, tais alterações vão mais na direção de um paulatino (e, por vezes, sutil)

abandono de um projeto político e de uma produção teórica estritamente acadêmicos, do que em qualquer ruptura epistemológica marcada pelo rompimento com posições positivistas e reformistas e pela (tardia) descoberta do marxismo. Expliquemo-nos.

Em primeiro lugar, é preciso que se entenda que, para além da relação contraditória (e, por isso mesmo, flexível) que um dado instrumental mantém com a formulação teórica mais geral, que lhe serve de substrato, ele é um instrumento de comunicação de ideias. Vale dizer: todo o instrumental carrega consigo o interlocutor que se quer constituir. E aqui o ponto crucial: enquanto opera fundamentalmente com o instrumental teórico oriundo da Sociologia Acadêmica, Florestan está, na realidade, privilegiando uma interlocução com a Academia e com o “seleto colégio dos sociólogos”, para os quais dirige os resultados mais densos de suas pesquisas teóricas. O que este tipo de seleção do interlocutor comporta é uma confiança nas potencialidades críticas da produção científico-acadêmica e uma desvalorização - ainda que relativa - da interlocução imediata com os setores que buscam refletir o marxismo a partir da atuação política (partidária ou sindical) militante. Quer nos parecer que o que trabalha por dentro deste privilegiamento, da interlocução com a academia, seja uma avaliação fortemente positiva das potencialidades críticas e transformadoras presentes na mesma⁹. De qualquer forma (e sem que se pretenda introduzir, aqui, a discussão em torno da adequação prática desta leitura), o que é necessário resgatar é que a adoção de tal lógica não só circunscreve nosso autor à “condição de sociólogo”, como acaba por determinar uma certa perda de compreensibilidade e de eficácia política de sua obra propriamente acadêmica. É justamente nesta perspectiva que se pode entender a seguinte observação de Fernando Henrique Cardoso, extraída de seu ensaio sobre a obra de Florestan, intitulado *A Paixão pelo Saber*:

[...] Florestan criou uma linguagem. Linguagem que foi também terrível em certa época. Que nós todos tentamos imitar com desespero. Alguns conseguiram. Foi uma tragédia! Depois, ele mesmo poliu a linguagem e se libertou de seu peso. Mas esta linguagem não era afetação. Era busca de identidade. Era busca do conceito. Era tentativa

para mostrar que se fazia na Sociologia algo muito importante e que a Sociologia era uma ciência. Não era uma linguagem simplesmente para diferenciar, para tornar mais difícil ao outro, mas para tornar mais rigoroso o pensamento. Mas este aspecto era fundamental! E até nisso é tão forte a personalidade de Florestan, que até mesmo no cacoete da linguagem ele influenciou, marcou a muitos. Eu custei bastante para não escrever certas palavras, e de repente percebo que ainda as emprego, pois estão no meu subconsciente: vêm de longe, vêm de uma inculcação da convicção de que é preciso usar palavras adequadas, conceitos corretos e só eles. E às vezes são quase palavrões, de tão feios e desnecessários (CARDOSO, 1987, p. 29).

Vale a pena observar que o ponto central da formulação de Fernando Henrique não se encontra propriamente na crítica a um vocabulário “tão feio e desnecessário”, capaz de afastar interlocutores. Mais importante do que isto é a justificativa dada por este autor para o uso do referido vocabulário: para mostrar que a Sociologia era uma ciência. Ora, aqui aparece de forma radicalizada (até mesmo porque cruamente explicitada) a hipótese que vimos perseguindo até agora: a problemática que toma a forma de uma tensão de referenciais no interior da obra de Florestan não se origina, pura e simplesmente, da utilização do instrumental conceitual da Sociologia clássica, mas de um apego efetivo à Sociologia enquanto projeto científico. Apego este que, segundo Cardoso, assume a dimensão de uma defesa intencionalmente articulada desta.

Este apego ao projeto da Sociologia - que se impõe e se realiza a partir do privilegiamento de um dado interlocutor - acaba por se desenvolver numa articulação expositiva problemática (e, até certo ponto, truncada) em seus textos de “Sociologia diacrônica”, particularmente naqueles que assumem um caráter marcadamente historiográfico. E isto porque, como Florestan Fernandes mesmo esclarece, a Sociologia Acadêmica não conta com um instrumental adequado para a análise de fenômenos dinâmicos em que a unidade investigada seja um sistema social determinado que se transforme como um todo. E este não é um problema de caráter epistemológico, mas um problema que tem origem numa certa opção teórica, em

que se faz abstração das determinações materiais contraditórias que põem em movimento sociedades portadoras de um padrão de historicidade onde o presente nega o passado, como um elo com um futuro que não repete as estruturas existentes. Assim, o resultado de se tentar circunscrever a análise do processo de desenvolvimento capitalista e de Revolução Burguesa brasileira aos limites de um “ensaio de interpretação sociológica¹⁰”, só pode ser a perda de clareza, na medida mesmo em que, dentro dos limites deste instrumental, não podem ser adequadas e suficientemente explicitadas as determinações materiais contraditórias subjacentes aos complexos processos de transformação histórica que se processam através da manifestação e acomodação conciliatória dos conflitos entre os distintos segmentos sociais¹¹.

O que surpreende neste quadro é o fato de que Florestan conta com uma bagagem teórica e uma compreensão arguta do materialismo histórico, o que lhe permitiria operar com os objetos da transição capitalista e da Revolução Burguesa no Brasil em termos especificamente marxistas. Não há como negar sua sólida compreensão da preeminência dos fatores e das determinações materiais para a adequada compreensão da peculiar trajetória e das contradições do capitalismo dependente brasileiro. Como ele declara em seu *Classes Sociais na América Latina*:

Na verdade, as reais fronteiras da história, na América Latina, não estão na aparente absorção dos modelos ideais de organização econômica, social e política, que podem ser importados prontos e acabados. Elas se encontram nos “fatos da estrutura”, através dos quais os homens constroem (ou deixam de fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade prática dos referidos modelos ideais (FERNANDES, 1975b, p. 44).

Mais importante ainda do que a clareza da preeminência das questões sociomateriais: Florestan não só tem uma arguta percepção do método dialético e do sentido da proposta marxista de Ciência da História, como subordina a estruturação de seus próprios argumentos sociológicos a esta lógica, ainda que não o faça - repetimos - de

maneira imediatamente aparente. Assim é que - como a leitura da *Nota Explicativa* e do *Prefácio à Segunda Edição de A Revolução Burguesa no Brasil* permitem detectar com perfeição - Florestan opera seus estudos históricos dentro da lógica de que a investigação do passado só tem sentido na medida em que se buscam nele as determinações objetivas, contraditórias e particulares que tornaram certa trajetória possível e necessária. Parafraseando Marx, poderíamos dizer que o objeto central de Florestan é a anatomia do homem; e, no estudo da anatomia do macaco, não busca entender o macaco enquanto macaco, mas o que nele foi vitorioso, ao conter as determinações que levaram à conformação do seu vir-a-ser. Isso não é a negação do caráter aberto da história, mas a afirmação de que sua realização se dá de acordo com determinações racionais, apreensíveis pela razão e, como tal, objetos de sistematização por uma ciência particular. No mesmo sentido, no apurado resgate da nossa particularidade histórica, revela-se em Florestan uma arguta percepção da relação dialética entre o todo e as partes componentes do sistema capitalista mundial.

A conclusão a que se chega é que Florestan não opera apenas dentro de uma ambivalência entre sua “condição de sociólogo” e sua referência no materialismo histórico e dialético, mas que essa ambivalência se manifesta a partir de uma relação tensa entre a estrutura expositiva de suas obras históricas básicas e os fundamentos metodológicos que informam, de maneira central, seus desenvolvimentos. Sintomaticamente, essa também é a conclusão proposta por Gabriel Cohn, um de seus mais íntimos colaboradores e críticos. No seu ensaio publicado na coletânea organizada por D’Incao (1987), esse autor, referindo-se a *A Revolução Burguesa no Brasil*, nos diz:

Se acompanhássemos aqui os passos do texto que menciono sem demonstrar, veríamos que no que está explícito no texto, no que é facilmente reconstruível no texto do ponto de vista metodológico, aparecem constantemente formulações que são leitura direta de Weber e Durkheim. Eu afirmarei aqui dogmaticamente, sem demonstrar, que há passagens que são puro Weber e há passagens que são puro Durkheim nessa obra. E, se

apanharmos essas passagens e as analisarmos, constataremos uma coisa desconcertante, a saber, que estas questões relativas à constituição de certos agentes sociais no contexto brasileiro, questões que são colocadas numa perspectiva que se apresenta no texto pelo menos à primeira vista como weberiana, são respondidas a partir de formulações referentes às condições estruturais em que esses agentes operam e essas segundas formulações são feitas no registro durkheimiano. Há então uma aparente discrepância: questões formuladas num registro teórico encontram respostas no outro registro. Como integrar isso? Eu me aventuraria a sugerir que seria um belo empreendimento de reconstrução metodológica e teórica se nós pudéssemos trazer à tona como, no final das contas, o jogo cruzado entre Weber e Durkheim, na análise que Florestan faz da revolução burguesa no Brasil, encontra a sua inteligibilidade numa outra corrente de pensamento, que permeia ambas e exatamente garante a sua inteligibilidade. Ela não está expressa, não está explícita, não é invocada de maneira explícita. Quando eu falo explícito vejam bem, eu não estou me referindo a notas de rodapé, estou me referindo à própria linguagem usada, aos conceitos invocados. Essa explicitação requer um trabalho de reconstrução para vir à tona. A sugestão, aqui, é que essa outra concepção, essa coisa que trabalha o texto por dentro, é a visão marxista, é uma concepção materialista histórica, alimentada por Marx. Eu diria que não apenas por Marx, mas por Lenin, esse Lenin ao qual Florestan dedicou um texto que deve ser sério candidato a ser uma das melhores coisas que se tenha escrito como comentário a respeito: a introdução que Florestan fez ao volume sobre Lenin da coleção “Grandes Cientistas Sociais” (COHN, 1987, p. 51-2).

Em nossa opinião, não há uma única correção a fazer à passagem de Cohn, reproduzida acima. A idéia de que o que estrutura a contribuição teórica de Florestan é o materialismo histórico, mas que isso não se apresenta explícito e que a explicitação desse fato exigiria um trabalho de reconstrução para vir à tona, é uma idéia que nos parece não apenas correta, mas reveladora de uma percepção extremamente arguta da literatura sociológico-histórica desse autor.

O que sustenta a leitura de Cohn é uma dupla perspectiva: 1) de que não há uma incompatibilidade essencial entre a opção pelo materialismo histórico e o manuseio instrumental de um arcabouço teórico-conceitual originalmente não-marxista; 2) que a forma como Florestan estrutura a articulação desses distintos instrumentais é, contudo, problemática, uma vez que a estrutura expositiva adotada por ele compromete a adequada compreensão do conteúdo essencial de suas contribuições. Quer nos parecer que não estaríamos fugindo à lógica da contribuição de Gabriel Cohn se a traduzíssemos nos seguintes termos: Florestan busca fazer (e, em certo sentido, o faz) ciência da História, mas a apresenta como Sociologia (ainda que diacrônica), sucumbindo à tendência de afirmar-se primeiramente em nome de sua especialidade (numa postura que ele mesmo critica). É necessário ressaltar ainda que a leitura de Cohn envolve uma pontuação crítica a uma certa interpretação corrente da obra de Florestan: se é verdade que esse autor nunca se circunscreveu à posição de um marxista dogmático e rígido, tampouco é verdade que esse autor adote um ecletismo *sans phrase*, pois, pretende-se, o materialismo histórico funciona como o articulador interior da construção teórica de sua Sociologia diacrônica.

Correta a interpretação de Cohn, restaria por entender as razões da opção por uma metodologia expositiva tão problemática quanto a realizada por Florestan. Antes de realizarmos este último movimento, porém, cabe explicitar que Florestan não apenas reconhece as dificuldades inerentes à sua opção expositiva, como ele mesmo realizará um movimento no sentido de superar parcialmente as circunscrições em que envolveu seus estudos historiográficos. Assim é que, no *Prefácio à segunda edição de A Revolução Burguesa no Brasil*, fará uma correta autocrítica de seu próprio ponto de partida neste texto, afirmando que:

[...] há a questão da amplitude do capítulo 2. Na época em que o redigi, há dez anos atrás, parecia-me que a síntese feita, apesar de muito apertada, respondia a tudo que era essencial (especialmente tendo-se em vista que se trata de um capítulo 'de abertura', no qual são focalizados temas mais ou menos indiretos com referência aos pré-requisitos do desencadeamento da revolução burguesa). Tive de

omitir-me, principalmente: 1) quanto ao passado colonial; 2) quanto aos momentos de conexão desse passado com a eclosão da fase de transição neocolonial. O que escrevi a respeito visava mais a uma autolocalização do autor do que a uma tentativa de explicação. Os “problemas em suspenso” ficaram, assim, gravitando no próprio eixo teórico do fulcro de contenção histórica da descolonização. Para um sociólogo que se apegava à sua condição socialista, isso não deixava de ser paradoxal. Os véus que nos prendem, ainda hoje, ao passado recente ficaram encobrendo a realidade, embora algo tenha sido definitivamente desmascarado. Logo que tive ocasião propícia, aproveitei-a para “arredondar a conta”. Em um pequeno estudo, em vias de publicação¹², completei duas análises anteriores da sociedade escravista e fechei o círculo que ficava aberto na exposição contida neste livro. Nesse estudo, não só esclareço meu pensamento sobre a natureza, a estrutura e a evolução do modo de produção escravista, como completo a análise desenvolvida nesta obra sobre a maneira pela qual o modo de produção escravista funcionou como base material da ordem escravocrata e senhorial [...]. Por conseguinte, não só os quadros da análise foram ampliados, mas também os seus focos teóricos (FERNANDES, 1981a, p. 6-7).

A profundidade da autocrítica não deve ficar obscurecida pelo fato de o autor articulá-la explicitamente a um único capítulo - o segundo - da referida obra. Na realidade, é um ponto de partida que se questiona (e, de certa forma, se justifica). Não será gratuito que, “ao se arredondar a conta”, não se retroaja simplesmente ao período colonial, mas se busque no “modo de produção escravista a base material da ordem escravocrata e senhorial”, o que implica uma ampliação não só dos quadros da análise, mas dos focos teóricos¹³.

Nesse sentido, Florestan não apenas reconhece a validade das reivindicações de Cohn, de que seria necessário um trabalho de reconstrução teórica de seus textos para que sua essência materialista histórica pudesse vir à tona, como, segundo suas declarações, busca iniciar este movimento em um estudo “em vias de publicação” que será nada mais, nada menos do que *A Sociedade Escravista no*

Brasil. Como veremos adiante, a ampliação dos focos teóricos, presente neste ensaio, não determinará qualquer movimento de negação dos desenvolvimentos postos em *A Revolução Burguesa no Brasil*, apenas tornará explícito o fundamento essencialmente marxista daqueles, revelando a necessidade de (e abrindo espaço para) se realizar movimento similar que envolvesse a totalidade do período histórico abarcado por essa última obra.

Finalmente, uma vez explicitado o ecletismo no interior da obra de Florestan como uma persistente (ainda que crescentemente autocrítica) tensão entre uma estrutura expositiva que se apega ao formalismo da Sociologia Acadêmica e um núcleo teórico firmemente assentado no materialismo histórico, valeria a pena investigarmos as razões que puderam levar nosso autor a essa referenciação conflitante.

Antes de mais nada, há o peso da formação acadêmica. A importância dessa influência sobre o pensamento de Florestan só pode ser dimensionada quando se resgata o peculiar processo de desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Se se tem em conta o significativo e generalizado atraso na constituição das instituições acadêmicas de nível superior no Brasil, chama a atenção a precocidade da implantação do ensino e da pesquisa sociológica neste país. Tendo, como ponto de partida, a influência política que assumirão os signatários do projeto tecnocrático-positivista de modernização conservadora em nosso país a partir da crise do II Império, o projeto da Sociologia como ciência positiva e autônoma passará a ser reconhecido e apoiado em amplos e diversificados círculos intelectuais, desde antes da virada do século. Nos primeiros anos da República, desenvolver-se-á uma luta pela introdução obrigatória da disciplina de Sociologia nos currículos escolares secundários, que será crescentemente vitoriosa a partir dos anos 20 - sob influência de Carlos Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Antonio Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, entre outros - quando essa é introduzida em "escolas-padrão" como o Colégio Pedro II e a Escola Normal do Recife.

O grande salto de qualidade da Sociologia no Brasil, contudo, será dado a partir dos anos 30 quando, sob a pressão dos conflitos sociais emergentes (que redundarão no projeto de aceleração da

modernização burguesa conservadora), o ensino dessa disciplina não apenas passa a se generalizar nas escolas secundárias, como são montadas duas instituições de nível superior dedicadas ao ensino e à pesquisa da mesma: a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Ambas contarão, no período de sua estruturação, com a contribuição de professores estrangeiros, alguns deles - como Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Paul Arbousse Bastide, Donald Pierson, Georges Gurvitch - signatários de uma produção de respeitabilidade internacional.

Ora, Florestan Fernandes realizará sua formação acadêmica sob a influência da leitura desses grandes mestres, justamente no momento em que a excepcional qualidade dos cursos de Sociologia contrastava de forma marcante com a debilidade do desenvolvimento científico da produção teórica nas demais Ciências Humanas. Além disso, há que se lembrar que o desenvolvimento acadêmico da Ciência Econômica e da História em nosso país se dará, em seus primeiros movimentos, já sob a hegemonia do projeto positivista de conformação das distintas Ciências Sociais autônomas. E, como sabemos, a formulação positivista do objeto da Economia (tornada “pura”) e da História (“relato” sem *status* de Ciência) tende a ser mais embotador de qualquer possibilidade de resgate das determinações propriamente sociais e históricas da realidade e das contradições humanas presentes, do que o próprio projeto da Sociologia. Nesse sentido, é presumível que a opção pela condição (formal) de sociólogo deva ter parecido a Florestan, não apenas como aquela que carregasse maior potencialidade de apreensão científica da contraditória realidade social brasileira, mas como a única opção em que se pudesse efetivamente avançar neste sentido.

Os desdobramentos da vida profissional de Florestan - em que esse autor rapidamente passa da condição de discente para a condição de professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com a enorme responsabilidade de manter o padrão de qualidade do ensino sustentado pelos antigos mestres estrangeiros - não pode deixar, igualmente, de ser lembrado. Tanto mais, quando se sabe que as circunscrições que a academia projeta para aqueles que são levados a desenvolver uma carreira no seu interior não se

esgotam com o término da formação teórica e profissional nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, mas avançam sobre uma complexa rede de mecanismos de controle (institucionalizados ou não) que vão desde a cotidiana avaliação crítica dos pares em torno da qualidade científica dos trabalhos dos colegas¹⁴, até a censura explícita e a intimidação política àqueles profissionais que se desviam da “boa conduta acadêmica”. É exatamente isso que Florestan Fernandes nos traz à memória quando, na fala de encerramento do seminário sobre sua obra, realizado na UNESP, diz que:

A nossa sociedade é tão repressiva que ela pôde criar a Universidade e, ao mesmo tempo, engendrar dentro da Universidade, mesmo nos professores jovens mais audaciosos, um limite à radicalidade do intelectual. Não foi só por influência dos professores franceses, alemães, como o professor Emílio Willems, que nós aprendemos a obedecer a uma certa tendência ao ecletismo. Foi também como um modo de defesa diante de uma repressão que se manifestava por todos os meios. Só para dar um exemplo: em 1962, quando eu já era um professor conhecido e respeitado, um reitor da USP, que se tornaria um jurista da ditadura, me recebeu na reitoria: “ó mestre, que prazer em recebê-lo aqui”. Depois me mostrou trechos sublinhados em vermelho de um ensaio contido em *A Sociologia numa era de revolução social* e disse: “mas o senhor é muito perigoso, veja o que o senhor afirma nos seus livros”. E ele próprio estava à cabeça dos que elaboravam uma lista de exclusão de certos professores da Universidade e incluía o meu nome naquela lista (FERNANDES, 1987, p. 315-6).

O peso dessa circunscrição institucional e política definida pela universidade, será, evidentemente, tão maior quanto maior forem nossos anseios de interlocução e realização profissional no interior do colégio de cientistas que compõe a própria instituição acadêmica. E já vimos que há um privilegiamento político, da parte de Florestan, na interlocução com esse colégio, que se assenta sobre sua leitura da produtividade crítica potencial das instituições universitárias. cremos que, em uma dimensão absolutamente não desprezível, a fé

de Florestan na produtividade e na criticidade potencial das instituições acadêmicas seja explicável, por um lado, pelas condições absolutamente peculiares em que se deu sua formação teórico-profissional básica, e, por outro lado, pela própria debilidade da produção crítica nacional ao longo dos anos 40 e 50, momento em que o nacional-desenvolvimentismo, o populismo e o estalinismo embotavam a qualidade da produção teórica das diversas instituições não acadêmicas, formuladoras de projetos e leituras sobre a sociedade.

Não será gratuito, assim, que, a partir do final dos anos 50, sob o influxo do avanço do movimento social dos trabalhadores, Florestan Fernandes passe crescentemente a refletir sobre os processos de mudança social no Brasil. O instrumental da Sociologia clássica passará a se subordinar, então (e de forma cada vez mais rigorosa), a uma estruturação interna do discurso, definida pelo método materialista histórico e dialético. A preeminência expositiva do instrumental cedido pela Sociologia acadêmica, contudo, preservar-se-á ainda por um longo período.

Quer nos parecer que - para além da dificuldade, absolutamente compreensível, de qualquer profissional da academia em abandonar certos jargões e um certo padrão de discurso típico deste espaço, mesmo quando se vê afastado do seu interior - esta opção expositiva possa ser entendida a partir de duas determinações básicas. Em primeiro lugar, em função da preservação em Florestan de uma confiança no papel social da academia, que se desdobrará na necessidade de sustentar a interlocução com o colégio de sociólogos, a partir de uma produção que sustentasse (ainda que, por vezes, isto fosse mais aparential do que efetivo) os cânones definidores da cientificidade aceitos por este colégio. Em segundo lugar (e aqui, cremos, se encontra o busílis da questão), porque, ao longo de sua investigação em torno dos processos de mudança social no Brasil, Florestan se aperceberá de que algumas particularidades destes processos poderiam ser melhor apreendidas teoricamente a partir das possibilidades abertas por certos instrumentos teóricos específicos da Sociologia acadêmica. A importância desta questão, para que possamos concluir nossa avaliação em torno da tensão de referenciais na obra de Florestan Fernandes, é tamanha que nos

obriga a antecipar certos desenvolvimentos que só poderão ser perfeitamente apreendidos ao longo de toda a primeira parte deste estudo.

No centro mesmo da leitura de Florestan Fernandes acerca da transição capitalista brasileira, encontra-se a percepção de que nossa Revolução Burguesa não se processa como uma revolução contra a ordem, mas rigorosamente dentro da ordem, através de movimentos sociais formalmente contrarrevolucionários. Isso significa dizer que o processo de transição burguesa se definirá a partir de movimentos estritamente conservadores no que diz respeito à relação estabelecida com os segmentos sociais desapropriados e marcados pela conciliação de interesses dos diversos segmentos sociais dominantes (de extração oligárquico-latifundiária e especificamente burguesa). Mais do que isso: a articulação desse movimento social de (contra) Revolução Burguesa vai se definir no interior de um processo histórico, no qual a montagem e o desenvolvimento da ação regulatória e repressiva do Estado assume um papel de absoluta centralidade.

Ora, uma vez aceita esta leitura, não se pode mais pretender enfrentar certos processos - como a articulação e o desenvolvimento do Estado Nacional, no Brasil, e de suas políticas regulatórias, assim como o processo de conscientização dos estamentos e classes dominantes de seus interesses e conflitos (que darão sustentação àqueles movimentos e que se manifestam através de determinadas polarizações utópicas e ideológicas) - apenas como resultados, como pontos de chegada de um processo integralmente embasado nas contradições materiais especificamente econômicas. E isso, não porque se pretenda que tais processos comportem uma “autonomia relativa” frente às determinações materiais contraditórias que os sustentam, mas porque eles denunciam a peculiaridade de nossa transição capitalista e porque serão responsáveis pela definição, em seu interior, de novas polarizações contraditórias, capazes de pôr o sistema em um determinado movimento.

Na medida mesmo em que percebe o desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil como um processo de transformação dentro da ordem, Florestan perceberá, igualmente, as ricas possibilidades abertas pela Sociologia acadêmica - uma ciência cujo

veio normal de desenvolvimento transcorre em torno da investigação dos mecanismos sociais (coercitivos, recorrentes, adaptativos, superestruturais) que garantem a reprodução de uma certa ordem - para o desvendamento de determinados movimentos típicos de nossa história. É exatamente isso que ele nos diz em *Classes Sociais na América Latina*, quando, referindo-se ao padrão conciliatório de transformação interna das sociedades deste continente, declara que:

É impossível fixar todos os problemas que essa situação caótica e tão rica de desdobramentos impõe à reflexão sociológica, nos dois polos do que é recorrente e do que é variável. [...] [mas é possível dizer que os problemas que emergem daí] definem, em diferentes níveis de análise e de interpretação, como a herança da Sociologia clássica pode ser retomada e redefinida nos quadros de uma nova problemática, que tem uma origem concreta, possui importância teórica e contém um significado político (FERNANDES, 1975b, p. 37).

Poder-se-ia muito bem contra-argumentar que a perspectiva dialética também comporta instrumentos para a interpretação de fenômenos recorrentes, e que a produção materialista histórica ao longo do século XIX e XX - particularmente a partir de textos de Engels, Lênin, Trotski e Gramsci - desenvolveu uma leitura capaz de embasar a interpretação das transições retardatárias sem que se percam suas particularidades inassimiláveis a qualquer modelo geral. Todas estas corretas observações, contudo, não anulam o fato de que a Sociologia Acadêmica porta um instrumental que se mostra adequado para a análise de determinados processos sociais que são significativos no interior da transição burguesa brasileira, e não há qualquer razão para que um profissional, de sólida formação sociológica, como Florestan Fernandes, dele abra mão para a interpretação dos referidos processos. Afinal, como já vimos antes, na discussão em torno da leitura de Lukács sobre o marxismo ortodoxo, não há nada que obste - antes pelo contrário - a apropriação de instrumentos teóricos de extração não marxista por autores que se referenciam no método materialista histórico e dialético.

Mas, que se entenda bem: isto não justifica qualquer pretensão

de se estruturar o estudo do processo histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro como Sociologia histórica¹⁵. Na nossa opinião, a compreensão dos processos culturais que sustentam determinados ajustamentos históricos só pode ser obtida pelo resgate das determinações sociomateriais destes processos. E, lembremo-nos: esta também parece ser a perspectiva que orienta a autocrítica de Florestan, expressa no já referido *Prefácio à segunda edição de A Revolução Burguesa no Brasil*, e que orientará a estruturação básica de *A Sociedade Escravista no Brasil*.

A conclusão que se extrai do exposto acima para a questão deste primeiro capítulo é a de que, tanto a permeabilidade do marxismo a instrumentais teóricos não desenvolvidos em seu interior, quanto às particularidades da formação capitalista brasileira, sem justificarem a opção metodológico-expositiva de Florestan Fernandes, explicam a possibilidade de, mesmo no interior desta opção, constituir-se e desenvolver-se uma investigação historiográfica que, contraditoriamente, segue os princípios básicos do materialismo histórico e dialético. Isto, evidentemente, vem apenas reforçar a interpretação desenvolvida por Gabriel Cohn sobre a obra de Florestan Fernandes, assim como nossa hipótese original da possibilidade e necessidade de se articular tal reestruturação expositiva dessa obra que, aprofundando o sentido das considerações autocríticas de nosso autor, permitam a máxima extração dos rendimentos explicativos que ela comporta. Esta tarefa é tão mais importante na medida em que, tendo em vista as dificuldades de compreensão do conteúdo profundo das formulações de Florestan, derivadas de sua complexa e peculiar opção expositiva, tornam-se recorrentes, críticas simplórias à sua obra, que negam a essência marxista da mesma. Diante deste quadro, é impossível deixar de lembrar as críticas de Marx aos novos hegelianos em *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro* (s.d., p. 29), e seu próprio projeto de leitura da obra do grande mestre do pensamento dialético:

Mesmo no que se refere a Hegel, é uma prova de ignorância da parte dos seus discípulos julgarem qualquer determinação do seu sistema como uma adaptação cômoda, numa palavra, moralmente. [...] Lançam a suspeita

sobre si próprios e fazem crer que antes não tomavam a coisa a sério; é seu próprio passado que atacam julgando combater Hegel. Mas esquecem, ao fazê-lo, que ele estava numa relação imediata e substancial com seu sistema, enquanto eles se encontram, em relação a esse sistema, numa relação de reflexão. É compreensível que um filósofo cometa uma inconseqüência por comodismo. Pode até ter consciência disso. Mas aquilo de que pode não ter consciência é que a possibilidade de uma tal adaptação aparente tem sua origem mais remota numa insuficiência ou numa compreensão insuficiente do princípio de que parte. Se isso acontecer a um filósofo, seus discípulos devem explicar a partir da *consciência íntima e essencial desse filósofo* o que *nele* apresentava a *forma de uma consciência esotérica*. Desse modo, aquilo que constitui um progresso da consciência é simultaneamente um progresso da ciência. Não se suspeita da consciência individual do filósofo; descobre-se a forma essencial dessa consciência, é-lhe atribuída uma caracterização e um significado determinados e, desse modo, ela é ultrapassada.

Sem dúvida alguma, buscar trazer à tona a “consciência íntima e essencial” de Florestan, a leitura que organiza, por dentro, suas contribuições, é uma tarefa que, a princípio, não se depara sequer com as dificuldades que se colocavam para a realização do mesmo movimento com relação a Hegel. Afinal, enquanto este filósofo ainda se encontrava preso às malhas do idealismo, Florestan opera diretamente dentro da perspectiva materialista, que se encontra apenas encoberta por uma casca especificamente sociológica. Contudo, há que se ponderar que - sem qualquer falsa modéstia -, enquanto Marx se encontrava à altura do grande filósofo dialético alemão, não pretendemos nos encontrar em posição similar frente a Florestan Fernandes. A grandiosidade e amplitude de perspectiva, presente na obra deste autor contrasta com nossas debilidades pessoais que não se esgotam na formação profissional e acadêmica de economista, necessariamente fragmentadora e parcializadora. Por isso mesmo, se avaliássemos que o esforço de releitura crítica da obra de Florestan estivesse posto como projeto teórico imediato de cientistas de estatura intelectual maior que a nossa, não hesitaríamos em nos esquivar a



esta tarefa, tão árdua quanto importante. Não nos parece, contudo, ser este o caso. Assim, tendo em vista a atualidade que reputamos ao trabalho de Florestan, somos levados a enfrentá-lo, conscientes de que só conseguiremos atingir resultados parciais que, eventualmente, poderão ser alimentados por um debate que lhes dê continuidade.



2 FLORESTAN E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: EM BUSCA DA SUPERAÇÃO PELA SÍNTESE

No capítulo anterior, discutimos a pertinência dos esforços de Florestan Fernandes em aproximar os instrumentais da Sociologia acadêmica e do materialismo histórico e dialético. Cabe agora avaliar um outro esforço de síntese deste autor, e que se dirige para o resgate da ampla produção historiográfica brasileira¹⁶, inclusive de autores de extração teórica e ideológica indisfarçavelmente conservadora. O esforço de diálogo de Florestan com a ampla produção historiográfica nacional é inquestionável. Mais do que isto: sem abrir mão de uma crítica densa e permanente em relação aos desvios ideológicos (particularmente os de cunho nacionalista, racistas e mascaradores da violência arraigada e institucionalizada em nossa sociedade de extração escravista) presentes em boa parte da historiografia brasileira, Florestan procurará marcar, de forma explícita, o resgate que faz da produção teórica tradicional. Neste sentido, não será gratuita a passagem do prefácio à segunda edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, em que o autor afirma:

A história [da modernização no Brasil] não caminhou depressa demais. Contudo, o bom historiador precisa acompanhar os seus ritmos e os seus caprichos. No caso, o mínimo que se pode dizer é que a “historiografia tradicional” brasileira andou bem na construção de periodizações e que o seu “ponto forte” está na caracterização do deslanchamento do processo e do ápice que ele atinge sob a hegemonia do “conservantismo esclarecido”. Sob esse prisma, *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima e *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, surgem como duas obras-primas, que suportam qualquer confronto com as *sui generis* descobertas de historiadores atuais. Isso para não falar de Pandiá Calógeras, que, malgrado tantas deficiências reconhecidas (muitas inevitáveis ainda hoje), teve “um bom sentido” da duração e encadeamento das épocas. O que se pode

concluir? A história humana não é uma *história natural*. É preciso vivê-la para captar suas conexões de sentido e, ainda mais, para expurgá-la das projeções ideológicas dos que pensam que “constroem a história” quando, na verdade, apenas a “sofrem”, mesmo que através de e protegidos por uma posição privilegiada (FERNANDES, 1981a, p. 8).

Para que se possa avaliar adequadamente esta postura de Florestan frente à historiografia brasileira, é preciso que se demarquem as profundas diferenças entre o movimento implícito neste processo e o movimento de síntese que foi objeto de nossas considerações no capítulo anterior. Antes de mais nada, há que se entender a distinção fundamental que existe entre o resgate de uma bibliografia histórica - com a qual se tem de operar impositivamente, mesmo que sob a perspectiva crítica de quem recupera um documento expressivo de um dado momento de interpretação e percepção da história vivida - e o resgate simultâneo de dois projetos teórico-metodológicos que carregam sólidas determinações antitéticas.

Se isso não bastasse, há que se entender que o resgate que Florestan realiza da historiografia brasileira está longe de ser um resgate acrítico. Como ele mesmo declara na abertura do primeiro capítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil*:

A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de “história oficial” singularmente desprendida de intenções interpretativas e, em particular, muito sujeita a converter os móveis declarados e as aspirações ideais conscientes dos agentes históricos em *realidade histórica* última, tão irredutível quanto verdadeira em si mesma. A reação a esse padrão deficiente e deformado de descrição histórica é recente e ainda não conseguiu criar uma perspectiva de interpretação histórica livre de etnocentrismos, aberta a certas categorias analíticas fundamentais e criticamente objetiva (FERNANDES, 1981a, p. 15).

Os enormes riscos deste apego aos móveis declarados e reconhecidos pelos agentes históricos dominantes são tanto maiores quanto, na arguta percepção de Florestan, a presença, internamente, de fortes impulsões materiais e axiológicas contraditórias (que se explicam, em última instância, pela peculiaridade de nossa formação histórica escravista-mercantil), determina que a ideologia dominante reproduza-se sob a forma do delírio. Em suas palavras:

[O] delírio irrompeu como fato histórico repetitivo (pois ele vem de longe, de uma colônia que se pretendia metropolitana em seus vincos senhoriais e portugueses; e de um escravismo que não se reconhecia como tal, pois entendia que, aqui, a “instituição infame” era *humana e católica*, como jamais o fora em outras partes!). O liberalismo, por sua vez, tirava dele a sua seiva (ou a super-hipocrisia em que se fundava), pois não haveria como ajustá-lo sequer ao espaço histórico restrito dos mais iguais do mundo senhorial [...]. Na verdade, há uma constante nas transformações da sociedade brasileira: abalada em seus fundamentos materiais, em seus *mores* e em suas estruturas, ela não só liberta eclosões incontroláveis de delírios em contradição - ela exige o delírio como uma forma compensatória de autodefesa do equilíbrio do eu, de preservação de ilusões ameaçadas e de relação neurótica com a ordem social, em convulsão catastrófica mais aparente do que real (FERNANDES, 1986a, p. 12).

De outro lado, há que se considerar que, sob a égide de nosso peculiar padrão de desenvolvimento capitalista (que não se realiza apenas como processo desigual e combinado, mas sob a lógica de desenvolvimento do capital mercantil e do patrimonialismo), o Brasil contará com uma produção historiográfica relativamente densa e precoce, onde despontam certas leituras e contribuições teóricas, às quais não se pode negar o atributo da criticidade. Assim, já no alvorecer do século XX¹⁷, terá início o processo de constituição de uma historiografia de ambições científicas, articulada sob crescente influência de um materialismo não vulgar. Tal movimento contará com inúmeras contribuições - todas elas iluminadas em maior ou

menor grau pela consolidação da ordem burguesa nacional e pelo desenvolvimento da luta de classes - e irá se refinando e se constituindo crescentemente, desde as contribuições de autores como Euclides da Cunha, até as obras absolutamente basilares de Astrogildo Pereira e Caio Prado Jr.

A história desta historiografia crítica, porém, não foi marcada por um permanente processo de desenvolvimento e efetiva superação crítico-dialética daquelas obras que reputamos basilares. Sob a trágica influência de construções e desenvolvimentos teóricos contrário-idênticos – em particular, da versão materialista vulgar do marxismo (hegemônica a partir da consolidação do stalinismo), da inflexão positivista-segmentadora da literatura especificamente acadêmica (que se desenvolverá ao longo das décadas posteriores a 30) e das distintas vertentes idealistas (que, do existencialismo ao pós-estruturalismo, se desenvolverão no pós-segunda guerra por oposição à hegemonia do materialismo vulgar) - a historiografia crítica brasileira se desenvolverá de forma marcadamente contraditória, onde os avanços e recuos se sobreporão de forma a não permitirem uma clara e imediata percepção do sentido global e essencial de sua trajetória. Se somarmos estas influências às permanentes pressões que o autoritarismo congênito do Estado brasileiro exerce sobre a produção crítica e a organização autônoma da classe trabalhadora, teremos à mão o conjunto básico de determinantes da problemática evolução da historiografia crítica em geral (e do materialismo histórico em particular) em nosso país.

Uma avaliação mais acurada, contudo, nos revela uma trajetória básica, que - à falta de uma categoria mais adequada - poderíamos denominar de “movimento de especialização/especificação teórica”. Este movimento é marcado por uma perda relativa da busca de uma visão totalizante do objeto histórico, que se define tanto pela crescente circunscrição temporal e regional dos objetos de estudo, quanto pelo refinamento e diferenciação do instrumental teórico-metodológico utilizado. Tal quadro tende a se desenvolver, em um primeiro momento, na consolidação dogmática de distintas escolas e projetos de interpretação dos fundamentos históricos da realidade social brasileira.

Assim é que, a partir dos anos 40, se constituirão distintos

“paradigmas interpretativos” do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro que, de forma crescente, se pretenderão alternativos e reciprocamente excludentes. Evidentemente, qualquer tentativa de sistematização deste movimento envolve certa violência às obras de um conjunto sempre diferenciado de autores, que passam a ser vistos como representantes de “tal ou qual corrente”. A despeito disso - e dentro dos limites estreitos da montagem de uma tipologia capaz de servir como fio condutor de nossa análise no interior deste estudo -, podemos dizer que se definirão seis correntes básicas (por sua produtividade e consistência interna, sem que se negue a existência de importantes contribuições individuais inassimiláveis às mesmas) de interpretação do referido processo¹⁸. Sem pretender hierarquizá-las a partir de qualquer critério¹⁹, poderíamos apresentar estas seis correntes básicas, como segue:

1) uma leitura que, a partir do resgate da peculiar ordem fundiária nacional e da estabilidade e longevidade de relações sociais pré-mercantis no campo brasileiro (assim como de uma interpretação generalizadora e marcadamente etapista do processo de desenvolvimento do capitalismo ao nível dos diversos espaços nacionais), identificará a presença de elementos “feudais/tradicionais” na ordem social colonial, imperial e republicana brasileira. Tais elementos - cuja sobrevivência seria sustentada pela aliança de interesses do bloco latifundiário com o imperialismo internacional - serão vistos como entraves ao pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, havendo por isso de serem enfrentados pela vanguarda da classe trabalhadora e pelos segmentos nacionalistas da burguesia interna. Os maiores expoentes individuais desta leitura serão Nelson Werneck Sodré (1990) e Alberto Passos Guimarães (1981), mas ela contará com o reforço da maior parte dos intelectuais que se situavam sob a influência teórica do Partido Comunista Brasileiro;

2) uma leitura que pretende - em consciente antagonismo com a anterior - que a formação social e econômica brasileira seja essencialmente capitalista desde sua constituição como sociedade colonial. Nessa perspectiva, as peculiaridades do desenvolvimento socioeconômico nacional (quando reconhecidas) seriam, antes, resultado da precocidade da ordem burguesa e do desdobrar de

suas contradições, do que de qualquer atraso relativo e/ou debilidade na consolidação da mesma. Um espectro extremamente amplo de intérpretes dá sustentação a esta tese, desde autores como Roberto Simonsen (1978) e - até certo ponto - Caio Prado Jr (1970, 1987), passando por dependentistas clássicos como André Gunder Frank (1970). Contemporaneamente, contudo, ela vem sendo desenvolvida por um conjunto de historiadores que - com maior ou menor organicidade - filiam-se a um projeto teórico de inspiração pós-marxista que se convencionou chamar Nova História (como Decca, 1982).

3) uma leitura de clara inspiração weberiana, que centra sua atenção nas peculiaridades da ordem político-institucional brasileira (marcadamente patrimonialista) e no particular padrão de reprodução social capitalista (politicamente orientado) associado àquela. Esta leitura - que recebe influência de um espectro extremamente amplo de historiadores tradicionais e analistas políticos brasileiros que se ocuparam da autonomia relativa e do autoritarismo crônico do Estado brasileiro - tem, na obra de Raymundo Faoro (1975), sua expressão teórica maior;

4) uma leitura que, partindo do peculiar processo de reprodução econômico-mercantil brasileiro (e latino-americano) - assentado sobre um padrão de subordinação da força de trabalho não especificamente capitalista, uma ordem agrária baseada no latifúndio, uma elevada abertura para o exterior, e em uma produção mercantil centrada em bens agrícolas e matérias-primas -, detecta obstáculos para a sustentação do desenvolvimento econômico capitalista a médio e longo prazo. Tal leitura - tipicamente cepalina, e que terá, em Celso Furtado (1984), sua máxima expressão no Brasil - se desdobrará na defesa de um projeto de desenvolvimento articulado a partir de políticas públicas, conscientemente montadas com vistas à modernização econômica e social;

5) uma leitura que busca nas relações sociais básicas de produção - vale dizer, no escravismo mercantil - os fundamentos do padrão dinâmico e da peculiar historicidade brasileira até o advento da ordem capitalista, assentada sobre o assalariamento. Essa interpretação - como, de alguma forma, todas as anteriores - recebe seus primeiros delineamentos de *insights* presentes na obra de Caio

Prado Jr. (1972), mas se desenvolverá de forma sólida a partir da contribuição basilar de dois importantes autores: Ciro Flamarion Cardoso (1983) e Jacob Gorender (1980).

6) finalmente, uma leitura assentada na especificidade das formações capitalistas oriundas de sociedades articuladas sob a égide do Antigo Sistema Colonial e que se desenvolvem a partir dos desdobramentos da hegemonia do capital mercantil e de sua particular e contraditória lógica de valorização. Tal perspectiva - que se desenvolverá sob a inspiração das obras mestras de Fernando Novais (1979) e João Manuel Cardoso de Mello (1982) - contará com importantes contribuições de um conjunto de autores vinculados ao Instituto de Economia da UNICAMP.

É preciso esclarecer que, nas obras dos autores que operam dentro de cada perspectiva, essas distintas leituras não se apresentam sempre e necessariamente como alternativas absolutamente incompatíveis com as demais²⁰. Contudo, no resgate privilegiado de determinadas dimensões da realidade, coloca-se a possibilidade de desenvolvimento das mesmas leituras dentro de uma perspectiva dogmática, vale dizer, dentro de uma perspectiva que pretende a autossuficiência de cada corrente teórica particular. Tal perspectiva é incompatível com a essência da lógica dialética, que propugna que nenhuma leitura teórica, histórica e socialmente consolidada pode se constituir enquanto tal sem que realize o resgate de alguma dimensão significativa (mesmo que aparential) do real. Na medida em que se rompe com a leitura de que a aparência é pura negação da essência (e se entende que a primeira é a forma necessária de manifestação imediata da última), e na medida em que se compreende que a realidade é, em si, contraditória, comportando simultaneamente dimensões antagônicas, fica fácil entender que, no interior da lógica dialética, as distintas leituras críticas têm de ser sistematicamente confrontadas com vistas à constituição de leituras efetivamente superiores, articuladas a partir da superação da parcialidade. Ou, ainda, como nos ensina Hegel:

[...] toda a filosofia [que] existe é necessária, nenhuma deixou de existir, mas todas se conservaram na filosofia como momentos de um modo afirmativo. Temos, porém

de distinguir entre o princípio particular destas filosofias como particulares e a realização deste princípio através de toda a concepção mundial. Os princípios conservaram-se, e sendo a mais recente filosofia o resultado dos princípios anteriores, nenhuma filosofia é em dia algum refutada. O que aparece refutado não é o princípio desta filosofia, mas sim o fato de este princípio ter podido ser considerado como determinação última e absoluta. [...] A nossa posição em face de uma filosofia deve, por conseguinte, ter um caráter afirmativo e um caráter negativo; só depois de havermos tomado ambos em consideração, faremos imediatamente justiça a uma filosofia. O caráter afirmativo será reconhecido mais tarde, tanto na vida quanto na ciência: refutar é mais fácil do que justificar (HEGEL, 1980, p. 344).

Quer nos parecer que a produção historiográfica de Florestan desenvolvida a partir do final da década de 60 corresponde, no pensamento brasileiro, a este “mais tarde” de que fala Hegel acima; vale dizer, ao tempo em que o caráter afirmativo das diversas construções teóricas já pode ser levado em consideração de forma efetivamente crítica e superadora. E isso porque, se a interlocução das posições e correntes teóricas distintas (em luta pela hegemonia intelectual dentro e fora da academia) é praticamente contemporânea às suas emergências, inicialmente este movimento de diálogo só é capaz de conduzir ou a uma radicalização do antagonismo das perspectivas contraditórias, ou a um ecletismo oportunista (em que as contradições são abafadas ao invés de - como propugna o bom método - serem expostas e exploradas). Somente a partir de certo grau de desenvolvimento do debate - capaz de conduzir ao refinamento e determinação superior dos argumentos basilares de cada projeto de interpretação teórica - é que a efetiva constituição de leituras-síntese torna-se possível.

Mas não basta o trabalho do tempo para que sínteses teóricas efetivas (não ecléticas) se imponham. A realização desse processo exige a consolidação (inclusive institucional e material) da reflexão científica enquanto padrão de resgate, sistematização e depuração da densa e complexa produção teórica e ideológica de uma sociedade

que procura se interpretar. Com a competência inerente a um cientista de seu porte, Florestan conseguirá realizar o resgate crítico das determinações materiais efetivas que dão sustentação às principais teses presentes nas distintas leituras que lhe servirão de apoio sem absolutizá-las e, portanto, sem se deixar envolver necessariamente pelas derivações de ordem política e ideológica que as mesmas comportam. Assim é que o conjunto da obra historiográfica de Florestan está plena de momentos reveladores dos elos estreitos que prendem sua interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro ao conjunto daquelas leituras (contraditórias) apresentadas acima. Nesse sentido, uma curta passagem de seu *Classes Sociais na América Latina* não deixa de ser reveladora:

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). [...] De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas (FERNANDES, 1975b, p. 45b).

É absolutamente notável como, em um único e pequeno

parágrafo, Florestan explicita a necessidade de se resgatar: a) o desenvolvimento capitalista brasileiro como um processo articulado ao desenvolvimento capitalista mundial (tal como pretendem os mais argutos defensores da segunda corrente de interpretação teórica apresentada acima²¹); b) a centralidade do Antigo Sistema Colonial para a compreensão dos limites e especificidades do nosso capitalismo (tal como propugnam os defensores da sexta corrente de interpretação teórica); c) a importância - e a dimensão negativa - dos nexos globais que prendem a dinâmica histórica interna às impulsões da ordem imperialista internacional (tal como querem os críticos da aliança latifundiário-imperialista); d) a centralidade e o caráter conservador do papel do Estado no processo de articulação da acumulação capitalista interna (como propugnam os weberianos defensores da tese das fundações patrimonialistas do Estado brasileiro); e, e) a importância dos nexos especificamente econômicos que sustentarão a articulação dependente de nossa economia com o mercado mundial (como querem os cepalinos). Por outro lado, a absoluta centralidade que as relações sociais escravistas de produção (nas eras colonial e neocolonial de nossa história) assumem, na obra de Florestan, e em sua análise das particularidades dinâmicas de nossa sociedade, é insofismável; e já se expressa no título de uma de suas mais importantes obras historiográficas: *A Sociedade Escravista no Brasil*.

A importância desta conclusão para os desenvolvimentos que se seguem não pode ser subestimada. Desde logo, se estiver correta nossa interpretação da prática teórica de Florestan no que diz respeito ao movimento de recuperação, síntese e superação da produção historiográfica crítica brasileira, temos uma primeira demonstração objetiva da hipótese levantada por nós, no capítulo anterior, de que - a despeito de uma estrutura expositiva problemática e viciada por um certo ecletismo - o que organiza sua leitura histórica é o materialismo histórico e dialético. Afinal, como nos esforçamos por demonstrar, diferentemente do que se poderia pretender no que diz respeito à assimilação do projeto científico da Sociologia acadêmica, o movimento de recuperação/superação da historiografia crítica brasileira é absolutamente inerente ao projeto teórico do método dialético. Mas o mais importante é que, correta esta leitura, o trabalho de síntese e reapresentação das teses centrais de Florestan Fernandes

em *A Revolução Burguesa no Brasil* e em *A Sociedade Escravista no Brasil* (objeto da segunda parte deste estudo) fica extremamente facilitado. E isso, pela possibilidade mesma que se abre de, no interior do nosso trabalho, nos referenciarmos direta e explicitamente na ampla produção teórica e historiográfica que subsidia as principais formulações presentes nas obras de Florestan que tomamos como objeto.

Evidentemente, o critério que presidirá a apropriação de certas contribuições das diferentes vertentes da historiografia crítica brasileira, ao processo de representação das teses centrais de Florestan, será o da clara e explícita compatibilidade das referidas contribuições com o conjunto da produção teórica deste autor. O que nos compromete com a elucidação de pelo menos duas categorias centrais no pensamento de Florestan e que – ausentes da maior parte da produção historiográfica suprarreferida – tem que basilar o nosso diálogo com a mesma. Pensamos aqui nas categorias de “Revolução Burguesa” e “Capitalismo Dependente”, objetos dos dois próximos capítulos.

3 CAPITALISMO E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: NA PERSPECTIVA DA LÓGICA DO TEMPO E DA ESSÊNCIA

Um dos aspectos mais polêmicos da produção historiográfica de Florestan Fernandes encontra-se, sem dúvida alguma, na sua caracterização do processo de consolidação da ordem capitalista no Brasil como um processo de Revolução Burguesa. As inúmeras críticas que esta formulação recebeu podem, contudo, ser divididas em apenas dois grupos: num primeiro grupo encontram-se aqueles autores que negam que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro envolva qualquer transição radical (revolucionária ou não); num segundo grupo, se aglutinariam aqueles autores que, admitindo uma etapa pré-capitalista e um processo de transição para o capitalismo na história brasileira, não identificam esta transição com um processo revolucionário. Os autores do primeiro grupo afirmam o caráter essencialmente capitalista da formação econômica e social nacional desde a sua emergência como espaço econômico vinculado à economia mundial em expansão mercantil sob o Antigo Sistema Colonial. Já o segundo grupo aglutina autores que dão a este último conceito um grau de determinação maior (e, portanto, de generalidade menor) do que é dado por Florestan. A profunda distância que separa as duas críticas impõe que o enfrentamento das mesmas se dê em níveis distintos (que apresentamos sob a forma das duas seções abaixo), até porque - antecipamos desde já - se reconhecemos alguma pertinência à segunda, o mesmo não ocorre com relação à primeira.

3.1 Capitalismo e pré-capitalismo no Brasil

Como vimos anteriormente, o debate em torno do caráter capitalista ou pré-capitalista da sociedade escravista no Brasil perpassa toda a historiografia crítica deste país. Sua produtividade e capacidade de gerar novos textos - que recuperam, transformam,

inovam e, muitas vezes, apenas sofismam - em torno de velhos problemas e argumentos não deixa de ser surpreendente. Essa produtividade revela-se, inclusive, na existência de uma bibliografia que reflete sobre este debate²².

Ora, é evidente que tamanha fecundidade literária só pode ser entendida à luz das consequências potenciais desta discussão para a definição das estratégias políticas e jogos de aliança consistentes com os interesses de longo prazo dos distintos estratos sociais nacionais. Porém, malgrado a importância estratégica do tema (ou, talvez, em função mesmo dessa importância), o debate em torno do mesmo nem sempre foi marcado pelo primor e rigor intelectual. Assim é que, ao lado da crescente complexificação dos argumentos favoráveis e desfavoráveis à tese do Capitalismo Colonial Escravista Brasileiro, o componente fortemente ideológico que preside a maior parte das intervenções tem dificultado a consolidação daquelas leituras que (como a de Florestan) buscam superar os termos tradicionais em que a disputa se coloca através do resgate das contradições reais que permitem a sobrevivência das duas perspectivas antagônicas. Vale dizer: a própria persistência do debate (e o fato de que ele seja politicamente condicionado não é desmerecedor do mesmo, antes pelo contrário) já deveria servir como sinalizador, àqueles teóricos de sólida formação dialética, de que ambas as posições encontram-se firmemente implantadas sobre o resgate de determinadas (ainda que parciais) dimensões da realidade.

Com isso não estamos querendo dizer que se devesse buscar algum tipo de arranjo eclético, assentado sobre um “justo meio-termo” entre as posições em confronto. A questão que se coloca é bem outra. Tanto mais porque, em absoluta consonância com Florestan Fernandes, entendemos que a tese do Capitalismo Escravista Colonial Brasileiro é essencialmente equivocada. Contudo, sua crítica consequente só é possível a partir do resgate das determinações materiais reais que permitem sua sustentação. E entendemos necessário fazer isto não por qualquer respeito ao (ou por estarmos em busca do) consenso, mas por absoluto respeito à razão dialética. Expliquemo-nos.

A despeito de todo o refinamento a que foram submetidos os diversos argumentos, é possível dizer que as teses centrais que

sustentam as duas perspectivas antagônicas encontram-se relativamente consolidadas. Assim é que a tese do Capitalismo Colonial Escravista assenta-se sobre três pressupostos básicos, a saber: a) é impossível descolar (concreta e analiticamente) a dinâmica de constituição e desenvolvimento da sociedade colonial brasileira da emergência da Era do Capital e do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial; b) as relações sociais básicas internas são mediadas pela mercadoria, sendo que o próprio escravo assume esta forma; c) a divisão, o padrão de controle e a produtividade do trabalho nas células produtivas internas à Colônia são de tal ordem que garantem os atributos de modernidade e de empreendimento capitalista às mesmas.

Por outro lado - e a despeito da diversidade que campeia no interior das correntes teóricas que realizam a crítica da tese explicitada acima - os autores que negam a leitura do Capitalismo Escravista Colonial, via de regra, afirmam que: a) as sociedades coloniais são sociedades peculiares (quer as pensem como protofeudais, feudal-escravistas, patrimonial-escravistas, escravista-coloniais, ou outros quejandos) funcionais ao desenvolvimento de sociedades metropolitanas pré-capitalistas (porquanto estamentais e pré-industriais); b) o escravismo (associado a outras formas pré-capitalistas de subordinação do trabalho) constitui a relação social básica de produção interna, o que implica um padrão de reprodução, conflito e ordenamento social tipicamente não capitalista; c) as células econômicas internas comportam, ao lado de uma dimensão mercantil, sólidas dimensões pré-mercantis em que a produção de valores de uso, a troca direta e os laços de dependência pessoal assumem um papel não desprezível na reprodução econômica das mesmas.

Ora, mais importante do que perceber a evidente consistência (parcial) de cada um dos argumentos antagônicos expressos acima é perceber a unilateralidade e o caráter não dialético dos mesmos. Assim é que, se os compararmos um a um, nós veremos que, desde o momento em que se procura pensar a sociedade colonial como, ou pura extensão e continuidade da sociedade metropolitana, ou pura unidade independente, marcada por sua peculiaridade, o que se perde é justamente a dimensão de unidade contraditória das mesmas. Vale dizer, o que se perde é a possibilidade de pensar

Metrópole e Colônia como perfazendo um sistema, onde a relação dialética do todo com suas partes componentes se expressa no fato de que o centro propulsor se reproduz negativamente, criando um outro que necessariamente comporta - mas de forma distinta e, via de regra, invertida - as determinações presentes naquele que o gera. No mesmo sentido, quando se observa a contraposição de argumentos, no que diz respeito à caracterização das sociedades metropolitanas - capitalistas ou pré-capitalistas - o que choca é a necessidade de congelá-las baixo uma caracterização unívoca, extraviando-se a possibilidade de se resgatar o sentido dramático da própria colonização do Novo Mundo como índice de sociedades em transição, como índice da emergência (dos primeiros passos) da Era do Capital. Como se isso não bastasse, ao avançarmos para a comparação dos argumentos contraditórios em torno das relações sociais básicas internas à Colônia - ou mercantis, ou escravistas - o que se percebe são duas absolutizações dogmáticas: ou se resgata apenas a forma (mercadoria) que parcela expressiva dos produtos do trabalho e das relações sociais assume, ou se resgata apenas o conteúdo (escravista) das relações sociais de produção que sustentam a emergência daquela forma. Com isto, perde-se a própria possibilidade de apreender as contradições básicas da sociedade colonial, que se condensarão nesta relação contraditória entre forma mercantil e conteúdo pré-mercantil dos produtos do trabalho²³. Finalmente, se se observa a contraposição aberta pela caracterização do padrão básico de reprodução das células econômicas internas - mercantil ou autárquico; capitalista-acumulador ou patriarcal-escravista; moderno ou tradicional -, o que chama a atenção é, não só a necessidade de absolutizar uma das duas dimensões, como a forma pela qual este padrão de reprodução é pensado como um dado estático. O equívoco desta perspectiva é facilmente compreendido quando se entende que, muito mais importante do que o que ele possa ser num dado momento, é a forma como evolui e como se transforma, quais as potencialidades reais presentes em seu interior, qual a relação que estabelece com o exterior (competitiva, autonômica, heteronômica) e como reage às impulsões negativas e positivas que recaem sobre si, em suma, qual o padrão dinâmico que ele comporta e impõe à sociedade colonial.

Em síntese: se resgarmos um a um os principais argumentos

contraditórios que sustentam e que se opõem à tese do Capitalismo Escravista Colonial Brasileiro, o que veremos é que eles - na sua unilateralidade - constroem-se no interior de leituras marcadas por uma débil apreensão da lógica dialética e dos princípios do materialismo histórico. A comprovação de que a perspectiva genuinamente marxista não corresponde a nenhuma das duas leituras antagônicas (na forma como elas exprimem este antagonismo, bem entendido) anteriores, expressa-se no fato de que ambas pretendam (e efetivamente alcancem) resgatar Marx (inclusive sob a forma de extensas e “cabais” citações) em apoio às suas ideias. O que soa como “mais uma demonstração das incongruências presentes na obra marxiana” para um leitor desacostumado à lógica dialética, não passa da confirmação de que uma realidade contraditória, em processo de transformação, não pode ser apreendida cientificamente dentro dos cânones da lógica formal e do cartesianismo.

É ocioso dizer que não reputamos a Florestan quaisquer dos equívocos teóricos aqui expostos. Na verdade, a mera observação da proposta de periodização de Florestan (1977, p. 14 e 15) para a história brasileira - que é subdividida em três etapas, a Colonial, a Neocolonial e a Capitalista Dependente - já revela uma aguda percepção da necessidade de se pensar o processo interno de transformação do padrão de reprodução econômica e social a partir de sua imbricação com os desenvolvimentos inerentes ao desenvolvimento mundial da ordem capitalista. Vai no mesmo sentido - o de resgatar as determinações globais de nossa peculiar historicidade - a preocupação de Florestan em demonstrar não só a centralidade do Antigo Sistema Colonial, como em explorar suas conexões com, por um lado, o processo de emergência e desenvolvimento do capitalismo europeu e, por outro lado, com o solapamento do pleno desenvolvimento da ordem mercantil-burguesa interna. Assim é que nos diz:

São conhecidas as vinculações do antigo sistema colonial com o capitalismo comercial. Aquele sistema foi organizado, em todos os setores da economia colonial [...], para promover a drenagem de riquezas da América Latina para a Europa e, portanto, para expandir o capitalismo na Espanha, em Portugal, na Holanda ou na

Inglaterra, na França etc. Está claro que ele exigia, em termos relativos, vastos investimentos financeiros, ampla inovação tecnológica e um mínimo de racionalidade administrativa. No entanto, a conexão capitalista pura e irreduzível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu [...]. É certo que as ambiguidades de um tipo de colônia de exploração, que envolvia alguns traços de povoamento e o constante incremento demográfico dos *colonos* (de origem externa ou interna), acarretavam fortes pressões no sentido de eliminar barreiras socioeconômicas e de estilo de vida, pelo menos nos setores possuidores e privilegiados das populações coloniais. Enquanto teve condições de sobrevivência, o sistema colonial resistiu seletivamente a tais pressões, absorvendo algumas delas e eliminando outras, preservando porém a sua estrutura e dinamismos [...]. Por isso, sob a vigência do antigo sistema colonial, tanto o mercado quanto o sistema de produção foram cuidadosamente resguardados de impulsões que poderiam minar ou destruir o sentido explorador da colonização. [...] As transformações que ele sofreu, sob o império do pacto colonial, não visavam a uma revolução dentro da ordem, que transferisse o controle do “capitalismo político e monopolizador” (para usar-se uma expressão de Max Weber) das metrópoles para as colônias: elas se voltavam para o aperfeiçoamento da exploração colonizadora e da própria ordem colonial, que precisavam ser reajustadas às modificações do capitalismo da Europa e às realidades cambiantes do mundo colonial. Esta interpretação não pretende negar nem a “modernidade” nem o caráter capitalista do empreendimento colonial. Quer somente repô-lo em seu contexto estrutural e histórico. [...] O que aqui apareceu e se desenvolveu, que se pode considerar “*típico do capitalismo moderno*”, não só eram conexões do capitalismo mercantilista: eram o seu reverso, que permitiam organizar e expandir a colonização de sentido explorador. [...] O caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos (FERNANDES, 1975, p. 46-8).

A longa citação fala por si mesma. Florestan não recusa a caracterização do Brasil Colonial como capitalista porque negue a existência de relações sociais internas que já se apresentam mediadas pela mercadoria. Tampouco o faz porque não se aperceba de que o mundo europeu é um mundo em transição para o capitalismo e é daí que advêm as impulsões centrais para o empreendimento colonial. Muito menos porque ignore a modernidade das estruturas produtivas internas. A recusa em caracterizar o Brasil Colonial escravista como capitalista advém, antes de mais nada, da percepção de que a dinâmica interna a esta formação social - a historicidade que lhe é imanente, seu padrão de reprodução e desenvolvimento econômico e social (que se assenta sobre as relações e os conflitos inter e intraclasses) - não corresponde a uma dinâmica capitalista. E isso, na justa medida em que os desenvolvimentos potenciais neste sentido se acham solapados pela subordinação colonial e - como, corretamente, pretendem os críticos mais contundentes da tese do Capitalismo Colonial - pela centralidade do escravismo e demais relações pré-capitalistas de produção²⁴.

As críticas a esta formulação podem ser divididas em dois blocos: aquelas que exprimem incompreensão do que seja efetivamente capitalismo e modo de produção capitalista; e aquelas que exprimem uma visão estanque e formalista da história, o que impede a compreensão do Antigo Sistema Colonial enquanto expressão e momento do processo europeu de transição para o capitalismo. Por razões meramente expositivas, iniciaremos pelo enfrentamento das críticas que se filiam à última leitura.

São inúmeros os autores que criticam as teses de Florestan devido à ambivalência, fluidez e indeterminação teórica dos conceitos utilizados pelo autor. De fato, perceberemos que Florestan refere-se ao sistema econômico europeu que estaria impulsionando a montagem da ordem colonial sob distintas denominações. No intervalo de apenas duas páginas, esse autor se utilizará de categorias dúbias (e até mesmo parcialmente incongruentes) como “Capitalismo Comercial”, “Capitalismo Político e Monopolizador” (com explícita referência a Weber) e “Capitalismo Mercantilista”. Ora - argumentam os críticos deste padrão de raciocínio -, a referência a Weber não é gratuita, mas revela (pelo ecletismo) a incompreensão substantiva

do conceito marxista de capitalismo²⁵. Essa incompreensão seria já detectável nas categorias de “Capitalismo Comercial” ou “Capitalismo Político Monopolizador”: como é possível pretender-se marxista um discurso assentado na definição de um modo de produção a partir de processos políticos ou econômicos restritos à esfera da circulação?

A crítica procederá se fosse intenção de Florestan - ou qualquer outro autor que trabalha com tais categorias - traduzi-los ou operar com os mesmos como modos de produção. Não é, entretanto, este o caso, pelo menos no que diz respeito a Florestan. Quando se diz “Capitalismo Comercial” explicita-se, de fato, uma contradição: a Era do Capital não só emerge sobre uma base produtiva pré-capitalista (feudal, em sua forma típica) como, nos primeiros passos de seu desenvolvimento, retira forças e energia justamente desta base que solapa e preserva concomitantemente. Não poderíamos explicar este complexo processo aqui, na profundidade que tais questões exigem, pois isto envolveria um deslocamento assaz prejudicial a nossos objetivos neste capítulo²⁶. De qualquer forma, o centro da questão está na proposição de que o processo de consolidação da ordem capitalista envolve - pelo menos este foi o padrão histórico europeu - um momento em que a acumulação capitalista se processa em termos primitivos, isto é, pré-capitalistas. Uma acumulação pré-capitalista de capital é uma contradição, mas uma contradição real. O que ela define não é um modo de produção, mas, se se quiser, um modo de dissolução de um modo de produção²⁷. Enquanto se realiza, ela não define nem o capitalismo, nem o feudalismo. Ela define transição, contradição, processo.

Mas - poder-se-ia questionar - qual o modo de produção hegemônico ao longo de todo este período? Para tal formulação, a “resposta correta” surge pela elusão da contradição: não poderá ser o capitalista, uma vez que ele sequer se encontra propriamente constituído. Logo, conclui-se algo apressadamente: o modo de produção hegemônico só pode ser o feudal, e feudais são, na sua essência, as sociedades da transição!

Sem dúvida. No interior da lógica formal, esta resposta é inquestionável. Afinal, se se trata de definir hegemonia por quantidade, não há outra alternativa senão concordar com o fato de que uma

análise estatística revelaria a franca hegemonia das relações sociais de produção pré-capitalistas em todo este período. Mas, felizmente, é possível pensar a história dentro de outros referenciais metodológicos que não aqueles que serviram de parâmetro à matemática e à mecânica clássica.

O que importa entender é que o pleno desenvolvimento das impulsões dinâmicas endógenas processa-se no interior de uma temporalidade que não pode ser abstraída (afinal, é preciso que não esqueçamos: a dialética é, justamente, a lógica do tempo). Por isso mesmo é possível pensá-las e defini-las imediatamente como “Sociedades de Produção Colonial²⁸”. Essas sociedades comportarão, em *status nascendi*, novas estruturas socioprodutivas, portadoras de dinamismos endógenos suficientes para a efetiva constituição material e categorial daquelas como modos de produção de tipo novo. A concretização deste processo envolverá transformações na estrutura da referida Sociedade Colonial - fundamentalmente a diversificação e densificação das relações sociais especificamente internas - que serão impulsionadas desde dentro e desde o mercado capitalista mundial em processo de consolidação.

Em suma: não há contradição em se pensar simultaneamente as sociedades que emergem do Antigo Sistema Colonial como sociedades coloniais e sociedades subordinadas à dinâmica de um modo de produção de tipo novo (o modo de produção escravista mercantil e/ou colonial). Para tanto basta que, fugindo do formalismo classificatório tipicamente estruturalista, se tenha o devido respeito pelo tempo e pela mudança. É justamente este respeito que falta àqueles autores que, seja sob a influência da leitura stalinista e materialista vulgar do marxismo (expressa na generalização do modelo das cinco etapas de desenvolvimento histórico), seja sob influência do formalismo racionalista althusseriano (expressa na rígida diferenciação entre modo de produção e formação econômica e social), pretendem impor um padrão de interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, assentado no resgate (historicamente descontextualizado) tão somente das relações sociais de produção e propriedade especificamente internas. Esse movimento de abstração da História - substituída pela modelística - é, necessariamente, o movimento de abandono da perspectiva de

totalidade, que se expressa e se desdobra na abstração de importantes contradições sociais e na adoção de critérios dogmáticos ou subjetivistas no processo de hierarquização das determinações que põem a sociedade colonial em movimento. Para dizer tudo em uma frase: a abstração da história e a opção pela modelística (que só pode nos levar à Filosofia da História e/ou à construção de tipos ideais weberianos) nada mais é do que a abstração da dialética enquanto lógica do (e imanente ao) concreto em desenvolvimento, do transcorrer das coisas, do tempo.

Posto isso, podemos passar à crítica dos argumentos que negam pertinência à leitura de Florestan a partir da afirmação do caráter capitalista da ordem social escravista colonial brasileira. Não gratuitamente, identificamos o fundamento desta leitura em uma incompreensão básica do significado das categorias capitalismo e modo de produção capitalista para Marx. Antes de expormos nossa própria leitura destas categorias, valeria a pena recordar, contudo, que esta incompreensão não é específica da historiografia brasileira, mas está presente em boa parte da historiografia e da Economia Política internacionais que se pretendem críticas²⁹. Ora, a recorrência de um determinado equívoco revela que ele está assentado em bases materiais bastante sólidas. De fato, dentro da leitura marxista, não se pode considerar o desenvolvimento das relações mercantis - que, generalizadas, redundam na ordem capitalista - nem como acaso, nem como fatalidade histórica, mas como tendência imanente a todas as sociedades que, no processo de expansão geográfica, demográfica e econômica, vão perdendo capacidade regulatória dentro do padrão tradicional das relações imediatamente pessoais, e desenvolvem relações sociais mediadas por trocas mercantis. Este processo quase-universal acaba por gerar o desenvolvimento do dinheiro e do capital, ainda que esse último apareça originalmente em suas formas antediluvianas³⁰.

Por outro lado, toda a sociedade histórica cria para si a ilusão de que as relações sociais que comporta são eternas e naturais. Essa percepção ideológica é particularmente desenvolvida no sistema capitalista onde, sob a influência do fetiche e da reificação das relações sociais, as coisas parecem portar uma capacidade a-histórica e natural de reproduzirem a sociedade. Isso implica que,

sob o influxo da ideologia burguesa dominante e a partir do resgate e da absolutização de fenômenos imediatamente perceptíveis ao nível da circulação (vale dizer, da presença efetiva de relações mercantis, dinheiro e valorização capitalista em sociedades essencialmente pré-capitalistas), muitos historiadores passem a classificá-las como capitalistas, e busquem entender seus dinamismos a partir da dinâmica inerente à sociedade burguesa³¹. Esse equívoco é particularmente compreensível quando se reflete sobre a Sociedade Colonial Escravista Brasileira. Afinal, essa sociedade se constituirá sob a égide do desenvolvimento do capital mercantil europeu e se implantará justamente para viabilizar esse processo, o que, por sua vez, implicará um peculiar e acentuado desenvolvimento das relações mercantis internamente.

Contudo, se isso explica o equívoco presente nas tentativas de caracterizar nosso escravismo colonial como capitalista, não o justifica. E isso porque, se é verdade que capitalismo é o modo de produção que se reproduz sob influxo da lógica contraditória do capital, não é verdade, porém, que capital seja pura e simplesmente “valor que se valoriza”, sendo, isto sim, em sua plena determinação conceitual, uma relação social contraditória determinada (cujo índice é dado pelo assalariamento), que se desenvolve de acordo com um padrão dinâmico particular que se impõe sobre o conjunto da sociedade. Vale dizer: não é possível, a partir do reconhecimento da hegemonia contraditória (pois se realiza sobre as bases de um modo de produção pré-capitalista) do capital mercantil nas sociedades europeias e coloniais, derivar-se a conclusão de que essas sociedades seriam capitalistas. Por isso mesmo, é equivocada a seguinte afirmação de Maria Sylvania de Carvalho Franco:

Colônia e metrópole são desenvolvimentos particulares do capitalismo, mas carregam ambos, no seu interior, o conteúdo essencial - o lucro - que percorre todas as suas determinações. É esse o método que será sustentado aqui: conceber como mundial o desenvolvimento do capitalismo e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram, no movimento de diferenciação histórica dessa determinação universal - lucro e acumulação. (FRANCO, 1984, p. 173-4).

E isso, pelo simples motivo de que, ao tentar caracterizar e definir as sociedades coloniais e metropolitanas a partir do papel que o lucro e a acumulação de capital ocupam nelas, Maria Sylvia desvaloriza o fato de que o padrão dinâmico ao qual estas sociedades estão submetidas não é o padrão característico das sociedades burguesas. O equívoco deste movimento se encontra no fato de que, dentro da lógica dialética, todos os conceitos são articulados a partir do resgate do padrão de transformação interno àquilo que se conceitua. Por isso mesmo, um modo de produção só pode ser entendido pelo padrão dinâmico que comporta; vale dizer, pelo padrão de desenvolvimento de suas contradições e conflitos internos. É o próprio Marx que chama a atenção para isso quando, no *Manifesto Comunista*³², caracteriza o modo de produção capitalista a partir das impulsões dinâmicas que o definem. Assim é que nos diz:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas (MARX e ENGELS, s.d., p. 24).

Ora, não é preciso lembrar a distância que separa esse padrão dinâmico do padrão de reprodução social da economia colonial escravista brasileira. Essa distância se explica, em última instância, pelo padrão assumido pelas relações sociais de produção básicas

internas, assentadas, não sobre o contrato e a concorrência, mas sobre a subordinação pessoal. Como muito bem nos informa Maria Sylvia:

Assim, o latifúndio, que foi *ao mesmo tempo núcleo doméstico e empresa mercantil*, submeteu todos os que nele viveram ao duplo jugo de uma convivência inescapável e da dominação econômica. [...] Levando isto em conta, se poderá conceber essas relações como uma *síntese de associações morais e de relações de interesses*, elementos contraditórios, constituídos por um *sistema que unificou lar e negócio*. (FRANCO, 1984, p. 186).

E, adiante, referindo-se às relações entre homens livres pobres e senhoriato no interior da colônia:

Para aquele que se encontra preso ao poder pessoal inexistem marcas objetivas do sistema violento ao qual está atado: seu mundo é formalmente livre e o processo de sujeição ocorre como se fosse natural e espontâneo. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre num animal condicionado: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços. Assim, as tensões envolvidas nessas relações estão profundamente ocultas, havendo escassa possibilidades de que irrompam à consciência dos dominados (FRANCO, 1984, p. 186).

Quanta diferença da ordem social burguesa, tal como a concebia Marx! É no *Manifesto Comunista*, ainda, que encontraremos uma das melhores expressões da leitura desse autor em torno do padrão de sociabilidade tipicamente burguês:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calçou aos pés as relações feudais, patriarcais, idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de

homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista” (MARX e ENGELS, s.d., p. 23).

E, como sabe Maria Sylvia, as consequências dinâmicas destes distintos padrões de sociabilidade não são desprezíveis. É ela mesma quem nos informa que:

A afirmação limite da posse da força de trabalho, que implica a negação flagrante de sua propriedade alienada é, no caso do operário livre, a greve, cessação temporária do processo de trabalho, e é, no caso do escravo, o suicídio, recurso drástico ajustado à sua sorte desesperançada que, sem ilusões, só apresenta como saída o próprio termo (FRANCO, 1984, p. 168; os grifos são meus).

E é desnecessário lembrar àqueles que - como Maria Sylvia - possuem uma sólida leitura de Marx, que não apenas o padrão típico limite de luta pela reafirmação da posse da força de trabalho distingue-se nas sociedades capitalistas e escravistas, mas todo o padrão de desenvolvimento da luta de classes se diferenciara. Enquanto nas sociedades capitalistas o desenvolvimento normal desse conflito envolve a emergência de uma sólida organização sindical autônoma dos trabalhadores, que tende a evoluir para reivindicações e organizações especificamente políticas, capazes de articular um novo projeto de sociedade e confrontá-lo cotidianamente com o projeto burguês, o padrão de resistência e enfrentamento da ordem, típico das sociedades escravistas, envolve, desde o início, formas violentas de resistência à opressão, que se desdobram nas fugas massivas de escravos e na luta pela reconstrução (em espaço geográfico diferenciado ou não) das sociedades *pré-capitalistas* das quais os trabalhadores foram arrancados. Mais do que isso: esses distintos padrões de resistência têm - evidentemente - correspondência nos distintos padrões de resposta das classes dominantes que constituem estas sociedades. Enquanto a resistência escrava é enfrentada necessariamente pela violência física institucionalizada e organizada,

a resistência burguesa se manifesta em primeira instância - ainda que não se negue, jamais, a violência como forma suplementar - pelo desemprego, pela negação sempre crescente do trabalho vivo, articulada pela endogeneização do progresso técnico como norma do sistema. Essa não é - não só porque não precisa ser, mas porque não pode ser - a regra e o padrão de reprodução econômica das sociedades escravistas. Como muito bem nos lembra Maria Sylvania, referindo-se à produção escravista açucareira brasileira:

[...] de início foram transformações tecnológicas rudimentares, mas importantes para o aumento da produtividade, que determinaram o primeiro impulso para a expansão do ramo açucareiro nas ilhas portuguesas do Atlântico. Entretanto, cessaram aí os progressos tecnológicos, estabilizando-se por alguns séculos os processos básicos de fabricação do açúcar (FRANCO, 1984, p. 178; os grifos são meus).

Salta aos olhos de qualquer bom leitor de Marx o quanto esta estagnação secular dos processos produtivos é contraditória com o padrão dinâmico tipicamente capitalista. Tanto mais quando se sabe que, concomitantemente à estagnação dos processo produtivos, a lavoura açucareira enfrentará uma significativa queda de preços e da quantidade demandada internacionalmente. Se somarmos a isso o significativo crescimento demográfico pelo qual passará a colônia Brasil nos três primeiros séculos de sua existência, concluiremos que - a despeito de uma certa diversificação da produção exportada, que é incapaz de negar a trajetória básica da economia - só um tratamento estatístico muito pervertido dos dados históricos poderia levar à negação das tradicionais teses de Celso Furtado em torno do desenvolvimento secular de estruturas econômicas internas de caráter essencialmente pré-mercantil e da crescente (em termos relativos) autarquização produtiva dos latifúndios. A distância entre este padrão dinâmico e aquele que Marx projeta para o capitalismo é insofismável. Que burguesia mais estranha é esta que, não só nega, como *inverte* sua trajetória histórica previsível? Ou não será verdade que Marx entendia que:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. [...] Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. [...] A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. [...] A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. [...] A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. [...] A burguesia, durante seu domínio de classe, **apenas secular**, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto (MARX e ENGELS, s.d., p. 24; os grifos são meus)³³.

Ora, seria possível reproduzir o *Manifesto Comunista* (e *O Capital*) inteiro que não encontraríamos - antes pelo contrário - uma única fonte de apoio para a tese de que uma sociedade capitalista e moderna seja capaz, enquanto tal, de reproduzir-se secularmente em condições de estagnação técnica e econômica. Parece-me que, se quisermos defender essa tese, teremos que procurar apoio em outra literatura. Mantida a literatura, temos de buscar outra interpretação, outro ponto de partida. Vale dizer, se recusarmos a outra literatura - sempre capaz de nos agraciar com explicações para o fraco dinamismo da economia colonial brasileira a partir de processos absolutamente circunstanciais e contingentes³⁴ - seremos obrigados a ir atrás das determinações estruturais materiais de nossa relativa estagnação histórica. E, se fizermos este movimento, nos depararemos sempre com o escravismo e o latifúndio (que põem, num sentido oposto ao da lógica capitalista, num primeiro momento, a *ampliação* da oferta da produção *monocultora* mercantil, e, num

segundo momento, a *autarquização* como padrões típicos de resposta às crises de demanda *externa*) e a subordinação colonial (que cerceia institucionalmente a concorrência e a diversificação da produção mercantil interna) como instrumentos básicos impeditivos da transformação qualitativa da economia e do progresso técnico. O interessante é que essas determinações já foram essencialmente percebidas até mesmo por autores brasileiros do século XIX que não tinham qualquer referência no marxismo³⁵. Mais do que isso: ainda que dentro de uma perspectiva economicista (que perde os componentes especificamente histórico-sociais do processo, o que impõe a recorrência concomitante a explicações casuísticas), as impulsões especificamente internas coibidoras do progresso técnico foram apreendidas e desenvolvidas por uma literatura clássica que envolve inclusive autores que, como Celso Furtado, não têm qualquer compromisso (antes pelo contrário) com as leituras que reputam ao sistema colonial escravista brasileiro um padrão de reprodução social específico e não capitalista. Por isso mesmo, não deixa de ser surpreendente a dificuldade demonstrada por parte de um conjunto expressivo de historiadores brasileiros, que operam com o referencial do marxismo, de resgatarem estas determinações *pela raiz* e, em consonância com Marx e a lógica dialética, romperem definitivamente com a leitura do Capitalismo Escravista Colonial. Essa dificuldade só pode se explicar pela presença de um ponto de partida desta leitura que ainda não foi explicitado e que alimenta a recorrência ao equívoco. Expliquemo-nos.

Não seria difícil, a partir das colocações acima e do resgate dos textos clássicos de Marx, em que esse constrói o conceito de capital e capitalismo, desenvolver *ad nauseam* as críticas à leitura do Capitalismo Escravista Colonial Brasileiro. Afinal, bastaria que resgatássemos as diversas determinações de conceitos elementares ao tema e confrontássemos estes com a realidade da Sociedade Colonial brasileira para ter a confirmação da inconsistência desta tese. Isso nos permitiria uma série de questionamentos. Por exemplo: se o capitalismo é a “sociedade do fetiche”, (que propõe que os homens sejam rigorosamente iguais no interior deste sistema, obstaculizando a percepção da exploração) onde este signo do capitalismo se esconde na Sociedade Colonial? Se o capitalismo é a sociedade que se reproduz sobre crises cíclicas de realização e de

queda da taxa de lucro, onde se manifestam estas crises na Sociedade Colonial³⁶? Se o capitalismo é a sociedade da universalização e da simplificação dos antagonismos, onde se pode perceber este processo numa sociedade rigorosamente segmentada por direitos e deveres jurídicos distintos, clivada por castas e estamentos, onde se questiona até mesmo a pertinência do conceito de alma ao negro escravo? E seguiriam muitas outras questões mais. Quer nos parecer, contudo, que o efetivo e definitivo enfrentamento da leitura do Capitalismo Colonial Escravista Brasileiro não passe por aí. Seria necessário pretender muito desconhecimento dos textos básicos de Marx por parte dos autores que defendem tal leitura e caracterização para que este árduo processo de argumentação pudesse surtir efeito. E, decididamente não é este o caso. O que se precisa entender é que o sustentáculo último da tese do “capitalismo colonial” se encontra no peculiar processo de transição brasileira para o capitalismo e nas dificuldades inerentes ao resgate do caráter revolucionário presente no mesmo. O que nos conduz para a seção seguinte deste capítulo.

2 Revolução e contrarrevolução na transição brasileira para o capitalismo

Como vimos na seção anterior, um dos alicerces da tese do Capitalismo Escravista Colonial Brasileiro é a percepção de continuidade do processo histórico nacional. Este processo seria marcado por uma trajetória essencialmente linear³⁷ de intensificação e generalização da ordem mercantil interna. O que de fato importa resgatar deste raciocínio é que ele pressupõe a virtual identificação dos processos de transição (de um modo de produção) e revolução social. E, dada esta identidade pressuposta, uma das provas do caráter capitalista do Brasil escravista estaria na ausência de qualquer movimento efetivamente revolucionário ao longo da história deste país.

É interessante observar que os teóricos do “feudalismo brasileiro” também assentam suas teses na virtual identificação das categorias de transição e revolução social. Na verdade, a percepção de que, apesar de suas origens “(proto) feudais”, o Brasil não teria

vivenciado nenhum processo efetivo de revolução social ao longo de seus mais de quatro séculos de história é um elemento crucial na sustentação do projeto do PCB de aliança de classes em prol de uma revolução democrática nacional³⁸. Vale dizer: a tese de que a Revolução Burguesa ainda se sustenta enquanto projeto pressupõe a não realização da mesma. E a não realização da Revolução Burguesa, por outro lado, identifica-se justamente com o caráter inconcluso da transição para o capitalismo, detectável na preservação de relações sociais e econômicas não especificamente mercantis no campo e no vasto setor informal da economia.

Ora, esta aproximação das categorias de “revolução social burguesa” e “transição capitalista” também se diz presente na leitura de Florestan Fernandes. E isso não será gratuito, mas revela, contraditoriamente, que tanto Florestan quanto os propugnadores das teses antagônicas acima apresentadas procuram operar no interior do conceito marxista de revolução. Para Marx, a revolução social se identificaria com o conjunto dos movimentos sociais garantidores da efetiva generalização e consolidação do padrão de reprodução material interno a uma dada sociedade. Assim, sem se identificarem, as categorias de revolução social e transição são duas dimensões de um mesmo processo, dois momentos reciprocamente imanentes. A diferença substantiva é que, para Florestan, tanto a transição, quanto a Revolução Burguesa, já se processaram no Brasil. Assim nosso autor dirá que:

Muitos sociólogos não concordam com a ideia de que a revolução burguesa se dê sob o contexto da dominação imperialista. Inclusive um dos maiores especialistas, que é Barrington Moore Jr., sustenta que a última revolução burguesa foi a norte-americana. É que ele estipula como requisito um mínimo de autonomia nacional para caracterizar a emergência da revolução burguesa. A inconsistência dessa interpretação está em suas limitações. O problema central está na transformação capitalista. É o problema de saber se uma sociedade nacional autônoma ou não, mais ou menos dependente, é ou não capaz de absorver os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista. O problema é o de verificar se ela chega ou não à fase da industrialização maciça. Se

se realizar a hipótese de que ela chega à fase da industrialização maciça, em termos de associação com o capital externo e com a tecnologia externa, a condição pró-imperialista da burguesia nacional dependente não exclui a revolução burguesa como uma transformação estrutural. Ela significa que esta transformação final se processa em condições especiais (FERNANDES, 1978b, p. 97-8).

E adiante:

[...] o conceito de revolução burguesa não é um *conceito particular*, ele é um *conceito estrutural* (ou, como se diria em sentido marxista: uma *categoria histórica*), que tem de ser aplicado de forma mais ou menos generalizada. *Revolução burguesa* ou *revolução capitalista* - o que está em jogo é a passagem para a industrialização maciça de um país de periferia³⁹ (FERNANDES, 1978b, p. 99).

Ora, seria tentador resolver a polêmica sobre o caráter revolucionário (ou não) de nossa transição restringindo-a ao campo das “questões semânticas”. Encontraríamos respaldo para tanto no fato de que a polêmica em torno do significado da categoria “Revolução” não é um privilégio da historiografia brasileira. Como bem o demonstra o debate das décadas de 60 e 70 entre historiadores ingleses em torno do caráter da revolução *cromwelliana* e dos demais desdobramentos da Revolução Burguesa inglesa⁴⁰, este conceito não tem uma interpretação unívoca sequer entre teóricos de extração marxista que investigam as transições capitalistas de corte clássico. Poderíamos ainda pedir apoio à leitura proposta por V.G. Kiernan no verbete *Revolução*, de sua autoria, no *Dicionário do Pensamento Marxista* organizado por Tom Bottomore (1988). Segundo este autor, a ambiguidade do conceito de Revolução Burguesa - assim como de revolução social em geral - encontraria seus fundamentos na própria produção teórica dos fundadores do materialismo histórico e dialético. De acordo com Kiernan, é possível extrair dos textos clássicos de Marx e Engels duas propostas de formulação para o conceito de revolução. Uma primeira formulação seria detectável

nos textos de juventude desses autores, entendidos como voltados para a teorização, num plano mais geral, dos processos de transformação revolucionária da história (como em *A Ideologia Alemã*), e para a recuperação teórica e crítica das revoluções burguesas clássicas. A revolução corresponderia, nesta acepção, a um “salto cataclísmico” (a expressão é de Kiernan) capaz de consolidar a transição de um modo de produção a outro. Já uma segunda formulação - bem mais consistente com a própria interpretação de Florestan - seria detectável naqueles textos, de ambos os autores, voltados para a apreensão das formas específicas de transição para o capitalismo em países em que esta é marcadamente retardatária e/ou estimulada fundamentalmente por impulsões exógenas. Objetivamente, abrir-se-ia para as burguesias dos países retardatários - a partir das transformações das relações sociais de produção impulsionadas pela emergência de um mercado capitalista mundial - a possibilidade da articulação de uma transição capitalista sob a égide do reformismo e da conciliação arquitetada com as oligarquias terratenentes tradicionais e o capital internacional. A profundidade e o caráter estrutural das transformações em curso nesses países não retiraria das mesmas seu caráter revolucionário (tomando esse conceito em um sentido mais amplo e referendado por diversos textos de Marx e Engels). Nas palavras de Kiernan:

Engels tentou, em *O papel da violência na história* (1887-1888), enquadrar essa opção burguesa no esquema marxista, pelo menos no que dizia respeito à Alemanha, interpretando a unificação de Bismarck como “revolucionária”, o que é um bom exemplo da maneira flexível segundo a qual ele e Marx usaram a expressão. Outro exemplo disso é a assertiva de Marx sobre a desestruturação das aldeias indianas pela pressão britânica, considerando-a como a primeira “evolução social” na história da Ásia, em *O domínio britânico na Índia* (artigo escrito em 10 de junho de 1853) (KIERNAN, 1988, p. 325).

Essa indisfarçável e sedutora proposta de sancionar, sob as bênçãos da ortodoxia, um tratamento absolutamente flexível da categoria de revolução não pode, contudo, ser aceita por nós. Isso

porque tal opção busca anular a própria questão em pauta, o que não pode ser considerado uma resolução para a mesma⁴¹. Além disso, há que se entender que a categoria de revolução (em geral, e burguesa em particular) ocupa um papel absolutamente central no interior da construção de Florestan. José Paulo Netto (1987, p. 300) dirá mesmo que “a elaboração de Florestan resgata o paradigma marxista nuclearizando a categoria de revolução”. Vão no mesmo sentido as reflexões de Florestan sobre o debate realizado na Universidade de Austin em torno de *A Revolução Burguesa no Brasil*. Após reconhecer a benevolência com que sua obra - um ensaio livre de Sociologia histórica realizado sem o apoio de uma sólida pesquisa primária de dados - fora tratada pelos debatedores, Florestan declara:

Sou, pois, naturalmente grato aos colegas que ficaram no plano do factível e avaliaram minha produção (ou minha posição) de uma perspectiva que relativizava as minhas falhas diretas ou indiretas. Todavia, fiquei frustrado em [um] ponto [...], ficou faltando uma abordagem das questões que a recapturação da teoria da revolução burguesa pode suscitar. Mesmo os marxistas ortodoxos e os neomarxistas enfrentam sérias controvérsias nessa área, pois uma aplicação demasiado simplista da teoria do imperialismo ou dilui o lado histórico do que é feito através das burguesias impotentes da periferia, ou ignora que os dinamismos básicos da “transformação capitalista” são repetitivos (FLORESTAN, 1980a, p. 81).

Vale dizer: para Florestan, a efetiva recuperação crítica de sua obra histórica não pode prescindir - sob pena de incompletude - do seu resgate teórico da categoria de Revolução Burguesa, na forma peculiar que essa assume nos países de transição capitalista tardio-dependente. Ora, se se tem em vista a necessária imbricação e indeterminação dos conceitos no interior de qualquer discurso, fica por demais evidente que a avaliação da adequação ou inadequação do uso categorial de Revolução Burguesa por parte de Florestan traz, necessariamente, profundas consequências para a validação ou invalidação de outros desenvolvimentos desse autor.

Buscaremos avançar no sentido de uma melhor determinação

do conceito de Revolução Burguesa e sua aplicabilidade ao caso brasileiro. Para tanto, é possível contar com o apoio de ensaios escritos por Marx que originalmente foram publicados na *Nova Gazeta Renana* e mais tarde vieram a ser publicados sob o significativo título de *A Burguesia e a Contra-Revolução*. A partir desses ensaios é possível resgatar o conteúdo essencial da Revolução Burguesa tal como percebida pelo próprio Marx (1987, p. 43-5). Ali fica evidente que as determinações constitutivas da Revolução Burguesa seriam, na ordem mesma resguardada por esse autor, as seguintes: a) generalização da propriedade privada burguesa; b) unificação e constituição plena dos mercados internos nacionais associada à uniformização jurídico-institucional e à monopolização do poder coercitivo legal por parte do Estado nacional; c) generalização da concorrência e solapamento do corporativismo e dos monopólios institucionais; d) subordinação do campo à cidade, através de uma “reforma agrária” capaz de comprometer a produção agrícola com o atendimento das demandas urbanas, via plena especialização mercantil; e) fim de todas as formas pré-capitalistas de subordinação do trabalho; f) generalização do materialismo e do racionalismo, associados à laicização das sociedades civil e política; g) fim do tradicionalismo, do patriarcalismo, e de todas as relações sociais de subordinação não assentadas sobre relações especificamente civis (econômicas) ou especificamente políticas (legais e universais); h) solapamento e/ou subordinação de todas as formas não especificamente capitalistas (vale dizer, não assentadas sobre a extração de mais-valia relativa e acumulação de capital) de apropriação do excedente; e i) fim das desigualdades de direito com a concomitante destruição da sociedade estamental, substituída pela sociedade civil burguesa assentada na universalidade da cidadania e na divisão de classes sob o critério único do padrão de propriedade privada individual (força de trabalho ou meios de trabalho).

Ora, o que sintetiza o conjunto desses movimentos, em síntese, é a destruição de todas as relações de subordinação entre os homens que não se encontrem assentadas sobre a forma de relações mercantis contratadas sob condição de liberdade formal. A radicalidade deste movimento histórico é tamanha que tem o poder de obscurecer as profundas distinções entre todas as formas pretéritas de ordenamento social e apropriação de sobretrabalho que

passam a se conformar à caracterização comum de formações econômicas e sociais pré-capitalistas. Contraditoriamente, é dessa radicalidade, inerente ao processo de Revolução Burguesa e das insofismáveis distinções entre as diversas formações econômicas e sociais pré-capitalistas, que emergirá uma limitação inerente às revoluções burguesas: a necessidade de serem revoluções nacionais.

Sem que seja nossa intenção ingressar nos meandros da densa polêmica marxista a respeito da questão nacional, não podemos fugir inteiramente dessa⁴². No momento, o que importa observar é que nenhum processo de transição capitalista pode se considerar concluído enquanto a reprodução mercantil em qualquer espaço regional não comportar suficiente estabilidade para prescindir de instrumentos extraeconômicos de imposição das relações sociais capitalistas. Vale dizer: enquanto se fizerem necessários instrumentos de subordinação direta (coloniais ou neocoloniais⁴³, que necessariamente envolvem uma desigualdade jurídica de fato e a negação da efetiva constituição e generalização formal da cidadania) para o enfrentamento e a subordinação da ordem e das relações sociais pré-capitalistas.

Essa limitação do capitalismo e das revoluções burguesas clássicas tem um único fundamento: a desigualdade do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Tal fundamento único, entretanto, determinará a emergência de uma plêiade de processos históricos significativamente diferenciados de conclusão social e institucional da transição capitalista, o que, por sua vez, determinará a emergência de distintos Estados Nacionais portadores de distintos padrões de desenvolvimento capitalista. Assim é que a impossibilidade de as revoluções burguesas clássicas encerrarem em si a conclusão do processo de transição burguesa, em nível da Europa ocidental como um todo, só é compreensível pela coexistência neste subcontinente de diversas burguesias relativamente sólidas, ainda que de poder competitivo desigual. As burguesias originalmente com menor capacidade de acumulação (como a alemã, italiana, espanhola, austríaca, entre outras) não serão tão débeis, contudo, a ponto de tolerarem, nos territórios em que atuam de forma privilegiada, os projetos de hegemonia absoluta das burguesias francesa ou inglesa, representadas nos exércitos sob o comando de Napoleão ou do Duque

de Wellington. São essas contradições que vão determinar - acima de tudo - a subordinação dessas burguesias às restaurações sob a égide da Santa Aliança que, por sua vez, imporá a necessidade de recuperação (tardia, plagiária, vulgar, contrarrevolucionária e conservadora) do ímpeto revolucionário sob a forma de movimentos especificamente nacionais.

A consolidação de um conjunto diferenciado de nações capitalistas industrializadas, por outro lado, complexificará ao extremo o processo de desenvolvimento da ordem capitalista em nível mundial. Tendo como ponto de partida formações econômicas e sociais as mais diversas (e portadoras de graus extremamente desiguais de desenvolvimento mercantil), as sociedades que efetuarão a transição para o capitalismo sob o influxo emergente do imperialismo o farão sob os mais distintos padrões de revolução social. Os graus de debilidade e de capacidade de integração das burguesias nativas ao mercado mundial, as consequências para as condições de reprodução dos segmentos desapropriados da desestruturação da ordem social pretérita, a permeabilidade dos antigos estratos dominantes à ordem mercantil e o padrão de subordinação imposto pelas potências imperialistas são apenas alguns dos inúmeros fatores responsáveis pela conformação das distintas bases sociais que irão levar adiante os mais diversos projetos de transformação social em direção à ordem burguesa. A marca indelével destas distinções de origem - que, contudo, não impedem a conformação de um destino essencialmente comum - é dada pela resultante: a generalizada estruturação do globo sob a forma de distintos estados nacionais independentes que vivenciaram (ou ainda estão vivenciando), no seu processo de constituição e consolidação, movimentos sociais portadores de reivindicações conducentes a uma estruturação social, jurídica, política e institucional tipicamente burguesas. Essa regra geral, evidentemente, não pode obscurecer a existência de inúmeras particularidades que se desenvolvem, inclusive, sob a forma de desvios e exceções. Afinal, como diria Lênin (1979, p. 433), “tudo flui, tudo se modifica [e, por isto mesmo] não há verdade abstrata. A verdade é sempre concreta”. Contudo, o grau de generalidade das assertivas expostas acima é muito maior do que o que seria admissível para qualquer historiador não marxista, sendo válidas inclusive para aqueles movimentos sociais

revolucionários que - sob a lógica da revolução permanente - fizeram, da conquista de reivindicações burguesas, tão somente um momento da própria transição (mais longa, mais complexa e mais sujeita a determinações referidas à maturidade das condições objetivas do que uma leitura idealista poderia admitir) para o socialismo.

O que temos, pois, é uma contradição aberta: o que marca o fim da Era das Revoluções é a percepção de que, a partir de então, todos os movimentos sociais especificamente nacionais e especificamente burgueses de consolidação da ordem capitalista tendem a assumir uma forma plagiária, conservadora e contrarrevolucionária. Por outro lado, a efetiva desestruturação da ordem pré-capitalista e a consolidação revolucionária da ordem burguesa em nível mundial não podem prescindir de processos de mobilização e transformação social mais ou menos generalizados (como diria Florestan), de caráter especificamente nacionais, e que terão a sua emergência histórica marcada pelas sublevações de 1848, que definem justamente a agonia da Era das Revoluções! Em suma, o que março de 1848 marca é uma disjuntiva pela qual o conteúdo revolucionário das transformações sociais, capazes de constituir plenamente a ordem e a hegemonia burguesas, passa a se impor crescentemente a partir de formas contrarrevolucionárias.

Ora, se as transformações nacionais burguesas, enquanto dirigidas e controladas pela própria burguesia, perdem a forma de transformações revolucionárias, é mais do que evidente que o próprio conteúdo dessas transformações ver-se-á afetado. Objetivamente, na medida em que a consolidação revolucionária da ordem burguesa passa a se dar através de seus movimentos conciliatórios com os estratos dominantes de extração pré-capitalistas, o que se delineará é uma perda de profundidade e universalidade das transformações constitutivas da ordem burguesa. Vale dizer: a conquista das reivindicações tipicamente burguesas - que se expressam propagandisticamente nas palavras de ordem liberdade (de comércio), igualdade (jurídico-formal) e fraternidade (garantida pela generalização das relações mercantil-contratuais e assegurada pelos estados nacionais) - passa a se dar de uma forma tal que as aprisionam aos limites mais estreitos dos interesses imediatos e puramente econômicos das frações dominantes do próprio capital.

Esses confortáveis limites aos quais se vê constrangido o ímpeto revolucionário das burguesias retardatárias, contudo, não são, eles mesmos, isentos de contradições. Uma primeira dimensão dessas contradições tende a se manifestar no processo de transição capitalista, onde as manifestações do conflito estrutural da burguesia com o antigo regime e o próprio desenvolvimento das relações sociais capitalistas, associadas à desagregação da velha ordem social, criam um caldo de cultura onde se torna possível a perda, por parte da burguesia, do controle do processo que passa a outros estratos sociais. Essa possibilidade tende a se manifestar através da recuperação da forma especificamente revolucionária desta transição, o que, necessariamente, leva o processo a transcender seu conteúdo original e abrir diversificadas trajetórias, incluindo-se aí mesmo a consolidação da revolução permanente em direção ao socialismo, tal como teorizado por Lênin e Trotski.

Por outro lado, é igualmente possível que, para além de um amplo espectro de possibilidades intermediárias, o projeto burguês de transição contrarrevolucionária consiga se realizar quase que no limite de sua concepção original. Esses casos, marcados por processos históricos de transição relativamente carentes de momentos dramáticos (que, na medida em que ocorrem, tendem a submergir nas malhas da conciliação e da ideológica historiografia dominante, que apagam o seu significado), vão ter, porém, na sua estabilidade relativa, a sua própria contradição. E essa cobrará seu preço sob a forma de perda de capacidade de transformação interna necessária para a articulação de um padrão autossustentado de desenvolvimento capitalista. Tal processo - cuja análise teremos de retomar, na medida em que é aquele que se expressará, numa pureza quase ideal, na transição capitalista brasileira - corresponde teoricamente a uma segunda possibilidade extrema de desenvolvimento das revoluções burguesas retardatárias e que se contrapõe, antiteticamente, à trajetória cumprida pela revolução russa. Assim é que Lênin nos alertará para essa possibilidade, nos seguintes termos:

Devemos conhecer de maneira exata quais as forças sociais reais que se opõe[m] ao “tsarismo” [...]. Esta força não pode ser a grande burguesia, os latifundiários, os

fabricantes, a “sociedade” que segue os *osvobojudenistas*. [...] [Estes setores] têm demasiada necessidade do tsarismo, com as suas forças policiais-burocráticas e militares, contra o proletariado e o campesinato, para poderem aspirar à destruição do tsarismo. Não, a única força capaz de obter a “vitória decisiva sobre o tsarismo” só pode ser o *povo*, isto é, o proletariado e o campesinato, se se tomar as grandes forças fundamentais e se se distribuir a pequena burguesia rural e urbana (também “povo”) entre um e outro. “A vitória decisiva da revolução sobre o tsarismo” é a *ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato*. [...] Se estas forças forem insuficientes, o tsarismo poderá então estabelecer um arranjo, que já está a ser preparado dos dois lados pelos Srs. Bulínguiene e pelos Srs. Struve. Então as coisas terminarão com uma constituição mutilada ou mesmo - no pior dos casos - uma paródia da mesma. *Isto será também uma “revolução burguesa”*, mas será um aborto, um nato-morto, um bastardo. [...] Este desenlace seria mais ou menos parecido com o de quase todas as revoluções democráticas da Europa no decurso do século XIX, e em tal caso o desenvolvimento do nosso partido seguiria uma senda difícil, penosa, longa, mas conhecida e batida. [...] Se a burguesia conseguir fazer fracassar a revolução russa por meio de um arranjo com o tsarismo, então a social-democracia ver-se-á de facto precisamente de mãos atadas em face da burguesia inconsequente, então a social-democracia ver-se-á “diluída” na democracia burguesa no sentido de que o proletariado não conseguirá imprimir a sua marca clara à revolução, não conseguirá ajustar contas com o tsarismo à maneira proletária ou, como dizia Marx no seu tempo, “à maneira plebeia” (LÊNIN, 1979, p. 410-2).

A referência à terminologia usada por Marx não é gratuita. Em Lênin aparece uma contradição igual a que Marx expõe nos artigos publicados na *Nova Gazeta Renana* ao tratar da Revolução Prussiana de 1848. Quando Lênin diz que “se a burguesia conseguir fazer fracassar a revolução [...] então a social-democracia ver-se-á de mãos atadas [...] no sentido de que o proletariado não conseguirá imprimir sua marca clara à revolução”, podemos interpretar que, se

não ocorrer a revolução, mesmo assim ela ocorrerá! Ou melhor, se a revolução não ocorrer sob uma forma especificamente revolucionária - o que implica a transcendência de seu conteúdo burguês -, ela se imporá pela via da contrarrevolução - o que implica o seu inacabamento e o seu caráter limitado (em maior ou menor grau).

Ora, finalmente podemos pretender estar no domínio de todos os instrumentos teóricos necessários para compreender a caracterização que Florestan Fernandes faz da transição brasileira para o capitalismo como um processo de Revolução Burguesa. O que parece definitivamente claro é que não há como validar - nos termos em que, tanto Marx quanto Lênin, colocam a questão - qualquer tentativa de identificação entre transição capitalista e Revolução Burguesa. Assim, tanto a afirmação de Florestan, reproduzida anteriormente (em que este autor nos diz: “Revolução Burguesa ou revolução capitalista - o que está em jogo é a passagem para a industrialização maciça de um país de periferia”), quanto o próprio título de sua obra maior de Sociologia histórica - *A Revolução Burguesa no Brasil* - deixam transparecer uma supervalorização do conteúdo essencialmente revolucionário da transição capitalista, em detrimento da forma histórica especificamente contrarrevolucionária que este movimento tende a assumir em todas as transições retardatárias. Esse equívoco conceitual de Florestan poderia ser interpretado como uma inadequada apreensão da profunda imbricação dialética entre forma e conteúdo, impeditiva da utilização da categoria Revolução Burguesa para referenciar as dimensões especificamente sociais e políticas das transições retardatárias, isso na medida em que tal categoria não deixa apreender o caráter essencialmente contraditório, conservador e inconcluso de tais transições. Essas observações assumem particular validade quando se trata do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, que, segundo as análises de Florestan Fernandes, assume a forma típica de uma transição articulada pela via conciliatória. Isso exigiria que a contradição imanente a esse processo fosse explicitada no momento mesmo de sua caracterização.

Por outro lado, seríamos pelo menos injustos com Florestan se não reconhecêssemos o fato de que esse autor, não apenas em

inúmeras passagens de sua vasta obra, mas em momentos em que busca fazer a síntese da mesma, em resgatar a essência mesma de sua contribuição teórica, explicita o caráter essencialmente contraditório e conservador do processo social e político de transição capitalista brasileiro! Não será gratuito, assim, que, contraditoriamente às observações acima, José Paulo Netto dedique um ensaio à obra de Florestan que carrega o sintomático título de *A Recuperação Marxista do Conceito de Revolução*. Igualmente sintomático será o fato de que - buscando ser coerente com o próprio Florestan - José Paulo Netto insista em referir-se ao processo de consolidação da ordem burguesa no Brasil como (contra) Revolução Burguesa. Tais observações de Netto assentam-se no resgate das diversas passagens de Florestan em que este autor explicita o sentido contraditório com que opera com o conceito de Revolução Burguesa quando aplicado ao caso brasileiro. Assim é que esse autor (FERNANDES, 1981a, p. 310) nos diz que “a burguesia brasileira realizou seu movimento histórico de uma forma que é especificamente contra-revolucionária (em termos do padrão democrático-burguês clássico de revolução nacional)”.

Quando Florestan caracteriza a Revolução Burguesa como uma transformação estrutural, esse nos dirá:

A última análise socialista consistente do processo de uma revolução burguesa atrasada é a de Lênin - aproveitando a fase de 1905 na Rússia até 1907, mais ou menos -, onde aparece algumas de suas contribuições teóricas mais importantes às Ciências Sociais. [...] Na verdade, ele elabora pela primeira vez uma explicação sociológica das burguesias que perderam suas oportunidades históricas, por fraqueza e por falta de ímpeto revolucionário. Ele interpreta a situação russa confrontando a situação da burguesia com o poder relativo do czar, da nobreza e da burocracia. Procura mostrar, então, que uma burguesia que não é capaz de defender sua capacidade de ação revolucionária acaba não fazendo a sua revolução. Assim, ela transfere muitos dos seus papéis para outras classes, perdendo a oportunidade histórica de concretizar plenamente a revolução burguesa. É na base dessas análises que ele

depois vai dizer que a revolução burguesa não tinha mais *chance* histórica. Ao escrever as *Teses de Abril*, repudia a posição oficial do Partido Comunista e defende com tenacidade a estratégia da revolução proletária. A burguesia, em vez de privilegiar a sua ação revolucionária, se acomodou com outros setores mais poderosos da sociedade russa e, com isso, destruiu-se. A questão da revolução burguesa não se punha mais - a revolução em curso era outra! Se se compara a situação russa com a situação na América Latina capitalista o que ressalta é o fato de que, em nossa região, a chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado até agora não favoreceu nem o proletariado nem as massas populares. Ao contrário, as burguesias usaram o seu poder econômico social e político para manter o controle do Estado, convertê-lo em uma tirania total e acelerar a revolução burguesa no plano econômico (FLORESTAN, 1978b, p. 100).

Vale dizer: a Revolução Burguesa brasileira (e latino-americana em geral) será uma revolução não apenas marcada pela conciliação (que se processará por uma via especificamente contrarrevolucionária), mas será uma revolução inconclusa, em função mesmo da forma que assume. Porém, isso não implica dizer que, dentro dos estritos horizontes e interesses da burguesia enquanto classe dominante, a revolução não se encontre já concluída, não havendo qualquer espaço para projetos de aliança de classes com vistas a seu fechamento. Isso se torna tão mais claro quanto mais se compreende a especificidade da transição latino-americana, marcada que é pela forte presença de impulsões imperialistas. É assim que Florestan nos dirá que:

[...] uma burguesia impotente para conduzir autonomamente a 'transformação capitalista' e, portanto, para conjugar uma revolução nacional com uma revolução democrática, nem por isso deixa de ficar no centro do controle do poder econômico, social e político das respectivas sociedades de classes. E isso com maior amplitude e ímpeto quanto mais fraca for a oposição organizada das classes operárias e das massas populares.

Não importa se o ponto externo de apoio das classes burguesas venha de estamentos aristocráticos, como na Alemanha ou no Japão, ou das nações capitalistas hegemônicas, sua superpotência e do poder político estatal, como acontece na era atual, sob o novo padrão de imperialismo criado pelas corporações multinacionais. O que importa é que o poder relativo de estabilidade e de crescimento dessas classes encontra um suporte forte e durável, que as torna aptas a manipular o Estado como seu fulcro de autoafirmação e de dominação de classe (FLORESTAN, 1980a, p.79).

Essa passagem não poderia ser mais oportuna no sentido de esclarecer que Florestan não só não identifica as categorias de revolução e transição (tal qual poder-se-ia pretender a partir de uma leitura apressada de seus textos), como possui tamanha clareza da especificidade do processo de Revolução Burguesa brasileira, que o distingue claramente dos processos revolucionários vividos por países de transição especificamente retardatárias (em contraposição com transições que vimos denominando de tardio-dependentes). Vale dizer: a centralidade das impulsões imperialistas associadas às determinações dinâmicas internas impede qualquer assimilação de nosso processo de Revolução Burguesa ao padrão prussiano ou passivo, tal como teorizado por Engels, Lênin e Gramsci. E isso, antes de mais nada, porque esses últimos processos - a despeito de suas particularidades - foram processos revolucionários rigorosamente nacionais, não apenas no sentido de que constituíram os espaços nacionais alemão, italiano e japonês superando rápida e definitivamente os entraves (feudais) ao pleno desenvolvimento mercantil interno⁴⁴, mas no sentido de que os articularam enquanto espaço de reprodução privilegiada do capital nacional. A eficácia com que o fizeram vai se traduzir, inclusive, na capacidade demonstrada pelas burguesias dos três países acima citados (que definem e conformam o padrão clássico de revoluções burguesas retardatárias) de enfrentamento da ordem internacional instituída, o que se expressará na participação dos mesmos nas duas grandes guerras imperialistas do século XX (a I e II Guerras Mundiais). Mais do que isso: na medida em que as transições burguesas

especificamente retardatárias assumem a forma de revoluções rigorosamente nacionais (ainda que não propriamente democráticas⁴⁵), elas envolverão movimentos de aceleração, aprofundamento e consolidação da reprodução industrial e financeira capitalista interna, em termos tais, que passam a exigir crescentemente a plena subordinação dos antigos estamentos dominantes à lógica do capital. Tal processo envolverá uma luta pela cooptação dos movimentos sociais de massa, por parte da burguesia, no sentido de garantir apoio à sólida articulação de sua hegemonia, e se concretizará através de uma (paternalista, corporativista, pequeno burguesa, mas) ativa política social⁴⁶ e através da articulação de amplos e politicamente expressivos movimentos populares de cunho nacionalista (que, nos casos típicos referidos acima, redundarão no fascismo).

Não é preciso lembrar o quanto o padrão de desenvolvimento e consolidação da ordem burguesa no Brasil dista dos processos retardatários referidos acima. Mesmo sob o populismo varguista, as negociações abertas com as grandes potências econômicas envolvidas na II Grande Guerra em torno de nossa participação no conflito revelam, ao limite, o caráter subordinado de nossa inserção na crítica ordem política mundial. A força das amarras que aprisionam a ação do Estado aos interesses mais imediatistas da compósita burguesia brasileira não escapará à análise de Florestan Fernandes. Atento para as dimensões menos visíveis da política econômica e social interna no período, Florestan não tergiversará na caracterização do período varguista como o período de auge da fase competitiva do nosso selvagem e dependente padrão de desenvolvimento capitalista.

Fica claro, portanto, que a caracterização de Florestan da transição burguesa brasileira como uma transição revolucionária não se assenta em qualquer anacronismo ou incapacidade de reconhecer as particularidades de nossa transição. Antes pelo contrário, o que chama a atenção na leitura de Florestan é a absoluta e explícita consistência da mesma com a leitura marxista e leninista das Revoluções Burguesas como movimentos que são saturados historicamente e só se impõem a partir de movimentos sociais e políticos especificamente nacionais.

4 IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: NA PERSPECTIVA DA DIALÉTICA ENTRE O TODO E SUAS PARTES

4.1 Introdução: para a crítica da crítica à teoria da dependência em Florestan Fernandes

A caracterização do capitalismo brasileiro como dependente é, indubitavelmente, um dos pontos mais polêmicos e criticados da obra de Florestan Fernandes. Em nossa opinião, isso não será gratuito, mas revelador do fato de que tal caracterização assume, neste autor, o papel de um ponto de chegada que realiza a síntese de seu pensamento, garantindo-lhe a máxima determinação. Com isso queremos dizer que a assimilação da caracterização do capitalismo brasileiro em Florestan como dependente envolve a assimilação de seus pontos de partida teóricos fundamentais, quais sejam:

1) que o Brasil passa por um processo de transição para o capitalismo já sob o influxo das impulsões exógenas definidas em nível da transição da ordem capitalista mundial para sua etapa imperialista;

2) que esse processo de transição envolve um movimento interno peculiar (porquanto formalmente contrarrevolucionário) de Revolução Burguesa, onde a ordem institucional capitalista se consolidará sem pressupor qualquer participação significativa aos setores sociais (em processo de crescente e plena desapropriação) portadores de reivindicações democráticas e especificamente nacionais.

Mas se esses pressupostos da leitura de Florestan sobre a dependência já encontram forte oposição teórica, ainda mais sólida será a oposição à leitura que daí se deriva. E isto, na medida mesmo em que esta última - ao ser sintética - é, simultaneamente, mais determinada, envolvendo ainda uma interpretação do imperialismo enquanto etapa do capitalismo responsável pela universalização

contraditória e não homogeneizadora deste modo de produção⁴⁷.

Em suma: mesmo aqueles autores que admitem ter o Brasil sofrido um processo tardio de transição capitalista marcado por sua forma contrarrevolucionária, não necessariamente admitirão consistência teórica à caracterização do capitalismo brasileiro como dependente. As críticas a tal caracterização da formação capitalista brasileira geralmente apresentam-se centradas sobre padrões interpretativos divergentes em torno do significado teórico e prático das formações econômicas nacionais (e das impulsões endógenas e exógenas nos distintos espaços econômicos) sob a etapa imperialista⁴⁸. Sendo assim, definimos uma tipologia para caracterizar as distintas formulações críticas à teoria da dependência em Florestan Fernandes que segue os critérios expositivos dos próprios autores dessas formulações, o que nos permite dividi-las em três grupos básicos:

a) aquelas críticas que derivam de uma perspectiva endogeneísta, para a qual as impulsões dinâmicas e o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro são determinados - se não inteiramente, pelo menos - centralmente em nível interno;

b) aquelas derivadas de uma perspectiva exogeneísta, para a qual a ordem capitalista não pode ser pensada a não ser em termos mundiais, uma vez que se recusa qualquer pressuposição de exterioridade entre mercados nacionais e mercado mundial;

c) aquelas derivadas de uma perspectiva que poderia ser definida como teoricista, e que recusam o estatuto de teoria às formulações dependentistas, a partir de uma pretensa fragilidade e indeterminação relativa das mesmas, incapazes que seriam de explicitar claramente os mecanismos materiais e institucionais garantidores da reprodução da inserção dependente do conjunto das economias periféricas⁴⁹.

Se estes três pontos de vista expressam fundamentos reais e substantivos das críticas à(s) teoria(s) da dependência, a esses argumentos se soma um quarto - utilizado em maior ou menor grau pelas três vertentes referidas - e que se pauta numa profunda ambiguidade terminológica, que se tornou inerente ao qualificativo "dependência", em função da história mesma de desenvolvimento

dessa teoria.

Como é sabido, a qualificação dos países capitalistas periféricos como dependentes é tradicional na ampla e diversificada literatura de extração marxista que trata das contradições da etapa imperialista do capitalismo mundial. Contudo, essa qualificação só ganhará foros de principal determinação teórica do capitalismo periférico a partir de meados da década de 60. E particularmente a partir do momento em que, com a crise dos projetos de industrialização e endogeneização do desenvolvimento econômico latino-americanos, um amplo conjunto de teóricos buscarão determinar as causas substantivas do fracasso dos projetos de industrialização e endogeneização do desenvolvimento econômico latino-americano.

O que deve ser observado por nós neste processo é que o termo dependência aparecia para estes últimos teóricos como uma qualificação natural e tradicional para caracterizar o padrão de reprodução capitalista que buscavam analisar e compreender em sua estrutura íntima. A novidade de seus esforços encontrava-se tão somente na busca de constituir uma teoria capaz de explicar as determinações últimas da reprodução, a longo prazo, da inserção dependente daqueles países. Vale dizer: as determinações que levavam ao fracasso dos planos de endogeneização dos estímulos dinâmicos capazes de garantir um padrão autossustentado de reprodução capitalista para os mesmos.

Essa unidade elementar, contudo, não deixou de se expressar em movimentos teóricos absolutamente distintos. E isso porque, enquanto um conjunto de autores passou a privilegiar o resgate e a interpretação teórica dos determinantes específicos das distintas formações econômicas e sociais capazes de impor a reprodução dependente como o padrão normal de reprodução capitalista dessas formações, um outro conjunto de teóricos centrou sua atenção nos mecanismos articulados a partir dos centros imperiais que seriam capazes de garantir a sustentação da dependência dos países marginalmente industrializados. Não é preciso dizer que estas diferenças de enfoque carregam consigo diferenças de ordem metodológica que se traduzirão em projetos de construção teórica portadores de níveis de generalidade absolutamente distintos. Mais

do que isso: aqueles teóricos, que localizam o espaço onde se definem os ajustamentos e as articulações econômicas e sociais capazes de impor a reprodução dependente, estão, de fato, privilegiando a análise dos processos de luta de classes e de alianças intraclasses que transcorrem de forma distinta no interior de cada formação nacional. Diferentemente, os teóricos que privilegiam as determinações exógenas do processo de reprodução dependente ficam presos a um nível de análise mais geral, às leis gerais de movimento do capital em nível mundial, o que determina, na maioria das vezes, que suas formulações não façam mais do que repetir monotonamente interpretações teóricas que os clássicos da teoria do imperialismo (e a melhor tradição da Economia Política dos países periféricos) já haviam desenvolvido em termos mais substantivos⁵⁰. Essas diferenças entre os dois projetos de constituição da teoria da dependência são tão significativas que acabam por subsumir quaisquer outros recortes potenciais entre os autores que buscam resgatar as determinações da - aparentemente impositiva - reprodução heteronômica dos países de desenvolvimento industrial e financeiro tardio.

Assim, admite-se claramente a existência não de uma única teoria da dependência, mas de dois projetos básicos de constituição da referida teoria. Uma das melhores expressões desta leitura encontra-se na brilhante introdução de *O Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello. Nesse texto⁵¹, o autor nos diz:

A filiação cepalina da ideia de “dependência externa” é clara, pois simples decorrência da concepção de desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista, que se exprime na relação centro/periferia. Deste modo, não seria difícil imaginar a história latino-americana como uma sucessão de “situações de dependência”: dependência colonial, dependência primário-exportadora e dependência tecnológico-financeira. Deste ponto de vista, a primeira vertente da dependência - representada pelos trabalhos de A. G. Frank, centrados na ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração

entre Metr6poles e Sat6lites - consiste, de modo cristalino, numa mera reproduo6o radicalizada da problem6tica cepalina e, por isto, n6o apresenta maior interesse te6rico. Ao contr6rio, a formulao6o de F. H. Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua import6ncia decisiva. [...] Penso [...] que Depend6ncia e Desenvolvimento representa uma tentativa de constituir uma nova problem6tica, a problem6tica da "instaurao6o de um modo de produo6o capitalista em formao6es sociais que encontram na depend6ncia seu traço hist6rico peculiar", a problem6tica da formao6o e do desenvolvimento do modo de produo6o capitalista na Am6rica Latina. Mais do que isto, traz, a meu juízo, entre outras, uma contribuio6o fundamental: a ideia de que a din6mica social latino-americana 6 determinada, em primeira inst6ncia, por "fatores internos", e, em 6ltima inst6ncia, por "fatores externos", a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional (MELLO, 1982, p. 23-5).

O centro desta leitura 6 transparente e consistente com nossa pr6pria interpretao6o: n6o h6 como confundir as derivao6es te6ricas francamente distintas de autores que centram suas investigao6es sobre a reproduo6o da insero6o dependente em torno dos conflitos e das articulao6es de classes que se processam e se consolidam internamente, com a leitura de autores que buscam explicar esta mesma insero6o a partir da recuperao6o e generalizao6o de interpretao6es cl6ssicas (marxistas e cepalinas) em torno do processo de divis6o internacional do trabalho.

Florestan Fernandes n6o poupar6 esforo6os para explicitar a perspectiva te6rica e metodol6gica - essencialmente comum 6 perspectiva de Cardoso⁵² e Faletto (1970) - que sustenta sua interpretao6o da teoria da depend6ncia. O autor afirma que:

[...] existem dois p6los na dominao6o: o externo e o interno. Quando se fala em imperialismo, se explica o que ocorre *de fora para dentro*. Agora, resta saber o que ocorre *de dentro para fora*. Se se cultiva uma imagem dial6tica da dominao6o imperialista, 6 preciso compreender que as condio6es de dominao6o n6o s6o dadas a partir de fora,

são dadas também a partir de dentro. [...] De uma maneira geral, o capitalismo dependente condiciona o próprio imperialismo. Ele condiciona o imperialismo porque ele também comercializa o subdesenvolvimento. [...] É por isso que é errada a crítica que muitos marxistas fazem ao estudo da dependência na Sociologia, na Antropologia, na Economia. Se nós quisermos ir além das descrições sumárias temos de ver como é que os mecanismos do imperialismo se realizam dentro dos países submetidos à dominação imperialista. E aí é preciso analisar a dependência em termos da maneira pela qual os vários setores da sociedade capitalista dependente se ajustam, tanto passiva quanto ativamente à dominação imperialista (FERNANDES, 1978b, p. 111-2).

A transparência destas afirmações de Florestan é tamanha, e o debate em torno das distintas vertentes em que se dividiram os teóricos da dependência gerou uma bibliografia tão expressiva, que fica difícil entender como é possível que algum cientista social possa pretender criticar e qualificar genericamente os dependentistas como autores que ignoram as influências e determinações especificamente internas do processo de desenvolvimento capitalista dos países periféricos. Entretanto, para nossa surpresa, este equívoco não apenas se repete, como emerge em textos de autores de expressiva estatura teórica. É o caso de Jacob Gorender, que dirá:

Como sabemos, a teoria da dependência recebeu contribuição importantíssima do professor Florestan Fernandes. Em diversas obras, enfocou o processo histórico brasileiro dos anos 60 e 70 sob o prisma da teoria da dependência, fazendo-o com a flexibilidade e a erudição que caracterizam sua abordagem. Contudo, sem deixar de salientar o avanço que representou em certo momento da história das ideias sociais, penso que a teoria da dependência não poderia deixar de ser ultrapassada, em vista do enfoque mecanicista e unilateral de que padece. Porque, queiram ou não aqueles que a adotam, a atribuição de todo o dinamismo econômico-político é feita com vistas ao centro metropolitano. Dele procedem os impulsos assinalados, que a periferia não pode senão assimilar

passivamente. Os dinamismos endógenos dos países periféricos ou são ignorados ou se lhes imputa um papel inteiramente secundário. Omite-se a repercussão de tais dinamismos sobre os próprios centros metropolitanos. Privilegia-se o externo de tal maneira que desaparece a interação entre interno e externo. Por conseguinte, não se levam na devida conta as diferenças dos efeitos dos fatores externos sobre os diferentes meios internos. Assim é que, só para ilustrar, um pesquisador da envergadura de Samir Amin colocou o Brasil junto com a República dos Camarões, numa análise comparativa. Outro expoente da teoria da dependência, A. Gunder Frank, este de nível intelectual bem inferior, simplesmente igualou o Brasil a Barbados, colocando-os na mesma categoria. A respeito do desenvolvimento ocorrido em alguns países dependentes - os chamados “novos países industriais” -, são ainda de Gunder Frank as expressões “lumpendesevolvimentos” e “lumpemburguesia”, cabíveis também ao caso do Brasil. O que, adiante, demonstrarei ser descabido. Em suma, trata-se, da minha parte, não de questionar a dependência, mas a teoria da dependência, enquanto referencial analítico e explicativo (GORENDER, 1987a, p. 253-4).

O *gap* que separa a interpretação dada por Gorender da teoria da dependência em Florestan Fernandes e as formulações encontráveis na obra deste autor é tamanho que somos levados a pensar que Gorender sustenta uma proposta interpretativa radicalmente distinta. Jacob Gorender identifica a leitura de extração dependentista do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro com a leitura que tem origem nos trabalhos de Fernando Novais, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Manuel Cardoso de Mello. Sem dúvida, isso implica um ponto de partida superior para a estruturação do debate, uma vez que, de antemão, dele ficam descartadas aquelas versões teóricas - como a de Gunder Frank - em que as impulsões exógenas são absolutizadas de tal forma a impedir a percepção sequer do caráter pré-capitalista da sociedade colonial. Mais do que isso: o descarte efetivado por Gorender das leituras dependentistas metafísicas (no sentido de unilaterais, generalizantes, e, portanto, não dialéticas), permite-lhe absorver um

dos pontos centrais da interpretação do conjunto desses autores: que a dependência tem, não só uma história - uma vez que não se manifesta nem se realiza sob um mesmo padrão ao longo do tempo -, mas só pode ser rigorosamente pensada a partir das particularidades do desenvolvimento capitalista dos diversos espaços nacionais em constituição e desenvolvimento.

Quer nos parecer assim que Gorender se contrapõe à teoria da dependência porque abraça uma perspectiva radicalmente distinta, de extração estritamente endogeneísta. Tão importante quanto isso, entretanto, é perceber - na proposta de que se poderia derivar pura e simplesmente das contradições internas ao modo de produção escravista colonial a emergência do capitalismo brasileiro - o abandono da perspectiva histórica dialética. Este abandono (que já se revela na sintomática caracterização do materialismo histórico como metodologia, cuja principal característica seria o rigor) transbordará na perda da perspectiva de totalidade (que é inerente ao endogeneísmo elevado à categoria de princípio metodológico). O fundamento último desta orientação, no caso de Gorender, se encontra na aceitação desse autor da distinção formalista entre modo de produção e formação econômica e social⁵³. Essa distinção lhe permite analisar as leis de reprodução do escravismo colonial enquanto modo de produção, e nessa perspectiva, enquanto modelo genérico, abstrato, autônomo e fechado⁵⁴. O perigo (e o equívoco) desta leitura se manifestará com toda a clareza no momento em que, assentado sobre a interpretação de que as formações econômicas e sociais concretas têm seu dinamismo definido fundamentalmente pelo modo de produção hegemônico em seu interior, os complexos e multideterminados processos históricos de desenvolvimento capitalista no Brasil passam a ser essencialmente explicados a partir do resgate das impulsões endógenas, definidas pelas contradições inerentes ao modo de produção escravista colonial. Vale dizer: pensa-se a categoria modo de produção como um simulacro materialista dos tipos ideais weberianos, mas acaba-se pretendendo poder extrair destas construções ideais conclusões a respeito da dinâmica histórica concreta que só seriam legítimas se a metodologia fosse outra, pautada na efetiva saturação histórica das categorias construídas.

O equívoco de erigir o endogeneísmo enquanto princípio

metodológico revela-se nos obstáculos concretos que este movimento abre à percepção das profundas distinções em termos de potencialidades dinâmicas e de padrão de inserção das economias periféricas e de suas burguesias nacionais.

Se a crítica endogeneísta à teoria da dependência apresenta fragilidades metodológicas e flagrante inadequação aos fatos, o mesmo já não se pode pretender daquela proposta interpretativa que busca negar a dependência enquanto determinação teórica do capitalismo brasileiro assentada sobre uma leitura que denominamos exogeneísta. É bem verdade que é possível encontrar autores que, buscando operar no interior desta leitura crítica, revelam sua identidade contraditória com o endogeneísmo radical e ideológico, pela negação mesma de qualquer peculiaridade ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Levando ao limite o pressuposto teórico exogeneísta, alguns autores pretendem que a homogeneização do capitalismo sobre o globo já ocorreu, o que lhes permite negar importância teórica e prática às especificidades das distintas economias nacionais. A distância de tal perspectiva metodológica em relação ao projeto científico do materialismo histórico e dialético - para o qual o concreto pensado é a síntese hierarquizada de múltiplas e contraditórias determinações - é tão flagrante que nos permite eludir qualquer discussão com teóricos deste calibre.

O antidependentismo de extração exogeneísta, contudo, não é monopólio deste padrão de teóricos. De forma evidentemente refinada, ela reemergirá em autores de sólida formação teórica e metodológica marxista. É justamente este o caso de Miriam Limoeiro Cardoso⁵⁵, cuja análise não parte de qualquer descaracterização das especificidades da formação capitalista nacional. A autora introduz sua crítica à pertinência da determinação dependência ao peculiar capitalismo brasileiro questionando a insistência de Florestan em recorrer a esta categoria. E explica que:

Esse é um problema mais geral em Florestan Fernandes e cabe nos determos um pouco para analisá-lo. Trata-se de uma espécie de sobrecarga. Florestan Fernandes tem, sem dúvida, formação sociológica sólida, sempre presente em sua reflexão. Nele, porém, tal solidez sociológica não se

petrifica, porque ele sempre aplica a teoria para torná-la fecunda, buscando a construção rigorosa do objeto e a explicação da realidade social. Espírito jovem, Florestan é homem do seu tempo. Crítico agudo, militante revolucionário, seu pensamento se transforma no passo da transformação da realidade. Não deixa de haver um certo conflito entre esta juventude de espírito e a solidez da sua Sociologia, de tal modo que há um peso (sobrecarga) daquela herança sociológica quando Florestan Fernandes faz sua a problemática marxista. É como se operasse com “amarras” teóricas, conceituais. Com muitas destas amarras seu próprio pensamento analítico rompe, embora possa ainda continuar a empregar os mesmos termos. Com outras, seu pensamento mantém um certo conflito, ou, no mínimo, uma certa ambivalência. A questão da dependência é um bom exemplo. No conjunto, Florestan Fernandes tenta pensar a revolução e a dominação burguesa no Brasil com a perspectiva do desenvolvimento capitalista e a sua demarcação em etapas. No entanto, ainda que adote essa perspectiva, mantém como referencial a dependência. Pretendendo alcançar um grau de generalidade quando analisa o caso brasileiro, discute “a revolução burguesa e o capitalismo dependente” e trabalha com oposições entre centro e periferia ou como sociedades autônomas e heterônomas, sinal de que - para pensar a especificidade da situação imperialista, característica do capitalismo monopolista -, ainda carrega conceitos elaborados dentro de um marco conceitual dependentista. [E esse marco consiste] numa construção funcional ou sistêmica, que toma como referencial básico de análise o Estado-nação, a relação interno/externo sempre redefinida em função de cada nível sistêmico tomado arbitrariamente como patamar analítico (um Estado-nação determinado, ou um dado conjunto de Estados-nações, seja da América Latina, sejam as “nações periféricas” ou de “capitalismo dependente”) (LIMOEIRO CARDOSO, 1987, p. 245-6).

O que chama a atenção na passagem acima é o fato de que Miriam Limoeiro tenta introduzir sua crítica à teoria da dependência, em Florestan, enquanto crítica metodológica. Para isso aponta uma pretensa vinculação entre sua interpretação do caráter heteronômico

da economia e da sociedade brasileira, e a sobrevivência de um viés “sociologicista” que marcaria mesmo aquelas obras deste autor que são estruturadas a partir de questões propriamente marxistas. Nossa própria interpretação da obra de Florestan é convergente com aquela oferecida por Miriam Limoeiro. Contudo, não conseguimos perceber qualquer resquício de um padrão interpretativo que pudesse ser considerado antagonico aos princípios teóricos e metodológicos do materialismo histórico e dialético na caracterização do capitalismo brasileiro como dependente. Quer nos parecer, inclusive, que a debilidade com que Miriam Limoeiro esgrime seus argumentos em defesa desta (pretensa) vinculação seja sintomática de sua inexistência. Assim é que o único argumento apresentado neste sentido é o de que o marco conceitual dependentista emergiria de uma construção funcional ou sistêmica, que toma como referencial básico de análise o Estado-Nação, a relação interno/externo sempre redefinida em função de cada nível sistêmico tomado arbitrariamente como patamar analítico. Ora, não é preciso informar uma autora da estatura teórica de Miriam Limoeiro que análises sistêmicas e funcionais não são monopólio da Sociologia acadêmica estrutural-funcionalista. Por isso mesmo, só podemos entender sua crítica como centrada no fato de que, para esta autora, o resgate dos Estados-Nações como instrumento de clivagem teórica (o que, de fato, a teoria da dependência impõe) seja um movimento arbitrário em termos marxistas. Assim, esta clivagem só seria compreensível a partir de uma filiação metodológica que se assenta em critérios institucionais, jurídicos e culturais (típicos da Sociologia Acadêmica) para a definição teórico-ideal (a-histórica, de inflexão estruturalista e weberiana) das partes constitutivas de um sistema ao qual se nega o atributo de totalidade orgânica⁵⁶.

Assentada sobre corretos princípios metodológicos e teóricos, Miriam Limoeiro prescindirá de qualquer tentativa de simplificação desqualificadora do discurso dependentista para expor e denunciar o seu ponto de máxima vulnerabilidade, que poderia ser sintetizado em uma pergunta: que mecanismos e processos materiais e objetivos garantem a reprodução da inserção dependente dos países de capitalismo periférico?

Esses mecanismos não podem ser buscados em nível das

relações (e circunscrições) políticas e institucionais internacionais. E isso não só porque o fim do Antigo Sistema Colonial e da fase propriamente colonialista do imperialismo defina a emergência de Estados-Nações formalmente independentes na periferia do sistema. Ainda que esta questão não seja desprezível (como sabemos, a forma “Estado-nação independente” carrega consigo um determinado conteúdo, necessariamente distinto daqueles que a forma Colônia pode portar), ainda mais importante é o fato de que não se pode pensar a política econômica, diplomática e militar dos Estados-Nacionais imperialistas fora e acima dos interesses dos blocos de capital monopolista. E aqui o busílis da questão. Senão vejamos.

A partir da emergência do imperialismo, impõe-se uma transformação qualitativa no padrão de reprodução da economia mundial que se traduz na internacionalização da estrutura e dos padrões reprodutivos capitalistas. O que implica dizer que o capital monopolista não comporta em seu conceito determinações que nos permitam entender por que seu movimento de reprodução apresenta padrões qualitativamente distintos no centro e na periferia do sistema. Vale dizer: em suas determinações teóricas mais gerais, o capital monopolista tende a transnacionalizar-se, não carregando em si projetos de reprodução qualitativamente distintos nos diversos espaços nacionais em que atua, e que pudesse explicar um padrão de reprodução distinto - dependente - para as economias periféricas do sistema.

Contudo, Miriam Limoeiro não se restringe a questionar, mas, num movimento ousado e essencialmente equivocado, propõe que não seja possível responder a tais questões em termos marxistas, o que lhe permite fazer tábula rasa das leituras dependentistas, contrapondo-as à teoria do imperialismo.

O equívoco dessa autora tem por base a pretensão de que a tendência à transnacionalização dos blocos monopolistas de capital e de suas lógicas de reprodução realize-se de forma não contraditória. E isso porque Miriam Limoeiro desvaloriza relativamente a peculiaridade dos processos de transição capitalista dos países periféricos, assim como a especificidade dos padrões de reprodução, regulação e conflito sociais que marcarão esses mesmos países. Se conseguisse perceber, em sua radicalidade, essas peculiaridades,

Miriam Limoeiro poderia entender que a ordem imperialista não pode implicar qualquer homogeneização dos processos reprodutivos dos blocos monopolistas de capital enquanto atuantes em distintas formações econômicas e sociais, baixo distintos padrões competitivos inter-capitalistas e distintos padrões de conflito de classes. Esta heterogeneidade de padrões reprodutivos explicará não apenas que a tendência à transnacionalização do capital se realize de forma contraditória⁵⁷, mas, igualmente, que a estruturação do mercado mundial como mercado internacional não seja nem gratuita nem resquício histórico da etapa pré-imperialista do capitalismo. Mais do que isso: se se entende efetivamente a profunda heterogeneidade dos padrões de reprodução capitalistas em nível mundial⁵⁸, se poderia entender também que a eleição dos Estados Nacionais como instrumento de clivagem teórica para se pensar o processo diferenciado e contraditório de reprodução da economia mundial não comporta qualquer arbitrariedade. E isso porque estas estruturas continuam a conformar a base institucional elementar imanente à ordem econômica capitalista. Enquanto forma genérica, o Estado-Nação não faz mais do que revelar a contraditoriedade da ordem burguesa, que tem, na luta de classes, sua expressão superior. Enquanto pluralidade, os Estados-nações revelam a profunda diversidade de formas (e de conteúdo) que aquelas mesmas contradições assumem sob a égide do desenvolvimento desigual e combinado da ordem capitalista em nível mundial.

Na realidade, a incapacidade de perceber o significado material das formações nacionais na atual etapa do desenvolvimento do capitalismo só é explicável pela subordinação a uma interpretação economicista do imperialismo. Dentro dessa perspectiva, pretende-se que as leis de movimento, que o capital realiza como tendência, transcorram de forma metafísica, vale dizer, não contraditoriamente, fora da história, fora do espaço. Por sua vez, o que embasa esta interpretação do imperialismo é uma leitura economicista do capital, que extrai deste agente histórico sua historicidade real e sua dimensão de relação social contraditória. Se não se fizesse tal movimento, seria possível entender que o capital internacionalizado atua em diferentes espaços nacionais simultânea e contraditoriamente como um único e como múltiplos capitais. E isso, antes de mais nada, porque em cada espaço, o mesmo capital se defrontará com um

movimento social organizado sobre bases distintas e operará com taxas de exploração distintas que impulsionarão também distintos movimentos de acumulação e transformação de suas composições orgânicas e técnicas⁵⁹.

Será justamente por portar uma arguta percepção do capital, enquanto relação social, que Lênin - indubitavelmente o maior teórico marxista do imperialismo e um dos mais mordazes críticos dos desvios economicistas - não perderá de vista a atualidade e a significação histórica concreta e prática das formações nacionais. Essa percepção se revelará desde seus embates teóricos com Rosa Luxemburgo, em defesa das lutas anticoloniais como momentos simultaneamente de concretização das revoluções burguesas periféricas e avanço da luta socialista em nível internacional, até seus textos de maturidade, em que desenvolverá a concepção - cujo acerto a história se encarregará de demonstrar - de que as contradições sociais inerentes à ordem burguesa assumem um caráter muito mais explosivo nos países periféricos deste sistema (transformados em elos frágeis da correia de transmissão da qual fazem parte) do que nos próprios países capitalistas centrais. Por isso mesmo, a perda da capacidade em resgatar as determinações objetivas, que fazem da ordem capitalista mundial uma ordem “internacional”, implica a perda de capacidade de entender e intervir conseqüentemente no interior dos distintos processos políticos e sociais nacionais portadores de potencialidades históricas diferenciadas.

Esse prejuízo político e teórico é explicável de antemão pelo equivocado ponto de partida metodológico que o informa: a pretensão de que se possa cercear o movimento de apropriação teórica da diferenciada realidade econômica internacional estabilizando-o em nível mais geral do resgate das leis de movimento do capital em sua etapa imperialista de desenvolvimento. Se se agrega, a esse ponto de partida, uma interpretação economicista da própria teoria do imperialismo, torna-se necessariamente impossível compreender a necessidade de constituição da teoria da dependência como instrumento de apropriação hierarquizada das múltiplas e distintas determinações que impulsionam a reprodução das economias capitalistas periféricas, enquanto periféricas.

Finalmente, podemos passar ao debate com a última das três vertentes - por nós denominada teoricista - em que dividimos os críticos ao projeto de leitura do capitalismo brasileiro como capitalismo dependente em Florestan Fernandes. Tal como nas vertentes endogeneísta e exogeneísta, é possível diferenciar as críticas teoricistas vulgares das críticas (de pretensão e efetiva fundamentação) científicas. Evidentemente não será nossa intenção polemizar com aquelas críticas cujo grau de afastamento e desconhecimento do projeto teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético as torna virtualmente incapazes de resgatar qualquer debilidade efetiva na construção de Florestan. Contudo, cabe explicitar a direção tomada pelas mesmas.

Via de regra, o ponto de partida das críticas teoricistas vulgares é a subordinação à leitura positivista do que venha a constituir uma teoria. No interior dessa concepção, teoria é a sistematização modelística de processos empíricos recorrentes que resulta da abstração das diferenças específicas e das particularidades espaciais-temporais inerentes a cada manifestação concreta do objeto eleito para estudo e considerações. Nesse sentido, a generalidade e o caráter de construção ideal-abstrata tornam-se os dois atributos básicos constitutivos do conceito próprio de teoria. Não é preciso dizer o quanto tal leitura se afasta do projeto marxista de apropriação teórico-totalizante do concreto em seu processo de transformação e diferenciação qualitativa. Ora, o conjunto dos desenvolvimentos desta primeira parte de nosso estudo vem apenas nos confirmando que é dentro deste projeto metodológico que Florestan estrutura sua produção teórica e histórica. É mais do que evidente, portanto, que a frustração das expectativas será total para aqueles autores que exigirem das formulações de Florestan em torno da dependência - como critério para dar às mesmas o atributo de teoria - a emergência de um modelo de validade histórica e espacial capaz de comportar um grau de generalidade compatível com os preceitos e exigências positivistas. A distância que nos separa desses autores é, contudo, tamanha, que não há por que perdermos tempo enfrentando em detalhes suas formulações críticas⁶⁰.

Ao lado das críticas vulgares, porém, emergem outras mais consistentes, que questionam não o grau de generalidade ou de

formalização, mas a consistência teórica mesma, o grau de determinação material, da teoria da dependência em Florestan⁶¹. Uma avaliação da pertinência dessas críticas só pode ser feita a partir do resgate da leitura de Florestan em torno desta questão, a qual, como já vimos, está profundamente imbricada com a própria leitura deste autor sobre o processo histórico particular de desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano. Isso implica dizer que não será possível uma avaliação mais substantiva da questão da dependência em Florestan antes que se tenha acesso às formulações deste autor em torno do processo histórico concreto de (contra) Revolução Burguesa no Brasil, objeto da segunda parte deste estudo de dissertação. Por outro lado, não há como negar que uma antecipação das determinações mais gerais de sua leitura sobre a dependência pode nos auxiliar na exposição subsequente. Isso é tão mais verdadeiro na medida em que nossa própria interpretação da obra de Florestan vai no sentido de identificar insuficiências em sua leitura mais geral sobre tal questão. Essas insuficiências, contudo, antes impõem desenvolvimentos (que - quer nos parecer - ou já se encontram indicados na obra deste autor, ou, pelo menos, deveriam ser construídos a partir do mesmo referencial teórico e metodológico daquela), do que servem de base a qualquer orientação que busque negar consistência à referida leitura. Em função disso, decidimo-nos não apenas por arcar com o ônus previsível de tentar apresentar os fundamentos mais gerais da leitura sobre a dependência em Florestan separando-os dos desenvolvimentos propriamente historiográficos deste autor: decidimo-nos igualmente pela antecipação de alguns desenvolvimentos críticos em relação a esta leitura, assim como dos desdobramentos necessários desses desenvolvimentos em termos de uma breve reflexão sobre as conexões entre imperialismo, capitalismo monopolista e dependência⁶². Esse é o objeto da próxima seção deste capítulo.

4.2 Sobre os fundamentos da teoria da dependência em Florestan Fernandes

O que precisa ficar claro quando se busca compreender os fundamentos da teoria da dependência em Florestan é que, para

este autor, o ponto de partida da relação dependente não se encontra somente na dinâmica de expansão das economias capitalistas centrais, mas, igualmente, na forma como as economias periféricas ordenam desde dentro o processo inexorável de assimilação e expansão da ordem burguesa. Por isso mesmo há que se recusar a leitura simplória que pretende identificar a dependência com uma imposição que feriria os interesses do conjunto dos segmentos sociais internos (ou mesmo da nação, entendida como entidade objetiva e transcendente à soma dos indivíduos ou classes) e seria capaz de comprometer os mesmos com a luta pela superação daquela a partir de uma revolução democrática e nacional. Na realidade, o traço fundamental da dependência encontra-se em sua dimensão de relação, que pressupõe a articulação de interesses entre segmentos sociais, proprietários internos (burgueses ou não) e o capital internacional. O segredo dessa relação, por sua vez, se encontra no fato de que

[...] o dimensionamento da expansão interna do capitalismo [nos países periféricos] não foi determinado, exclusiva ou predominantemente, nem a *partir de fora* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento colonial), nem a *partir de dentro* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento autônomo, autossustentado e auto-propelido), mas por uma combinação de influências internas e externas, que calibrou (e está calibrando) os dinamismos da sociedade de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1975, p. 75).

Vale dizer: é dentro de uma leitura mais ampla em torno do padrão peculiar de desenvolvimento capitalista periférico que se introduz a questão da dependência para Florestan. Daí que, para esse autor, a questão (ou a teoria) da dependência é um momento rigorosamente subordinado à questão (ou à teoria) do desenvolvimento capitalista atrasado ou tardio.

Ora, se o exposto acima corresponde à verdade, então fica claro que se torna impossível entender a teoria da dependência em Florestan sem uma sólida compreensão de sua própria leitura em torno do processo de desenvolvimento capitalista dos países ditos

periféricos. Para tanto já contamos com uma sólida base na discussão acerca do caráter especificamente contrarrevolucionário das revoluções burguesas propriamente tardias. Mas isso não é tudo. Se Marx e Lênin encontram-se no centro da discussão de Florestan em torno do caráter estruturalmente contraditório, inconcluso e contrarrevolucionário do processo de consolidação da ordem e do poder burguês na periferia, será um outro teórico que consolidará o arsenal básico das considerações de nosso autor sobre as contradições dinâmicas das sociedades capitalistas atrasadas: Leon Trotski.

Como é notório, Florestan Fernandes ingressa na militância política de esquerda participando da Coligação Democrática Radical (braço legal de um ativo grupo trotskista de São Paulo) a partir de meados da década de 40. Segundo suas próprias palavras:

Quando se colocou a questão de aderir formalmente a um grupo, eu me liguei aos trotskistas da IV Internacional. Ocasionalmente, eu tinha conhecido Sacchetta e outros companheiros e era uma área na qual o debate intelectual tinha uma maior complexidade. O PC não oferecia muita sedução para um jovem radical naquele momento, por causa do problema dos níveis de aliança com a burguesia que foi sempre grave. Porém, depois que o Estado Novo caiu, o PC se aliou aos grupos que apoiavam o Getúlio. Tudo aquilo criou um fermento e inibiu os jovens que poderiam ir para o PC em outras condições. Fiquei naquele grupo de esquerda durante algum tempo. Nós criamos um setor de atividade legal chamada Coligação Democrática Radical. Afastei-me do grupo trotskista somente no final da década de 40⁶³ (CHASIN, 1981, p. 18).

Se não se pode imputar a essa vivência política juvenil uma influência teórica desmesurada, tampouco é possível ignorar o significado do reconhecimento por parte do Florestan maduro de que, no interior da área trotskista, o debate intelectual tinha uma maior complexidade. De fato, a afinidade da leitura de Florestan em torno das contradições e potencialidades históricas dos capitalismo tardio-dependentes com a interpretação oferecida por Leon Trotski

acerca do padrão desigual e combinado de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial é extremamente significativa.

Creemos não haver necessidade de um resgate sistemático da leitura trotskista sobre esse objeto particular. Não apenas os grupos identificados teoricamente com o trotskismo já a tornaram amplamente conhecida, como (diferentemente do que ocorre com a complexa e explicitamente contraditória formulação leninista sobre as Revoluções burguesas tardias) a formulação trotskista é particularmente simples e clara (o que dificultou sobremaneira os esforços do stalinismo em tornar sua própria versão - espúria e deturpada - das teses de Trotski, a versão oficial das mesmas⁶⁴). De qualquer forma, não podemos nos furtar à explicitação daqueles que - nos parecem - são os três aspectos básicos da leitura trotskista sobre as transições tardias. São eles: 1) a percepção de que modernização burguesa sob as condições de atraso assume um caráter truncado e segmentado, na medida em que a força das impulsões externas acaba por comprometer setores do antigo regime (com amplo assento no interior do Estado) com o próprio processo de transição, o que implica uma sobreposição contraditória e tensa de distintas formas econômicas e técnicas, relações sociais de produção e padrões de dominação política; 2) a percepção de que o esforço por contemplar o conjunto (parcialmente inorgânico) de agentes sociais proprietários tradicionais e modernos, no interior do processo de apropriação do excedente social, leva a um superdesenvolvimento das funções regulatórias do Estado associadas ao deslocamento do ônus econômico e social da modernização para o conjunto dos produtores diretos e segmentos desapropriados da sociedade⁶⁵; 3) a percepção de que o padrão compósito de dominação interna e a sobrevivência de estruturas e relações sociais de produção pré-capitalistas retira dinamismo da acumulação capitalista e se desenvolve na articulação da dependência econômico-financeira, tecnológica, cultural e política dos países atrasados com relação aos centros imperiais (o que vem a reforçar e perpetuar as condições do atraso ao mesmo tempo em que acelera o desenvolvimento das contradições internas que podem conduzir a um processo de revolução social permanente⁶⁶).

Certamente saltará aos olhos de todos os leitores de Florestan

a profunda imbricação da interpretação desse autor com aquela fornecida por Trotski em torno do desenvolvimento capitalista atrasado. Assim é que, sobre a questão da contraditória sobreposição de idades econômicas (que, diga-se de passagem, não pode ser pensada apenas espacialmente) relativas ao desenvolvimento capitalista latino-americano, Florestan nos diz:

[...] o advento do capitalismo maduro, na América Latina, envolve ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o “antigo regime”. A descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira (FLORESTAN, 1975b, p. 52).

E ao perguntar-se das razões deste processo, nos remete diretamente à sobreapropriação do excedente à dependência, afirmando:

Porque esse capitalismo, nascido da junção de dinamismos econômicos internos e externos, interligados e interdependentes, não foi capaz de superar as limitações de suas origens? Pode-se procurar as respostas ao nível dos efeitos (poderio dos controles econômicos externos ou debilidades da revolução burguesa nas condições apontadas); também se pode procurar as respostas ao nível da causação (o tipo de processo de acumulação capitalista, que resulta da articulação estrutural de dois polos dinâmicos: as condições de apropriação e de expropriação podem alimentar a continuidade do processo ou sua deterioração, jamais o fortalecimento unilateral do polo dinâmico interno). Parece pouco importante o nível em que se fazem as interrogações. O importante é que o capitalismo descrito possui a sua própria lógica econômica. [...] Na verdade, o “jogo econômico”, para os parceiros externos, volta-se para a especulação e o poder - tanto quanto para os parceiros internos (ambos se estimam e se utilizam como meios para atingir tais fins). Por isso, sobreapropriação capitalista e dependência

constituem a substância do processo. Os dinamismos econômicos externos e internos não teriam razão de ser (nem motivariam econômica, social e politicamente os agentes econômicos) se não existisse a perspectiva da sobreapropriação capitalista. Existindo, porém, a sobreapropriação capitalista, o excedente econômico repartido pode alimentar os motivos egoísticos e instrumentais dos agentes econômicos, mas não pode gerar a sua autossuperação (ou a sua negação) (FERNANDES, 1975b, p. 54).

Em suma: o desenvolvimento desigual e combinado da estrutura produtiva e das relações sociais internas, a sobreapropriação e superexploração do trabalho e a dependência propriamente dita são as características fundamentais do padrão tardio-dependente de desenvolvimento capitalista. Mas isso não é tudo: há aí uma hierarquia de determinações. O caráter tardio ou atrasado da transição - que, diga-se de passagem, não se define em nível cronológico (a transição japonesa é retardatária, mas não atrasada), mas se encontra associado à fragilidade e insuficiência estrutural das impulsões especificamente internas em direção à plena constituição e desenvolvimento da ordem social e produtiva burguesa - encontra-se na base de todo o processo. É dessa fragilidade impulsiva genética que emergirá o padrão (orgânico) de aliança dos segmentos burgueses internos com os setores proprietários tradicionais e com a burguesia internacionalizada; padrão de aliança esse que, por sua vez, virá a aprofundar a limitação originária dos capitalismo periféricos em estruturarem a transformação permanente das bases técnicas e sociais de reprodução do capital e, como tal, em estruturarem as condições fundantes do desenvolvimento econômico autopropelido.

É interessante notar ainda que, se a base teórica da interpretação de Florestan encontra-se firmemente enraizada em Trotski, o peso do rigoroso materialismo de nosso autor não deixa de se manifestar a partir do claro privilegiamento das determinações da estrutura no interior da definição das peculiaridades inerentes aos processos de desenvolvimento capitalista tardio⁶⁷. Afinal, o que uma atenta consideração das observações de Florestan reproduzidas

acima informa é que o sustentáculo da dependência se encontra em um determinado padrão de reprodução econômica onde a extração dos máximos rendimentos sociais potenciais da ordem capitalista são sistematicamente solapados pelo esforço e pela capacidade do conjunto dos agentes proprietários em sustentarem formas de apropriação do excedente que trazem as marcas da primitividade e da especulação. Além disso - e na medida em que este movimento se dá nos marcos maiores de um sistema capitalista que se internacionaliza sob o efeito das impulsões oriundas do interior de outras economias nacionais, que portam uma dinâmica de acumulação e reprodução radicalmente distintas -, duas outras conseqüências terão de emergir: 1) a perda (igualmente crescente) de controle interno sobre o excedente social, sobre a estrutura industrial e sobre o processo de acumulação e crescimento desta economia; 2) o aprofundamento da desigualdade e da segmentação do poder financeiro e competitivo dos distintos blocos de capital, que conduz antes à radicalização do perverso padrão de reprodução econômica e social pretérito do que à sua superação ou destruição.

Para que se tenha uma apreensão mais consistente desta leitura, é preciso reconhecer que a ordem capitalista só é revolucionária em função do caráter peculiar das contradições que a atravessam enquanto sociedade mercantil. O movimento geral do capital - no sentido da acumulação permanente, do progresso técnico, da negação do trabalho vivo, da articulação de formas cada vez mais complexas de produção, realização e concentração de valor - não se impõe fora e acima da ordem social competitiva, mas em função mesmo desta ordem e de seu particular e específico padrão de reprodução. Tão mais vigorosamente se impõe a burla da ordem social competitiva no sentido da preservação de formas primitivas e meramente especulativas de acumulação de capital e expropriação do trabalho, tão mais vigorosamente são burladas as regras que dão validação histórica à ordem capitalista (vale dizer, aquelas regras que fazem do movimento de reprodução do capital, um movimento que - simultaneamente e a despeito de sua forma contraditória e conflituosa - reproduz e impulsiona o conjunto da sociedade). Essa perda de validação histórica da ordem burguesa, por sua vez, não emerge diretamente (ainda que as aparências sejam essas) da perda de substrato político da classe dominante, mas da perda (que é anterior)

de substrato material desta classe social que se apresenta desde já no apego crônico a formas qualitativamente débeis de acumulação e concentração de capital (vale dizer, a formas especulativas, que são tão rentáveis no curto prazo quanto carentes da densidade capitalista capaz de garantir solidez material ao processo de valorização no longo prazo).

O grande problema que uma equação reprodutiva assentada sobre tais bases comporta é que a mesma é incapaz de conduzir a outra coisa que não à sua própria perpetuação em um mundo já submetido à lógica imperialista e ao padrão competitivo dos blocos monopolistas e internacionalizados de capital. Não há mecanismos primitivos (e, crescentemente, sequer modernos) de aceleração do processo de acumulação e concentração de capital que possam dar conta da constituição de novos blocos capitalistas portadores de um poder produtivo, tecnológico e financeiro capaz de enfrentar a concorrência dos blocos já consolidados e internacionalizados. A clara percepção desse fato tende a aprisionar os distintos segmentos proprietários nativos das nações dependentes a uma política de preservação e aprofundamento a todo o custo de padrões regulatórios voltados à institucionalização de seus ganhos, vale dizer, a políticas econômicas mercantilistas e cartorialistas, que são tão modernas quanto a manipulação privatista da máquina pública o é. Assim é que, como já vimos anteriormente, o Estado assume um papel essencial enquanto articulador do processo de sobreapropriação de mais-valia, acumulação acelerada de capital e privilegiamento do conjunto dos interesses especificamente privados e egoísticos da burguesia compósita que se conforma nas economias dependentes. Essa função precípua e impositiva da sociedade política, contudo, apenas retira da mesma flexibilidade e capacidade de exercer suas funções regulatórias sobre o conjunto das contradições e dos conflitos sociais (necessariamente emergentes com a generalização da ordem de classes) com um mínimo de independência e racionalidade capaz de permitir a implementação das reformas exigidas pelo desenvolvimento da sociedade competitiva capitalista. O ordenamento excludente e autoritário torna-se, assim, uma característica imanente à sociedade política, confinando o processo de mudança social - assim como suas impulsões positivas de longo prazo para o processo de reprodução ampliada capitalista - aos limites

de um mesmo padrão: a conciliação conservadora, cujo fim é o de retardar ao máximo e circunscrever as reformas aos limites estreitos do consenso interburguês. Nas palavras de Florestan:

Se a reforma agrária é uma premissa histórica do desenvolvimento capitalista diferenciado e sustentado, por exemplo, por que as classes burguesas a excluem de sua órbita de atividade histórica criadora? [...] O “drama” [...] não é da sociedade civil atrofiada, presa a um circuito fechado - é da totalidade. O capitalismo difícil das nações associadas e periféricas exige soluções específicas para a sua forma peculiar de acumulação capitalista acelerada. A conciliação a partir de cima, pelo tope, ou conservadora, retrata esta situação histórica limite. Os estratos dominantes e as elites das classes burguesas não têm como tornar operacional a reforma radical e revolucionária que, em outras condições históricas, o desenvolvimento capitalista sustentado e avançado exigiu e levou a frente. Como diriam alguns sociólogos, a reforma radical e revolucionária surge como “disfuncional” para a forma de desenvolvimento capitalista de um país associado e periférico, qualquer que seja o seu modelo (capitalismo competitivo ou capitalismo monopolista, pois em ambos a dependência se reproduz e, com ela, os “constrangimentos” do segmento internacional e imperialista do bloco histórico hegemônico). A conciliação não é, pois, mera contingência histórica ou simples acerto de contas de significado político. Ela é, a um tempo, uma entidade histórica total - econômica, social, cultural e política (FERNANDES, 1986, p. 66-8).

Em suma: é preciso pensar a reprodução da dependência a partir do resgate do imbricado conjunto de determinações que fazem com que a mudança social se dê sob um mesmo padrão: limitada e controlada, sem endogeneizar-se plenamente, sem a liberação efetiva do conjunto das forças capazes de lhe garantir autopropulsão, autoimpulsão. A manifestação evidente desse processo é a limitação institucionalizada da mudança. Seu fundamento é a constituição de um capitalismo em que a ordem competitiva se impõe e se consolida de uma forma seletiva, sempre circunscrita aos mais iguais, de um

capitalismo em que “nem tudo o que é sólido se desmancha no ar”, e em que - como substrato do esforço permanente em subordinar o progresso à ordem - os processos de plena endogeneização da produção e acumulação de mais-valia relativa (associados ao mecanismo schumpeteriano de destruição criadora) apresentam-se cronicamente circunscritos e debilitados. Ou, da forma sintética como nos diz Florestan Fernandes (1975b, p. 58): “restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, [as burguesias latino-americanas] despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras”.

É importante distinguir claramente, contudo, a leitura de Florestan de que o atraso, a dependência e a debilidade dinâmica estrutural são as características básicas dos capitalismo latino-americanos, daquela leitura que pretenderia identificar nestas especificidades, e em suas derivações, a comprovação do caráter protocapitalista (ou mesmo pré-capitalista) de tais sociedades. Polemizando claramente com leituras de extração weberiana que conduzem a esta conclusão, Florestan (1975b, p. 55) nos diz:

Não se deve pensar que aí se ache o avesso da ética e da racionalidade capitalista. Essa é a ética e a racionalidade do capitalismo dependente. Ele contém todos os elementos do capitalismo não só em termos dos caracteres centrais do “modelo clássico”, mas das condições estruturais, institucionais e funcionais de sua *forma atuante* no vir a ser histórico - porém os projeta em um contexto psicológico, socioeconômico e político próprio. [...] Por isso, o capitalismo dependente está sempre se transformando, seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas, sem no entanto conseguir mudar o padrão de transformação, passando da articulação dependente para o desenvolvimento relativamente autônomo (FLORESTAN, 1975b, p. 55).

Na base de tudo, a absoluta negação, por parte da burguesia interna, de qualquer projeto de efetiva autonomia para o processo de reprodução capitalista periférico. E, por consequência, o abandono, por parte desta mesma burguesia, de qualquer projeto de

aliança política e social capaz de impor o avanço da ordem democrático-competitiva, assentada sobre a efetiva generalização da propriedade privada, da igualdade jurídica e dos direitos de cidadania inerentes à plena constituição da sociedade como sociedade de classes. Os ganhos que resultam deste arranjo político e econômico conservador para as burguesias periféricas, em termos de aceleração do processo de acumulação de capital, é inquestionável. Mas Florestan tem uma fina percepção das contradições imanentes ao processo de reprodução capitalista. Por isso mesmo percebe que a tentativa de controlar e sufocar autoritariamente a emergência destas mesmas contradições leva, inexoravelmente, à agudização das mesmas. Assim é que a incapacidade em enfrentar as contradições sociais emergentes e sustentar a hegemonia burguesa por vias democráticas - ou seja, através da expansão e aprofundamento da ordem mercantil e, com esta, do fetiche e da ideologia burguesa enquanto ideologia dominante - e a impositiva necessidade da burguesia em recorrer a formas autoritárias e discriminatórias de controle social, apenas fazem revelar e aprofundar os limites autopropulsivos do capitalismo periférico. Daí que o padrão dependente de reprodução capitalista envolva e implique uma precoce e manifesta inorganicidade entre as relações sociais de produção burguesas, sobre as quais se assenta, e o padrão de desenvolvimento das forças produtivas inerente ao mesmo. As consequências e as potencialidades históricas abertas por esta inorganicidade são o centro de toda a reflexão marxista sobre a revolução. E sobre este ponto, Florestan nos diz:

A reflexão comparada sugere que as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma “classe em si e para si” numa sociedade de classes plenamente constituída. Enquanto a última pode absorver diferentes tipos de tensões e de conflitos de classes, preservando dentro de certos limites sua estabilidade e capacidade de renovação, a primeira não pode fazer face às tensões e conflitos emergentes que eclodem graças ao aparecimento das relações de classes, sem pôr em risco sua estabilidade e, mesmo, sem destruir-se. Portanto, estruturas de classe em formação e

dinamismos de classes ineficientes favorecem a obliteração da “história possível”. Onde a sociedade de classes emerge mas não consegue absorver e orientar as forças de transformação da ordem social, ela nasce condenada à crise permanente e ao colapso final. Nesse caso, se o desígnio de transformar ou de destruir a ordem social existente está ou não contido no “momento de vontade coletiva” dos agentes históricos em conflito (real ou potencial) é irrelevante. O exemplo de Cuba sugere que a explosão pode preceder à formação da consciência de classe revolucionária propriamente dita e, em particular, à sua universalização (FERNANDES, 1975b, p. 36).

Nem as burguesias periféricas, nem as burguesias imperialistas, contudo, serão passivas frente ao desenvolvimento dessas contradições. Em nível mais imediatamente perceptível, essas burguesias procurarão articular transformações políticas (que são, diga-se de passagem, mais formais do que substanciais, evoluindo do populismo ao ordenamento ditatorial e às transições conservadoras articuladas pelo alto) capazes de sustentar a estruturalmente autoritária ordem social interna. Por trás deste movimento, contudo, processam-se transformações de fundo, ao nível do imperialismo: o aprofundamento dos conflitos e da instabilidade política interna aos países periféricos projeta um cerceamento do (desde o início contraditório e não absoluto) movimento de transnacionalização de capitais que implica o resgate dos elos que prendem as burguesias internacionalizadas com seus Estados Nacionais de origem. Isso se traduzirá não apenas na sustentação e no aprofundamento de um fluxo de capitais da periferia em direção ao centro, que é qualitativamente distinto do fluxo em sentido oposto (não cabendo, portanto, qualquer comparação meramente quantitativa), e que redundará na crônica debilidade financeira dos países periféricos. Mais importante ainda do que isso é a institucionalização e politização das práticas imperialistas que resultam do novo papel dos Estados imperiais na sustentação da ordem e do progresso dos países dependentes. Esse movimento se consubstanciará no aprofundamento da perda (consentida) de autonomia das burguesias periféricas e dos Estados nacionais que se veem cada vez mais cerceados na estruturação de qualquer política econômica e social

voltada para o privilegiamento de interesses especificamente internos. Nas palavras de Florestan:

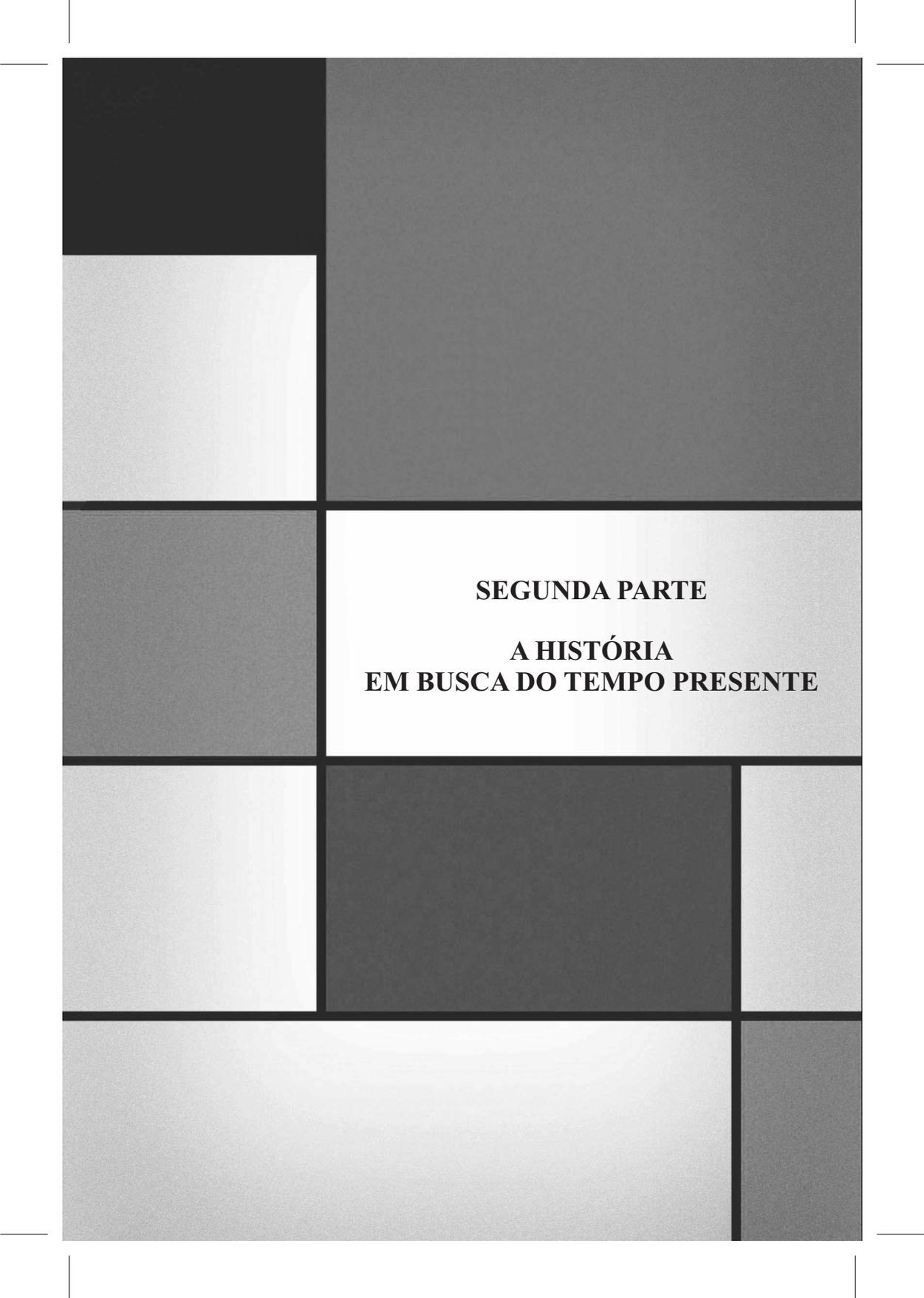
O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente. A maioria dos cientistas sociais está preocupada com a deterioração dos termos de troca ou com os padrões ultraxpatriativos inerentes às modernas tendências de dominação econômica externa. Todavia, os aspectos econômicos são apenas uma face da amarga realidade. Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas à incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais. Elas abrangem instituições oficiais, semioficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos (FERNANDES, 1975b, p. 24).

O conjunto destas políticas sociais e econômicas - a despeito das funções modernizantes e civilizatórias que não deixam de comportar - tem um norte básico: a preservação da hegemonia econômica e política dos blocos internacionalizados de capital, assim como das condições sociais que lhes garantem acumulação produtiva e financeira acelerada. O resultado inexorável, como nos lembra Florestan (1975b, p. 30), é que “o novo modelo de imperialismo envolve um crescimento rápido do fluxo internacional de capital. Porém a rigidez do controle externo e da exploração também aumenta, como um produto estrutural da situação global”.

Vale dizer: a conclusão de todos esses movimentos é o aprofundamento da situação de dependência. Se o ponto de partida dessa situação está referido às especificidades e debilidades do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista que caracterizam as formações nacionais de transição burguesa tardia, seu desenvolvimento está referido aos limites que a própria dependência originária impõe seja à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, seja à endogeneização e socialização dos ganhos referidos a esse processo.

É inquestionável que nos defrontamos com um conjunto sólido e internamente consistente de formulações, ao qual não se pode negar o atributo de teoria. Afinal, nos são apresentadas não apenas as determinações centrais que definem a inserção e reprodução dependente dos países de capitalismo tardio e periférico: essas determinações são hierarquizadas (em termos materialistas) de tal forma a tornar manifesta a reciprocidade, interdependência e contraditoriedade inerentes às mesmas. Daí resulta uma leitura rigorosamente totalizante do processo de reprodução capitalista dependente, que, por sua vez, nos leva a um conjunto de proposições em torno das tendências e trajetórias históricas presumíveis das economias periféricas que são testáveis em termos marxistas (vale dizer: *praticamente*).





SEGUNDA PARTE
A HISTÓRIA
EM BUSCA DO TEMPO PRESENTE

5 A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL

Na segunda parte deste estudo pretendemos, de forma sistemática, apresentar as principais contribuições de Florestan Fernandes em torno do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para tanto, dividimos esta seção em quatro capítulos, sendo que nos três próximos buscaremos interpretar a leitura que este autor faz acerca da dinâmica e da crise das três eras básicas de nossa história.

Antes de darmos início à apresentação das características fundamentais e dos padrões reprodutivos inerentes a cada um desses períodos, valeria a pena introduzir algumas considerações em torno dos critérios que presidem o projeto de periodização de Florestan. A importância deste primeiro movimento não se encontra apenas na peculiaridade dos marcos eleitos por este autor para a caracterização da emergência de cada uma das três eras históricas brasileiras. Mais importante do que isso é o fato de que sua periodização parece entrar em conflito com a leitura de que o escravismo (colonial ou mercantil) definiria um modo de produção específico, portador de leis de reprodução e transformação que lhe são próprias. A nosso ver este conflito não só pode como deve ser explicado desde já.

No prefácio à segunda edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan faz referência ao seu ensaio *A Sociedade Escravista no Brasil* afirmando que:

Nesse estudo, não só esclareço meu pensamento sobre a natureza, a estrutura e a evolução do modo de produção escravista, como completo a análise desenvolvida nesta obra sobre a maneira pela qual o modo de produção escravista funcionou como base material da ordem escravocrata e senhorial (FERNANDES, 1981a, p. 7).

Efetivamente - e como o próprio título do ensaio já revela -, neste texto Florestan centrará sua análise em torno do

desenvolvimento histórico brasileiro sobre as impulsões endógenas referidas à ordem econômica e social escravista. Assim, nosso autor indaga:

Se excetuarmos algumas contribuições (e muitas delas devidas às peculiaridades dos Estados Unidos), os estudiosos da escravidão têm encarado suas relações com o capitalismo da perspectiva das sociedades metropolitanas. Na verdade, como conexão imediata da escravidão, o capitalismo se desenvolveu lá - e, em particular, não nas sociedades metropolitanas em geral, mas naquelas que podiam preencher hegemonia através do poderio político-militar e financeiro-comercial. É preciso fazer uma rotação nessa perspectiva. O que aconteceu dentro da colônia e no rebento tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial? (FERNANDES, 1977, p. 12).

É esta a questão - cuja formulação já revela o privilegiamento de uma perspectiva endogeneísta - que Florestan procurará responder ao longo do texto. Porém, ao contrário do que se poderia esperar tendo em vista as passagens reproduzidas acima, Florestan não se dedicará neste ensaio a um esforço de sistematizar e formalizar um conjunto de leis de reprodução e transformação do Modo de Produção Escravista Colonial. Antes pelo contrário: apresentará uma proposta de periodização histórica em que a influência das impulsões exógenas e dos marcos históricos superestruturais transparece desde o início na pretensão de que a sociedade escravista não constituiria uma unidade elementar indivisa, mas comportaria em seu interior duas eras históricas distintas, assim como os primeiros momentos (de emergência) da última grande era histórica brasileira, a capitalista dependente. Em suas palavras:

[Se apanharmos] as fases socioeconômicas da evolução do sistema de produção e de dominação econômica [internos à sociedade brasileira] têm-se, aí, três períodos ou fases mais ou menos bem delimitados historicamente: 1^o) a era colonial, que se caracteriza pelo controle direto da Coroa e pelos efeitos do antigo sistema colonial na

organização do espaço ecológico, econômico e social; 2^o) a era da transição neocolonial, que vai, *grosso modo*, do início do século XIX, com a chegada da família imperial, a abertura dos portos e a Independência, até a sexta década do século XIX, a qual é caracterizada pela eclosão institucional da modernização capitalista e a formação de um “setor novo da economia”, ambas girando em torno da constituição e irradiação de um mercado especificamente capitalista, implantado nas cidades com funções comerciais dominantes (em consequência de suas conexões com o mercado mundial e por começarem a funcionar como centros de concentração dos negócios ou de movimentação do excedente econômico retido internamente); 3^o) a era de emergência e expansão de um capitalismo dependente, nascido do crescimento e consolidação do “setor novo da economia”, que primeiro se configura como uma economia urbano-comercial com funções satelizadoras em relação ao campo e, em seguida, se reorganiza, transfigura e redefine como uma economia urbano-industrial, com funções integrativas de escala nacional e tendências de dominação metropolitanas, era esta que vai da sexta década do século XIX aos nossos dias (FERNANDES, 1977, p. 14-5).

Ora, essa proposta de periodização nos coloca frente à questão dos critérios teóricos e históricos efetivos (endógenos ou exógenos?) que a presidem. Sem dúvida alguma esta é uma questão tão complexa quanto fundamental se se pretende ter uma adequada compreensão da leitura histórica deste autor. Contraditoriamente, porém, Florestan não nos oferece uma discussão sistemática em torno dos fundamentos teóricos e metodológicos de seu projeto de periodização e do papel que cumpriria em seu interior a categoria de Modo de Produção Escravista. O enfrentamento desta questão só pode ser feito, assim, a partir do resgate de algumas pistas deixadas pelo autor ao longo de seu próprio trabalho de exposição das características inerentes a cada uma das eras históricas em que subdivide o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Nesse sentido, quer nos parecer que uma sutil (mas instigante)

pista para o enfrentamento dessa questão nos é deixada por Florestan a partir de sua opção em qualificar os períodos históricos brasileiros como eras e não - como se poderia esperar - como etapas distintas. A nosso ver, essa peculiar opção terminológica não será gratuita, mas revela o fato de que, para este autor, os padrões reprodutivos inerentes a cada um dos três períodos históricos comportem profundas distinções qualitativas que, eventualmente, poderiam não ser apreendidas em toda a sua radicalidade se se optasse pela caracterização dos mesmos como (meras) etapas.

De fato, uma parcela bastante significativa de autores marxistas prefere resguardar a qualificação “etapa” para caracterizar a distinção de padrões reprodutivos no interior de um mesmo sistema de produção. Por outro lado, Marx referir-se-á correntemente à Era do Capital como o longo período histórico que, aberto naquele momento em que a subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, em que o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista, avançaria até os dias correntes. Vale dizer, a qualificação “era” importaria não só em uma abrangência maior - nos permitindo circunscrever períodos históricos capazes de comportar distintas etapas ou fases (inclusive de transição) internamente -, como, igualmente, uma flexibilidade (que se deriva de sua indeterminação relativa) teórica superior. Por isso mesmo, não haveria como confundir a determinação cronológica “era” com a categoria Modo de Produção. Por outro lado, a qualificação “era” não deixaria de apresentar um importante ponto de contato com a categoria Modo de Produção: não seria possível pensar a transição entre uma era e outra a não ser como um processo radical de ruptura, como um processo que comportasse profundas transformações no modo de (re)produção material de uma dada sociedade.

Ora, tendo em vista o exposto acima (e supondo a correção essencial dos argumentos), seria lícito questionar por que Florestan não preferiu caracterizar estes distintos momentos históricos - uma vez revelada a impropriedade tanto da determinação cronológica “etapa” quanto da categoria teórica Modo de Produção para defini-los, mas revelada a desigualdade de padrões reprodutivos subjacente aos mesmos - como formações econômicas e sociais distintas.

Novamente, a questão que se coloca é da impropriedade desta categoria. E isto não apenas (nem sequer fundamentalmente) porque o marxismo de extração estruturalista tenha impregnado a categoria formação econômica e social de uma inflexão formalista que - a despeito das intenções em contrário - a tornaram virtualmente impermeável ao resgate de processos históricos concretos. A questão de fundo se encontra na peculiaridade de nosso próprio processo histórico - marcado que é pela sobreposição de uma complexa e contraditória gama de impulsões endógenas e exógenas - que impõe o recurso a um instrumento de periodização menos determinado e mais flexível. Afinal, como - e onde - definir o modo de produção hegemônico que presidiria as transformações da formação econômica e social colonial? As economias metropolitanas vivem ao longo de nossa etapa colonial um processo de transição onde a valorização capitalista é, simultânea e contraditoriamente, força impulsiva hegemônica e subordinada a relações sociais de produção pré-capitalistas. Simultaneamente, a colônia se estrutura como o outro da metrópole, assentada sobre uma base escravista e circunscrita institucionalmente a reproduzir-se de forma específica, enquanto pólo especializado e subordinado a um processo de valorização que se realiza em seu exterior.

Toda e qualquer tentativa de encobrir essa contradição real implica a emergência de contradições teóricas, ingênicas às leituras unilaterais. Assim é que a pretensão de que se poderia apreender os fundamentos do processo histórico brasileiro a partir do resgate das leis de reprodução e transformação imanentes ao Modo de Produção Escravista Colonial (que seria hegemônico nesta sociedade desde o século XVI) não pode deixar de ser criticada na medida em que envolve um obscurecimento das impulsões dinâmicas externas. Em *O Capitalismo Tardio*, João Manuel Cardoso de Mello (1982, p. 42) dirige a esta leitura uma interpelação certa ao perguntar “que Modo de Produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende, quase que inteiramente, de contradições que [não] lhe são próprias?”.

Mas se não se pode negar pertinência e correção à questão acima exposta por João Manuel, o mesmo já não se pode pretender para sua resposta. Num movimento que nos parece algo apressado,

este autor preferirá negar consistência à categoria Modo de Produção Escravista Colonial. Tal perspectiva se fundamenta, teoricamente, na afirmação radical da hegemonia do capital mercantil sobre a produção e a sociedade colonial, o que permitiria definir esta última como formalmente capitalista. Nas palavras de Mello:

Não é o fato de a produção ser mercantil e de lucro se constituir no motor da atividade econômica que imprime caráter formalmente capitalista ao regime colonial de produção. Nem, muito menos, o simples fato de participar a economia colonial do mercado mundial. Ao contrário, há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial (MELLO, 1982, p. 43-4).

Quer nos parecer que o que se perde nesta interpretação de João Manuel é, por um lado, o caráter contraditório e limitado da hegemonia social e econômica do capital mercantil, e, por outro lado, as particularidades da trajetória dinâmica interna que se quer resgatar e que estão estritamente vinculadas ao escravismo, vale dizer, a uma forma não capitalista de produção.

Diferentemente, Florestan Fernandes se colocará numa perspectiva teórica onde o padrão de reprodução interno terá necessariamente prevalência teórica na caracterização dos distintos períodos históricos. E isso sem pressupor qualquer desvalorização das conexões e impulsões exógenas. O que ocorre é simplesmente que, da forma como Florestan o pensa, o padrão de reprodução econômico e social interno já carrega consigo as determinações que emanam da ordem internacional e de suas transformações. Será

justamente esta apropriação do exógeno a partir do endógeno - que, assim, perdem seu sentido original de determinações antagônicas e excludentes - que marca o pensamento de Florestan. E sua expressão superior se dará pelo rompimento com o formalismo das leituras que buscam absolutizar a prevalência interna do Modo de Produção Escravista Colonial pela abstração do processo histórico que, contraditoriamente, lhe dá origem, sustentação e abre sua crise: o desenvolvimento da ordem capitalista mundial.

Ora, por isso mesmo, a resposta correta à questão essencial levantada por João Manuel e reproduzida acima só pode ser: o Modo de Produção Escravista Colonial é e não é um modo de produção!

Seria possível igualmente - e até recomendável se temêssemos a contradição ou a incompreensão que necessariamente acompanha a explicitação desta - defini-lo como um modo de produção anômalo⁶⁸. Tal definição não estaria errada, desde que fosse esclarecida a marca que define sua anomalia. E essa se encontra justamente no fato de que - da mesma forma que o valor na análise de Ruy Fausto (1983) - o escravismo colonial “só é (modo de produção) quando não é”. Vejamos os motivos.

Rigorosamente, o escravismo colonial não pode ser um modo de produção enquanto as circunscrições institucionais do Antigo Sistema Colonial impedirem-no de se reproduzir e se desenvolver a partir de suas próprias impulsões e contradições internas. Tampouco se poderá falar rigorosamente em um Modo de Produção Escravista Colonial quando, obtida a autonomia política interna e consolidada a hegemonia econômica e social do senhorio escravista, o capitalismo industrial solapar a plena manifestação do dinamismo que é imanente a esta ordem econômica e social por mecanismos (primariamente, mas não só) econômicos. E, não obstante, será um modo de produção em ambos os momentos. E isso na medida em que o escravismo mercantil define um padrão específico e diferenciado de sociabilidade e de conflito social interno que carregará em seu interior as determinações históricas essenciais da gênese e definição de nosso peculiar capitalismo.

As similaridades encontráveis entre a análise de Ruy Fausto em torno da validade teórica e histórica da categoria valor e aquela

que reputamos correta no tratamento teórico da categoria Modo de Produção Escravista Colonial, contudo, não se esgotam aí. Mais importante do que atentar para o fato do escravismo colonial constituir e não constituir um modo de produção nos dois períodos considerados é o resgate do processo de desenvolvimento (quantitativo e) qualitativo desta relação social de produção ao longo do tempo, tendo em vista suas conexões contraditórias com a própria ordem burguesa em desenvolvimento em nível internacional. Senão vejamos: o Modo de Produção Escravista Colonial (tal como o valor na sociedade mercantil simples) não encontrará na Era Colonial - período de hegemonia do padrão mercantilista de valorização de capital - bases políticas e materiais impulsivas adequadas a seu pleno desenvolvimento e generalização⁶⁹. Por outro lado, com a emergência do capitalismo industrial, o Modo de Produção Escravista Colonial (tal como o valor) atingirá seu desenvolvimento quantitativo e qualitativo máximo. Mas o preço desse desenvolvimento será a perda de importantes funções organizatórias e reprodutivas a partir da endogeneização à sociedade escravista de relações sociais especificamente burguesas⁷⁰. Para o escravismo, esta contradição entre seus fundamentos materiais e os padrões regulatórios mercantis capitalistas emergentes desenvolver-se-á com particular agilidade, determinando a rápida superação da etapa neocolonial.

Para que se obtenha uma adequada compreensão do projeto de periodização histórica de Florestan, contudo, é preciso que avancemos mais, pois este projeto não se encontra assentado tão somente no movimento já detectado de apropriação do exógeno a partir do endógeno⁷¹. Assim é que, ainda nas primeiras páginas de *A Sociedade Escravista no Brasil*, lemos que:

[um] segundo confronto permite considerar as fases da evolução do sistema social do poder. Têm-se, aí, o largo período colonial e as duas eras de emancipação nacional, a primeira delimitada pela reintegração da ordem escravocrata e senhorial no Império e, a última, pela emergência e consolidação de uma ordem social competitiva. Ou seja, uma era em que a continuidade da ordem escravocrata e senhorial convertia o Estado nacional em um Estado senhorial e, portanto, escravista;

e outra era na qual a expansão da ordem social competitiva dá à luz um Estado burguês propriamente dito, através de um prolongado e conturbado parto histórico (FERNANDES, 1977, p. 15).

Vale dizer, às transformações na ordem social e econômica internas corresponderão transformações da ordem política que tanto refletem quanto consolidam aquelas. Dessa forma, é possível pensar o processo de desenvolvimento da ordem capitalista brasileira como marcado por três períodos distintos, cada um deles refletindo e sintetizando transformações (imbricadas e sobredeterminadas) do padrão de reprodução social e econômico interno, da ordem econômica mundial e do ordenamento político interno que dá sustentação e é subjacente aos dois primeiros. Cada uma das três eras históricas se definiria, assim, como uma tríade, a saber: a) ordem social e econômica escravista colonial/capitalismo mercantil/antigo regime metropolitano; b) ordem social e econômica escravista neocolonial/capitalismo industrial competitivo/Estado escravista imperial; c) ordem social e econômica capitalista dependente/imperialismo/Estado burguês republicano. É interessante que nos detenhamos rapidamente na análise da relação que se estabelece entre os três momentos constitutivos de cada uma das três tríades.

Como já vimos, a prevalência teórica cabe ao primeiro dentre os três termos da tríade. E isso na medida mesmo em que, por um lado, esses já comportam em si as impulsões exógenas, e, por outro lado, porque as transformações da ordem política e institucional interior - sem que se ignore, evidentemente, as dimensões impulsivas sobre a realidade social global presentes nas mesmas - não podem ser tomadas como ponto de partida teórico, uma vez que elas mesmas são já realizações conscientes que tem sua origem em mudanças mais substantivas definidas em nível do processo de interação e reprodução social objetivo.

A prevalência teórica do padrão de reprodução social e econômico interno, contudo, não pode ser elevado ao nível de princípio metodológico metafísico. Isso implica dizer que não podemos desistoricizar o processo histórico, pretendendo fazer tábula rasa das transformações concretas que ocorrem na lógica de

imbricação e interdeterminação dos três momentos definidores de cada tríade. Essas transformações - que apenas expressam as profundas diferenças de padrão organizatório e dinâmico inerentes a cada etapa histórica - têm necessariamente de se refletir no próprio processo de hierarquização e exposição das determinações que as constituem e põem em movimento.

Assim é que o ponto de partida expositivo necessário para a apreensão da lógica reprodutiva imanente à sociedade colonial são as impulsões exógenas que comportam a explicação da gênese e consolidação daquela. Afinal, é preciso reconhecer que a constituição das sociedades coloniais comporta um sentido, e que esse sentido presidirá a lógica de reprodução e transformação das mesmas enquanto a forma colonial persistir. A busca deste sentido em nível da emergência da Era do Capital (na Europa ocidental) sob a hegemonia do capital mercantil e de sua peculiar lógica de valorização torna-se, portanto e impositivamente, o primeiro elo a ser recuperado teoricamente em qualquer leitura que - operando dentro do arcabouço marxista - centre nas distinções dos padrões sociais de reprodução e transformação o critério básico de periodização histórica.

Da mesma forma, não é possível ignorar a peculiar centralidade assumida pela forma política Estado Nacional independente no processo de emergência da Era (ou fase de transição) Neocolonial. Na realidade, a transformação do padrão reprodutivo colonial em neocolonial está umbilicalmente ligada à autonomização política e construção do Estado liberal escravista. É evidente que o substrato material desse processo se encontra na nova ordem econômica mundial e na emergência de um capital comercial não português que - por vias legais ou ilegais - avança sobre a colônia-Brasil, operando como instrumento da reprodução do capital industrial. Esse processo terá como reflexos a diversificação da pauta de exportações colonial e o desenvolvimento de um capital mercantil especificamente interno a partir de meados do século XVIII. Contudo, a consolidação de uma nova lógica reprodutiva será impossível antes da superação do pacto colonial. E isso porque, somente com a destruição efetiva do processo de espoliação especificamente colonial e com a emergência de um Estado e de uma política econômica especificamente escravista e senhorial, que se imporá, de fato, um

novo padrão de apropriação do excedente econômico gerado pelo escravismo cuja marca distintiva será o de fundamentar a acumulação primitiva de capital em nível interno.

O simples fato de que a autonomização nacional ocupe o papel de marco histórico que consolida o novo padrão reprodutivo já permitiria sua eleição como ponto de partida expositivo no resgate teórico da Era Neocolonial. Se isso não bastasse, é preciso reconhecer que esse ponto de partida carrega consigo importantes vantagens didáticas quando se quer justamente revelar a profundidade das transformações em curso que se acham submergidas no aparente marasmo e continuísmo de uma ordem social escravista e mercantil. Vale dizer: o fato contraditório de que as mudanças estruturais qualitativas que estão em operação - e que tem efetiva prevalência teórica e material - impliquem o aprofundamento (que aparecerá como mera sustentação) do escravismo mercantil, permite e recomenda o resgate da nova institucionalidade como princípio expositivo por ser esta a manifestação imediata mais expressiva das transformações que presidem a transição da etapa colonial para a neocolonial. Como se isso não bastasse, o privilegiamento do resgate teórico do Estado e de suas políticas econômicas e sociais porta ainda uma última vantagem: tendo em vista as funções assumidas pelo Estado Liberal Escravista de regular e mediar o crescente antagonismo entre os padrões sociais reprodutivos internos e externos, ele se torna, ao longo de toda a etapa neocolonial, um pólo privilegiado de manifestação das contradições que presidirão a falência do Modo de Produção Escravista Colonial.

É bem verdade que não se pode pretender - em consonância com o que afirmamos em torno do caráter impositivo do ponto de partida exogeneísta na análise da etapa colonial - que a eleição da estrutura política e institucional referida ao processo de Independência como princípio expositivo carregue consigo uma impositividade. Efetivamente, não o carrega. Poder-se-ia, igualmente bem, partir das transformações estruturais em curso ao longo do último quartel do século XVIII e o primeiro do XIX, atingir teoricamente as transformações institucionais referidas à Independência sem que se perdesse a centralidade deste momento final como efetivo definidor do ingresso em uma nova era histórica. Contudo, esta outra opção

expositiva tampouco carregará qualquer impositividade, além de implicar, num primeiro momento, o obscurecimento de certos elos que impõem transformações disruptivas. Por isso mesmo, não se pode imputar nenhum desvio metodológico àqueles autores que - como Florestan -, por razões mais didáticas do que propriamente teóricas, preferirem realizar movimento inverso⁷².

Cabe ainda uma breve consideração sobre os marcos históricos eleitos por Florestan para caracterizar a transição para a etapa capitalista dependente. Contrapondo-se a toda uma ampla literatura histórica - em que se confundem autores tradicionais e críticos -, Florestan não elegerá os processos políticos que definem a transição republicana (o 13 de maio, a Proclamação da República, a Revolução Federalista, o novo ordenamento constitucional, etc.) nem como marcos materiais da transição para a ordem burguesa, nem como marcos institucionais tidos como pontos de partida expositivos. Não deixa de ser estranho este fato, tendo em vista - como poder-se-ia muito bem argumentar - que a abolição da escravidão e a crise de sustentação política da monarquia (que se resolverá no federalismo republicano) carregam consigo transformações substantivas, de profundas consequências sociais e econômicas.

Ora, quer nos parecer que essa peculiaridade no tratamento dado por Florestan aos marcos definidores da emergência da etapa capitalista dependente não implique qualquer desvalorização dos processos de transformação da ordem institucional que marcam os últimos anos da década de 80 do século XIX. Na realidade - como fica claro a partir do confronto das duas últimas citações deste autor reproduzidas acima - os marcos efetivos definidores da emergência da ordem burguesa estão contidos no interior do quarto de século que medeiam o final dos anos 60 e os primeiros anos da década de 90. Mais do que isso: Florestan tem uma refinada compreensão do caráter conciliatório da transição política republicana, e perceberá na equação federalista um instrumento de administração política do processo de expansão e generalização da ordem burguesa em nível dos diversos espaços regionais. Assim é que, em um texto do final da década de 1960, Florestan Fernandes nos dirá que:

Se usássemos a periodização fornecida por “grandes acontecimentos históricos”, o [...] ciclo [referido a era neocolonial] compreenderia oito décadas (de 1808, data da transferência da Corte, a 1888, data da Abolição). [...] No entanto, a desagregação do “antigo regime”, que começara pouco antes do início do último quartel do século XIX - com medidas legais que prescreviam a substituição do trabalho escravo - arrasta-se penosamente além da instauração da República. Estabelece-se, assim, um longo período de transição, de quase sete décadas (se se toma 1930 como data-limite, em termos nacionais), durante o qual reinou um amplo compromisso com o passado e a nova ordem econômica, social e política só teve verdadeira eficácia para os estratos sociais dominantes ou em ascensão socioeconômica (FERNANDES, 1981b, p. 168).

Vale dizer: Florestan não ignora a importância dos marcos consagrados pela historiografia tradicional. Simplesmente não pretende absolutizá-los, dando aos mesmos um significado de ruptura que os mesmos não comportam no interior do peculiar processo de transição capitalista brasileiro. Se há alguma ruptura, ela deve ser buscada na crise de reprodução do Modo de Produção Escravista e Colonial que marca, simultaneamente, a emergência de um outro projeto histórico, capaz de articular-se rapidamente como hegemônico na medida em que passa a dar as coordenadas básicas do processo de transformação social e institucional a partir de então. Expliquemo-nos.

A crise da ordem neocolonial se manifestará com toda a clareza ao longo dos anos 60 do século XIX, quando, transcorrida mais de uma década do encerramento do tráfico internacional de escravos, a impossibilidade de reprodução do escravismo como relação social básica de produção mostra-se já com toda a clareza. Mas isso não é tudo, pois a crise da Era Neocolonial não poderia definir, por si só, o ingresso na Era Capitalista Dependente. Entretanto, é preciso entender que a acumulação primitiva de capital, que marca e define a Era Neocolonial, levará à consolidação de um setor novo na economia, essencialmente mercantil e urbano, capaz de articular, na crise do Modo de Produção Escravista, um novo padrão dinâmico

de reprodução social. Como se isso não bastasse, a emergência desse novo padrão será viabilizada pelas impulsões exógenas com origem na transição do capitalismo mundial para sua etapa imperialista, assim como pela permeabilidade do Estado escravista imperial a essas impulsões. Essa permeabilidade é explicável desde o início por sua formatação enquanto Estado liberal e constitucional, cujo fundamento e pressuposto se encontrava justamente em suas funções de mediação entre a ordem escravista interna e a ordem capitalista mundial. Com isso, já na década de 60 do século XIX, o polo regional economicamente dominante (vinculado à produção cafeeira e a seus desdobramentos) vivenciará um intenso movimento de modernização produtiva e comercial, com o fortalecimento do ciclo ferroviário, o desenvolvimento de serviços urbanos estruturados em termos capitalistas, o desenvolvimento de um sistema monetário e creditício relativamente complexo e a expansão da produção mercantil agrícola e urbana voltada para o atendimento de um crescente mercado interno. Essas transformações encontrarão suficiente respaldo institucional no Império para permitir o adiamento de seu desfecho necessário (na abolição e na República) até o momento em que ela pudesse emergir sob a forma de um processo especificamente contrarrevolucionário, como um grande acordo entre o conjunto dos segmentos sociais proprietários, para os quais o Estado imperial não comportava mais qualquer significação. Tal projeto envolvia não só a delegação da questão do término da ordem escravista para o Império: envolvia a busca do controle da temporalidade desse processo. E isso, não só porque os setores burgueses emergentes não concordariam com o fim do escravismo antes que a crucial questão da montagem de um mercado de trabalho livre pudesse ser totalmente articulada. Mas, igualmente, porque buscavam retirar da ordem decadente o máximo rendimento marginal para o processo de acumulação especificamente capitalista de capital, que emergia neste momento. Nas palavras de Florestan Fernandes:

Temos entre a década de 60 e a data da Abolição quase três decênios. Trata-se de um período curto e que foi, de fato, a era de “crise final irreversível da escravidão”. Os autores mais atilados, no estudo desse período, inclusive os que descreviam o processo *de visu*, como Couty, são

unânicos em ressaltar como a escravidão se erigia em uma barreira intransponível. *Ou ela ou o capitalismo*. Isso não deixava de ser verdadeiro. Nem por isso, porém, tal verdade excluía outra realidade: chegara-se ali através e graças à escravidão mercantil. O que nos repõe na trilha do pensamento hegeliano: ao desaparecer, em sua crise de morte, a escravidão deixava de produzir-se a si própria para produzir o seu contrário, para gerar uma “vida nova”. A própria expansão da economia urbano-comercial engendrava novos elos ou aprofundava os elos antigos entre a escravidão mercantil e o desenvolvimento capitalista dentro do país (FERNANDES, 1977, p. 29).

E, adiante:

Nesse período de três décadas não há apenas uma repetição do passado, com o fortalecimento de certas tendências que já foram esclarecidas. O contexto histórico-estrutural apresenta condições que permitem mudar a qualidade das relações da economia urbano-comercial com uma escravidão em extinção. O grau de internalização institucionalizada de complexas funções comerciais e financeiras é suficiente para garantir um aproveitamento mais amplo e, mesmo, revolucionário do capital mercantil acumulado através da produção escravista. [...] Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheram antes, nem no período colonial nem no período de transição neocolonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas, de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa (FERNANDES, 1977, p. 29-30).

O que importa reter nas passagens acima é o fato de que a escravidão, na Era Neocolonial, não apenas servirá como instrumento de acumulação primitiva interna: ela realiza esta função revolucionária

de uma forma tal que suas próprias conexões com a emergente ordem capitalista transformam-se ao longo do tempo. É aí que se encontra a fundamentação da peculiar proposta de Florestan de definição dos marcos históricos da emergência da Era Capitalista Dependente. Para esse autor, uma vez definida a crise do Modo de Produção Escravista Colonial como uma crise insuperável de reprodução, a sobrevivência da escravidão se explicará tão somente pelas potencialidades, ainda presentes nesta relação social, de instrumentalizar a acumulação propriamente capitalista de capital, que já se impunha em nível dos polos comerciais e urbanos sateletizadores da economia. Nesse sentido, em seus últimos momentos, a preservação da escravidão se explicaria pela sua capacidade de cumprir funções similares àquelas referidas à preservação, ao longo do século XX, de outras relações sociais não especificamente capitalistas em vários espaços econômicos rurais e urbanos: o de acelerar a acumulação privada de capital e o processo de modernização econômica a partir da crescente transferência do excedente social global para as mãos e o controle do Estado e dos segmentos propriamente burgueses.

Em suma: o que importa perceber é que, se Florestan rompe com os marcos tradicionalmente eleitos por uma certa historiografia para a definição da emergência da Era Capitalista no Brasil, ele o faz no sentido de buscar as determinações mais substantivas dos processos de transformação institucional, que garantirão a crescente generalização das relações de assalariamento e da ordem competitiva burguesa. Uma vez compreendido isso, fica claro que o projeto global de periodização histórica desse autor, ainda que claramente inovador, é menos “heterodoxo” do que poderia parecer em um primeiro momento, não envolvendo qualquer sobrevalorização (tal como poder-se-ia pretender para o caso da Independência) nem subestimação (como poder-se-ia pretender para os casos da Abolição, da República, ou de 1930) dos movimentos políticos que costumam marcar nossa cronologia oficial. É preciso reconhecer, contudo, que as dificuldades em se apreender adequadamente o sentido do projeto de periodização de Florestan, no que diz respeito à emergência e ao desenvolvimento da Era Capitalista Dependente, não será gratuito. E isso não apenas por suas importantes diferenças com

recortes mais tradicionais. Para além disso, pode-se dizer que pelo menos uma parcela desta dificuldade deve ser imputada a uma peculiaridade da estrutura expositiva de *A Revolução Burguesa no Brasil*, que não pode deixar de ser comentada neste momento (até mesmo porque traz consequências em nível dos desenvolvimentos subsequentes deste estudo).

Tal como nos é esclarecido na nota explicativa que abre *A Revolução Burguesa no Brasil*, entre a redação das duas primeiras partes do ensaio (que envolvem os quatro primeiros capítulos) e a terceira parte do mesmo, transcorreu um lapso de tempo de aproximadamente seis anos. Ao retomar o ensaio, Florestan decidiu deixar inacabada a segunda parte do mesmo (justamente aquela que trata da formação da ordem social competitiva). Mais importante do que isso, porém, serão as notáveis diferenças, em nível de detalhamento e sistematização, que emergirão do tratamento dado por esse autor aos processos históricos referidos ao desenvolvimento das Eras Neocolonial e Capitalista Dependente. A despeito de reconhecer implicitamente que as bases de validação de sua leitura teórica se encontram acima de tudo no resgate do processo de emergência e consolidação do modo especificamente capitalista em nível interno, Florestan dedicará um espaço relativamente menor ao estudo deste movimento histórico (inquestionavelmente mais complexo e rico) do que à análise das contradições impulsivas da transformação e crise da sociedade escravista e senhorial brasileira. Essa importante desigualdade de nível de sistematização e aprofundamento no tratamento teórico dos distintos períodos históricos não passará despercebida a comentadores de sua obra. É José Albertino Rodrigues, que comentando *A Revolução Burguesa no Brasil*, nos dirá que:

Quanto ao período da Independência, trata-se, sem dúvida, de uma interpretação que nos faltava. A bibliografia nacional é parcimoniosa na interpretação em profundidade dessa fase decisiva, para o que Florestan Fernandes nos proporciona algumas pistas que devem ser exploradas. [...] O segundo grande momento destacado por Florestan Fernandes é o da Abolição da Escravatura e do advento da República. Infelizmente, o autor nos

proporcionou apenas um fragmento desta parte, deixando de desenvolver alguns pontos que seriam importantes. [...] Florestan Fernandes deixou de desenvolver dois pontos: de um lado, a natureza e os efeitos dos processos econômicos e socioculturais que provocaram a emergência da ordem social competitiva; de outro lado, apenas anunciou os caracteres estruturais e funcionais da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente e seu significado para a eclosão da revolução burguesa. [...] O terceiro momento, referido às décadas de 50 e 60 do século atual, corresponde ao ponto central do livro e da própria revolução burguesa no Brasil, sob a ótica de Florestan Fernandes. Caberia indagar por que motivo ele não centra sua análise na Revolução de 1930, que constitui um marco comumente utilizado para assinalar a modernidade brasileira. Basta lembrar o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira* (1964), que identifica a Revolução de 30 com a própria revolução burguesa. [...] [A resposta parece estar no fato de que,] despregando-se da cronologia, sempre um recurso fácil, [Florestan] prefere focalizar como questão central a “crise do poder burguês” (p. 215), que se localiza na era atual, como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista (RODRIGUES (1987, p. 231-3).

O sintomático afastamento de Rodrigues dos marcos e da terminologia definidos por Florestan, para a periodização da história brasileira⁷³, não deve obscurecer a correção essencial de suas observações críticas ao tratamento desigual dado por Florestan aos diversos momentos de inflexão do desenvolvimento capitalista brasileiro. Rodrigues não deixa mesmo de ser algo complacente com Florestan, ao fazer a defesa do tratamento bastante breve que este autor dedica aos movimentos políticos de 1930 e 1937. Afinal, como já vimos na leitura de Florestan, 1930 marca a conclusão do longo processo de transição entre a Era Neocolonial e a Era Capitalista Dependente propriamente dita. Ou, expresso de outra forma: os movimentos políticos e institucionais da década de 30 são momentos cruciais da consolidação da fase competitiva da Era Capitalista Dependente, e estarão no centro dos processos de homogeneização e efetiva integração horizontal da burguesia brasileira. Como se isso

não bastasse, o fato de que a emergência da Era Capitalista Dependente não possa ser referida às transformações institucionais dos últimos anos da década de 80 do século XIX, não retira destes movimentos importância histórica nem justifica qualquer tratamento mais superficial dos mesmos. E isso porque - como muito bem o sabe Florestan - o próprio conteúdo político conciliatório da transição republicana consolidará as determinações mais substantivas do padrão lerdo e tergiversante de desenvolvimento capitalista em nível interno nas primeiras décadas do século XX.

Poder-se-ia muito bem argumentar que as significativas desigualdades em nível do aprofundamento teórico das duas eras históricas se justificam a partir da necessidade, detectada por Florestan, de centrar sua investigação nas condições de crise do poder burguês, referidas à emergência do capitalismo monopolista internamente e que conduzirão ao golpe militar de 1964. De fato, é este autor mesmo quem afirma que *A Revolução Burguesa no Brasil* pretende ser uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964. Essa explicação para a heterogeneidade da obra, contudo, não pode obscurecer o fato de que o tratamento relativamente apressado dos movimentos históricos responsáveis pela consolidação da fase competitiva do capitalismo brasileiro prejudicam a própria compreensão das peculiares e críticas condições de emergência da ordem monopolista internamente. Mais do que isso: com essa opção, é a própria periodização da Era Capitalista Dependente no Brasil em duas fases básicas - a competitiva e a monopolista - que deixa de ser apreendida adequadamente. E isso na medida em que os contrastes em nível dos dinamismos peculiares às duas fases não são explorados com todo o rigor que se poderia exigir de uma questão de tamanha importância; tanto mais quando essa questão emerge de uma leitura global marcadamente inovadora. É bem verdade que os critérios fundamentais que presidem o referido recorte da Era Capitalista Brasileira em duas fases básicas são apresentados no interior da obra maior de Florestan. Contudo, eles se encontram dispersos ao longo dos dois últimos capítulos, não sendo objeto de sistematização rigorosa em momento algum dos mesmos, o que alimenta, necessariamente, as já notórias dificuldades de assimilação da leitura histórica de Florestan Fernandes.

Que fique claro, contudo, um ponto da maior importância: as observações feitas acima não podem ser traduzidas sob a forma de críticas ao próprio projeto de periodização histórica de Florestan. Antes pelo contrário, o que se tentou fazer foi, ao lado da apresentação dos fundamentos básicos do referido projeto, demonstrar que parcela expressiva das eventuais resistências ao mesmo são explicáveis antes pelas dificuldades de apreensão do mesmo, do que propriamente por seu caráter inusitado ou problemático. Uma vez esclarecido esse ponto, podemos passar à apresentação sistemática da leitura desse autor em torno dos padrões reprodutivos inerentes a cada uma das três eras básicas da história da emergência e desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil. Antes, porém, uma última observação.

Ao longo da primeira parte deste estudo, procuramos explicitar e avaliar criticamente (dentro dos limites de nossas possibilidades) os fundamentos teóricos e metodológicos que dão substrato à construção da obra histórica de Florestan. Nesse processo detectamos que a mesma comporta um núcleo materialista histórico e dialético extremamente sólido que, inúmeras vezes, se encontra envolto nas brumas de um discurso especificamente sociológico e acadêmico. Urge realizar uma intervenção neste discurso, com vistas a tornar mais facilmente perceptível aquilo que o clima brumoso, no qual se desenvolveu, insiste em ocultar ao olhar menos atento. Essa é a tarefa para a qual procuraremos dar alguma contribuição ao longo dos próximos capítulos.

A insistência em esclarecer nossa intenção não é gratuita: ao leitor atento dos desenvolvimentos a seguir não passará despercebido o fato de que, nestes, estamos propondo uma certa interpretação dos textos de Florestan. Não é nossa intenção, de fato, fazer uma resenha da obra de Florestan, recuperá-la na forma mesma que esse autor deu a seus textos, adotando uma perspectiva que poder-se-ia pretender objetiva por ser tão acrítica quanto irrelevante. Reivindicamo-nos o direito de rerepresentá-la, explorando sob outra forma as determinações que lhe são imanentes. Por isso mesmo não podemos deixar de pedir complacência àqueles leitores que - apegados a uma perspectiva metodológica que desconhece o caráter social e material do conhecimento - negam qualquer validade à pretensão de que se possa interpretar (e, por isso mesmo,

desenvolver) uma dada leitura cientificamente, vale dizer, a partir dos postulados que ela mesma coloca.

Com isso não estamos pretendendo impor uma validação *a priori* da nossa própria leitura da obra de Florestan Fernandes, vale dizer, independentemente de sua efetiva e rigorosa aderência à lógica interna que preside àquela. Procuraremos diferenciar - sempre que necessário - aquelas intervenções que são rigorosamente nossas, dos desenvolvimentos que consideramos imanentes a Florestan. Se não conseguirmos dar conta dessa tarefa, podemos e devemos ser criticados. Apenas solicitamos que a avaliação da consistência de nosso trabalho se faça a partir dos parâmetros metodológicos que elegemos, e não por parâmetros metodológicos positivistas e individualistas que nos são absolutamente estranhos. Àqueles leitores para os quais esta solicitação parecer por demais inusitada, só nos resta lembrar a perspectiva que Florestan mesmo guarda de sua obra histórica. Sem qualquer falsa modéstia (mas com a modéstia real inerente a qualquer bom leitor de Hegel), Florestan Fernandes - considerando o estado simultaneamente sintético e inacabado de suas próprias investigações históricas - nos dirá, em seu *A Sociedade Escravista no Brasil*, que:

[...] a investigação empírica não se aprofundou tanto a ponto de forçar uma melhor exploração das teorias existentes sobre as sociedades estratificadas e, em particular para suscitar um quadro teórico integrativo, capaz de render conta da complexa situação brasileira. Temos procurado evitar todos esses empecilhos, mas é muito árduo e limitado o esforço de autores isolados ou de grupos de investigadores demasiado pequenos. Sob esse aspecto, o paralelo com o avanço da investigação dos tipos de sociedades estratificadas na Europa merece ser lembrado, pois ele põe em primeiro plano que é essencial a colaboração crítica de gerações sucessivas de investigadores. O esboço que faremos a seguir constitui um ponto de chegada que precisa, ainda, ser explorado de modo mais amplo e crítico pelos que vierem a lidar, mais tarde, com os mesmos problemas com melhores perspectivas e maior base empírica (FERNANDES, 1977, p. 31).

Não pretendemos contar com melhores, mas sim com outras perspectivas. Afinal, muitos anos já se passaram desde que vieram à luz algumas das mais importantes obras teóricas e históricas de Florestan Fernandes. Nesse período a historiografia crítica brasileira não cessou de se desenvolver e de deixar suas marcas na consciência daqueles que buscam operar com o instrumental da ciência da história marxista. É a partir dessas referências teóricas e historiográficas impositivas que procuraremos reapresentar e interpretar o sentido interior dos desenvolvimentos teórico-históricos de Florestan.

6 A ERA COLONIAL

6.1 Os fundamentos materiais do Antigo Sistema Colonial

Para Florestan, como já vimos em diversas passagens dos capítulos anteriores, o ponto de partida necessário à compreensão do padrão reprodutivo inerente à economia colonial brasileira é o processo de valorização pré-capitalista e especificamente mercantil de capital. Em seu ensaio intitulado *A Sociedade Escravista no Brasil*, esta leitura é reiterada inúmeras vezes de forma enfática. Em uma destas passagens, Florestan Fernandes nos diz que:

existia um circuito de apropriação, em parte legal, político e fiscal e em parte econômico, que constituía a essência da apropriação colonial. O excedente econômico não era produzido para o desfrute do Senhor, mas para entrar nesse circuito. Aí, Senhor, Coroa e negociantes todos eram “*escravos*” do capital mercantil (FERNANDES (1977, p. 21).

Os fundamentos desta leitura⁷⁴ encontram-se em desenvolvimentos presentes em inúmeras obras de Marx, e mais particularmente em *O Capital*. Apesar disso, não se pode pretender que a mesma desfrute hoje de uma hegemonia incontestada entre aqueles autores que, analisando o padrão reprodutivo da economia colonial brasileira, se querem marxistas. Efetivamente, não serão poucos os que recusam pertinência teórica à concepção de que a Era do Capital se instaura a partir da consolidação e máximo desenvolvimento da valorização pré-capitalista. Isso não deixa de ser estranho, uma vez que Marx reafirma essa perspectiva inúmeras vezes ao longo de sua obra maior. Assim é que, já no primeiro parágrafo do capítulo quarto do livro um de *O Capital*, Marx nos diz que:

A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital (MARX, 1983, p. 125).

Mais adiante nesse mesmo capítulo, contudo, Marx dirá:

As formas específicas de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial, apontam, de acordo com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social (MARX, 1983, p. 141).

Ora, temos aí uma contradição: ou a Era do Capital se inaugura no século XVI (e, portanto, esta categoria histórica é capaz de assentar o processo de valorização que a define em primeira instância em outras relações sociais de produção que não o assalariamento), ou se inaugura com a efetiva emergência de um mercado de trabalho moderno, produto histórico inidentificável antes do final do século XVII. De fato, a contradição existe; mas não é teórica e sim real. Por isso mesmo, não se trata de optar por uma leitura ou outra, mas de entender como é possível que ambas sejam corretas e historicamente legítimas. A resposta (relativamente simples) se encontra no fato de que, em sua infância, o processo de valorização e acumulação capitalista - que já preside a reprodução da sociedade

- tem um caráter primitivo, não se assentando essencialmente (e em sua plena determinação conceitual) sobre a extração de mais-valia em nível do processo produtivo. Por isto mesmo, essa é e não é uma etapa capitalista.

A dificuldade de apreensão dessa contradição real, contudo, não deixa de ser compreensível, e está vinculada ao padrão expositivo adotado por Marx em *O Capital*. Como é sabido, nessa obra o desenvolvimento do modo de produção capitalista é apresentado de uma maneira lógica, vale dizer, resgatando primariamente aquelas categorias - mercadoria, valor, dinheiro, trabalho abstrato - que carregam em si as contradições impulsivas capazes de engendrar o capital e o modo de produção especificamente capitalista. Isso significa dizer que o seu método expositivo é (lógico) histórico - uma vez que as categorias fundantes da ordem capitalista são desdobradas teoricamente de acordo com seu desdobramento temporal -, mas não é histórico (cronológico) - no sentido de que não se resgata este processo tal como ele ocorreu efetivamente em uma dada temporalidade e em um dado espaço concreto. Essa correta e importante opção expositiva garante a Marx a possibilidade de hierarquizar as determinações do processo histórico, resgatando num primeiro momento apenas aquelas determinações efetivamente substantivas. Em vista disso, Marx deslocará para determinados capítulos - os chamados históricos - a exposição sistemática daquelas condições que portam consigo tão somente a capacidade de explicar como aquelas potencialidades presentes nas categorias fundantes da análise se desdobraram efetivamente no conjunto das relações sociais capitalistas de produção em um dado período concreto de tempo.

Como é sabido, entre as condições históricas concretas da constituição do capitalismo, encontra-se a articulação de um conjunto de mecanismos sociais e institucionais capazes de garantir máximo desenvolvimento à valorização pré-capitalista de capital. Este movimento histórico - que Marx denominou de acumulação primitiva de capital - não pode ser subestimado de forma alguma, pois nele se encontra a explicação do rápido desenvolvimento da ordem mercantil da Idade Moderna, que será a base efetiva da destruição das formas pré-capitalistas de produção e da constituição do capitalismo

industrial. Por outro lado, esse movimento não pode ser superestimado sob pena de não ser possível compreender os fundamentos materiais efetivos e as especificidades históricas do modo de produção especificamente capitalista, sistema onde a apropriação do excedente se assenta sobre formas não coercitivas de trabalho e onde os limites à acumulação de capital deixam de ser técnicos para serem especificamente sociais. Por isso mesmo é absolutamente correto o deslocamento efetuado por Marx da análise da acumulação primitiva para o último capítulo do livro um de *O Capital*⁷⁵. Incorreta é a interpretação daqueles leitores que, incapazes de entender o método de Marx, resgatam os primeiros capítulos de sua obra ou filosoficamente (como se os mesmos expressassem meros desenvolvimentos ideais fora do tempo e do espaço), ou de forma historicista (como se os mesmos fossem desenvolvimentos rigorosamente histórico-cronológicos⁷⁶).

Para a questão que agora nos interessa, esse duplo equívoco se expressará na dificuldade imanente a estes leitores de apreenderem corretamente a especificidade do processo pré-capitalista de valorização. E isso porque, é só quando se entende que Marx, nos capítulos iniciais de *O Capital*, busca constituir lógica e historicamente os fundamentos da valorização especificamente capitalista de capital, que se pode entender suas observações contraditórias em torno da viabilidade da acumulação propriamente mercantil de capital. Assim Marx (1983, p. 135) nos diz que “a formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor”.

Sem dúvida alguma, isso seria uma impossibilidade se se pretende analisar o processo de valorização de capital que se assenta rigorosamente na apropriação de mais-valia. Neste caso, a explicação do processo de valorização tem de ser buscado fora da circulação, no processo de consumo capitalista da mercadoria força de trabalho. Mas nem toda a valorização de capital tem uma base capitalista. É Marx (1983, p. 136-7) que nos esclarece isso ao dizer:

No capital comercial autêntico, a forma $D - M - D'$, comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da própria circulação a transformação de dinheiro em capital, a formação de mais-valia, o capital comercial parece impossível na medida em que se permutam equivalentes, só sendo ele, portanto dedutível do duplo prejuízo infligido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitariamente entre eles. Nesse sentido, diz Franklin: “Guerra é roubo, comércio é engodo”. [...] O que vale para o capital comercial, vale ainda mais para o capital usurário. No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro aumentado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda, pelo movimento da circulação. No capital usurário, a forma $D - M - D'$ é reduzida aos extremos não mediados $D - D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias.

E antes que algum leitor pudesse pretender que estas formas de valorização não carregariam mais do que uma independência ilusória em relação ao processo produtivo, Marx (1983, p. 137) lembra que “do mesmo modo que o capital comercial, encontraremos, ao longo de nossa pesquisa, o capital a juros como forma derivada e, ao mesmo tempo, veremos por que ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital”.

De fato, já no livro I de *O Capital*, Marx discorrerá em diversos momentos sobre os determinantes do processo de valorização especificamente mercantil, dando atenção privilegiada (de uma forma não sistemática ao longo dos capítulos especificamente teóricos deste livro, mas aprofundando as questões básicas nos tantas vezes - e tão injustamente - desvalorizados capítulos históricos) às formas pré-capitalistas que o mesmo assume. Contudo, será na quarta seção do livro III de *O Capital* que Marx se dedicará ao estudo sistemático do capital comercial e seu peculiar padrão de valorização antes e depois da constituição do modo

especificamente capitalista de produção. Dentro desta importante seção teórica⁷⁷, encontramos, no capítulo de encerramento intitulado *Considerações Históricas sobre o Capital Comercial*, algumas das mais esclarecedoras observações em torno das conexões entre valorização mercantil e o Antigo Sistema Colonial. Em uma dessas passagens, nos diz:

A lei de que o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento da produção capitalista aparece principalmente na história do comércio intermediário (*carrying trade*), como entre os venezianos, genoveses, holandeses, etc., portanto onde o principal lucro é obtido não pela exploração dos produtos do próprio país, mas pela mediação de intercâmbio dos produtos de comunidades não desenvolvidas, tanto comercialmente quanto nos demais aspectos econômicos e pela exploração de ambos os países produtores. Aqui o capital comercial está puro, separado dos extremos das esferas da produção entre as quais medeia. Essa é a fonte principal de sua formação. Mas esse monopólio do comércio intermediário decaiu e, com isso, esse mesmo comércio, na mesma proporção em que avança o desenvolvimento econômico dos povos que ele explorava por ambos os lados e cujo não desenvolvimento era a base de sua existência. No caso do comércio intermediário, isso não aparece apenas como decadência de um ramo comercial específico, mas também como decadência da supremacia de povos puramente comerciais e de sua riqueza comercial de modo geral, que repousava sobre a base desse comércio de intermediação. Essa é apenas uma forma específica em que se expressa a subordinação do capital comercial ao industrial com o progresso do desenvolvimento da produção capitalista. Aliás, quanto ao modo como o capital comercial opera onde ele domina diretamente a produção, um exemplo marcante é oferecido não só pela economia colonial em geral (o assim chamado sistema colonial), mas de modo todo especial pela economia da antiga Companhia das Índias Orientais (MARX, 1984, p. 247).

Quer nos parecer que a citação não poderia ser mais clara. Contudo, tendo em vista a confusão que reina sobre o assunto, não são ociosos alguns comentários sobre a mesma. Marx inicia afirmando que “o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento da produção capitalista”, e que a manifestação superior dessa lei se encontra no comércio de intermediação entre sociedades e economias distintas relativamente pouco desenvolvidas. De fato, aquelas (mais comunidades do que) sociedades relativamente primitivas em nível econômico, marcadamente autárquicas e pré-mercantis, são, via de regra, caracterizadas por um grau de divisão e produtividade do trabalho relativamente débil. Isso tende a se resolver em um padrão de estratificação social e organização da reprodução econômica que determina sérios limites à transformação qualitativa dos padrões de consumo e produção internos. Por isso mesmo, a produção (potencial e eventual) dessas comunidades, que excede suas possibilidades e necessidades de consumo, é uma produção cujo “valor”⁷⁸ (*de uso*, base do valor “de troca” em sociedades em que os intercâmbios são não mercantis) é praticamente nulo⁷⁹. Por outro lado, essas comunidades (ou sociedades) tendem a constituir - em função dos limites técnicos e naturais associados à baixa produtividade do trabalho - economias extremamente diferenciadas umas das outras e relativamente carentes de determinados e específicos valores de uso. A esses se pode atribuir um elevadíssimo “valor de troca”, particularmente frente àqueles produtos que a comunidade compradora em potencial produz (ou pode produzir) em excesso. Ora, é evidente que, se determinados agentes colocarem em contato via comércio duas comunidades organizadas sobre bases econômicas não mercantis, os ganhos daí advindos serão tão maiores quanto menos desenvolvidas e mais diferenciadas e autárquicas forem essas comunidades. Assim, os valores (de uso e de troca), rigorosamente excedentários em uma dada sociedade, podem assumir o caráter de raridades e especiarias em outra (e vice-versa), garantindo ao intermediador dessa troca uma apropriação de lucros que, sem ter qualquer correspondência com a produção de uma mais-valia, são absolutamente extraordinários.

A contradição desse processo de valorização se encontra, contudo, no fato de que o próprio desenvolvimento do comércio (e

da concorrência entre os comerciantes) mina sua base: o segredo assentado sobre o débil desenvolvimento mercantil das economias em questão. Por isso Marx diz que, com o rompimento do monopólio do comércio, decai o próprio comércio, na mesma proporção em que avança o desenvolvimento econômico dos povos que ele explorava por ambos os lados e cujo não desenvolvimento era a base de sua existência. Sem dúvida alguma essa assertiva é verdadeira. Mas, ainda que esse desenvolvimento seja, no interior de certo prazo, inexorável, é sempre possível obter seu adiamento através da institucionalização do monopólio, que se desdobra na limitação legal da concorrência intermercantil e no cerceamento político do desenvolvimento, diversificação e autonomização das distintas economias que o capital mercantil põe em contato e explora. Essa será a peça-chave de toda a política intervencionista tipicamente mercantilista⁸⁰ que, como nos lembra Marx, encontra seu desenvolvimento na montagem do sistema colonial e nas Companhias das Índias.

A centralidade desse processo - tantas vezes lembrado por Marx - se encontra no fato de que sem valorização e acumulação de capital, o processo de expansão dos mercados e generalização das trocas (base do sistema industrial) se veria truncado. E essa valorização e acumulação não poderia se sustentar, ao longo dos três séculos da Idade Moderna, tão somente na expropriação de mais-trabalho inerente à produção manufatureira, pois, nesse sistema:

A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante. A demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, convertida mais tarde em fundo de acumulação do capital, ainda entrava no fundo de consumo do trabalhador (MARX, 1984, p. 277).

Assim, não será de estranhar que Marx afirme:

Rico material para a divisão do trabalho dentro da sociedade recebeu o período manufatureiro, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que pertencem à esfera de suas condições gerais de existência (MARX, 1984, p. 279).

E, mais adiante, salientando o caráter violento e espoliativo do Sistema Colonial, assim como sua articulação com uma política global articulada conscientemente pelos Estados patrimoniais absolutistas com vistas a garantir e impulsionar a continuidade da valorização capitalista:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se [...] mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 1983, p. 283-4).

O sentido dado por Marx ao Sistema Colonial é, assim, inquestionável: este é um instrumento da acumulação primitiva de capital. Mais do que isso: a acumulação primitiva se assenta sobre a valorização mercantil pré-capitalista, e essa, por sua vez, encontra seu máximo desenvolvimento na intermediação de valores produzidos sob regimes econômicos e sociais não capitalistas. Por isso mesmo, as colônias de exploração conseguirão proporcionar uma máxima rentabilidade econômica para as metrópoles na medida em que a coerção institucional que define sua emergência e reprodução for utilizada para garantir a consolidação de formas pré-capitalistas de organização do trabalho social.

Assim, mesmo antes de pisarmos em solo colonial e de nos defrontarmos com a forma específica que este sistema assumirá no Brasil, temos desvendados os principais segredos desta estrutura econômica e social. Se seu fundamento é a instrumentalização da acumulação pré-capitalista de capital na metrópole, esta terá de ser uma sociedade compradora (e, portanto de produção não diversificada, mas especializada), e vendedora de bens produzidos em condições pré-capitalistas. Mais do que isso: a despeito de seu sentido ser dado pelas relações mercantis na qual se encontra submergida, em nível interno não poderá se constituir um sólido mercado ou um segmento social diretamente ligado ao comércio: essa fatia (a melhor) do negócio colonial deve ser resguardada institucionalmente ao capital mercantil metropolitano. Não estavam errados, pois, aqueles autores que viram na monocultura de exportação, no escravismo, nas células produtivas infladas e semi-autárquicas, no exclusivo metropolitano e nas circunscrições institucionais à concorrência e à diversificação da economia interna as peças fundamentais da ordem colonial brasileira. O que pode ter faltado a alguns foi tão somente a adequada percepção do sentido global e da articulação interna desses termos.

Esse não é, evidentemente, o caso de Florestan Fernandes. Mais do que isso: este autor não se restringirá apenas à investigação das determinações fundamentais deste processo global: buscará investigar a forma particular que este conjunto interdeterminado de elementos assume na relação colonial entre Portugal e Brasil. Afinal, se o Sistema Colonial - enquanto instrumento da acumulação primitiva de capital - implicará um padrão básico que homogeneizará de forma surpreendente as sociedades do Novo Mundo⁸¹, as (por vezes sutis) diferenças entre as mesmas não podem ser ignoradas ou escamoteadas, sob pena de se perder qualquer possibilidade de compreensão das distintas histórias transcorridas. E perder isso equivaleria a perder o próprio objetivo da pesquisa histórica. Por isso mesmo Florestan dará particular atenção às peculiaridades do ordenamento social e político que caracteriza a Era Colonial brasileira, classificando-a de pequena obra-prima portuguesa. Mas não nos antecipemos. É preferível deixarmos que o próprio autor nos conduza a estas importantes questões seguindo a lógica expositiva

eleita pelo mesmo naqueles textos que referenciam este momento de nossa pesquisa.

6.2 A economia e a sociedade coloniais brasileiras

Em *A Sociedade Escravista no Brasil*, Florestan abrirá sua investigação sobre o ordenamento colonial brasileiro sintomaticamente pela importante e polêmica questão dos fundamentos históricos da opção pelo escravismo negro no Brasil. É assim que nos diz:

[...] a escravidão moderna é, em sua essência, uma *escravidão mercantil*: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil (FERNANDES, 1977, p. 16).

Ora, não é preciso qualquer esforço para que se perceba a aderência da leitura de Florestan às teses defendidas com maestria por Fernando Novais em torno da absoluta centralidade do tráfico negreiro no processo de valorização pré-capitalista e acumulação primitiva de capital. A importância e a radicalidade dessa perspectiva impõem o seu esclarecimento.

Antes de mais nada, é preciso que se entenda que a essência desta interpretação não se encontra na pretensão de que o escravismo se explicaria tão-somente (ou mesmo fundamentalmente) pelo tráfico negreiro. Infelizmente, porém, essa interpretação simplória se reproduziu em certos meios como resultado de uma leitura descontextualizada da célebre passagem de Novais (1979, p. 105) em que nos é dito que “paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário”. Em seu contexto, essa frase - de insofismável qualidade literária e polêmica - significa tão somente que a opção pelo

escravismo africano (em detrimento do escravismo indígena e de outras formas de subordinação do trabalho) não pode ser pensada meramente como uma imposição técnica, que se expressaria na carência de outras fontes de mão de obra (de índios, de assalariados, de servos, de colonos livres, etc.). A compreensão do sentido global dessa opção histórica só pode ser obtida pela compreensão do sentido do próprio empreendimento colonial: a valorização mercantil e pré-capitalista de capital. Expliquemo-nos.

Para que se entenda o significado histórico do tráfico negreiro é preciso que se aceite e entenda certos fatos históricos referidos ao padrão de comercialização de escravos africanos. Como é sabido, a política mercantilista em Portugal não se estruturará fundamentalmente sobre a construção de grandes Companhias das Índias, tal como nos Países Baixos, Inglaterra e França. Em função das peculiaridades do padrão de estruturação do Estado português - tipicamente patrimonial⁸² -, seu papel será absolutamente central na organização do processo de expansão ultramarina e da ordem colonial. Entre outras atribuições, caberá ao Estado assumir a articulação das circunscrições institucionais ao desenvolvimento da concorrência interburguesa através da monopolização legal de todo o tráfico com suas colônias. Esse monopólio será, na verdade, meramente virtual e se desenvolverá em um sistema de concessões a particulares dos direitos régios de exploração produtiva e comercial do mundo colonial⁸³.

Evidentemente, a concessão legal da exploração dos negócios mais lucrativos será disputada a peso de ouro, o que garantirá um fluxo de receitas ao Estado que apresenta similaridades meramente formais com o moderno sistema tributário dos Estados burgueses. Entre os diversos negócios coloniais, o direito de controlar monopolisticamente os entrepostos africanos de venda de escravos sob controle da Coroa portuguesa se encontrarão entre os mais disputados⁸⁴. Não será para menos. Toda a América consumirá negros de forma implacável por mais de três séculos. E, desde o final do século XV, Portugal estará no controle dos mais importantes entrepostos escravistas da costa ocidental africana. Mesmo na fase de decadência de seu Império Colonial - quando novas potências se instalam solidamente na costa africana e no negócio de escravos -

Portugal não perderá o controle de importantes fontes de suprimento de braços negros. Ora, nada mais natural dentro da lógica mercantilista de valorização do que explorar ao limite esta posição econômica estratégica de Portugal através de uma política de administração de preços e maximização de lucros estruturada sobre a limitação institucional da concorrência entre os negociantes de escravos. A importância desse movimento para a defesa da valorização dos capitais mercantis portugueses não pode ser subestimada. Afinal, no bojo do processo de desenvolvimento internacional da concorrência que se desenrolará a partir do final do século XVI e ao longo do XVII, Portugal perderá crescentemente o controle sobre o comércio com as índias orientais. Além disso, mesmo o negócio brasileiro do açúcar não se encontrará jamais sobre pleno controle português: tanto o refino final quanto a distribuição deste produto na Europa manter-se-ão durante séculos sob o controle flamengo. Ora, neste sentido, nada mais natural do que buscar extrair o máximo rendimento da posição econômica na África através do inflacionamento dos preços de escravos, o que se constituirá em um importante instrumento na luta da Coroa e do capital mercantil português pela endogeneização de uma parcela expressiva do butim colonial em cuja produção se acham envolvidos.

Afinal, há que se apreender de forma radical quais são os mecanismos econômicos típicos que dão sustentação à valorização mercantil pré-capitalista. Como já vimos, essa se encontra assentada, por excelência, na intermediação, e, portanto, tanto na compra quanto na venda de mercadorias. Por isso mesmo, para a consolidação do controle das sociedades metropolitanas sobre a reprodução das economias coloniais é preciso que essas últimas dependam econômica e mercantilmente de suprimentos oriundos das primeiras. Ora, o insumo mercantilizável mais importante da produção colonial no Novo Mundo será o escravo. Afinal, terras são demasiadamente abundantes para se tornarem objeto de venda e valorização mercantil⁸⁵. Por outro lado, os insumos físicos (variáveis e fixos) que a monocultura agrícola colonial exige são, via de regra, ou bens primários ou bens artesanais de produção extremamente simples, o que permite que parcela expressiva dos mesmos passe a ser reproduzido no interior do próprio latifúndio. Aqueles que não podem ter sua produção internalizada, não conformam um volume de

demanda capaz de constituir-se em base de um sólido fluxo comercial entre a colônia e a metrópole. A solução encontrada para este problema não poderia ser mais óbvia: a transformação do trabalhador ele mesmo em mercadoria.

É importante notar que a apreensão dessa lógica nos permite uma compreensão superior da aparentemente contraditória política portuguesa com relação à escravidão do indígena sul-americano. Como se sabe, já em 1570 é baixado o alvará que proíbe a escravização do indígena sul-americano, *excetuadas as tribos canibais e belicosas*⁸⁶. Ora, não resta a menor dúvida de que - a despeito da resistência jesuítica instrumentalizada pela Coroa - a exceção abrirá largo espaço para a continuidade do apresamento. Nas palavras de Florestan:

Dada a abundância de povoações indígenas “inimigas”, a mercantilização desse tipo de escravidão econômica (pois o que estava em jogo era o uso sistemático da força de trabalho indígena *ad libitum* dos colonizadores) não se impôs como um imperativo imediato. Contudo, mesmo sob o regime de feitorias a compra e venda de escravos indígenas podia ocorrer amplamente. Com as donatarias, as transformações subsequentes do esforço de colonização e a fundação ou expansão de povoações, o crescimento da grande lavoura e da produção do açúcar generalizaram a mercantilização do escravo indígena e provocaram sua institucionalização. Portanto, a transplantação dos escravos africanos em bases comerciais apenas aprofundou um arranjo global, no qual a estratificação inter-racial e interétnica modificara profundamente o modelo original português de ordem societária (FERNANDES, 1977, p. 32).

É clara, assim, a incompatibilidade das leituras que buscam explicar o privilegiamento do escravismo negro pela inaptidão do índio ao trabalho compulsório com a proposta interpretativa de Florestan. Não apenas a escravização do indígena ocorreu, como a continuidade de seu apresamento e mercantilização foi funcional⁸⁷. Essa opção, contudo, não foi privilegiada. Antes pelo contrário, abriu

espaço para a *forma mercantil* assumida pela escravidão negra. É a Novais que devemos a mais clara explicação do conteúdo desse movimento. A partir do resgate radical da lógica que, em sua correta interpretação (e de Florestan), preside o processo de colonização, Novaes nos diz:

O que nos parece indiscutível é que os indígenas foram [...] utilizados em determinados momentos, e sobretudo na fase inicial; nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor “aptidão” ao trabalho escravo, que disso é que se tratava. O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes, e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na “preferência” pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repitamo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole: ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos engajados no abastecimento dessa mercadoria (NOVAES, 1979, p. 105).

No mesmo sentido, Florestan, referindo-se ao escravismo negro, dirá:

Ao nível do “mercado das peças” a Colônia estava institucionalmente incorporada ao espaço econômico da Metrópole e, também, dos centros econômicos a que se subordinava. Nesse plano, portanto, a plantação e a mineração (com outras formas subsidiárias de produção) faziam parte, de fato, de uma “periferia”. [...] A instituição do trabalho escravo sublinha bem a extensão e a profundidade em que se dava a exclusão. No entanto, a

articulação entre a Colônia e a Metrópole se estabelecia na “rede de negócios” imposta pela organização do comércio do escravo, em larga escala, o que impunha aparelhar a Colônia de meios institucionais para dar vazão regular ao fluxo de compra e venda de escravos (FERNANDES, 1977, p. 17).

Ora, o que importa ressaltar é a unidade elementar subjacente às leituras de Novais e Florestan. Sem que se pretenda apagar as distinções de *assento* presentes nas mesmas, ambas negam que o privilegiamento do escravismo africano - em detrimento (apenas relativo) do escravismo indígena - se derive de uma imposição histórica assentada essencialmente sobre fundamentos técnicos ou morais e religiosos. Ambos perceberão nesta política uma clara funcionalidade econômica e política só apreensível a partir do resgate do sentido do Sistema Colonial. Com a apreensão desse sentido, fica claro por que o tráfico negreiro rapidamente se imporá como a principal fonte supridora de braços: este é o arranjo material mais adequado à ocupação e reprodução ampliada da economia colonial enquanto colonial, vale dizer, enquanto instrumento da valorização do capital mercantil metropolitano e trans-metropolitano.

Mas, evidentemente, esta leitura não implica a pretensão de que o escravismo se torne instrumental tão-somente porque o tráfico o é. É mais do que evidente que o tráfico só pode instrumentalizar a acumulação de capital mercantil na medida em que o escravismo enquanto tal for operacional e compatível com a mesma. E é exatamente este o caso. O escravismo é instrumental em si mesmo. É por isto que Florestan, sem abandonar sua perspectiva original, pode afirmar:

[...] embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade ou equivalente da “energia animal em geral”, porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização social do trabalho escravo, como se o organismo humano fosse uma máquina (FERNANDES, 1977, p. 16).

Dessa forma, rompe-se com o falso antagonismo das leituras que pretendem dar uma primazia absoluta seja ao tráfico, seja à produtividade superior do escravismo na explicação da recriação dessa relação social de produção no Novo Mundo. Ambos os fatores estão no centro da explicação do escravismo colonial.

Afinal, não há como negar que, na colônia Brasil - que tinha de ser rapidamente ocupada, inclusive por portar potencialidades econômicas ainda desconhecidas -, o butim “não existia pronto e acabado. Para colhê-lo, era preciso produzi-lo” (FERNANDES, 1977, p. 19). E, para ser produzido e apropriado pelos agentes mercantis metropolitanos, seria necessário articular um sistema que implicasse um mínimo de custos de produção internos. Isso era tão mais importante quanto, para que se realizasse efetivamente a ocupação do vasto território colonial, seria necessário articular uma produção em escala considerável. Para que a oferta não excedesse as possibilidades de colocação dessa produção com um lucro compatível com os riscos e exigências do capital mercantil, seria necessário minimizar as exigências de apropriação e os custos de reprodução especificamente internos. Um (e apenas um dentre outros) instrumento garantidor dessa complexa articulação histórica será a implantação na colônia de grandes células produtivas escravistas. O escravismo garantia uma produtividade superior advinda não apenas da extensão da jornada de trabalho.

O elemento específico consiste no trabalho combinado, que sem criar exigências de intervenção no nível técnico permitia aumentar a produtividade. O próprio uso do controle coercitivo da violência não se prendia somente à necessidade de intensificar a jornada de trabalho. Ela procedia do fato que o trabalho combinado acarretava uma disciplina que tirava da violência e da força bruta o caráter de um fim em si. Vendo-se as coisas desse ângulo, percebe-se que o trabalho escravo comportava uma vasta gama de realização eficiente e inclusive de flexibilidade e de aperfeiçoamento do seu agente. Bem como implicava certos intervalos, que não sendo preenchidos pela técnica, tinham de ser saturados através do trabalho semilivre ou, mesmo, do trabalho livre (embora, como regra, numa extensão superficial e limitada)⁸⁸ (FERNANDES, 1977, p. 20-1).

Como se isso não bastasse, é preciso lembrar que o escravismo determinava igualmente ganhos econômicos referidos ao rebaixamento dos custos de reprodução da mão-de-obra, mantida que é em senzalas insalubres, vestida com algodões grosseiros e recebendo porções alimentares mínimas e de péssima qualidade. É bem verdade que a violência diuturna e as péssimas condições de vida aceleravam o desgaste e a mortalidade da escravaria. Mas isto aparecia como racional à lógica especulativa que preside o empreendimento colonial. Para o senhoriato, permitia uma produção máxima com um mínimo de imobilização de capital e de custos variáveis. E para os setores ligados ao tráfico, significava a intensificação do “circuito da circulação, tornando tal rede de negócios uma inexaurível mina de ouro” (FERNANDES, 1977, p. 16).

Assim, sem que deixe de ser legítima a alegação de que o escravismo comportava uma racionalidade econômica inquestionável - pois esta era a relação social de produção historicamente possível de se ver desenvolvida no âmbito colonial que implicava menores custos unitários de produção - o tráfico atlântico, da forma como se encontrava articulado, implicava a elevação destes mesmos custos. A dificuldade em se aceitar esta contradição real está assentada, em primeira instância, sobre a absolutização do caráter de racionalidade econômica associado ao empreendimento colonial e à opção pelo escravismo negro na América. Ora, é preciso que aprendamos a relativizar estes fatores, sob pena de se incorrer no equívoco ideológico de pretender que a valorização burguesa em geral - e mercantil em particular - se assente essencialmente sobre processos de maximização de utilidades e minimização de custos. Não é preciso sequer que sejamos marxistas para reconhecermos o absurdo de tal hipótese. Para um marxista, a racionalidade do escravismo colonial só pode ser dada pelo processo de valorização que este engendra; vale dizer - se se tem em vista o período histórico ao qual está referido - ao processo de valorização mercantil.

Por outro lado, a resistência à leitura defendida acima se assentará sobre a incompreensão do papel social e econômico do agente colonial interno. A partir de uma descontextualizada avaliação do significado da posse da terra e da estrutura latifundiária no

período, pretende-se negar a inserção subordinada deste agente, elevando-o seja ao nível de um sólido senhorio protofeudal, seja ao nível de um agente mercantil capitalista capaz de impor-se no interior do processo de distribuição e apropriação de rendimentos a partir do controle de um significativo volume de capital imobilizado em terras e escravaria. Evidentemente, partindo dessa perspectiva, impõe-se o questionamento da política de administração monopólica dos preços da escravaria pelo simples fato de que a mesma entraria em contradição com os interesses do influente (quando não hegemônico) senhorio colonial.

Ora, antes de mais nada, é importante que fique claro que Florestan não nega nem subestima a influência econômica e social do senhorio interno. Afinal, não há como esquecer que, no Brasil, a produção do butim colonial não estará sob o controle imediato da Coroa e/ou do capital mercantil monopolista metropolitano. Antes pelo contrário, seu controle imediato se dividirá por uma plêiade de agentes transmigrados oriundos da baixa fidalguia metropolitana e de segmentos hebreus ligados ao pequeno e médio comércio⁸⁹. Esses agentes exigirão uma contrapartida material à transmigração, vale dizer, à incorporação do papel de agente da metrópole que assume de forma direta os enormes riscos do empreendimento Colonial. Nas palavras de Florestan:

Uma Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos, procura apoio nos vassalos, vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial. Esse aspecto é deveras importante. Sem essa associação não haveria nem Império colonial português nem economia de plantação no Brasil. Por isso o “colonizador” ou “colono⁹⁰” é sempre um vassalo, um agente da Coroa, e arca, por sua conta e risco, embora com alguns privilégios, com a construção do Império na Colônia. Ele é o *outro lado* do Estado patrimonial, o que simplifica a tarefa da construção do Império, de sua defesa militar e do seu crescimento econômico. Os que só viram o lado frágil dessa relação negligenciaram porque ela surgiu e o que ela significou em termos da criação de um imenso sistema colonial. (FERNANDES, 1977, p. 34).

Vale dizer, não se pode fazer tábula rasa da influência social e do poder de barganha do senhoriato colonial. Suas exigências de vantagens materiais reais terão de ser atendidas em algum nível, mas não em sua totalidade, sob pena de fazer minar o projeto global que preside a montagem do sistema colonial. A questão crucial se encontra na forma de encaminhar o atendimento parcial destas reivindicações sem que se abra uma contradição explosiva entre colonos e colonizadores capaz de estimular o desenvolvimento - a médio e a longo prazo - de reivindicações e movimentos de conteúdo emancipatórios.

Em um primeiro movimento, buscar-se-á responder às exigências do senhoriato colonial pela liberalidade na administração fundiária. É bem verdade que as glebas de terra cedidas o serão sob o estatuto da sesmaria (que, ao dar à Coroa o direito de resgatar as terras não cultivadas, torna-se um importante instrumento garantidor da subserviência ao rei e à metrópole⁹¹), mas isso não será capaz de negar o atrativo que o controle de enormes latifúndios comporta, capaz de elevar nossos audazes colonos ao nível da mais alta fidalguia metropolitana, atestado seu estatuto senhorial pelo controle de vastos domínios cujas dimensões não poderiam ser sequer sonhados pela mais alta nobreza portuguesa. Segundo Florestan (1977, p. 34-5):

[...] as concessões de sesmarias demarcavam as estruturas de poder que não podiam nem deviam ser destruídas, como condição histórica para manter a estratificação estamental que servia de base social à existência e ao fortalecimento do Estado patrimonial. Portanto, as doações da Coroa (ou feitas em seu nome) traduziam uma política de concentração social da propriedade da terra. Tal política não criou apenas o latifúndio. Ela excluiu, *ab initio*, a massa da população livre, pertencente ou não à ordem estamental, da posse da terra e, por aí, do controle do poder local e do direito de ter vínculos diretos com o Estado. Em si mesma, a terra não era uma riqueza e iria demorar algum tempo para que ela assumisse esse significado (mesmo como conexão do capital mercantil). Mas erigia-se na base material da transferência e da

perpetuação de uma arraigada estrutura de privilégios e da própria dominação patrimonialista.

A racionalidade do latifúndio é, assim, total. Além de se constituir num forte atrativo à transmigração, não implicam qualquer custo para a Coroa ou ao capital mercantil. Além disso, o latifúndio compromete política e institucionalmente o senhoriato com a Coroa na medida em que, ao tornar-se efetivamente um agente privilegiado interno, passará a ver no poder regulador e repressor do Estado metropolitano um importante reforço à manutenção da (sempre frágil) ordem interna. Finalmente, o latifúndio obstaculiza a constituição de um sólido segmento de colonos livres e possuidores de condições de auto-reprodução vinculadas ao controle efetivo de terras economicamente produtivas, segmento este que poderia se desenvolver - tal como nas colônias de povoamento setentrionais - em instrumentos de uma expansão mercantil especificamente interna incompatível com os interesses metropolitanos e com o próprio pacto colonial.

Mas isso não é tudo. Da leitura geral de Florestan podemos derivar ainda uma funcionalidade especificamente econômica do latifúndio para a equação do processo de espoliação colonial. Para que a entendamos corretamente, é preciso igualmente entender a qualidade das demandas senhoriais. Não é possível pretendê-las capitalistas, pois isso envolveria o transplante anacrônico de uma lógica absolutamente incompatível com a realidade material concreta desses agentes. Assim é que seria no mínimo absurdo pretender que o senhoriato realizasse uma avaliação econômica e contábil do negócio colonial com vistas a definir “a taxa de acumulação interna e a sua política de diversificação produtiva, transformação tecnológica e administração do portfólio”. Não bastassem as circunscrições legais, a transformação e diversificação produtiva da economia colonial é limitada pela inexistência de um sólido mercado interno e pela enorme distância do mercado metropolitano, o que torna os custos de oportunidade do senhoriato praticamente nulos⁹². Por isso mesmo, há que se entender que as reivindicações de realização material do senhoriato são de outra qualidade. Elas se revestem de um caráter pré-capitalista, sem qualquer relação com

uma taxa ou margem de retorno mínimo frente ao capital empregado, assumindo, isto sim, a forma de exigências em torno de um certo padrão de consumo (ostentatório de sua condição social privilegiada) e da reprodução (se possível ampliada) das condições materiais que lhes garante o estatuto senhorial, vale dizer, de proprietários estamentalmente privilegiados no processo de apropriação de sobretrabalho escravo. Nas palavras de Florestan:

[...] em consequência da própria natureza do sistema colonial, a parte da renda gerada pelo processo que ficava em mãos dos agentes econômicos internos era, comparativamente à absorvida de fora [...], demasiado pequena. [...] o que esse montante de renda representava, não obstante, como produto de atividades econômicas, dificilmente poderia ser compreendido mesmo à luz dos padrões do capitalismo comercial. O típico senhor de engenho da Era pioneira era, de um lado, agente humano da conquista [...] e, de outro, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, às companhias comerciais e a si próprio). A respeito dele, seria difícil escolher as palavras exatas, pois arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida. “Lucro”, “ganho”, “risco calculado”, nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia com o direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza da aventura e da audácia (FERNANDES, 1981a, p. 23-4).

Vale dizer: os rendimentos exigidos pelos agentes coloniais internos não apresentarão qualquer conexão com o volume de capital empatado por estes. Mas isto não significa que as exigências iniciais sejam necessariamente diminutas. A equação latifundiária, contudo, facilitará a operacionalização desta contradição em dois sentidos. Em primeiro lugar ao garantir uma significativa ocupação e defesa territorial assim como uma oferta adequada de produtos coloniais com uma expressiva redução numérica dos agentes internos em condições de exigirem a endogeneização de elevadas rendimentos de caráter estamental. Ou seja: independentemente de qualquer consideração a respeito da viabilidade maior ou menor da adoção de

um outro padrão de colonização assentado sobre propriedades territoriais menores, essa opção envolveria, para uma mesma produção colonial, a ampliação numérica dos agentes sociais capazes de exigir um retorno econômico compatível com os riscos e a importância de suas atividades na criação do butim.

Como se isso não bastasse, caberá à estrutura agrária ainda uma outra função: juntamente com o escravismo, o latifúndio estará no centro da explicação do peculiar padrão dinâmico da economia colonial. Nos períodos de crise da lavoura mercantil (conectadas que são com crises financeiras e de realização externas) abrir-se-á não um processo de diversificação da produção colonial e ampliação do mercado interno, mas uma autarquização parcial das células produtivas básicas. Não é preciso dizer o quanto este padrão de enfrentamento das crises será funcional à reprodução do sistema colonial enquanto tal, na medida em que não se gestam quaisquer pressões no sentido da montagem de um mercado interno capaz de levar à integração econômica (e, conseqüentemente, social e política) do senhorio e de seus pares. Além disso, tal movimento garantirá ao senhorio condições para o enfrentamento de abruptas flutuações de receita sem que suas próprias condições de reprodução, enquanto casta e estamento dominante, vissem-se seriamente abaladas.

É bem verdade que a autarquização jamais poderá ser completa uma vez que certos bens essenciais à reprodução da ordem senhorial enquanto tal não poderão ser objeto de produção interna. Nesse leque, entrará - para além dos sempre necessários "sal, chumbo, pólvora, armamentos e certos bens de consumo ostentatório" - um bem de produção essencial: o próprio escravo. Afinal, o padrão de exploração do trabalho sob o escravismo mercantil debilitará as condições de reprodução interna deste que é o próprio fundamento da ordem econômica senhorial. Além disso, a compra da escravaria será realizada, inúmeras vezes, a crédito, com o necessário comprometimento de safras futuras capaz de impor a continuidade da produção mercantil mesmo nos períodos de significativa queda de rentabilidade⁹³. E o fato de que a produção escravista implique a minimização de custos variáveis de produção, tornará racional a sustentação do nível de produção a despeito das enormes flutuações de preço e rentabilidade⁹⁴. Isso, evidentemente, torna a autarquização

plena inviável e irracional. Mas essa inviabilidade é condição *sine qua non* para que o próprio sistema colonial não tenha seu sentido esvaziado. O que importa é que, em seu conjunto, o latifúndio e o escravismo mercantil associado à lógica colonial espoliativa

[...] forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna. Ela era compelida a especializar-se como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma, tendo de prover as suas principais necessidades fundamentais, apesar de ser uma “empresa exportadora”. Certas consequências da abundância de terras, do trabalho escravo e da agricultura extensiva agravaram esses efeitos, resultando do conjunto que essa unidade produtiva possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autonômicas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes. Isso contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação: seu único polo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora⁹⁵ (FERNANDES, 1981a, p. 25).

Esse cerceamento da capacidade de autoimpulsão e autotransformação da economia da Colônia será instrumentalizado pela expropriação comercial do excedente gerado internamente e consolidado por toda uma política tributária e econômica de corte especificamente mercantilista e colonial. Contudo, o sustentáculo material - e, por isto mesmo, o cerne - desse movimento encontra-se no escravismo enquanto relação social de produção básica e fundamento da ordem societária montada. Para que se entenda adequadamente essa questão é preciso reconhecer mais uma vez as particularidades da estrutura produtiva colonial brasileira; particularidades estas que a complexificavam e envolviam a emergência potencial de um conjunto de agentes sociais portadores de reivindicações de conteúdo anticoloniais. Nas palavras de Florestan:

A economia de plantação exigia dois desenvolvimentos paralelos. De um lado, uma comunidade local, que não abrangia somente “senhores” e “escravos”. Havia os colonos que detinham, através de doações subestabelecidas pelo senhor, posse de lotes de terra e alguma escravaria (de vinte, trinta ou quarenta peças). Havia também os colonos dependentes, que trabalhavam sob meação e em outras condições, com a colaboração de um número menor de escravos. Por fim, havia “oficiais mecânicos” e outros tipos de gente, sem os quais a supervisão do trabalho escravo, o funcionamento do engenho e o transporte da matéria-prima seriam impraticáveis. Tudo isso significa que o substrato humano da economia de plantação era heterogêneo e que a força de trabalho escravo não existia no vácuo, mas em um mundo social no qual a presença do branco era imperativa em várias posições estratégicas. De outro lado, a economia de plantação exigia algo mais que uma feitoria comercial-militar. Era preciso criar, para essa massa de gente branca diferenciada e para o escoamento da produção, certos povoados com um mínimo de funções urbanas, político-administrativas, militares e religiosas. Desses povoados nascem as vilas e as cidades do mundo colonial: eles cresceram em função da economia de plantação e do circuito comercial da Metrópole com a Colônia (bem como de outros circuitos, que surgiram dentro da Colônia ou através do contrabando) (FERNANDES, 1977, p. 35).

Ora, para impedir que esse processo de complexificação e diversificação da ordem econômica e societária imanente à estrutura produtiva colonial brasileira redundasse na montagem de uma sólida economia mercantil interna de tendências autonômicas

a base demográfica branca do sistema colonial como um todo tinha de estratificar-se segundo critérios estamentais, isto é, como uma “extensão da mãe pátria”, ou então destruiria os fundamentos da dominação patrimonialista e do Estado patrimonial. [...] [E se isso ocorresse] a colônia de exploração geraria, por uma evolução espontânea e incontida, uma colônia de povoamento em condições de lutar por sua autonomia (FERNANDES, 1977, p. 36).

E o instrumento por excelência da sustentação, aprofundamento e enrijecimento da ordem estamental internamente será a generalização do escravismo. Florestan explica esse processo com as seguintes palavras:

[Com a generalização da escravidão] Os artesãos e oficiais mecânicos, por exemplo, tornavam-se artesãos e oficiais mecânicos *titulares*. Eles não transferiam para os escravos todas as suas obrigações. Porém, somente saturavam os interstícios em que o seu trabalho “especializado” era insubstituível. Em suma, a escravidão irradiou-se por toda a ordem estamental: todos os estamentos, dos nobres e dos homens bons aos oficiais mecânicos viam nos escravos “os seus pés e as suas mãos”. O que nos interessam são os dinamismos que deixam de aparecer ou que são sufocados, os que não são nem escravos nem libertos adotam, de uma forma ou de outra, a ótica senhorial. A apatia do “povo miúdo”, que prevalecia na Metrópole, reproduzia-se numa escala ampliada, através de um conformismo sociopático que não provinha do “espaço cósmico” nem da pulverização do microcosmo social (supostamente fomentada pela economia de plantação). Ela era um efeito da superposição de estamentos e de castas que convertia o estamento dominante em árbitro da situação e estimulava os demais estamentos e os estratos socialmente oscilantes a se converterem em caixa de ressonância dos interesses senhoriais (FERNANDES, 1977, p. 36).

Vale dizer, o escravismo não implicará um freio à diversificação da economia colonial apenas porque estimulador e potencializador da autarquização produtiva da grande lavoura em períodos de crise de realização. Ao generalizar-se, esta relação social de produção cerceará o acesso do homem livre branco pobre ao trabalho produtivo. Como consequência a mobilidade social pelo trabalho - associada ao desenvolvimento da pequena produção rural e do artesanato urbano assentados sobre relações contratuais ou semicontratuais (arrendamento, meação, emprego de jornaleiros e aprendizes) ver-se-á não apenas circunscrita. Será, na realidade,

virtualmente impedida a partir do caráter socialmente desqualificador que o próprio trabalho passa a assumir, e que levará a um movimento espontâneo de recusa ao papel de produtores diretos de bens mercantilizáveis por parte dos segmentos brancos desapropriados. A qualificação social para estes agentes - uma vez impossibilitado o acesso à propriedade e à mercancia - será garantida por sua capacidade de inserção como agregados senhoriais, membros da argamassa paramilitar referida por Florestan anteriormente que funcionará como braço civil de sustentação da ordem escravista e patrimonial. O não trabalho - ou antes, o trabalho que não se realiza sob o padrão de controle de tempos e movimentos típico da produção para o mercado - será o “atestado de branquidão” (ou, pelo menos, de não negritude) destes agentes, o atestado que os dignifica como membros da casta dominante.

Do processo de desqualificação das profissões mecânicas não escaparão sequer os mestres artesãos e os mercadores a retalho (estes identificados já na metrópole como “portadores de uma profissão suja e judia”), obrigados que são, todos, a dividir seus próprios trabalhos com negros. Isso se traduzirá em um recorrente movimento de busca de *nobilitação* destes segmentos através do abandono das profissões inferiores e da compra de terras, único instrumento capaz de garantir o acesso ao almejado *status* senhorial.

É, assim, mais do que evidente a adequação do quadro material e cultural da colônia ao transplante e à plena assimilação da ordem jurídica e institucional portuguesa (marcadamente discriminatória em termos de direitos e deveres dos diversos segmentos sociais) de cunho estamental e pré-capitalista⁹⁶. Tanto mais quando, à dura e inflexível estratificação horizontal da sociedade de castas e estamental, se sobrepõe uma segmentação vertical igualmente rígida que limitava a transcendência do espaço econômico e societário das células produtivas e comunitárias básicas ao Senhor, à sua família e a alguns poucos colonos brancos. Essa circunscrição da liberdade do conjunto dos segmentos subordinados em estabelecerem qualquer contato econômico, político e cultural sistemático com seus pares ou com membros de outros estratos sociais é imanente ao escravismo mercantil, e só pode ser confundido com um padrão patriarcal de reprodução social por um indevido

alargamento do conceito de patriarcalismo. Nas palavras de Florestan:

Quando se reduz [o poder senhorial] ao *poder patriarcal*, inerente ao *pater familias* e ao *dominus*, comete-se a mesma simplificação e a mesma mistificação que se praticam ao reduzir a escravidão mercantil à escravidão antiga. Não estamos diante do senhor de escravos grego ou romano nem do senhor feudal. [...] A superposição de estamentos de uma raça dominante e de castas de raças dominadas punha a ordem societária correspondente sobre um vulcão. A força bruta, em sua expressão mais selvagem, coexistia com a violência organizada institucionalmente e legitimada pelo caráter sagrado das tradições, da moral católica, do código legal e da razão de Estado. O mítico paraíso patriarcal escondia, pois, um mundo sombrio, no qual todos eram oprimidos, embora muito poucos tivessem acesso, de uma maneira ou outra, à condição de opressores. Aliás, a escravidão mercantil só poderia implantar-se e desenvolver-se em uma ordem societária dessa natureza, na qual se definia a figura legal do escravo, simultaneamente, como um inimigo doméstico e um inimigo público. O ponto de apoio estrutural e dinâmico desse tirânico estilo de acomodação interétnica e inter-racial nascia de uma confluência e da conjugação de formas de repressão, de controle armado e de despotismo generalizado (forjadas e mantidas pela superposição de estamentos e castas), graças às quais uma rala minoria não só monopolizava socialmente todo o poder, como o aplicava ao seu bel-prazer. Essa monopolização permitia que, com relativa facilidade, as instituições-chaves pusessem nas mãos dessa minoria, em qualquer momento e em qualquer nível das relações comunitárias e societárias, os meios necessários para defender a ordem, impedindo qualquer evolução explosiva da anarquia reinante, do rancor do escravo e dos possíveis atropelos da gente miúda branca e mestiça (FERNANDES, 1977, p. 37-8).

São facilmente perceptíveis as potencialidades que porta esta arguta análise de Florestan da estrutura social escravista mercantil

(que transcende necessariamente os marcos da Era Colonial) para uma investigação científica da cultura política brasileira. De fato, são importantes traços culturais do escravismo colonial (que cobram seus pesados tributos ainda hoje): a institucionalização da violência como forma privilegiada de sustentação da ordem e do progresso; a frágil capacidade de resposta de uma população que sofre a violência diuturna de forma relativamente anômica (limitada sua capacidade de enfrentamento à bárbara estrutura de estratificação racial e econômica pelo impedimento da constituição de sólidas e seculares estruturas associativas e corporativas); o solapamento objetivo das condições de emergência de um projeto unitário de ação e resistência do conjunto dos setores subordinados, segmentados que são vertical e horizontalmente, e submetidos a um microcosmo social que só guarda de patriarcal a força dos laços personalizados de dependência e a bestialidade rural; a descrença profunda nas instituições (como reflexo da gritante ineficácia e hipocrisia das circunscrições legais, religiosas e morais à violência rural e urbana inerente à ordem escravista mercantil), que se desdobra na canalização das expectativas de transformação social para movimentos salvacionistas de fuga e negação da ordem que tendem a ser, em maior ou menor grau, personalistas e messiânicos.

Este rico veio de questões abertas pela (e recuperados de forma mais ou menos sistemática sob outros termos em diversos momentos da) obra de Florestan não pode, contudo, obscurecer neste momento aquela que é sua principal contribuição para a compreensão da estabilidade relativa da ordem colonial brasileira e que tem seus termos básicos já definidos na citação reproduzida acima. Deixemos que o próprio autor reintroduza o problema que vínhamos perseguindo:

A evolução das estruturas de poder, em Portugal, tendia a reduzir as prerrogativas da alta nobreza, embora isso ocorresse de maneira oscilante. [...] Essa tendência tinha, forçosamente, de refletir-se na parte colonial do Império e com maior intensidade no Brasil. [...] [Afinal], a chamada aristocracia colonial era, em si mesma, um grave problema político dentro do Império. Muito mais que à aristocracia metropolitana, a Coroa tinha, quisesse ou não, de anular

as potencialidades da aristocracia colonial, impedindo-a de constituir uma comunidade de interesses e de alvos políticos capaz de unificar-se em um sentido especificamente estamental. Uma evolução dessa natureza poderia culminar na criação de um Estado dentro do Estado, ou seja, em processos de autonomização econômica e político-legal que a Coroa não teria meios para enfrentar e destruir (FERNANDES, 1977, p. 43).

Para Florestan (1977, p. 44), “a solução desse problema político foi, talvez, o traço mais fino da habilidade da Coroa”, e seu segredo se encontra no fato de que:

Quisesse ou não, o senhor colonial era o “parceiro válido” da Coroa e, em última instância, o verdadeiro sustentáculo do Império no Brasil. Ao movimentar as contradições inerentes ao antigo sistema colonial “dentro da ordem”, ele favorecia, inevitavelmente, e fortalecia a Coroa. Por sua vez, a própria estrutura e as contradições inerentes à ordem escravocrata e senhorial paralisavam o senhor colonial em tudo o que dissesse respeito às contradições do mesmo sistema que só pudessem ser enfrentadas e resolvidas “contra a ordem”. A massa de escravos, de libertos e de mestiços pobres erguia o fantasma de uma rebelião geral, que poderia muito bem ter como estopim o “inimigo doméstico” que era, ao mesmo tempo, o “inimigo público”. Em si mesmo, para os estamentos senhoriais (ou para a chamada aristocracia colonial), esse risco era muito mais temível e indesejável que o pleno funcionamento do antigo sistema colonial (FERNANDES, 1977, p. 44-5).

Vale dizer: visando ao atendimento mesmo das funções precípuas do antigo sistema colonial, montou-se no Brasil um sistema produtivo escravista cuja tônica será dada por seu caráter não patriarcal, mas mercantil. Esse sistema envolverá formas de extração de sobretrabalho que retiram seu substrato da violência física e de uma brutal concentração da renda e da propriedade. A consequência necessária é uma tensão social e política interna

permanente que leva os Senhores a operarem cotidianamente no sentido de inibirem o desenvolvimento dos focos de tensão pelo aprofundamento da rígida segmentação horizontal (representada no enrijecimento da ordem estamental e de castas) e vertical (representada pela autarquização relativa das células econômicas e inibição da integração propriamente social dos agentes subordinados) da sociedade colonial. As consequências necessárias desse movimento serão manifestas em nível do enrijecimento e da circunscrição ao desenvolvimento de um sólido polo mercantil especificamente interno, único canal pelo qual poderiam emergir novos segmentos sociais capazes de lutar, simultaneamente, contra a perpetuidade do pacto colonial e da estrutura econômica e social interna (escravista, latifundiária, de produção mercantil restrita e especializada e fortemente concentradora de renda) que dá substrato ao mesmo. Em última instância: é dos conflitos inerentes ao fato de o escravismo ser moderno e mercantil que advém, contraditoriamente, a força da resistência ao pleno desenvolvimento da ordem mercantil. Ou, nas palavras de Florestan:

[...] o antigo sistema colonial português gerou o agente principal de que carecia, com uma mentalidade tão ultraconservadora e egoísta, que se tornava apto a pôr em primeiro plano e a satisfazer-se com os seus interesses mais estreitos e imediatos. Portanto, se a ordem estamental, em Portugal, caminhava em crescente atraso com referência à história da Europa da revolução capitalista, a ordem estamental e de castas, no Brasil, impunha-se os padrões e os ritmos de uma história colonial. Tudo porque o senhor não transcendia à Coroa, no plano histórico, e ao tornar-se escravo da produção escravista sucumbia à condição colonial (FERNANDES, 1977, p. 45).

É a essa equação que Florestan refere-se quando afirma que a ordem colonial portuguesa no Brasil assenta-se sobre “uma montagem política perfeita, que ainda hoje aparece como uma pequena obra-prima” (FERNANDES, 1977, p. 44). E, de fato, o desenrolar histórico revelará sua eficácia. Afinal, é nesse arranjo político que:

[...] reside o segredo da longa duração do antigo sistema colonial no Brasil e da “transição pacífica” pelo tope, da fase colonial para a fase neocolonial, com uma emancipação política que transcorreu como uma autêntica “revolução dentro da ordem”. É que, apesar de todas as tensões e conflitos, a Coroa soube manter a associação do colono com o Império numa escala tão ampla e íntima que ele nunca passou de um agente privado instrumental da “política imperial” (FERNANDES, 1977, p. 44).

Mas que se entenda bem essa afirmação de Florestan. Se por um lado ela referenda e determina de forma superior aquela leitura que vê nas impulsões exógenas - referidas à transição da economia mundial para o capitalismo industrial - o centro da crise do sistema colonial no Novo Mundo, por outro lado ela alerta para as peculiaridades que o processo de independência assumirá no Brasil. E essas peculiaridades só poderão ser cientificamente apreendidas na medida em que se atente para as particulares condições de reprodução econômica e social interna, assim como para os desdobramentos históricos concretos do processo colonial brasileiro referidos particularmente ao último século de vigência deste sistema. Antes de ingressarmos nessa discussão, contudo, valeria a pena fazermos algumas considerações em torno da interpretação dada por Florestan ao sistema colonial português na América.

Sem dúvida alguma a característica mais saliente na perspectiva interpretativa de Florestan é o fato de que o conjunto dos desenvolvimentos do sistema colonial no Brasil são resgatados como momentos de um complexo ao qual não faltaria certa dose de planejamento e que teria seu sentido último determinado pelo movimento de acumulação primitiva de capital. Ora, essa perspectiva teórica - que, de forma alguma, é privilégio de Florestan - sofrerá a crítica de um conjunto de autores que procurarão mostrar a filiação da mesma a uma leitura filosófica (no sentido de pré-científica) assentada sobre a imputação de caráter teleológico aos fenômenos históricos. Quer nos parecer que essas críticas sejam essencialmente equivocadas, ainda que portem - de forma latente - uma correta reivindicação de aprofundamento da análise global de Florestan (e de outros autores aos quais a mesma se dirige) dos mecanismos

garantidores da adequação do sistema colonial ao processo de valorização de capital nas metrópoles. Enfrentemos essa importante questão passo a passo, iniciando pela crítica da crítica ao teleologismo em Florestan e nos demais autores portadores do mesmo referencial teórico.

Em primeiro lugar, há que se entender que, para Florestan, a perspectiva que informa toda a sua análise histórica (e não apenas da era colonial) se encontra na busca das determinações do processo histórico efetivamente transcorrido. Esse princípio metodológico, desde já, implica uma radical ruptura com qualquer perspectiva de interpretação histórica que - à moda da filosofia da história - busque investigar, a partir da montagem de modelos ideais, o que teria ocorrido se as condições históricas fossem outras e não aquelas que efetivamente se manifestaram. Da mesma forma, Florestan rompe com as leituras (igualmente filosóficas e apriorísticas) que negam à história não apenas qualquer racionalidade, como a racionalidade específica da contradição. Por isso mesmo, não há como se pretender que Florestan se filie a uma perspectiva teórica e metodológica que busca detectar na história a efetivação de projetos sociais formulados por agentes que portariam uma consciência descolada de seu próprio período histórico. Antes pelo contrário, na análise exposta acima fica claro que, na determinação dos mais importantes movimentos históricos (como - apenas para citar um exemplo - a origem do escravismo e o privilegiamento da escravidão negra), estão presentes um conjunto amplo e diversificado de impulsões oriundas de agentes distintos e portadores dos projetos mais diversificados, que são, inúmeras vezes, contraditórios.

Por outro lado, não há como ignorar que, para Florestan, a particularidade do processo de colonização portuguesa se encontra, até certo ponto, em seu caráter planejado. Mais do que isso: em certos momentos mesmo tem-se a impressão de que Florestan pensa a estrutura colonial brasileira como resultado de um grande plano de contornos quase maquiavélicos. Ora, não há, a princípio, nada a estranhar nessa perspectiva. Afinal, a Renascença não será o palco da obra de Maquiavel gratuitamente. Na verdade, esse autor será apenas o mais brilhante de um amplo conjunto de comentadores e teóricos da política que emergirão no período, e sua glória não pode

ser dissociada da adequação de sua leitura ao espírito da época. Senão, vejamos: como já foi apontado anteriormente, a Renascença e a Idade Moderna se definem por uma hegemonia histórica do capital mercantil que se encontra em franca contradição com as bases produtivas essencialmente pré-capitalistas do período. Esta contradição se resolverá na articulação estatal do processo de valorização, o que colocará a política - e o maquiavelismo - no centro mesmo do processo de reprodução capitalista. Não é preciso dizer que essa contradição real apenas revela o fato de que o capital enquanto sujeito histórico impositivo e inconsciente não se encontra ainda propriamente constituído.

Assim, pode-se dizer que, de fato, há teleologia no movimento que leva à constituição do antigo sistema colonial na medida em que, com o mesmo, busca-se conscientemente um determinado resultado histórico: a valorização mercantil do capital. E ao mesmo tempo não há qualquer pressuposição teleológica se por isso se entende a imputação *ad hoc* de um sentido final - a plena constituição do modo de produção especificamente capitalista - que, evidentemente, não esteve e nem poderia estar nos planos ou no horizonte histórico dos agentes da colonização.

Nesse sentido, refutadas as críticas metodológicas, que crítica caberia fazer à análise de Florestan em torno da colonização portuguesa na América? A crítica da insuficiência: falta determinação teórica à leitura de Florestan. Afinal, esse autor não se contenta em demonstrar as conexões da ordem colonial brasileira com o processo de expansão do capitalismo comercial na Europa. Busca demonstrar a especificidade do arranjo político que lhe dá sustentação e que lhe imporá um peculiar padrão de transição para o estatuto nacional. É a diferença específica - o "primor" - da obra colonial portuguesa que carece de explicação. É de se crer que sua excelência não possa resultar do acaso ou mesmo de razões contingentes. E contudo, por mais que procuremos, nenhuma explicação nos é dada para a mesma.

Há, é bem verdade, uma pista: a caracterização do Estado renascentista português como especificamente patrimonial (FERNANDES, 1977, p. 34). Não seria difícil para Florestan encontrar nesta caracterização os elementos necessários para

determinar teoricamente sua própria leitura em torno da ordem colonial brasileira. Não será gratuito que Raymundo Faoro, em sua clássica obra intitulada *Os Donos do Poder*, parta justamente da caracterização do Estado português como Estado patrimonial para perscrutar a particular trajetória histórica brasileira. E, diga-se de passagem, se se resgata o núcleo rigorosamente materialista da leitura de Faoro (que insiste em se ocultar por detrás de um estilo barroco e das recorrentes críticas ao materialismo histórico), o que nos fica é uma análise em que os pontos de contato com a própria leitura global de Florestan aparecem de forma notável.

Infelizmente, porém, Florestan não realizará este movimento. E, na medida em que não o realiza, deixa de se apropriar de importantes desenvolvimentos teóricos que garantiriam uma maior solidez e determinação à sua própria análise⁹⁷. Contudo, não se pode pretender que a presença deste vazio no interior da leitura de Florestan chegue a ferir qualquer de suas conclusões.

6.3 A crise da Era Colonial

A despeito do fato de, em inúmeras passagens de sua vasta obra, Florestan demonstrar uma compreensão refinada das vinculações dos processos de crise da Era Colonial e emergência da sociedades nacionais americanas com o processo de constituição do modo especificamente capitalista de produção nos emergentes países industriais da Europa, estas questões não serão objeto de tratamento sistemático na produção deste autor. Isso, de antemão, abre a possibilidade e a necessidade de um esforço de consolidação da leitura de Florestan com a produção historiográfica daquele conjunto de autores que enfocaram estas importantes questões a partir de uma perspectiva teórica e metodológica similar. Referimo-nos, particularmente, aos trabalhos de Fernando Novais (1979) e João Manuel Cardoso de Mello (1982), assim como àquela produção que encontrará nestes trabalhos sua referência teórica básica. Dentre este conjunto de autores, caberá a João Manuel exprimir com a máxima concisão (e precisão) o ponto de vista que embasa a leitura geral à qual nos referimos. Assim é que, em seu *O Capitalismo*

Tardio, nos dirá:

[...] a passagem ao “capitalismo industrial” propõe e estimula a liquidação da economia colonial. O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Economia colonial e capitalismo passam a guardar, de agora em diante, relações contraditórias. Há contradição entre capitalismo industrial e produção colonial não porque a produção da periferia, em constituição, deva deixar de ser mercantil e complementar. Ao contrário, o que se requer é produção de produtos primários de exportação. Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o “sentido” da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e, sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa (pelo conjunto da periferia), porque só produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante. Há contradição entre capitalismo industrial e formas de trabalho compulsório porque se exige, na periferia, generalização das relações mercantis, quer dizer, mercantilização das forças de trabalho. Só o trabalho assalariado poderia significar mercados os mais amplos possíveis e, simultaneamente, produção mercantil complementar em massa. Há contradição entre capitalismo industrial e monopólio do mercado colonial porque só a sua remoção permitiria que os mercados coloniais (depois periféricos) pudessem ser apropriados diretamente, eliminando-se o lucro comercial monopolista. Quer dizer, o que se almeja é subordinar o capital comercial, transformá-lo apenas numa face do capital industrial. Há, ainda, contradição entre capital industrial e exclusivo metropolitano porque só a sua liquidação era a garantia de que se produzisse livre de restrições e de preços fixados monopolisticamente (MELLO, 1982, p. 44-5).

Ora, a importância em fazer emergir a convergência da leitura

de Florestan em torno da crise da era colonial com a proposta interpretativa expressa sinteticamente por João Manuel acima é uma só: como se sabe, o foco teórico eleito por Florestan para o enfrentamento deste processo envolve um claro privilegiamento das transformações especificamente internas, o que obstaculiza a alguns leitores de sua obra a clara percepção das determinações universais e materiais mais amplas subjacentes ao movimento histórico considerado. Ao mesmo tempo, a convergência de perspectivas que buscamos determinar é insofismável. E isso não apenas em função dessa ou daquela observação mais ou menos fugidiva encontrável nos textos de Florestan. Trata-se, isso sim, de reconhecer a presença de uma interpretação essencialmente comum em torno da lógica que preside a reprodução da economia colonial (e do solapamento objetivo de suas condições de autotransformação), que se desdobra em um projeto de hierarquização teórica das impulsões históricas endógenas e exógenas cujos pontos de contato não precisam ser aqui novamente levados à consideração.

Por outro lado, não se pode pretender que o privilegiamento dado por Florestan aos aspectos internos deste processo seja gratuito, vale dizer, que não comporte um determinado sentido teórico. Na realidade, só se pode compreender essa opção, se se compreende que o centro da preocupação teórica deste autor se encontra no resgate das determinações capazes de explicar a peculiar trajetória histórica seguida pela América portuguesa em seu processo de autonomização. Vale dizer, sem desconsiderar que as impulsões que levam à crise da Era Colonial se impuseram “mais a partir de fora para dentro que a partir de dentro” (FERNANDES, 1977, p. 46), o que realmente importa a Florestan é buscar entender como foi possível que, para a América portuguesa, o rompimento do estatuto colonial não implicasse imediatamente o abalo na ordem produtiva e social colonial, mas, antes pelo contrário, implicasse o (revolucionário) aprofundamento da mesma. E o desvendamento deste segredo (ao qual, entre outras questões da maior importância, estão referidos o peculiar ordenamento político que será adotado a partir da Independência e a capacidade de consolidar a unidade territorial da colônia) não pode ser buscado nas revoluções burguesas e no desenvolvimento do capitalismo industrial em nível da Europa. Seu desvendamento exige, isto sim, que se volte firmemente os olhos

para o desenvolvimento da própria ordem colonial brasileira que implicará, ao longo de seu último século de existência, um conjunto de sutis transformações cujo conteúdo muitas vezes escaparam à historiografia mais crítica. Neste sentido, o primeiro ponto a resgatar para Florestan é o fato de que

A economia de plantação colonial-escravista articulou, entre si, várias formas de produção subsidiárias e várias regiões da Colônia. Em muitas dessas formas de produção, o trabalho escravo encontrava uma utilização meramente seletiva ou segmentar. Mas isso não é importante. O que possui importância é que essa irradiação da economia de plantação explica a generalização precoce da escravidão mercantil na economia colonial, com o branco refugando o “trabalho mecânico” pela existência do escravo e as oportunidades das “fronteiras abertas” (FERNANDES, 1977, p. 24).

Vale dizer: tal como já havia sido visto, a implantação e crescimento horizontal da plantagem colonial brasileira importará no desenvolvimento de um certo complexo produtivo interno. Este complexo - expressão da pouco vigorosa (mas nem por isso ignorável) integração da economia colonial - contará com diminutas potencialidades dinâmicas de caráter autopropulsivo em função mesmo da especificidade das relações sociais de produção sobre as quais se encontra implantado. Contudo (e por isto mesmo), seu desenvolvimento implicará generalização da ordem escravista, cuja consequência maior será a uniformização básica da estrutura reprodutiva das diversas células econômicas coloniais assim como do padrão de conflito social interno⁹⁸. Mas isso não é tudo. A emergência tardia do ciclo da mineração na América portuguesa determinará um processo de complexificação da economia colonial que, baixo a influência das transformações internacionais em curso no período, trará efeitos de longa duração. Nas palavras de Florestan:

[...] foi o ciclo de mineração que produziu os efeitos de encadeamento que, de um lado, suscitaram uma expansão da economia de plantação “para o sul” e, de outro, puseram

o escravo no âmago de “uma revolução econômica dentro da ordem”. A mineração e a exploração diamantífera incorporaram uma vasta área do território colonial aos setores produtivos da Colônia, provocando o aparecimento e a expansão de formas de troca, de produção de mantimentos e de circulação de riquezas que só foram conhecidas anteriormente, na América Latina, no México e no Peru. Apesar da curta duração desse período, os seus efeitos de longa duração foram consideráveis. A Coroa com seus funcionários não puderam impedir várias modalidades de retenção do ouro (e em escala menor mesmo dos diamantes) pelos operadores diretos ou pelos agentes econômicos que controlavam tais atividades. Por isso, ao terminar o episódio, havia muita “gente rica”, pelo entesouramento encoberto, pela posse de escravos, e como resultado das trocas comerciais. À retração progressiva e à aniquilação de formas subsidiárias de produção e do comércio, seguiu-se um processo quase simultâneo, em algumas regiões, ou relativamente lento, em outras, pelo qual o dinamismo da economia colonial se revela em toda a plenitude - e isso pela primeira vez! Gente originária de Minas, do Rio de Janeiro, do Nordeste, do Norte e de São Paulo aparece em vários empreendimentos que iriam modificar a paisagem da antiga zona estagnada ou subdesenvolvida da economia colonial (FERNANDES, 1977, p. 24).

De fato, está referido ao ciclo da mineração um conjunto de transformações da economia colonial que se expressarão em uma significativa expansão demográfica (alimentada acima de tudo pela migração⁹⁹ e pela intensificação do tráfico) e em um expressivo desenvolvimento da mercancia e da vida urbana (do qual os ricos monumentos das cidades históricas de Minas Gerais são um retrato ainda vivo). É destas transformações que se pode extrair a compreensão da crescente agitação cultural e social que começará a abalar os alicerces da relação colonial. Afinal, a Inconfidência Mineira não será uma breve tormenta num oceano em calmaria. Na realidade, o ciclo minerador - ao longo de sua implantação no largo território ocupado pelas minas, crescimento, auge e crise - foi palco de (e deu origem a) uma série de conflitos em torno da posse de

terras, da estrutura de abastecimento e preços das mercadorias básicas e do padrão de arrecadação fiscal do Estado português. O substrato material destes movimentos se encontra no processo mesmo de desenvolvimento da ordem mercantil, que traz em seu bojo o florescimento não só de relações sociais especificamente civis, mas, igualmente, dos conflitos subjacentes a tais relações¹⁰⁰.

Mas do desenvolvimento da mineração não resultará apenas a complexificação da sociedade colonial. Sua crise dará bases para um revigoreamento da produção mercantil agrária estruturada sobre o entesouramento possibilitado pelo ciclo anterior. Assim é que Florestan nos diz:

No oeste paulista, pessoas que se ocupavam na mineração, ou no comércio de alimentos e de muare, viam-se com uma riqueza imobilizada, na forma de escravaria, que não podia ser negociada (por causa do estado geral da economia da Colônia na época) e que não encontrava utilização reprodutiva nos quadros da economia de subsistência da região. Inicia-se, então, uma cadeia de experiências sucessivas, pelas quais esses senhores tentaram descobrir um “gênero colonial” que pudessem explorar e exportar. Por fim, fixaram-se no café e lograram escapar ao círculo vicioso com que se defrontaram. Esse exemplo é característico. Como indica com razão Caio Prado Júnior, a economia de plantação escravista tinha de crescer em sentido horizontal. Os efeitos de encadeamento que consideramos mostra como se deu o que poderíamos chamar de “incorporação de novas fronteiras” à economia de plantação colonial. A riqueza entesourada sob a forma de ouro ou de diamantes não estava condenada a perecer. O mesmo não sucedia com a escravaria. Portanto, quer nas áreas de desenvolvimento lento, quer nas áreas de desenvolvimento rápido, a escravidão mercantil estava por trás de uma modificação tão substancial dos quadros históricos da economia colonial. Indo-se ao fundo da análise, o que se descobre não é apenas que a escravidão mercantil produzia e reproduzia a si própria. Ela também promovia a sua extensão e generalização, pois estas condições estavam na própria raiz da produção e da reprodução do trabalho escravo (FERNANDES, 1977, p. 25).

As conseqüências políticas desse amplo movimento histórico são claras. Premidos, por um lado, pela longa crise da lavoura açucareira e o rápido declínio da mineração, submersos, por outro lado, em um mundo em crescente efervescência política, cultural e econômica, e sob o influxo da expansão mercantil especificamente interna (responsável pelo aprofundamento de seus laços econômicos e sociais) e dos contatos cada vez mais constantes (por via legal ou contrabando) com o capital comercial das emergentes potências industriais, o senhorio interno não demorará a sofrer uma rotação em seus horizontes políticos. Como bem diz Florestan:

O fim do último quartel do século XVIII e todo o primeiro quartel do século XIX formam uma época histórica de crise da consciência ultraconservadora do senhor colonial. O desfecho do ciclo de mineração e de exploração diamantífera desencadeou vários processos concomitantes de mobilidade espacial e econômica, de deslocamento de fronteiras econômicas, com diferentes tentativas de substituir a lavoura de subsistência pela grande lavoura e de descobrir um novo eixo econômico para o modo de produção escravista. O principal elemento dessa eclosão histórica dentro do mundo colonial era político. O senhor colonial começava a desatar suas amarras com o regime colonial, ao mesmo tempo em que se propunha o problema de sua impotência econômica e de sua inviabilidade política em termos da organização do Império colonial. Por fim, o significado da condição colonial, que atravessava sua posição dominante na sociedade e a neutralizava, prevalece, então, sobre as compensações que o regime podia oferecer (FERNANDES, 1977, p. 46-7).

A história da consolidação e implementação prática dos novos horizontes econômicos, culturais e políticos do senhorio não é, contudo, uma história simples e linear. As teias que amarram o Senhor ao passado são demasiado sólidas para permitirem qualquer ruptura abrupta com o mesmo. Essa já é, contudo, uma outra história, referida que está à emergência e à consolidação de nossa Era Neocolonial.

7

A ERA NEOCOLONIAL

7.1 Emergência e consolidação da Era Neocolonial

Como já vimos no capítulo anterior, os marcos da emergência da Era Neocolonial são claramente definidos por Florestan e encontram-se no rompimento do estatuto colonial simultâneo à transmigração da corte portuguesa e suas conseqüências: o fim do exclusivo metropolitano com a abertura dos portos (que equivale ao término do padrão especificamente colonial de espoliação econômica), a endogeneização do Estado (que passa a ter os parâmetros definidores de sua ação mais geral, e de suas políticas públicas em particular, submetidos a pressões e influências internas), e o desenvolvimento de uma máquina estatal e de uma estrutura urbana (requerida por aquela) que serão responsáveis pela emergência de circuitos econômicos mercantis estranhos à economia colonial mesmo no complexo período de diversificação e crise dessa. Nas palavras de Florestan:

Em consequência da invasão de Portugal, a família real se refugia no Brasil e várias ocorrências mudam a vinculação do país com o mercado externo. De um lado, ao converter o Rio de Janeiro em centro político da Corte, a Coroa conferia ao Brasil a condição - por passageira que fosse - de núcleo de irradiação do poder real e metropolitano. Isso equivalia em interiorizar o Império colonial sob nova condição: não mais a do antigo sistema colonial, mas das instituições necessárias à existência e eficácia do poder imperial. Se isso garantia para as camadas senhoriais a base política para uma transição dentro da ordem, isto é, através da família real e do poder imperial, ao mesmo tempo significava que o senhor colonial iria pretender, daí por diante, ser apenas senhor. De outro lado, ao abrir os portos e conceder à Inglaterra amplos privilégios econômicos, a Coroa inaugura um circuito histórico novo: a economia

de plantação e o comércio interno ganhavam vínculos diretos com o mercado mundial. As funções econômicas da Metrópole teriam de ser, por sua vez, internalizadas, e isso representou a base material para uma profunda rotação econômica. Pois é em torno dela que se iria dar a eclosão do capitalismo comercial moderno, através do seu mercado, de suas instituições básicas e do estilo de modernização econômica que ambos exigiam, no acanhado mundo urbano herdado da era colonial (FERNANDES, 1977, p. 47).

Contudo, as importantes transformações econômicas referidas ao fim do estatuto colonial da forma como esse se deu no Brasil não definirão por si só a consolidação do novo padrão de reprodução da economia e da sociedade. Na realidade, é no interior do longo processo de independência e constituição da sociedade e do Estado nacionais - onde o sete de setembro se coloca apenas como um momento de uma cadeia maior da qual retira seu significado - que se definirá uma ruptura radical com o passado e se estruturará efetivamente um novo padrão dinâmico para a economia escravista brasileira. A esse respeito, Florestan nos diz já no primeiro parágrafo do capítulo segundo de *A Revolução Burguesa no Brasil*:

A Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da era colonial; como ponto de referência para a época da sociedade nacional, que com ela se inaugura. Na verdade, as tensões que minavam a sociedade colonial não afetavam a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático. Muitos estudiosos, por isso, não lhe atribuem o valor histórico e sociológico que ele possui. Baseados na evidência fornecida pelos fatos, que atestam a persistência daquela ordem social de forma inabalável, e na inexistência de mobilização de massas para a luta política, concluem que a Independência representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança. Não obstante a veracidade dessas ilações, a

simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário. A independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela, instaura-se a formação da sociedade nacional. É nesta conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário e que transcendia aos limites da situação de interesses da casa reinante. Em contraste com o que ocorria sob o estatuto colonial e, mesmo, sob a ambígua condição de Reino, o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro, malgrado as injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do predomínio inglês na vida econômica, política e diplomática da Nação (FERNANDES, 1981a, p. 31-2).

A passagem reproduzida acima não poderia ser mais clara, e denota uma diferença profunda da análise histórica de Florestan com relação a toda uma ampla literatura crítica que desvaloriza o significado revolucionário do processo de independência. Mesmo aqueles autores que perceberam, no fim do padrão especificamente colonial de espoliação, uma transformação de sentido revolucionário, tendem, equivocadamente, a privilegiar os primeiros momentos da transição da independência (da abertura dos portos, em 1808, à Proclamação, em 1822) como marcos do novo dinamismo econômico interno, em detrimento dos processos mais complexos e mais ricos referidos à constituição do Estado e da sociedade nacionais propriamente ditos (da Confederação do Equador em 1824, à maioria, em 1840).

Ora, o que se perde no conjunto dessas leituras é, antes de mais nada, toda e qualquer possibilidade de se entender o denso e complexo processo político que dá origem ao Estado nacional. Afinal, não se pode fazer tábula rasa da cadeia de movimentos conformadores da independência, da qual fazem parte a revolução pernambucana de 1817, a crítica participação brasileira nas cortes portuguesas, a emergência da primeira constituinte brasileira, o enfrentamento da resistência (que não será apenas portuguesa) à proclamação da independência, o fechamento da Constituinte em 23, a Confederação do Equador, o caráter liberal da constituição

outorgada de 1824, a reação parlamentar e popular ao I Império, o sete de abril, as lutas e reformas regenciais, a maioria antecipada e as lutas liberais da década de 40, entre outros momentos. Por sua vez, a desvalorização do significado histórico desses movimentos - que brota da incapacidade de se apreender a profunda distinção dos projetos de organização e regulação da sociedade referidos aos diversos segmentos sociais em disputa pela hegemonia política e material no período - vai determinar a perda de qualquer capacidade de apreensão do sentido interior do ordenamento político e institucional adotado pelo novo país, que se estrutura como um Estado constitucional formalmente moderno e liberal¹⁰¹. Mais importante ainda do que isso: na medida em que se perde a capacidade de entender as bases materiais da forma política e institucional adotada, perde-se igualmente a capacidade de entendimento das determinações e da racionalidade das políticas públicas em geral (e econômica em particular) do Estado imperial, assim como a relação dessas com o processo de acumulação de capital e desenvolvimento econômico mercantil do qual o Brasil será palco ao longo do século XIX.

Para que se entenda esse conjunto de questões é preciso reconhecer-se a profundidade da ruptura histórica representada pela independência. E, para tanto, não basta que se entenda a dimensão de impulsão econômica presente na emergência do capitalismo industrial em nível internacional: é preciso igualmente que se compreendam os rebatimentos políticos internos deste movimento.

Tal como foi observado anteriormente, o que marca a crise da Era Colonial é a efervescência das relações mercantis, estimuladas que são pelo desenvolvimento capitalista europeu e mundial e pela transmigração do Estado. Nesse contexto dois processos históricos correlacionados terão a maior importância: o fortalecimento dos papéis sociais e econômicos dos agentes internos ligados à mercancia, e a emergência histórica de novos blocos de capital comercial forâneo que atuarão como representantes dos interesses de um capital industrial em processo de consolidação de sua hegemonia econômica mundial. Ora, é mais do que evidente a contradição dos interesses destes novos agentes com a continuidade do *status quo* político e do antigo padrão estatal de regulação econômica e social. Mais

particularmente, interessa a estes setores o fim da ordem política e institucional do antigo regime naquilo que este carrega de castração do desenvolvimento da ordem propriamente mercantil e competitiva internamente. Ou, de forma mais determinada: a continuidade das práticas estatais mercantilistas referendadoras da incontestada hegemonia do velho capital mercantil metropolitano em aliança com o estamento burocrático¹⁰² absolutista português será absolutamente intolerável para estes segmentos sociais que, crescentemente, se responsabilizarão pelo processo de reprodução da dimensão comercial das células econômicas escravistas.

É bem verdade que os interesses desses novos agentes sociais não serão homogêneos nem implicarão uma contraditoriedade absoluta com a ordem anterior. Em nível interno, há que considerar que - como Florestan já nos alertou em sua análise da crise da ordem colonial - uma parcela expressiva dos segmentos ligados ao comércio serão igualmente proprietários de terra e senhores de escravos. No mesmo sentido, ao capital comercial forâneo (e mais particularmente ao capital inglês, que enfrenta no período da abertura dos portos e nos anos imediatamente subsequentes não apenas o bloqueio continental de Napoleão como conflitos com suas antigas colônias americanas) não interessará desestruturar as condições de produção internas através de uma política apressada e inflexível de combate ao tráfico negreiro (que se encontra nas mãos do velho capital mercantil português) e ao escravismo. Isto implicará uma tolerância relativa destes dois setores com a continuidade de algumas práticas mercantis e regulatórias de cunho não especificamente capitalista que estarão em desacordo com a radicalidade das transformações exigidas pelos débeis (mas não inexpressivos) segmentos internos vinculados ao artesanato e ao comércio a retalho. Esses segmentos - rigorosamente sufocados ao longo da Era Colonial - pouco ou nada terão a ganhar com o projeto de política econômica que emana dos setores anteriormente considerados, pautado que é na continuidade da produção mercantil em larga escala (assentada sobre o latifúndio) para a exportação, na gradual extinção do tráfico e do escravismo e no liberalismo econômico extremado no que diz respeito ao padrão de relação econômica com o exterior. Há, pois, uma grande heterogeneidade de interesses e projetos do conjunto dos agentes sociais identificados com o avanço da ordem mercantil

interna, o que se revelará subsequentemente no rifamento econômico e político dos setores identificados com um liberalismo de cunho nacionalista. Contudo, no bojo do processo de enfrentamento ao antigo regime, esses setores emergirão a cena política em inúmeras oportunidades como um coletivo, organizado em torno da defesa de uma nova institucionalidade de cunho liberal.

Por outro lado, tendo em vista o processo de transmigração da corte portuguesa, o velho capital mercantil metropolitano e o estamento burocrático português se encontrarão no centro do poder nos primeiros momentos do processo de independência. A importância deste fato não pode ser subestimada. E isso não apenas porque estes segmentos sociais comungam com o antigo senhorio colonial de importantes interesses, particularmente no que diz respeito à manutenção do tráfico negreiro e do escravismo e à limitação do desenvolvimento de uma ordem social interna especificamente competitiva e mercantil. Mas isso não é tudo: as condições econômicas e sociais que, ao longo da Era Colonial, faziam da “associação entre o [...] colono e a Coroa [...] o elemento básico do sistema” (FERNANDES, 1977, p. 42), não se alterarão no bojo do processo de independência. Vale dizer: mesmo com o aprofundamento da consciência crítica do senhorio com relação ao caráter espoliativo do estatuto colonial e do privilegiamento político da valorização especificamente mercantil de capital, esse segmento interno terá sua capacidade contestatória e reivindicatória estruturalmente debilitada pela necessidade de sustentar o padrão excludente de propriedade fundiária e de apropriação de riqueza e poder político que caracterizam a ordem social e econômica colonial. O antigo temor a uma rebelião geral capaz de unificar os setores oprimidos e desestruturar o processo de reprodução econômica da *plantagem* escravista será aprofundado pelo acompanhamento dos processos de independência em curso em outras (ex) colônias americanas, dentre as quais a convulsão haitiana configurar-se-á tão-somente como um caso extremo. A agilidade política dos segmentos sociais ligados ao antigo regime implicará certas vantagens estratégicas para este setor, vantagens estas que irão tornar sobremaneira complexa a luta interna pelo poder¹⁰³.

Finalmente, conformando um outro polo do espectro político,

encontramos o senhoriato escravista. Num primeiro momento a impressão que se tem é de que este setor encontra-se em uma posição relativamente confortável para mediar os conflitos de projetos sociais que antagonizam os dois segmentos básicos considerados acima. Afinal, tanto o enfrentamento das políticas especificamente mercantilistas garantidoras de ganhos extraordinários para o velho capital mercantil - reivindicação dos novos setores comerciais -, quanto à sustentação do tráfico negreiro e de um Estado forte e centralizador capaz de enfrentar a desordem interna - reivindicação dos setores ligados ao antigo regime - encontram sólida guarida neste segmento¹⁰⁴. Como se isso não bastasse, o controle direto do processo de produção e a possibilidade aberta pelo latifúndio escravista de uma autarquização parcial como forma de enfrentamento dos períodos de crise conformaria sólidos instrumentos de barganha econômica e política para esses setores.

Ora, a despeito da correção essencial desta leitura - que estará no centro mesmo da interpretação de Florestan em torno da capacidade do senhoriato escravista de assumir a hegemonia no interior da ordem política imperial - a realidade não se conforma de maneira tão simples. Se se observar com a devida atenção a realidade do senhoriato escravista no período, o que se observa é que a capacidade de mediação deste segmento social se encontra assentada basicamente sobre o caráter estruturalmente contraditório da ordem econômica colonial. A importância deste ponto é tamanha que vale o risco de sermos repetitivos. Tal como já vimos, é o fato de que a produção mercantil escravista apresenta um antagonismo estrutural interno entre sua dimensão mercantil e acumuladora (ou, se se quiser, capitalista), e as bases sociais e econômicas escravistas sobre as quais esta dimensão se encontra estruturada, que comprometem o senhoriato não apenas com a sustentação do caráter patrimonial do Estado, mas, igualmente, com o cerceamento da economia de mercado e de uma ordem social propriamente competitiva em nível interno. Por outro lado, o aprofundamento da ordem mercantil e dos vínculos diretos do senhoriato com o moderno e emergente capital comercial forâneo será, ao mesmo tempo e contraditoriamente, condição *sine qua non* para o fortalecimento e para a reprodução ampliada das células escravistas mercantis e, portanto, para o fortalecimento político e social do agente que

controla essas últimas.

A debilidade política que é inerente a este antagonismo interior ao latifúndio escravista mercantil se revela pela impossibilidade de montagem de um projeto orgânico e imediatamente não contraditório de regulação da economia e da sociedade. Mas isso não é tudo: a fragilidade do segmento social senhorial será ainda aprofundada pela crônica debilidade econômico-financeira do mesmo, que emerge não apenas do longo período de espoliação especificamente colonial da economia, mas comporta uma dimensão estrutural referida a um sistema produtivo que tem suas condições de reprodução definidas por agentes que - seja na oferta do insumo escravo, seja na ponta da realização final das mercadorias coloniais - atuam em mercados forâneos cujo controle e regulação se acha absolutamente fora das possibilidades dos produtores internos.

Por isso mesmo não bastará ao senhoriato a ocupação de uma ambígua posição de *tertius*, chamado intermitentemente ao centro da arena política para mediar os antagonismos entre seus conflituosos e indescartáveis parceiros econômicos. Esse setor reivindicará para si a plena hegemonia política, associada ao controle e uso do Estado através da definição e condução das políticas públicas como retaguarda frente ao poder econômico estruturalmente espoliativo do velho capital mercantil e intrinsecamente desestruturador da ordem social escravista e senhorial dos novos setores comerciais. A força política deste segmento se encontrará assentada, assim, mais na intransigência de suas reivindicações - que resulta da clareza de sua própria debilidade econômica estrutural, e que se respalda nas potencialidades autarquizantes do latifúndio -, do que propriamente em sua posição potencial de mediador. Em uma passagem particularmente expressiva, Florestan apresentará de forma radical esta contradição do senhoriato dizendo:

Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda do controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional. [...] [Por outro lado,] se elas não aceitassem certas condições ideais do modelo [liberal] de organização

do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivos do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica. No mínimo, o País se fragmentaria em várias unidades políticas hostis, pois a hipótese alternativa seria a feudalização da dominação patrimonialista (FERNANDES, 1981a, p. 68).

Vale dizer: por um lado, o senhoriato é compungido por sua posição social e econômica a se apegar a formas autoritárias, patrimoniais e abertamente antidemocráticas de organização política e institucional. Por outro lado, tem de se abrir a um ordenamento institucional e jurídico formalmente moderno e adequado ao desenvolvimento de relações contratuais, sob pena de ter suas próprias bases de reprodução mercantil minadas pela impossibilidade de sustentação e aprofundamento dos vínculos econômicos com o novo capital comercial. Essa contradição intestina só poderá ser enfrentada a partir da montagem de um ordenamento político igualmente contraditório e marcadamente esquizofrênico, em que a ordem legal garantidora das relações mercantis e contratuais só teria validade efetiva para a ínfima minoria dos mais iguais. Para a grande maioria da população, contudo, submergida que é no asfixiante mundo dominial, a ordem legal não poderia ter qualquer validade. Antes pelo contrário: teriam de se constituir instrumentos políticos e institucionais que, em aberto conflito com os ideais fundantes da ordem legal, a tornassem absolutamente inócua no interior da esfera em que viceja a dominação patrimonialista, “pela persistência concomitante da escravidão, do mandonismo, do privatismo e do localismo” (FERNANDES, 1981a, p. 39).

Ora, é mais do que evidente que a reprodução ao nível do poder político da esquizofrenia inerente ao escravismo mercantil, assim como a extração dos máximos rendimentos desta articulação contraditória, só será possível a partir da plena consolidação da hegemonia política dos segmentos senhoriais. Esse processo não poderá ser levado a cabo, contudo, sem que sejam enfrentados três problemas da maior importância: em primeiro lugar, o senhoriato terá de superar seu isolamento político (resultante do débil desenvolvimento mercantil interno, associado à face autárquica e

patriarcal do latifúndio) e conformar sólidas estruturas de organização e representação estamental; em segundo lugar o senhoriato terá de estabelecer uma trajetória de acesso ao poder que não implique um denso processo de convulsão social capaz de abalar as próprias bases de seu poder; por fim, este segmento terá de encontrar uma forma política para o emergente Estado nacional que dê conta de cumprir o papel de regulador e calibrador do desenvolvimento do estruturalmente contraditório padrão de reprodução social que se quer impor, assim como de absorver permanentemente e ao longo do tempo as pressões e reivindicações do conjunto de seus membros, respeitada a heterogeneidade de interesses atual e potencial dos mesmos.

A dificuldade no equacionamento e na solução do primeiro problema não se encontra na carência de fundamentos materiais para a conscientização do senhoriato da solidez de seus interesses comuns. Afinal, tendo em vista a generalização do escravismo e a uniformização relativa dos padrões de reprodução das células econômicas ao longo do desenvolvimento e crise da Era Colonial, o emergente “país possuía [...] alguma unidade interna e fortes tendências para preservá-la” (FERNANDES, 1981a, p. 51). O problema, na realidade, se encontrava na ausência de estruturas econômicas e de representação que pudessem funcionar como verdadeiros espaços de articulação ideológica e política do senhoriato. Na realidade, da forma como se estruturava a reprodução política e econômica da sociedade colonial, o domínio se convertia em gerador de “uma autonomia e de um poder de mando que dividia e separava os iguais, tornando-os indiferentes ou beligerantes entre si” (FERNANDES, 1981a, p. 57).

Contraditoriamente, porém, este padrão de reprodução social e político desarticulador será solapado a partir de movimentos impulsionados pela antiga sociedade metropolitana. Referimo-nos, evidentemente, à transmigração, à elevação do Brasil a Reino e suas consequências. Para Florestan (1977, p. 48), com a transmigração e a abertura do mercado interno a agentes comerciais estrangeiros, “o arcaico e rígido mercado colonial interno começa a esboroar-se, e em seu lugar começa a aparecer um mercado capitalista especificamente moderno”. Na realidade:

No plano estritamente político, os efeitos da dinamização da ordem escravocrata e senhoriais são ainda mais consideráveis. Os estamentos senhoriais começam a ganhar existência própria, fora e acima do estreito palco fornecido pelo domínio patrimonialista e senhorial, do poder local e das pressões canalizadas institucionalmente de modo indireto sobre a Coroa. Eles não só começam a tomar consciência da comunidade de interesses econômicos, sociais e políticos numa linha integrativa estamental. Surgem as primeiras manifestações coletivas, embora regionais ou concentradas no tope, através dos figurões do Governo, de um querer coletivo que iria articular-se de modo muito rápido (FERNANDES, 1977, p. 48).

Vale dizer: diferentemente do que ocorreria com as colônias espanholas na América¹⁰⁵, a transmigração da corte portuguesa e o rompimento dentro da ordem do estatuto colonial não apenas fez retardar a emergência como arrefeceu relativamente o apoio interno a movimentos beligerantes de conteúdo nacionalista. Isso não implicará, contudo, uma desvantagem para a organização dos segmentos sociais interessados no rompimento radical dos laços com a antiga metrópole. Antes pelo contrário, a precoce internalização do Estado servirá de instrumento para a articulação dos homens bons da antiga colônia, que rapidamente evoluirão de uma perspectiva política cujos horizontes eram dados pelo domínio para uma perspectiva especificamente estamental onde “os privilégios sociais comuns [convertem-se] em fonte de solidariedade social e de associação política” (FERNANDES, 1981a, p. 41). O que viabilizava esta transformação era o fato de que, no decurso do longo processo de autonomização:

os estamentos senhoriais [...] adquiriam meios para dar validade e eficácia à comunidade de interesses econômicos, sociais e políticos, isto é, para estender sua dominação do plano do domínio para o plano da coletividade¹⁰⁶ (o que se operou gradualmente, mediante a absorção dos papéis administrativos, jurídicos e políticos

configurados em torno da ordem legal emergente, ou seja, pela burocratização da dominação estamental) (FERNANDES, 1981a, p. 58).

A segunda questão levantada acima será de equacionamento relativamente mais difícil. Afinal:

as elites [senhoriais] nativas não se erguiam contra a *estrutura* da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do *estatuto* colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. Por conseguinte, a natureza e o alcance revolucionários da Independência não se objetivaram (nem poderiam se objetivar!) através de manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseios coletivos irredutíveis de transformação da estrutura social (FERNANDES, 1981a, p. 32).

É bem verdade que não se pode pretender que a violência não tenha sido utilizada de forma alguma ao longo do processo de constituição do Estado nacional e consolidação da hegemonia das elites internas. A despeito do que pretende nossa ideológica historiografia oficial, os diversos momentos de ruptura no interior da história brasileira têm sido marcados pela emergência de violentos movimentos contestatórios e insurrecionais que são reprimidos com violência ainda maior pelos segmentos no poder. A Independência está longe de ser uma exceção. Vista como um processo maior de estruturação do Estado (enquanto instrumento de dominação) e da sociedade nacionais, a Independência é um complexo fenômeno histórico que se inicia com os primeiros movimentos de contraposição ao estatuto colonial anteriores à transmigração da corte e que avançam até a consolidação conservadora da década de quarenta, passando pelas turbulências do I Império e da Regência¹⁰⁷. Não há como negar o papel da violência organizada ao longo deste vasto período. Há, contudo, uma base real sobre a qual se assenta a leitura ideológica do caráter pacífico deste conflituoso processo: o que marca a grande maioria dos movimentos insurrecionais do período

é não apenas o fato de que os mesmos não consigam alcançar sólidas e duradouras vitórias: eles possuem um caráter algo episódico, deixando *aparentemente* um saldo relativamente pequeno em termos organizativos. Na realidade, se se leva em conta a relativa facilidade com os movimentos insurrecionais no período são subordinados e postos sob o controle do Estado, a impressão que se tem é que os mesmos contam com frágeis bases sociais, o que transpareceria no fato de que, a partir de um certo momento, estes passariam a carecer de um sólido apoio material e bélico, entrando em fase de (auto) abortamento¹⁰⁸.

Ora, o equívoco desta leitura está apenas em sua unilateralidade. A realidade - muito mais complexa - é que estes movimentos “frágeis e derrotados” estiveram no centro do processo de consolidação da hegemonia senhorial. De fato, em sua grande maioria, eles foram abortados. Contudo, é preciso entender que os sucessivos abortos foram induzidos pelos próprios progenitores da criança, pois sua concepção e morte eram funcionais para que a própria independência se conformasse como uma revolução dentro da ordem. Vale dizer: os momentos conclusivos do processo global teriam de ser articulados “pelo tope”; mas esta articulação final pressupunha o uso intermitente da violência e da conciliação, sob pena de os setores que se assentavam no poder nos primeiros momentos da autonomização pretenderem - contra os interesses senhoriais - a sustentação de sua posição hegemônica na nova ordem política em gestação. Como bem lembra Florestan, uma vez tendo o senhorio desenvolvido a consciência da absoluta centralidade da ocupação do poder para a consolidação de suas condições de reprodução econômica, a radical:

ruptura do estatuto colonial converteu-se numa inegável “necessidade histórica”, que teria culminado em movimentos de grande violência coletiva se as coincidências não favorecessem a transferência da Corte e uma secessão quase pacífica, na qual antes transparece a impotência da antiga Metrópole que qualquer vocação passiva da ex-Colônia (FERNANDES, 1981a, p. 32).

Para a articulação dessa transição quase pacífica, as elites

senhoriais não deixaram de manipular “as massas insatisfeitas, desocupadas ou semi-ocupadas, que se concentravam [nas] cidades, e a ressonância que elas podiam dar a atitudes ou comportamentos inconformistas daquelas elites” (FERNANDES, 1981a, p. 53).

E isso porque, tendo em vista o caráter estruturalmente anômico dos segmentos sociais desapropriados (para os quais a transmigração da corte não gestou - nem poderia gestar - qualquer instrumento de organização e articulação política e ideológica), abre-se um campo relativamente vasto em que a manipulação pela elite da radicalidade potencial das massas urbanas (e, secundariamente, rurais) não implicava imediatamente perigo para a sustentação da ordem escravista e patrimonialista¹⁰⁹. Esse mecanismo será, assim, utilizado de forma intermitente ao longo dos diversos episódios insurrecionais internos que se desenrolarão no período considerado, e sua eficácia será inconteste. Afinal, se abstrairmos o peculiar padrão de emergência e crise do amplo conjunto de movimentos insurrecionais do período, torna-se impossível entender as inúmeras vitórias políticas obtidas pelos segmentos senhoriais e que se corporificarão não apenas no caráter contraditório (simultaneamente liberal e antidemocrático) da constituição de 1824, mas, igualmente, no processo que levará à abdicação de D. Pedro I, às reformas regenciais (dentre as quais a mais perene e significativa será a montagem da Guarda Nacional, importante instrumento de articulação estamental do senhoriato e de controle do Estado central pelos setores proprietários¹¹⁰), à antecipação da maioria, e à consolidação conservadora do II Império.

É bem verdade que estes ganhos políticos não podem ser imputados apenas à capacidade do senhoriato em liderar e manipular os segmentos populares. Mais importante ainda do que isso será a capacidade demonstrada por este segmento social no estabelecimento de alianças com o novo capital comercial internacional (e, secundariamente, com o interno) que se traduzirá inclusive na incorporação parcial das reivindicações específicas deste último setor. Como nos diz Florestan:

Desde que não se pusessem em questão os interesses sagrados da Nação, abertamente confundidos e

identificados pelos estamentos senhoriais com os interesses da Lavoura e mola mestra do seu radicalismo político, havia uma vasta área para a assimilação de novas adaptações econômicas, políticas e sociais. E ela foi, de fato, palmilhada nas direções possíveis pelas elites que ocuparam o cenário histórico, antes ou depois da consolidação do Estado nacional independente (FERNANDES, 1981a, p. 53).

A importância desta aliança tácita não pode ser subestimada. E isto não apenas porque o capital comercial forâneo (mais particularmente o inglês) tinha, tal como a elite senhorial, acesso direto e influência sobre os setores implantados no interior do Estado mais identificados com a continuidade do Antigo Regime. Mais importante do que isso será o fato de que a incorporação parcial do projeto histórico deste segmento específico estará no centro da construção do próprio projeto de organização institucional e regulação social do senhorio. Referimo-nos, evidentemente, à incorporação e transformação qualitativa do liberalismo como projeto de organização da sociedade e do Estado, que, baixo a forma específica em que se dará sua realização interna, é capaz de refletir com a máxima exatidão tanto a grandiosidade histórica quanto os insofismáveis e profundos limites da revolução da independência. O tratamento dado por Florestan a essa questão é tão adequado que vale a pena acompanharmos seu próprio padrão expositivo:

[...] a absorção do liberalismo pelas elites nativas [...] apresenta duas polarizações dinâmicas distintas. Havia uma polarização que associava o liberalismo aos processos de consciência social vinculados à emancipação colonial. As elites sentiam-se econômica, social e politicamente “*esbulhadas*”, em virtude da espoliação que sofriam através das formas de apropriação colonial e das consequências especificamente políticas do estatuto colonial, que alimentava a neutralização inexorável das probabilidades de poder inerentes ao *status* que elas ocupavam na ordem da sociedade colonial. Sob a perspectiva dessa polarização, o liberalismo assume duas funções típicas. De um lado preencheu a função de dar

forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o “esbulho colonial”. Nesse nível, ele se propõe o problema da equidade da maneira pela qual era sentido por aquelas elites: como emancipação dos estamentos senhoriais das limitações oriundas do estatuto colonial e das formas de apropriação colonial. Tratava-se de uma defesa extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz, dos “princípios liberais”, pois só entravam em jogo as probabilidades concretas com que os membros desses estamentos contavam para poderem desfrutar, legitimamente, a soma de liberdade, o poder de igualdade e a fraternidade de interesses inerentes ao seu *status* na estrutura social. De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação como um todo, as relações de dependência que continuaram a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época. Nesse nível, ele se propõe o problema da soberania como se existisse, de fato, uma interdependência vantajosa e consentida, resultante e corretivo, ao mesmo tempo, da especialização econômica internacional e da complementaridade da influência civilizadora das Nações. No fundo, porém, apenas encobria, através de ficções toleráveis, diversas modalidades evidentes de subordinação, que não seriam suprimidas nem alteradas, fundamentalmente, com a extinção do estatuto colonial (FERNANDES, 1981a, p. 34).

Não gratuitamente, Florestan caracterizará essa polarização do liberalismo como essencialmente ideológica. Isso não significa, contudo, que sua função se restrinja ao mascaramento de uma realidade que permanece intransformada em suas estruturas fundamentais. Não se trata disso. Na verdade, mesmo enquanto ideologia, o liberalismo funcionará como um instrumento para a transformação qualitativa da ordem interna. Sua dimensão ideológica se encontra tão somente no fato de que o resgate (necessariamente truncado e parcial) dos seus fundamentos não é feito na perspectiva de se defender a generalização da cidadania e da ordem social competitiva e a constituição de uma sociedade nacional autônoma e

integrada por relações contratuais e mercantis. Antes pelo contrário, o que se busca é o aprofundamento de uma realidade marcada pela desigualdade econômica, social e política e por uma inserção nacional estruturalmente heteronômica em nível do mercado mundial. Esse uso do discurso liberal não revela, contudo, uma apropriação indébita do mesmo por parte do senhorio ou do capital comercial forâneo. Revela, isto sim, as contradições do próprio discurso liberal que, de fato, é absolutamente eficaz e pertinente à defesa dos interesses destes segmentos.

Assim é que, para o senhorio, o discurso liberal será funcional para o enfrentamento do conjunto dos instrumentos de política econômica tipicamente mercantilistas que se voltam para o cerceamento da capacidade de apropriação e controle do excedente econômico gerado no latifúndio escravista. Como se isso não bastasse, a defesa do liberalismo estará associada ainda: à reivindicação do fim do estatuto das sesmarias e à conseqüente constituição plena da propriedade privada da terra; à reivindicação de aprofundamento da autonomia senhorial e de seu poder privado sobre homens e coisas em nível do domínio; e, finalmente, à reivindicação de subordinação plena e absoluta do Estado à sociedade civil (identificada esta última com o conjunto dos segmentos proprietários hegemônicos pelo próprio senhorio). É evidente que a defesa destas reivindicações (por mais que algumas delas pareçam chocantes e paradoxalmente contraditórias com os fundamentos utópicos do liberalismo nas emergentes sociedades de classes) encontra sólida guarida na ideologia liberal tal como esta pode ser apropriada e apreendida pelas elites de uma sociedade escravista e mercantil. Só isso já deveria bastar para que se entendesse que a incorporação do discurso liberal por parte destas elites não pode ser interpretada como um processo inconsistente ou postiço. Porém, isso não é tudo. Se se tem em vista o caráter de necessidade impositiva do senhorio para aprofundar suas relações econômicas com os setores mercantis responsáveis pela realização final dos produtos coloniais nos mercados forâneos, ficará claro que o liberalismo cumpre ainda outras funções. Senão, vejamos.

Para o capital comercial dos emergentes países industriais, os mercados periféricos representam não apenas importantes fontes

de matérias-primas, mas espaços valiosos para a realização de suas próprias mercadorias. Afinal, não podemos esquecer que ao longo da etapa competitiva do capitalismo, os crônicos problemas de realização deste sistema não podem ser enfrentados através da internacionalização produtiva do capital. Isso não significará, contudo, uma perda de importância do mercado mundial. Antes pelo contrário, envolverá uma luta desenfreada por parte dos países industriais (em particular por parte da potência hegemônica do período, a Inglaterra) de generalização do livre-cambismo em nível mundial. É bem verdade que esta generalização jamais será plenamente conquistada, pois esbarrará na resistência das burguesias nacionais dos países em processo de industrialização. Mas para os países periféricos do sistema - particularmente para aqueles que, como o Brasil no período, encontram-se satelitizados pela Inglaterra - a adoção de políticas aduaneiras e comerciais internas de cunho liberal será condição *sine qua non* para o fortalecimento dos vínculos econômicos com as novas potências econômicas mundiais.

Não será preciso esclarecer que a subordinação de qualquer país de débil desenvolvimento mercantil das forças produtivas às imposições do livre-cambismo envolve um pesado custo em termos de especialização da economia interna e desestruturação da ordem produtiva anterior. Este fato, evidentemente, não é antagônico à leitura de que a resultante final deste processo seja antes positivo do que negativo para o desenvolvimento capitalista das economias subordinadas. Entretanto, muitas vezes a compreensão de determinados fenômenos depende menos do resgate da resultante final de um dado processo do que do resgate do processo em si e das contradições que o definem.

É justamente este o caso quando se trata de apreender o sentido da assimilação, por parte do senhorio, da lógica livre-cambista defendida pelo capital comercial internacional. Mais importante do que qualquer absolutização da resultante final da integração econômica ao mercado mundial¹¹ é a observação da dinâmica contraditória que caracteriza este processo. Vale dizer: o que importa resgatar é que, ao mesmo tempo em que as impulsões externas aceleram a endogeneização de relações e padrões propriamente capitalistas de organização e gestão da produção, se processa uma

perda relativa de capacidade de desenvolvimento e diversificação do conjunto das células produtivas e comerciais internas, em particular daquelas menos capitalizadas que se voltam prioritariamente para o débil mercado interior. Esta última dimensão - a negativa de todo o processo - se refletirá no aprofundamento da concentração da renda e da propriedade e no conseqüente enrijecimento da (contraditoriamente, emergente) dimensão competitiva da ordem social interna; no retardamento da constituição de uma sólida e integrada economia mercantil urbana (que se refletirá tanto na crônica depressão da remuneração dos trabalhadores que operam no setor livre da economia quanto no retardamento da consolidação de um mercado propriamente capitalista de trabalho); na circunscrição da base fiscal e financeira do Estado (limitadora de sua capacidade de intervenção ativa e transformadora da economia a partir da montagem de um sólido e plenamente burocratizado aparelho estatal); e - como conseqüência do conjunto dos desdobramentos anteriores - em uma significativa perda de autonomia econômica e política nacional.

Ora, observados de uma perspectiva moderna, esses desdobramentos são indubitavelmente negativos e, até certo ponto, dramáticos. Entretanto, não é por essa perspectiva que o senhorio escravista avaliará os mesmos. Numa perspectiva imediatista, as conseqüências enrijecedoras da ordem produtiva - e mesmo a fragilização relativa do aparelho estatal - são funcionais para o aprofundamento da hegemonia política e social deste segmento. Isso não escapava aos analistas políticos do período e se expressará nos debates travados entre liberais radicais (que associavam a defesa do liberalismo com a defesa - em maior ou menor grau - da democracia e do nacionalismo), liberais moderados e conservadores. A vitória histórica dos liberais moderados (rapidamente transformados eles mesmos em novos conservadores) será, por isso mesmo, a vitória da aliança entre o livre-cambismo e do patrimonialismo senhorial. Ou, como diz Florestan:

[é necessário] que se considere a natureza dos fatores tópicos que determinaram a emergência e a irradiação do liberalismo econômico no cenário histórico. Parece evidente que as camadas senhoriais não conseguiram

equiparar *autonomização econômica e autonomização política*. Por paradoxal que isso seja, a autonomização política, vista ao nível da economia mundial e das estruturas internacionais de poder da época, constituía um simples meio para manter o equilíbrio de uma economia colonial, sob condições de transferência dos controles jurídico-políticos da vida econômica interna de fora para dentro. Nesse amplo contexto, a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da Nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia como o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da Nação também o tornava economicamente dependente. Desse ângulo, a autonomização política só conferiu autonomia econômica real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma *conditio sine qua non* para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo (FERNANDES, 1981a, p. 82-3).

Essa capacidade demonstrada pelo senhoriato de apropriação da ideologia política e econômica liberal - originalmente estranha à lógica dominial e patrimonialista inerente a este agente social - nos conduz já à resposta da terceira questão levantada acima e que diz respeito à forma política do emergente Estado nacional. Tal como vimos anteriormente, essa forma política teria de se adequar às necessidades de: 1) absorver permanentemente e ao longo do tempo as pressões e reivindicações do conjunto do senhoriato, respeitada a heterogeneidade de interesses atual e potencial dos mesmos; 2) operacionalizar e dar eficácia às funções do Estado de regulador e calibrador do desenvolvimento estruturalmente contraditório do padrão de reprodução social escravista mercantil que se quer ver preservado, expandido e aprofundado. Mais uma vez, será o projeto político do liberalismo que dará sustentação ao equacionamento desta complexa questão. Nas palavras de Florestan:

A outra polarização do liberalismo o associava, definidamente, com a construção de um Estado nacional. Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como “meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam. Nesse nível, o liberalismo possui nítido caráter instrumental e se propõe o complexo problema de como criar uma Nação num país destituído até das condições elementares mínimas de uma “sociedade nacional” (FERNANDES, 1981a, p. 34-5).

A importância da montagem do Estado advinha, em primeira instância, do fato de que:

Na medida em que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela extensão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no País concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as nações hegemônicas do sistema (FERNANDES, 1981a, p. 35).

Mas isso não é tudo: tendo em vista, por um lado, a fragilidade dos elos econômicos capazes de consolidar a unificação política e ideológica do senhorio, e, por outro lado, o violento padrão de conflito social interno e a heteronomia econômica estrutural da plantagem escravista, torna-se impositiva a constituição de um Estado nacional forte e centralizado o suficiente para que sua representação e defesa dos interesses do conjunto do senhorio conte com alguma eficácia¹¹². A forma política encontrada para o equacionamento deste conjunto de questões será a monarquia centralizada, constitucional, parlamentar e democrático-excludente. O pivô da engrenagem será a restrição, em última instância, da sociedade civil (à qual o Estado

liberal deve se submeter e representar) ao senhoriato. Florestan expõe os fundamentos dessa peculiar ordenação política com maestria:

A sociedade civil não era tão somente o palco em que se movimentava o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a “sociedade” e a “Nação”. As bases perceptivas e cognitivas de semelhante representação seriam fáceis de explicar, como decorrência da identificação psicossocial do sujeito com o mundo em que transcorria sua existência e no qual suas probabilidades de ação social ganhavam significação política. Por essa razão (e também como consequência semântica da dominação estamental: os “outros” não contavam, sendo portanto desnecessário pensar ou falar em nome deles), as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (a qual, como apontamos, delimitava o espaço social de sua vivência e de sua experiência). Termos ou expressões como “Povo”, “Nação”, “Opinião Pública”, “o Povo exige”, “o Povo aguarda”, “o Povo espera”, “interesses da Nação”, “a segurança da Nação”, “o futuro da Nação”, “a Opinião Pública pensa”, “a Opinião Pública precisa ser esclarecida”, “a Opinião Pública já se manifestou contra (ou a favor)” etc. indicavam pura e simplesmente que os diversos estratos das camadas senhoriais deviam ser levados em conta nos processos políticos, desta ou daquela maneira. As verbalizações desse teor não eram meras ficções semânticas. Algumas vezes isso sucedia. Mas, com frequência, elas denotavam o nível dentro do qual a dominação estamental aparecia como momento de vontade dos agentes e traduzia alternativas políticas de consenso ou de oposição. Nessa esfera, imperavam a liberdade e a igualdade, tornando-se indispensável atender os requisitos da opinião livre, como condição para garantir o substrato social, moral e político da dominação senhorial, no plano estamental. Em suma, sem precisar ser monolítica e inflexível, esta precisava ter um mínimo de homogeneidade e devia exprimir, real ou virtualmente, a solidariedade política existente ao nível dos estamento senhoriais. A democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, a necessidade e o recurso do equilíbrio,

da eficácia e da continuidade da dominação estamental. O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão) recomendáveis, suscetíveis de merecer a aprovação ou de obter o consentimento dos cidadãos prestantes e da parte socialmente válida dos cidadãos ativos. Por essa razão a sociedade civil constituía o ponto de referência do debate político e encarnava, em última instância, o árbitro figurado que iria julgar ou estaria julgando o mérito das decisões (FERNANDES, 1981a, p. 43-4).

A circunscrição política da sociedade civil não negava, contudo, a diversidade e o desenvolvimento da mesma. Isso implicava que segmentos sociais portadores de uma inserção social não especificamente senhorial tivessem acesso ao plano político. Tal consequência era importante e funcional na medida em que a dimensão mercantil do latifúndio exigia e impunha a participação social em todos os níveis de segmentos sociais (forâneos ou internos) envolvidos com a mercantilização dos produtos coloniais. Contudo, a hegemonia política dos segmentos senhoriais precisava ser preservada a qualquer custo, o que envolvia a convivência de uma ordem política liberal e democrática excludente com instituições de caráter essencialmente autoritário, mesmo quando referidas à restrita sociedade civil imperial. Isso será garantido, em primeira instância, pela forte centralização política imperial e pela constituição e vigência de instituições como o senado vitalício e o conselho de Estado que, articuladas ao poder moderador, definiam os estreitos limites dentro dos quais a ordem institucional poderia servir de canal de expressão e realização de anseios e reivindicações contraditórias ao projeto da elite do estamento dominante. Essas instituições, por sua vez, viriam complementar e garantir plena eficácia à apropriação ideológica dos princípios do liberalismo e sua transformação em instrumento de defesa da limitação dos “níveis em que a ação do Governo e a presença do Estado envolviam concentração de poder suficiente para neutralizar o particularismo da dominação estamental” (FERNANDES, 1981a, p. 44-5).

O resultado final desta hábil montagem política será a

consolidação de uma ordem nacional que estará no centro da profunda redefinição do padrão de reprodução econômica e da trajetória dinâmica da sociedade escravista mercantil brasileira ao longo do século XIX. A explicitação deste processo e de sua vinculação orgânica com a crise da Era Neocolonial serão objetos da seção seguinte deste capítulo. Antes, porém, uma última observação.

O relato feito acima revela a profundidade de uma contradição que já havia sido enfrentada por nós no terceiro capítulo: o caráter simultaneamente mundial e nacional da Era das Revoluções burguesas. Afinal, como vimos anteriormente, o processo brasileiro de independência nacional comporta uma insofismável dimensão revolucionária capaz de defini-lo como um momento (ainda que menor e subordinado) do processo mais geral de emergência do modo especificamente capitalista de produção em nível internacional. Vale dizer: não é possível ignorar-se a contemporaneidade do processo brasileiro de independência e constituição de um Estado nacional formalmente moderno e liberal. E isso tanto mais quando - como é evidente - esta modernidade não está referida apenas à forma do ordenamento político interno, mas sim - e acima de tudo - ao avanço contraditório das relações sociais competitivas em nível da elite da sociedade escravista com base na nova qualidade e intensidade das relações desse segmento social com o capital comercial internacional.

Por outro lado, não se pode negar a centralidade da dimensão conservadora, pré-capitalista e contrarrevolucionária do movimento histórico consubstanciado na independência, dimensão esta que se manifesta desde já no caráter instrumental deste movimento para a sustentação e aprofundamento do escravismo enquanto relação social básica de produção. Ou, em outras palavras: não se pode perder de vista que o fundamento em última instância da incorporação da ideologia (e, de forma necessariamente descaracterizada, da utopia) liberal por parte do senhorio se encontra nas potencialidades instrumentais da mesma para a sustentação e aprofundamento da ordem escravista e mercantil. Neste sentido, a transição da independência revela-se um caso exemplar e particularmente perverso de um certo padrão de arranjo político conciliatório (infelizmente recorrente no processo histórico brasileiro) cuja tônica é dada pela

regra segundo a qual *“plus cela change, plus c’est la même chose”*.

Ora, mais uma vez o que temos pela frente é uma contradição real. E mais uma vez esta não deve e não pode ser escamoteada pelo resgate unilateral e dogmático de uma dimensão da realidade em detrimento da outra, pois isto só serviria para empobrecer a apreensão teórica deste complexo e rico processo. Pelo contrário, há que se reconhecer a profundidade desta contradição e buscar entender seus fundamentos materiais. É isso que faz Florestan ao afirmar:

Dessa perspectiva, a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma Nação. A coexistência de elementos tão antagônicos provinha de uma realidade inexorável, percebida e apontada mesmo pelos homens que conduziam os acontecimentos (como José Bonifácio, por exemplo). A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial - da escravidão, à extrema concentração da renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente da enorme massa de homens livres que não conseguia classificar-se na sociedade civil e a erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. Portanto a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu

substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1981a, p. 32).

Pode-se dizer, portanto, que os fundamentos materiais da consolidação da independência como processo (contra) revolucionário se encontram, em última instância, nas contradições imanentes ao caráter mercantil de nosso escravismo e na heteronomia e descompasso histórico estrutural de uma economia que se gesta e, ainda nesse período, se reproduz essencialmente como economia colonial.

Mas se esses são os fundamentos materiais da contradição apontada, quais são suas consequências? Ainda que em nível global essa questão só possa ser enfrentada mais adiante, uma dessas consequências pode e deve ser objeto de nossas considerações desde já. Referimo-nos às funções do Estado e à flexibilidade necessária para o cumprimento das mesmas ao longo do tempo. A este respeito, Florestan nos diz:

Essa correlação entre o “velho” e o “novo” [que está no cerne do processo político da Independência] evidencia que o Estado preenchia funções sociais manifestas em dois níveis distintos. As elites dos estamentos senhoriais precisavam dele, quase na mesma proporção: 1º) para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2º) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional. O que tem tornado precária e difícil a distinção é que o primeiro aspecto, por ser chocante na emergência de uma nação do “novo mundo”, é mais visível que o segundo. Mas este não só existiu. Foi ele que tornou possível o êxito da Independência e a continuidade do Império, pois era dele que partiam as forças mais ou menos profundas de inovação e reconstrução (FLORESTAN, 1981a, p. 47).

Vale dizer: ao Estado imperial caberá tanto preservar a ordem econômica escravista e senhorial, quanto aprofundar a integração da sociedade que se desenvolve como sociedade propriamente nacional. É evidente que essas funções são contraditórias, pois ao aprofundar a integração da sociedade no contexto histórico determinado o Estado abre espaço para o desenvolvimento de relações de mercado a nível interno que entram em confronto com a ordem escravista. Afinal:

o novo contexto político era, nada mais nada menos, que a ordem legal requerida, institucionalmente, pelo Estado moderno. Portanto, por mais que o passado persistisse, ele não se manteria intacto, pois a *sociedade colonial* brasileira teria de converter-se, em vários níveis de sua organização, numa *sociedade nacional*. Além disso, tal processo era irreversível e, apesar do volume das mudanças iniciais interdependentes, que ele pressupunha, deveria desenrolar-se e completar-se no plano da duração secular e através da colaboração, da competição e do conflito de um grande número de gerações sucessivas (FERNANDES, 1981a, p. 46).

A solução do conflito será dada pela busca permanente em administrar e regular o processo de modernização a partir da lógica e dos interesses dos segmentos senhoriais. Isto envolverá não apenas todo um trabalho político voltado para o adiamento da emergência de transformações na ordem legal, jurídica e institucional capazes de adequar a sociedade e o Estado à ordem social competitiva e moderna. Tão importante quanto isso será a consolidação de mecanismos (associados à sustentação do caráter patrimonial do Estado) que permitem transformar em letra morta toda a ordem legal e jurídica moderna que contradiga frontalmente os interesses da elite do estamento dominante. Nesses casos, a legislação moderna não consegue alcançar qualquer vigência efetiva, não passando de uma legislação “para inglês ver” que tem como única função o cumprimento meramente formal de acordos pactuados com os parceiros válidos do senhorio interessados na aceleração do processo de modernização. Um exemplo clássico desse procedimento

é a Lei Feijó, de sete de novembro de 1831, que proibia o tráfico negreiro e impunha penalidades aos traficantes. Essa lei, que resultava da Convenção de 1826 com a Inglaterra, não surtiu qualquer efeito real, impondo nova legislação em 1850 cuja eficácia só pode ser entendida a partir do aumento das pressões inglesas consubstanciadas no *Bill Alberdeen*.

A constatação do descompasso entre o ordenamento legal e o ordenamento real que preside o padrão efetivo de reprodução da sociedade não retira, contudo, importância e significado daquele primeiro. O que importa ressaltar é que a equação política montada permitia a absorção interna crescente da ordem jurídica e institucional adequada à vigência e do desenvolvimento da sociedade de classes. O segredo desse processo se encontra no fato de que:

As condições histórico-sociais imperantes favoreceram, singularmente, o rápido envolvimento [do conjunto dos] segmentos das elites senhoriais [com a ordem institucional requerida pela sociedade moderna] e, o que é mais importante, imprimiram à modernização amplitude, proporções e intensidade consideráveis para uma sociedade literalmente submersa no tradicionalismo. O setor que eventualmente poderia resistir às mudanças encontrava nelas um meio para conquistar autonomia real e para assumir o controle político da Nação emergente. Doutro lado, como ele próprio regulava e conduzia, através de suas elites, as diferentes fases do processo, nada tinha a temer das inovações socioculturais e tudo tinha a ganhar do que elas representassem para a “organização nacional” (FERNANDES, 1981a, p. 65).

Assim, o fato de que a institucionalidade moderna só ganhasse vigência efetiva de forma paulatina e circunscrita ao interior dos segmentos sociais privilegiados, não pode obscurecer o fato de que:

Um País que mal emergia do estatuto colonial e que não podia pôr termo à ordem social herdada do sistema colonial, engendrava não só um Estado nacional bastante *moderno*, mas, sobretudo, virtualmente apto à

modernização ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais (FERNANDES, 1981a, p. 38).

Mais ainda do que isso: a modernidade da forma assumida pelo Estado imperial escravista não se consubstanciará apenas em uma capacidade adaptativa do mesmo aos processos de modernização em curso impositivo no interior da sociedade civil. O Estado se estruturará de tal forma a contar com instrumentos portadores de potencialidades impulsivas do processo de modernização da sociedade, instrumentos estes que - a partir do momento em que o desenvolvimento das relações competitivas em nível interno e a crise da ordem escravista se mostrar inexorável - serão efetivamente utilizados para administrar politicamente a transição interna do escravismo para a ordem capitalista assentada sobre o assalariamento. Este processo será mais visível a partir de meados da década de 1860, quando o Estado imperial será mobilizado com vistas ao ordenamento da assimilação crescente da ordem tecnológica e societária capitalista no momento em que a economia mundial inicia a transição para sua etapa imperialista.

O que importa reter de todos os desenvolvimentos acima é que a capacidade de administração do processo de modernização social e econômica interna demonstrada pelo Estado escravista imperial não resulta de qualquer autonomia (relativa ou não) dessa instituição frente à sociedade civil e à elite do estamento dominante no período. Essa capacidade do Estado imperial escravista de, em momentos distintos, postergar e impor a vigência de uma institucionalidade moderna, resulta tão somente do fato de que a ordem escravista mercantil comporta um padrão de reprodução marcadamente contraditório, o que impõe a emergência de funções e práticas igualmente contraditórias à sociedade política que se gesta sob essa ordem.

7.2 Dinâmica e crise da Era Neocolonial

Se tivéssemos de definir em poucas palavras o significado econômico da era histórica neocolonial para Florestan, diríamos que

esse se encontra na estruturação do processo de acumulação primitiva interna de capital. Ora, aceitarmos essa caracterização como ponto de partida da investigação sobre a dinâmica econômica da era neocolonial implica desde já o reconhecimento do caráter tardio do processo de acumulação primitiva no Brasil. Mas isso não é tudo: o simples fato de que este processo se dê no momento em que o comércio internacional começa a ser hegemônico pelas potências capitalistas industrializadas já revela que a acumulação originária brasileira não poderá comportar o mesmo conteúdo e conseqüências que a acumulação originária na Europa.

De fato, as diferenças quantitativas e qualitativas desses dois processos serão extremamente significativas. A clareza de Florestan a esse respeito é insofismável, e está na base das importantes diferenças de sua leitura com a de outros autores que também reputam um caráter tardio à emergência e consolidação do processo de acumulação de capital no Brasil. Para que se entendam essas diferenças é preciso compreender como Florestan interpreta as conseqüências do término do estatuto colonial para o processo de distribuição do sobretabalho escravo entre os agentes econômicos internos e externos.

Para Florestan, os limites dentro dos quais a nova equação política referida à montagem do Estado nacional é capaz de determinar a endogeneização do excedente produzido a partir da sustentação da ordem econômica colonial são bastante estreitos. Não será por outra razão que este autor recusa qualquer movimento de fazer derivar a Era Neocolonial diretamente do fim do estatuto colonial. Ainda que não se possa encontrar em sua obra uma análise sistemática dos rebatimentos da nova ordem internacional (e da nova divisão mundial do trabalho que essa gesta) sobre o padrão de formação de preços (e, portanto, de apropriação e distribuição do valor) dos produtos coloniais brasileiros, Florestan deixa bastante clara sua interpretação de que a forte competitividade internacional e a débil acumulação interna de capital durante o período colonial minam profundamente o poder de barganha dos setores nacionais no rateio do excedente gerado pela economia escravista. Assim é que nos diz:

Os agentes ou as agências econômicos estrangeiros, interessados em operar na esfera da comercialização dos “produtos tropicais” ou em tirar proveito das aplicações do excedente econômico que aquela produzia, viram-se em condições de assumir o controle econômico da antiga Colônia, sem riscos imprevisíveis, de natureza política e sem os vários tipos de ônus econômicos resultantes do sistema colonial. Na verdade, o essencial consistia na reelaboração econômica da apropriação colonial. As alíquotas de que participavam a Coroa, seus prepostos e as companhias comerciais poderiam ser extintas ou redistribuídas. Na primeira alternativa, a própria apropriação colonial seria condenada; na segunda, ela seria redefinida e reimposta por meios estritamente econômicos. O problema que se colocava para o produtor brasileiro e para o importador estrangeiro estava em decidir como se processariam as coisas e quem ficaria com a parcela maior das vantagens decorrentes (FERNANDES, 1981a, p. 92).

E, logo adiante:

[...] a situação do mercado imperante tolheu [os anseios do segmento senhorial interno], deixando-lhes, realmente, apenas a perspectiva de acomodação à substituição dos tipos de controle. Tiveram, pois, de se contentar com as vantagens econômicas inerentes à autonomização política do País, deixando aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica, que só seria eliminada se se extirpasse a grande lavoura exportadora. Os importadores estrangeiros aproveitaram-se, por sua vez, da estrutura da situação de mercado interna e das disposições econômicas da aristocracia agrária. Como só eles dispunham de recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais para pôr em marcha os *desígnios nacionais* acalentados pela autonomização política, coube-lhes dirigir, na realidade, a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional. Aceitando a internalização dos processos de exportação e de importação e deslocando a marginalidade econômica do

exportador brasileiro do nexo político para o nexo econômico, ao mesmo tempo em que se acomodavam às transformações e às vantagens econômicas que elas conferiam à aristocracia agrária emergente, os agentes econômicos externos criavam bases frutíferas para uma composição vantajosa. Em pouco tempo, conseguiram lograr tamanho êxito nessas operações, que converteram a aristocracia agrária em uma espécie de “sócio menor”, malgrado as tendências e as consequências políticas internas da burocratização da dominação patrimonialista (FERNANDES, 1981a, p. 92-3).

Ora, as duas passagens reproduzidas acima não fazem mais do que referendar a leitura introduzida anteriormente a respeito da centralidade da montagem do Estado e de sua política econômica tendo em vista a heteronomia econômica estrutural do senhoriato e da economia nacional. O que fundamenta esta interpretação é o fato de que, sob a nova ordem competitiva mundial gestada pela revolução industrial, pelo menos uma parcela do excedente apropriado no interior do circuito de comercialização das mercadorias coloniais será deslocado do mesmo (sendo parcialmente redistribuído, e parcialmente destruído enquanto valor) com a crise do padrão especificamente mercantil de valorização. Ou, em outras palavras: a superação do padrão de esbulho da economia interna que resultava da vigência do antigo sistema colonial não pode determinar a endogeneização daquelas rendas metropolitanas que se assentavam exatamente sobre os monopólios institucionais e o exclusivo de comércio. A constituição do modo especificamente capitalista de produção em nível dos emergentes países hegemônicos envolve a gênese de um novo padrão estrutural de produção e distribuição do excedente que se desenvolve em detrimento dos setores produtores de bens primários e mercantis e a favor dos novos setores industriais e financeiros. Por isso mesmo, pode-se dizer que, a despeito de sua inquestionável importância, o processo de endogeneização das antigas rendas metropolitanas será apenas parcial, vendo-se profundamente restringido pela nova dinâmica do comércio internacional.

Isso não significa, evidentemente, que a endogeneização de parte do excedente anteriormente apropriado por Portugal não venha

a ocorrer de forma alguma. Florestan chama a atenção tão somente para a necessidade de que não se perca de vista a radicalidade da ruptura histórica representada pela revolução industrial ao dimensionarmos aquele processo. De fato, os polos mais importantes pelos quais este processo se deu encontram-se centrados em dois níveis: a) na internalização total (se desconsiderarmos os compromissos com a dívida externa) dos fluxos de receitas e gastos do Estado; e b) na internalização de uma parcela maior dos rendimentos provenientes de certos circuitos produtivos e comerciais que anteriormente se efetivavam ou eram controlados totalmente desde fora. Ora, vale a pena notar que nenhum destes dois desenvolvimentos traz imediatamente ganhos econômicos para o senhoriato. Em particular é importante observar que, se a constituição do Estado nacional impõe a endogeneização de uma parte alíquota maior do excedente global produzido internamente (que será necessária à criação e sustentação do conjunto de instituições capazes de garantir um adequado funcionamento àquela instituição), esta parcela do excedente consubstanciada na arrecadação fiscal e parafiscal do Estado não assume imediatamente a forma de apropriação privada e, portanto, de substrato da acumulação privada de capital em nível interno. Mas isso não é tudo: pelo menos uma parcela do ônus representado pela montagem do Estado e sustentação de seus gastos correntes recairá sobre os próprios segmentos proprietários nacionais, o que implica certas vantagens para o capital industrial e comercial das potências emergentes que - diferentemente do que ocorria sob o Antigo Sistema Colonial - não terão mais de participar impositivamente da sustentação das instituições e dos aparelhos regulatórios e repressivos necessários à manutenção da ordem social e produtiva interna.

Finalmente há que se levar em consideração o fato de que, mesmo aquela parcela do excedente econômico apropriado na Era Colonial pelos agentes mercantis portugueses e não destruída ou redistribuída em prol do capital industrial forâneo, tenderá a ser apropriada pelos agentes comerciais externos. Como as passagens de Florestan reproduzidas acima deixam claro, a debilidade do poder de barganha econômica do senhoriato escravista é estrutural. Seu ponto de partida é o fato de que o processo de realização das mercadorias coloniais se encontra totalmente fora de seu controle.

Mas isso não é tudo: tendo em vista a profunda fragilidade da acumulação interna ao longo da Era Colonial¹¹³, parcela expressiva dos custos da *plantagem* escravista terá de ser financiada pelo capital comercial externo. Esse fato determina não apenas a canalização para fora de um importante fluxo de receitas. Implica igualmente a perda de controle sobre a dinâmica de expansão, continuidade e transformação a longo prazo da produção de certos bens coloniais. Esse processo dinâmico será definido em níveis não desprezíveis pelos interesses (primariamente econômicos, mas também geopolíticos) das burguesias industriais forâneas, e se consubstanciará na dificuldade do conjunto dos produtores escravistas em se inserirem de forma sólida e perene no circuito mercantil internacional tendo por base uma produção de bens primários simultaneamente diversificada e centrada sobre produtos efetivamente estratégicos (como o algodão, por exemplo) para o comércio mundial.

A debilidade crônica da acumulação interna de capital a partir dos limites à endogeneização do excedente não será, contudo, a única peculiaridade de nossa fase de acumulação originária. Como é sabido, mais importante ainda do que o volume alcançado pela acumulação pré-capitalista de valor-capital são os reflexos desse processo sobre a ordem produtiva circundante. É o padrão de resposta da antiga ordem econômica ao desenvolvimento das formas primitivas de acumulação capitalista - a receptividade maior ou menor daquela à generalização das relações mercantis em seu interior e sua capacidade de gerar novos agentes sociais vinculados organicamente às bases materiais do trabalho abstrato - que determinará a eficácia histórica maior ou menor das referidas formas no sentido de estimular a gênese do modo especificamente capitalista de produção. E aqui se introduz mais uma especificidade de nossa acumulação originária tardia. Diferentemente do que ocorreu na Europa onde este processo levou a um expressivo desenvolvimento de circuitos mercantis produtivos (artesanais e manufatureiros) urbanos (que servirão de base para a transição à grande indústria), a equação exportadora de economia neocolonial brasileira e a imposição do livre-cambismo debilitará sobremaneira o dinamismo destes mesmos setores no nível interno ao longo da era histórica responsável pela constituição das

bases capitalistas da economia.

Como se isso não bastasse, a sustentação e expansão do escravismo alicerçado sobre o tráfico atlântico determinará a continuidade do processo de transferência de parcela expressiva do excedente gerado na produção escravista para o controle do velho capital mercantil, agora internalizado. Sem dúvida alguma, a internalização parcial dos ganhos e dos agentes sociais ligados ao tráfico tem amplo significado histórico e econômico. Esse, como bem nos lembra Florestan, será um dos pilares do processo de acumulação originária *interna*. Em suas palavras:

A questão é clara: a emancipação fez com que o Brasil também participasse do circuito do “mercado triangular”. Ainda que se escoasse para fora uma boa parte dos lucros produzidos pelo tráfico, a partir da abertura dos portos, do Vice-Reinado¹⁴ e da Independência uma boa parte da riqueza que tinha essa origem ficou em “praças brasileiras” (FERNANDES, 1977, p. 27).

Contudo, tampouco esse movimento pode ser superestimado na análise dos determinantes do processo de desenvolvimento econômico do qual o Brasil será palco ao longo da era neocolonial e que gerará as condições para a continuidade da transição para a ordem burguesa como um processo típico de revolução dentro da ordem. E isso porque, a despeito da liberalização da economia e do aprofundamento da ordem competitiva no interior dos círculos ligados à mercancia, o tráfico negreiro - em função de suas próprias características estruturais - continuará dominado por setores com grandes dificuldades para superarem a lógica tipicamente mercantilista de acumulação. Afinal, o tráfico é um empreendimento essencialmente especulativo que tem sua lucratividade determinada, antes de mais nada, pela preservação de relações sociais de produção pré-capitalistas tanto no país comprador da mercadoria, quanto nas regiões ofertantes do braço escravo, onde o segredo comercial e os acordos políticos com as tribos apresadoras (com ou sem a anuência e participação nos ganhos dos Estados metropolitanos das distintas colônias africanas) valem muito mais do que qualquer processo de

racionalização e modernização financeira, comercial e produtiva. O horizonte econômico, cultural e político desses agentes é assim extremamente limitado. Seus interesses maiores - e em grande parte, o resultado objetivo de suas ações - passam pela sustentação de um padrão de crescimento tipicamente horizontal da economia, preservado o escravismo e, em sua essência, o *status quo ante*.

A percepção das profundas diferenças entre nosso próprio processo de acumulação originária e o processo europeu não deve obscurecer, contudo, as igualmente notáveis similaridades desses dois movimentos históricos. Afinal, ambos têm o mesmo ponto de partida: a capitalização interna de um excedente extraído a partir da sustentação política de condições de exploração de trabalho que são não-especificamente capitalistas, e a substancial ampliação da fração do patrimônio senhorial que deixa de servir de base à produção de valores de uso para comprometer-se com a valorização de valor a partir do desenvolvimento das relações mercantis/monetárias em nível interno. Como se isso não bastasse, ambos os processos históricos resultarão - como desdobramento da diversificação da estrutura (re) produtiva interna - na emergência e crescente importância econômica e política de agentes identificados com o aprofundamento da ordem social capitalista. Na base de todo o processo, as condições históricas que permitiram a superação das tendências à entropia inerentes ao latifúndio escravista colonial e que se consubstanciarão na montagem de um Estado nacional capaz de articular uma política econômica voltada para a defesa desse Estado. Nas palavras de Florestan:

O único fato positivo, de teor dinâmico novo, [derivado da emancipação] relaciona-se com as potencialidades econômicas da grande lavoura. No passado colonial recente, elas eram tolhidas, solapadas ou neutralizadas através de mecanismos dirigidos pela Metrópole; a emergência da ordem social nacional não só representou a abolição desses mecanismos, como o aparecimento de novas condições, naturais e artificiais, de incentivo e de proteção aos “interesses da lavoura”. Por conseguinte, a relação da lavoura com o contexto econômico sofreu alterações relevantes e suas potencialidades econômicas

foram rapidamente absorvidas pelo meio socioeconômico. [...] Há a considerar aí, dois tipos de conseqüências: 1º) as reações em cadeia à supressão do estatuto colonial e da ordem social correspondente; 2º) as pressões diretas e indiretas que as novas estruturas políticas exerciam sobre a diferenciação e a expansão do sistema econômico. Essas pressões não podem ser subestimadas, pois, no caso, a construção de um Estado nacional independente teve de ser acompanhada da criação e da diversificação de vasta rede de serviços (o que contribuiu para acelerar o desenvolvimento urbano), e significou o controle do poder pelas elites senhoriais (o que acarretou um novo tipo de adaptação da economia do País às condições heteronômicas impostas pelo mercado externo) (FERNANDES, 1981a, p. 61-2).

E, adiante:

Como os processos econômicos mais significativos para o crescimento [ao longo da Era Neocolonial] se desenrolavam como conseqüência das transformações no modo de ordenar, dirigir e explorar os fatores econômicos (efeitos econômicos de um processo político: a grande lavoura libera-se dos entraves resultantes do *estatuto colonial* e organiza-se como força econômica), as alterações estruturais e dinâmicas mais relevantes ocorrem em nível da reorganização do fluxo de renda e do seu impacto sobre a economia interna. Antes, o fluxo da renda era canalizado de dentro para fora. Graças à extinção do estatuto colonial e à Independência, ele passa a orientar-se para dentro. Parece fora de dúvida que, tanto no plano interno quanto no plano da vinculação com o mercado externo, as vantagens diretas e imediatas foram, como salientam os estudiosos, pouco profundas. O país livrou-se da condição legal de Colônia, mas continuou sujeito a uma situação de extrema e irredutível heteronomia econômica. Não obstante, como as elites senhoriais absorveram o controle da economia, do Estado e da vida social, elas não só colocaram um paradeiro ao “esbulho colonial”, transferindo para si próprias parcelas da “apropriação colonial”, que ficavam nas mãos da

Metrópole ou de seus agentes econômicos. Elas adquiriram uma posição mais vantajosa seja para participar de forma compensadora na renda gerada pela exportação, seja para gerir livremente as aplicações reprodutivas (ou sibaríticas) do excedente econômico. Sob esses aspectos, a constituição de um Estado nacional independente punha termo à forma de expropriação colonial, que submetia o agente econômico interno a uma inevitável e irredutível espoliação típica. Além disso, deixava-o livre para explorar, nos limites de suas possibilidades, os modelos de ação econômica absorvidos dos centros hegemônicos externos (FERNANDES, 1981a, p. 63).

Dois aspectos são centrais nas passagens de Florestan reproduzidas acima: 1) a relevância dada por este autor à constituição do Estado enquanto instituição impulsiva da diferenciação da economia interna e articulador de uma política econômica capaz de definir um fluxo interno de renda no sentido da defesa dos ganhos do senhorio escravista; 2) as consequências positivas deste movimento histórico para a emergência de agentes sociais (incluindo-se aí uma parcela expressiva do próprio senhorio escravista que, crescentemente, aburguesa suas concepções econômicas e políticas) identificados com o aprofundamento da ordem mercantil. Quanto ao primeiro aspecto, Florestan dirá:

Para resguardar-se dos efeitos nocivos ou desvantajosos [da situação de crônica heteronomia econômica], sempre que a adversidade o exigisse com alguma latitude e segundo certos mínimos de modo permanente, os “senhores rurais” aprenderam bem depressa a manipular estrategicamente, em seu favor, os fatores de defesa interna que pudessem ser mobilizados com relativa eficácia. Por essa razão, a extrema concentração da renda ocultava uma política tipicamente estamental de proteção dos interesses econômicos senhoriais, contra qualquer outro tipo de interesse, indivíduos, de outros grupos ou da coletividade. Daí provinha um envolvimento explícito do Estado numa teia de obrigações que deveriam recair sobre a iniciativa privada, mas que esta reclamava como um direito (da criação de capital social, que beneficiasse unilateralmente

os interesses privados ou coletivos dos lavradores, à intervenção direta ou indireta na gestão de mecanismos adicionais de transferência da renda para a “Lavoura”) (FERNANDES, 1981a, p. 70).

Em nível da política de administração da oferta e do controle da força de trabalho, a aderência das gestões estatais aos interesses da lavoura é mais do que clara, manifestando-se de forma privilegiada em três momentos: na sustentação do tráfico negreiro até 1851, a despeito das pressões inglesas¹¹⁵; no gradualismo do processo de extinção do escravismo internamente¹¹⁶; e, nos últimos momentos do Império, na adoção de uma política imigrantista (em que o Estado assumia crescentemente o ônus do processo¹¹⁷) adequada à montagem de um mercado de trabalho livre e redundante capaz de determinar a depressão ao máximo da taxa de salário interna. O mesmo há de se notar no que diz respeito à política agrária. O fim do processo de doação de terras sob o estatuto das sesmarias já no primeiro Império¹¹⁸, a abolição dos morgados e das capelas durante a Regência, a absoluta tolerância com os processos de grilagem de terras de que serão palco as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste paulista, e a votação da nova lei de terras em 1850 consagradora do latifúndio e inibidora do acesso dos homens livres pobres à propriedade do solo, são medidas que vão no sentido do fortalecimento da posição econômica e social do senhorio.

Não será distinta a avaliação que se pode fazer do caráter das políticas tributária, cambial e monetária. No que diz respeito à primeira, o que chama a atenção é a insuficiência crônica da carga tributária interna para dar conta das necessidades correntes do Tesouro. Entre outros fatores, Heitor Ferreira Lima apontará como causa dessa insuficiência o fato de que:

os setores de maiores rendimentos (os produtores agrícolas e a terra) eram os que sofriam menos taxações, recaindo sobre as cidades e os habitantes urbanos os mais elevados ônus tributários, numa verdadeira discriminação de classes a tal respeito¹¹⁹ (LIMA, 1976, p. 255).

Ainda segundo Lima, os recorrentes déficits orçamentários originados pela própria política fiscal serão parcialmente cobertos com empréstimos externos, cujas amortizações e juros contribuía para o aprofundamento dos problemas de balança de pagamentos. Esses problemas, por sua vez, eram enfrentados com desvalorizações cambiais que transferiam o ônus dos desequilíbrios mais uma vez para os setores urbanos, ao mesmo tempo que ampliavam as rendas nominais dos setores ligados à produção e comercialização dos bens exportáveis.

O funcionamento do sistema de câmbio flutuante - necessariamente associado a um padrão monetário fiduciário - não deve ser interpretado, contudo, como um sinal de extemporânea modernidade. Ele revela, é bem verdade, o desenvolvimento de relações mercantis especificamente internas que impõem o desenvolvimento de um padrão monetário capaz de garantir certa autonomia no controle da liquidez da economia. Mais do que isso: revela a complexificação das relações de débito e crédito da mesma, que passam a ser garantidas por títulos governamentais (é a isto que se reduz o papel-moeda emitido pelo governo, seja ou não conversível e tenha ou não curso forçado). A importância desses movimentos é inquestionável: eles são os signos mais claros da modernidade em gestação. Mas não se pode ignorar quais são as bases da representatividade do Estado que permitem à fíducia se constituir como mola mestra do avanço das relações mercantis e de débito e crédito internas: ela se encontra assentada sobre o compromisso de sustentação da ordem escravista, e, portanto, sobre a limitação do desenvolvimento da ordem contratual e mercantil. Por isso mesmo, deve ser interpretada com muito cuidado a correta afirmação de Granziera de que:

[a] lei n. 54 de 6 de outubro de 1835 [consubstanciava-se em um] poderoso instrumento anticolonial e de afirmação de uma economia nacional mercantil. Por essa lei foi suprimido o curso dos antigos bilhetes de banco e moedas de cobre, sendo ambos substituídos por papel-moeda oficial. Este passou a coexistir como moeda ao lado do metal, sendo ambos irrecusáveis em todo o território nacional (GRANZIERA, 1979, p. 24).

Afinal, como bem o sabe este autor, a modernidade do padrão monetário não se traduzirá em políticas monetárias e financeiras igualmente modernas. Ao longo de todo o período imperial, os setores produtivos e comerciais conviverão com intermitentes problemas de liquidez (que estarão na base das grandes crises financeiras de 1857, 1864 e 1875) e crônicos problemas de financiamento de longo prazo. O esforço para sustentar uma política monetária ortodoxa - manifesta nas tentativas de administrar o déficit público pelo endividamento externo e interno do Estado em detrimento do recurso à emissão de papel-moeda, assim como nos fortes controles impostos à emissão bancária -, e a recorrência dos projetos de retorno à pureza do padrão-ouro não podem ser interpretados como desvios teóricos ou mera subordinação ideológica dos dirigentes políticos do Estado escravista a interesses forâneos¹²⁰. Esses movimentos respondem, na verdade, à necessidade de se contemplar os interesses da lavoura, cuja reprodução a longo prazo depende, por um lado, do desenvolvimento de circuitos mercantis internos - fundamento da modernidade do padrão monetário -, e, por outro lado, da limitação da irradiação destes mesmos circuitos - fundamento do caráter essencialmente ortodoxo e conservador das políticas fiscal, monetária e financeira¹²¹ no período. É a este padrão regulatório mais geral que Florestan se refere quando diz:

Graças principalmente às facilidades proporcionadas pelo monopólio do poder e pelo controle do aparato estatal, a aristocracia agrária podia diluir socialmente os custos negativos da produção escrava sob o regime senhorial. Lograva preservar, desse modo, as tendências de concentração estamental da renda em um ponto de equilíbrio dinâmico que assegurava continuidade àquela produção e ao próprio regime. Por conseguinte, enquanto essa acomodação pôde perdurar, tornava-se fácil manter as aparências e resguardar o destino da aristocracia agrária dos efeitos perturbadores e desagregadores da concentração do capital comercial e financeiro (FLORESTAN, 1981a, p. 108-9).

As contradições desta política econômica, contudo, não demorarão a se manifestar. Assim, em consonância com os interesses

do senhorio de estabilizar ao máximo a estrutura produtiva e distributiva da sociedade, a política monetária ortodoxa redundará na manutenção ao longo do período de uma taxa de juros cronicamente elevada. Mas este sucesso não deixará de cobrar o seu preço. A perna capitalista do latifúndio - cuja equação financeira sofre de uma debilidade estrutural em função do próprio caráter mercantil do escravismo -, terá que arcar com o aprofundamento de sua dependência com relação aos setores responsáveis pelo financiamento da produção. Por outro lado, a forte imbricação de interesses do senhorio com o capital comercial inglês e a debilidade econômica e militar do novo país o tornará virtualmente incapaz de sustentar, a mais longo prazo, sua resistência às pressões pelo fim do tráfico negreiro. Findo esse, a elevação brutal do preço da escravaria se traduz em um substancial aumento dos custos de produção, reforçado ainda pelo desgaste das terras de plantio que resultam do padrão predatório de cultivo, típico do latifúndio escravista. Se se tem em vista ainda a inflexibilidade para cima dos preços dos produtos coloniais (que se realizam num mercado internacional fortemente competitivo), a elevação dos custos de transporte que resulta da interiorização de certas culturas e o padrão de apropriação dos custos de produção típico do escravismo (em que os custos *variáveis* são mínimos, o que permite a sustentação da produção mesmo em etapas de forte queda de rentabilidade), o resultado inexorável de todo este processo surgirá de forma transparente: a paulatina decadência econômica das células produtivas escravistas associada a uma crescente transferência de rendimentos da lavoura para as atividades comerciais em geral (e especificamente urbanas em particular). Por isso mesmo, na continuidade da passagem reproduzida acima, Florestan dirá:

No último quartel do século XIX, porém, manifestou-se um processo que iria estabelecer uma dissociação mais profunda, afetando o núcleo das relações de produção (primeiro, ao nível da continuidade e da produtividade do trabalho escravo; mais tarde, no plano da administração e da gestão). As pressões do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária atingiram, então, o arcabouço da economia escravista. Essas pressões, vistas

superficialmente, punham em causa o custo e a produtividade do trabalho escravo. Pelo menos foi assim que os fazendeiros de café, na ânsia de preservar o *status* senhorial, tentaram interpretar e explicar o que sucedia. As adaptações econômicas desenvolvidas tendiam a aumentar a capitalização da grande lavoura exportadora, mas em condições que se mostraram ineficientes ou gravosas, pois não iam ao fulcro do problema. Passados certos limites, os efeitos desastrosos, a curto prazo, dessas adaptações, revelaram-se dramaticamente, intensificando de maneira uniforme a margem de heteronomia do senhor agrário e transformando-o em mero joguete nas mãos dos agentes internos ou externos do capital comercial e financeiro (FERNANDES, 1981a, p. 109).

Ora, o exposto acima demonstra que o êxito das políticas econômicas imperiais no sentido de defender a rentabilidade e a acumulação dos setores ligados à produção escravista terá fôlego curto. Florestan expressa essa ideia com a máxima radicalidade quando diz:

Vendo as coisas de uma perspectiva *ex post facto*, não resta dúvida de que havia uma irremediável cegueira na visão econômica dos primeiros fazendeiros-barões. Ao exagerar a única fonte de autonomia que estava ao seu alcance e que era o poder político organizado socialmente, eles esqueceram que não poderiam deter nem modificar as pressões econômicas oriundas do mercado mundial (FERNANDES, 1981a, p. 107).

E adiante:

O sistema estamental de concentração de renda sofria uma distorção, pois deslocava o excedente econômico [...] [para a] expansão de um setor que colidia com os interesses, as concepções do mundo e as formas de dominação inerentes à ordem escravocrata e senhorial vigente. Sem dúvida, a grande lavoura preenchia as funções de polo dinâmico de crescimento econômico.

Fazia-o, porém, à custa do agravamento de sua heteronomia econômica e de sua ruína futura, contaminando as probabilidades de poder que o senhor agrário desfrutava como e enquanto agente econômico (FERNANDES, 1981a, p. 108).

Essas afirmações parecem ser contraditórias com a pretensão de que a política econômica do Império fosse voltada à defesa do senhorio. Mas, absolutamente, não o são. Como muito bem o salienta Florestan, a cegueira do senhorio só é perceptível para nós porque nos encontramos em uma perspectiva privilegiada, observando fatos já transcorridos. Na realidade, a Era Neocolonial se transformará no substrato de nossa acumulação originária de capital justamente porque a política econômica imperial foi eficaz para garantir que o latifúndio se abrisse para (e se envolvesse crescentemente com) o universo mercantil. E isso não foi conseguido apenas a partir da segurança política haurida pelo estamento dominante ao reduzir “o Estado à condição de cativo da sociedade civil” (FERNANDES, 1981a, p. 44). Esta segurança política não teria sido suficiente se o envolvimento com a produção mercantil não resultasse - pelo menos em um primeiro momento - em substantivos ganhos econômicos para os setores produtivos. O vigor econômico das células produtoras de café no Vale do Paraíba na primeira fase destas - fase de grandeza, como diria Stein (1961) -, demonstra suficientemente o sucesso dos arranjos econômicos do Estado escravista. A crise do domínio tem de ser imputada, portanto, às contradições imanentes à ordem escravista-mercantil que, crescentemente envolve o universo capitalista em desenvolvimento (não só em nível externo, mas também internamente), teria de, mais cedo ou mais tarde, colidir com o mesmo e a ele se subordinar.

O crescente antagonismo entre a ordem senhorial-escravista e a ordem capitalista em desenvolvimento não se resolverá, contudo, a partir de uma gradual e tranquila assimilação dos padrões burgueses de organização da sociedade e da produção por parte do conjunto (ou mesmo da maioria) dos membros do decadente estamento dominante. É bem verdade que esta será uma interpretação bastante comum no interior de certa historiografia que - centrando sua atenção sobre a rápida assimilação dos padrões capitalistas de produção por

parte de uma pequena fração do antigo senhoriato (fundamentalmente os cafeicultores paulistas) e sobre a relativa passividade com que as demais frações deste segmento social recebem os impactos da abolição e da República - pretende negar a existência de qualquer antagonismo essencial dos estamentos dominantes sob a (decadente) ordem escravista com o desenvolvimento dos padrões societários e de organização da economia tipicamente burgueses e capitalistas. Os argumentos que sustentam esta (frágil) leitura rapidamente se esvanecem, contudo, quando se atenta para as reais determinações da pequena capacidade de reação senhorial às transformações sociais das três últimas décadas do século XIX. Elas se encontram no esgotamento e perda de eficácia de todos os instrumentos de defesa da ordem escravista, instrumentos estes que foram manipulados à exaustão por quase um século e que acabaram por conduzir à debilitação econômica do latifúndio. Na realidade, à medida em que se desenvolvem e se expõem as contradições da economia escravista mercantil, a parcela francamente majoritária do senhoriato buscará preservar a todo o custo a contraditória ordem econômica e social interna. Para tanto, os cafeicultores do Vale do Paraíba não deixarão inclusive de introduzir processos mais modernos e mecanizados de cultivo e beneficiamento do café na ânsia de driblar o problema da carência de braços de tal forma a postergar ao máximo a abolição da escravatura. Hoje podemos perceber com clareza que esta estratégia não poderia levar a outra consequência que não fosse o aprofundamento da debilidade econômica e financeira do velho latifúndio, retirando dos agentes sociais, a ele vinculados, as bases materiais para se contraporem de forma organizada e coletiva ao avanço da ordem burguesa. Assim, por mais que isso possa parecer contraditório, pode-se dizer que será justamente o apego quase irracional do senhoriato ao escravismo que explicará sua passividade frente à abolição ao final do século.

Isso demonstra que a ordem social escravocrata e senhorial “não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo” (FERNANDES, 1981a, p. 151). Mais importante do que a constatação desse fenômeno, contudo, é a apreensão de um importante desdobramento histórico do mesmo: a debilitação econômica crescente e a perda de capacidade de sustentação da hegemonia política e social por parte do senhoriato

ocupará um papel central na explicação do caráter de nosso processo de transição para a ordem burguesa como uma típica revolução dentro da ordem. A outra face deste processo se encontra no horizonte econômico e histórico dos agentes sociais que se responsabilizarão pela emergência da nova ordem e que conduzirá os mesmos a uma tática política de aliança com os decadentes estamentos dominantes do período que finda. Antes de ingressarmos sistematicamente nessa discussão, contudo, é preciso que consolidemos nossa compreensão do padrão de desenvolvimento destes agentes sociais ao longo da Era Neocolonial.

Já vimos que o aprofundamento da dimensão mercantil do latifúndio escravista acabará por fortalecer a posição econômica dos segmentos responsáveis pelo financiamento e pela comercialização de insumos e bens de consumo para as células econômicas. Mas isso não é tudo: a estruturação do Estado nacional sobre uma base de arrecadação minimamente adequada ao exercício de suas funções regulatórias levará à consolidação de estruturas urbanas e à emergência novos grupos consumidores que impulsionarão o desenvolvimento de circuitos mercantis-produtivos (agrícolas, artesanais, comerciais e de serviços) especificamente internos. Simultaneamente, o desenvolvimento de um capital social básico, voltado primordialmente para a agilização da comercialização e do transporte das mercadorias coloniais de exportação, acabará por determinar igualmente o fortalecimento dos circuitos mercantis internos que se abrem a partir das demandas propriamente rurais. O resultado natural destes processos de alargamento do comércio interior será a significativa ampliação dos ganhos econômicos dos setores que controlam o mesmo (a partir da ampliação dos volumes intercambiados e da maior racionalização dos transportes que conduz à depressão de seus custos unitários).

Todavia, a ampliação do potencial de acumulação dos agentes mercantis internos não teria a expressão que teve não fosse a estreiteza dos laços da economia nacional com a economia capitalista mundial. Como bem o observa Faoro:

Já em 1840, metade do comércio exportador pertence a firmas inglesas, circunstância que não se atenua, nos anos

seguintes. Graças a esse quisto econômico, a Inglaterra conseguiu manter sua posição de superioridade no Brasil, mesmo quando a maior parte das exportações de café se dirigem aos Estados Unidos. O desequilíbrio entre as exportações cobria-se pelos créditos fornecidos pelo inglês. Um embaixador brasileiro em Londres, no ano de 1854, queixava-se que o comércio brasileiro se faz com capitais ingleses, em navios ingleses, por companhias inglesas. O lucro, os juros, o seguro, as comissões, os dividendos corriam sempre para o bolso dos negociantes ingleses. Philipps Brothers & Co, e Johnston & Co e outros dominam a rede exportadora, deixando, não obstante a firmeza de seus tentáculos, uma área autônoma, espasmodicamente industrializadora e autonomista. A presença inglesa não absorve o comissário e o fazendeiro, senão que a eles se superpõe. Somente por exceção, o exportador se fazia fazendeiro ou comissário. O comissário torna-se dependente do exportador, que lhe compra a safra e lhe adianta recursos. Poupa-se a casa exportadora dos riscos do negócio, preservando o comissário, dado que, antes da compra do café, vende-o em Nova Iorque, negócio possível em consequência da sua projeção internacional. De outro lado, o comércio importador, também predominantemente inglês, não engole o comércio nacional, que funciona como agente distribuidor daquele. No topo dessa organização, o capital financeiro - os bancos ingleses - comanda o jogo, sustentando o complexo exportador-importador e os negócios das companhias estrangeiras (estradas de ferro, serviços urbanos, portos, etc.) (FAORO, 1975, p. 414-5).

Vale dizer, a hegemonia econômica do capital internacional não envolve a destruição dos espaços específicos de reprodução do capital comercial nacional. Antes pelo contrário: seja para fugir dos riscos representados pelo financiamento direto à produção escravista, seja porque a rentabilidade da distribuição interna das mercadorias importadas é desinteressante, o capital internacional buscará se aliar e preservar os intermediários internos. Contudo - e aqui nos deparamos com o ponto crucial -, a sustentação desta aliança econômica estará diretamente relacionada com a capacidade dos

setores mercantis nacionais de assimilarem os padrões de gestão e organização dos negócios exigidos pelos parceiros forâneos¹²². Vale dizer: o capital comercial internacional (em consonância com o próprio segmento latifundiário) não tolerará a sustentação de práticas comerciais retrógradas, capazes de elevarem seus custos de operação e deprimir seus ganhos em favor dos débeis setores comerciais nacionais.

Dessa imposição do capital internacional vão emergir três quadros: ou os setores mercantis internos não conseguem se modernizar e são atropelados pelos setores forâneos que passam a ocupar as fatias mais lucrativas de seu próprio mercado; ou os setores mercantis nacionais conseguem se modernizar, mas, tendo em vista seus vínculos orgânicos com a produção escravista interna, entram em crise com a crise dessa (uma vez que o acicate de sua própria rentabilidade derivada das imposições do capital comercial internacional retira-lhe capacidade de adaptação e diversificação); ou, finalmente, o capital mercantil interno moderniza-se e, por estar ligado a centros consumidores de maior potencial de enfrentamento à crise e ao desenvolvimento, consegue suportar a pressão sobre suas margens de lucro sem que sua capacidade objetiva de adaptação e diversificação seja abalada.

Os dois primeiros quadros levantados acima serão representativos, em maior ou menor grau, dos desenvolvimentos daquelas frações do capital mercantil nacional ligadas à grande produção escravista mercantil das regiões economicamente mais débeis, sejam esses sistemas regionais voltados para a exportação (como no caso do açúcar nordestino), ou não (como no caso do charque e dos muares sulinos). O último quadro espelhará o desenvolvimento do capital mercantil nacional vinculado à comercialização de insumos e de bens de consumo finais para o complexo econômico que se montará em torno da produção cafeeira do centro-sul. Como este segmento:

[...] do setor novo se constituía, também, como setor estruturalmente capitalista (sob o signo do capitalismo mercantil), seus agentes econômicos não sofriam os bloqueios que pesavam sobre a acumulação estamental

de capital [...]. Podiam dinamizar seus comportamentos econômicos, portanto, em direções puramente capitalistas. Explica-se, assim, como uma condição nuclearmente heteronômica [submetidos que eram às pressões do senhorio politicamente hegemônico em nível interno, e do capital comercial forâneo, economicamente hegemônico] pudesse gerar a sua própria negação e a sua superação. O setor novo possuía um circuito capitalista suficientemente diferenciado e complexo para ordenar-se e crescer em função das condições materiais e morais do ambiente. Sem dúvida, esse circuito não apresentava requisitos estruturais e dinâmicos análogos aos que se formariam, na mesma época, numa economia capitalista central. Isso significa que ele jamais conseguiria eliminar, por si mesmo, o estado heteronômico do sistema econômico global. No entanto, por ser o setor integrado em bases propriamente capitalistas, não só podia absorver os dinamismos capitalistas do sistema econômico global. Também podia realizá-los segundo tendências próprias, libertando-se da estagnação estrutural do setor agrário e imprimindo ao sistema econômico global as características dinâmicas do capitalismo mercantil (FERNANDES, 1981a, p. 101).

O que importa salientar nessa passagem de Florestan é sua fina percepção dos limites que definem a capacidade de inovação e transformação do setor novo que emerge na economia. Em função de sua estruturação como setor capitalista, a ele é dado transcender o horizonte dos decadentes estamentos dominantes e impulsionar a economia no sentido de uma integração maior com o mercado mundial a partir do alargamento da ordem mercantil e competitiva interna. Por outro lado, em função de sua origem no capital comercial, este setor tem seus próprios horizontes históricos limitados, não sendo capaz de articular reivindicações que vão no sentido de alterar a fundo (e, no limite, romper com) o padrão heteronômico de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Vale dizer: da própria origem deste setor novo da economia - a intermediação mercantil - brotam não apenas seus vínculos com a economia de exportação e importação como, igualmente, sua aversão a imobilizações em setores especificamente industriais, onde a

rentabilidade prospectiva envolve prazos relativamente longos e os circuitos de reprodução econômica e técnica são não apenas pouco conhecidos como excessivamente dinâmicos. Por isso mesmo, o processo de diversificação desses agentes não irá além da busca de ocupação de espaços abertos diretamente pela dinâmica da economia neocolonial e anteriormente resguardados em sua integridade ao senhorio e ao capital internacional. Este processo de ocupação de novos espaços - que, inúmeras vezes, se dará imediatamente através de (ou redundará em) alianças e sociedade com os segmentos sociais que os monopolizavam anteriormente - se voltará preferencialmente para o controle direto do processo de produção dos bens coloniais, para o ingresso nos negócios de exportação e importação e para a organização e gestão da rede de serviços públicos (ferrovias, ferrocarriles urbanos, iluminação pública, administração portuária, etc.) que passam a se organizar no final do século XIX sob influxo do processo de exportação de capitais dos países que ingressam na maturidade do capitalismo. É essa a perspectiva que leva Florestan a afirmar que:

de acordo com [a nossa] interpretação, não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizaram, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano. Esse fato teria certa importância para as feições adquiridas pelo capitalismo no meio brasileiro, pois sublinha o signo sob o qual ele colocaria a mentalidade burguesa. A dimensão especulativa, de per si tão agravada e distorcida, em virtude da ordenação estamental da sociedade, ganharia a dignidade de pedra de toque das atividades econômicas. O negociante transfigura-se no protótipo do *homo oeconomicus*, como se o homem de negócios (e não o empresário, que exista dentro dele) fosse o demiurgo da criação ou da multiplicação das riquezas (FERNANDES, 1981a, p. 101-2).

As consequências que advirão da origem mercantil da emergente burguesia nacional para a definição do caráter lento, gradual e restrito do processo de consolidação de sua hegemonia a partir da crise da ordem escravista neocolonial são facilmente compreensíveis. Não nos cabe aqui, contudo, aprofundar essas questões. Elas terão de aguardar o próximo e último capítulo (que se inicia justamente pela apresentação da leitura de Florestan em torno de nossa peculiar transição histórica para a era capitalista dependente). Por enquanto, cabe-nos apenas explicitar os determinantes da rápida e incontornável crise da Era Neocolonial. Esses determinantes vieram sendo desenvolvidos ao longo de todo este capítulo, mas - mesmo correndo o risco de sermos repetitivos - quer nos parecer que valeria a pena sistematizá-los.

Como já vimos inúmeras vezes, o fundamento da crise da Era Neocolonial encontra-se no caráter estruturalmente contraditório da ordem escravista mercantil, capaz de determinar que a articulação política e institucional mais adequada a seu pleno desenvolvimento se transforme em um eficaz instrumento de sua própria destruição. Efetivamente, não deixa de ser teoricamente instigante o fato de que cada movimento em defesa da ordem econômica e social neocolonial articula, simultânea e inexoravelmente, o desenvolvimento de seu contrário. Assim é que a própria montagem de um Estado nacional voltado para a preservação da velha ordem leva à consolidação da dimensão mercantil do latifúndio e ao desenvolvimento de estruturas econômicas especificamente urbanas que estarão no centro da ampliação e do aprofundamento das relações mercantis internas. No mesmo sentido, a articulação da reprodução do escravismo através da defesa intransigente do tráfico negreiro conduz à montagem de um dreno que retira da lavoura o controle de parcelas expressivas do excedente. A política monetária e financeira conservadora (associada à esdrúxula lei hipotecária), por outro lado, só pode conduzir à crescente debilitação econômica do latifúndio, processo concomitante ao ingurgitamento do patrimônio mobiliário sob controle dos setores urbanos. Enquanto isso, o privilegiamento das relações mercantis com o exterior sob a égide do livre-cambismo (em detrimento do desenvolvimento das relações mercantis internas) coloca o senhorio à mercê das impulsões do emergente capital

monopolista internacional em trajetória de colisão com o ordenamento pré-capitalista de suas economias periféricas. A tentativa de subordinação do velho capital mercantil interno através da abertura dos canais de relação direta entre a lavoura e o moderno capital comercial internacional, impulsiona a rápida modernização daquele primeiro, que passará a funcionar como o grande protagonista interno do solapamento do Antigo Regime. Finalmente, o processo de burocratização da dominação patrimonial que se expressa no ordenamento político formalmente moderno e liberal do Estado imperial (instrumento tão adequado à articulação da economia interna ao mercado capitalista internacional, à subordinação do velho estamento burocrático aos interesses coletivos do senhorio, e à defesa do privatismo e do localismo patriarcal), servirá de base à abertura deste mesmo Estado à participação dos novos agentes econômicos internos.

Aberta a crise de reprodução da ordem escravista ao final do período imperial, o novo capital mercantil nacional assume uma dupla função: passa a dividir o poder político com o decadente estamento dominante e impulsiona políticas governamentais de integração da economia brasileira com a economia internacional, ingressante em sua etapa imperialista. No fulcro deste movimento histórico, percebemos o desenvolvimento crescente das relações capitalistas de produção no Brasil. Essas passarão a ser impulsionadas de forma gradual e segura pela ação conjunta e concertada dos emergentes blocos imperialistas internacionais e por uma burguesia mercantil nacional apta e disposta a extrair as bases de seu próprio processo de diversificação, crescimento acelerado e consolidação a partir do novo padrão de internacionalização produtiva e financeira do capital. Resgatar os aspectos essenciais da leitura de Florestan, sobre este complexo movimento de transição e desenvolvimento capitalista, é a tarefa do próximo capítulo.

8

A ERA CAPITALISTA DEPENDENTE

8.1 A transição para a Era Capitalista Dependente e o desencadeamento da (contra)revolução burguesa

Como vimos anteriormente, mesmo autores que reputam ao escravismo colonial brasileiro o caráter de um modo de produção, marcado por contradições e leis de reprodução absolutamente peculiares, questionam a validade de se imputar à crise dessa ordem social (e à conseqüente emergência do capitalismo) a qualificação de processo revolucionário. Ora, não se pode pretender que tal questionamento - com o qual, evidentemente, comunga o expressivo conjunto de autores que negam este caráter pré-capitalista à sociedade escravista brasileira - seja derivado de uma apreensão absolutamente inadequada dos processos históricos transcorridos. A bem da verdade, diríamos que, em parcela não desprezível, esta leitura retira sua força da forma assumida pelos movimentos de abolição da escravatura e, em particular, da proclamação da república no Brasil. Nesse sentido, Florestan nos dirá:

Para o sociólogo, se se desconta o que ocorre no eixo Rio-São Paulo, o que caracteriza o desencadeamento [da nova era histórica] é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o País se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro (FERNANDES, 1981a, p.204).

De fato - ainda que seja necessário qualificar esta observação: não há nada de *morno* em movimentos que, como a Revolução Federalista e Canudos (para citar apenas dois exemplos amplamente conhecidos), estão umbilicalmente ligados à emergência da nova era histórica e transcorrem fora do eixo Rio-São Paulo - os limites

da transição representada pela abolição e proclamação da república são notórios. A despeito da crescente importância dos movimentos sociais contestatórios à escravidão (movimentos estes que assumem, no último lustro da era escravista, cada vez mais um caráter de aberto enfrentamento à ordem estabelecida, com a articulação de fugas massivas de escravos das fazendas), a abolição acabará resultando de um ato parlamentar do antigo regime, votada com cômoda e tranquila maioria a despeito da franca hegemonia saquarema sobre as duas casas. A consequência maior deste padrão inquestionavelmente conservador de extinção da servidão (o qual não pode ser entendido fora das condições que sustentam a anomia social e política crônica do conjunto dos segmentos desapropriados sob a ordem escravista) será a ausência de qualquer articulação da própria abolição com reformas institucionais voltadas à garantia de uma nova inserção econômica dos libertos. Vítimas do escravismo, os negros serão igualmente vítimas da abolição. Após essa, eles serão colocados frente às igualmente trágicas alternativas de se adaptarem à condição de agregados e dependentes nos latifúndios decadentes e semiautarquizados, ou transferirem-se para os polos urbanos ou rurais mais dinâmicos, onde passam a concorrer (em condições desiguais, tendo em vista tanto o preconceito racial quanto as limitações que o escravismo recente impõe à adaptação dos mesmos às exigências da ordem social competitiva) com a mão de obra branca, nativa e imigrante¹²³.

E se à abolição já falta a radicalidade própria das revoluções, o que não se poderá dizer da emergência da república? Se formos avaliá-la em termos de participação popular, os resultados serão necessariamente constrangedores. Aparentemente não há esforço de revisionismo histórico capaz de resistir à força dos fatos que fizeram Aristides Lobo reconhecer que “o povo assistiu bestializado à proclamação da república” (COSTA, 1989, p. 47). Tampouco as reformas institucionais vinculadas ao novo regime parecem assumir qualquer caráter revolucionário. A velocidade com que a nova carta constitucional é votada (pouco mais de três meses após o início dos trabalhos constituintes em 15 de novembro de 1890) parece ser reveladora do caráter relativamente pouco substantivo das transformações em curso. De fato, excetuado o fim do parlamentarismo (por motivos óbvios), as transformações mais

expressivas da ordem institucional - em especial o fim do Poder Moderador, a adoção do federalismo e a modernização do Judiciário - vão no sentido do aprofundamento da ordem liberal do Império, e, não gratuitamente, já faziam parte - ainda que, talvez, com menor radicalidade - do programa dos Luzias sob o regime anterior. Da mesma forma, a ordem econômica não será transformada em qualquer sentido substancial: a generalização gradual das relações de assalariamento e o aprofundamento da integração da economia interna com a emergente ordem imperialista internacional são movimentos que têm suas sólidas bases definidas ainda baixo a monarquia. Além disso, a estabilidade fundamental da estrutura fiscal, monetária e financeira revela que não se projeta para o Estado funções econômico-regulatórias radicalmente novas (em relação àquelas que foram cumpridas pelo Estado escravista ao longo da Era Neocolonial), o que necessariamente nos induz a concluir que não se pretende a articulação de um padrão global de reprodução para a economia substantivamente distinto do padrão que entrara em crise com a crise do escravismo.

Por outro lado, é difícil negar o caráter de ruptura histórica ao fim do escravismo e ao conjunto das transformações econômicas, sociais e políticas de que nossa história será palco nas últimas décadas do século XIX e que estão umbilicalmente ligadas à emergência do imperialismo e à consolidação de um conjunto de atividades urbanas de cunho propriamente capitalista. Mas isso não é tudo. Se o amplo apoio à abolição após décadas de sólida resistência à extinção do tráfico e da servidão já é instigante, a rapidez e facilidade com que se consolida o golpe republicano - a partir do apoio quase generalizado que as lideranças dos segmentos sociais hegemônicos ao longo do Império prestam ao novo regime - dá o que pensar¹²⁴. Se invertermos a perspectiva de observação dos fatos relatados acima, veremos que a quase absoluta ausência de reações às transformações em curso nos propõe o reconhecimento da impositividade das mesmas. Por que não pensar, então, a frouxidão dos acontecimentos do final do século como retrato da maturação e consolidação de certas transformações mais substantivas de conteúdo efetivamente revolucionário? Afinal, se forem corretas as considerações feitas anteriormente (particularmente nos capítulos quinto e sétimo desta obra), há que se considerar a possibilidade de

que a frouxidão característica dos eventos que vão sancionar a emergência da Era Capitalista internamente se explique pelo fato de que, a bem da verdade, o movimento de transição para a nova ordem é não apenas anterior à plena consolidação do assalariamento, mas rigorosamente interior à lógica de desenvolvimento da Era Neocolonial. E isso não apenas porque, ao definir-se como o período de articulação da acumulação primitiva de capital em nível interno, a Era Neocolonial implique a constituição dos agentes e das condições econômicas que se responsabilizarão pelo seu encerramento. Nem mesmo porque, tendo em vista a temporalidade do processo de extinção da escravatura, as relações de assalariamento já se encontrassem firmemente implantadas nos setores urbanos especificamente capitalistas antes mesmo da abolição definitiva. Mas, acima de tudo, porque, sob o influxo das impulsões derivadas da inserção da economia neocolonial brasileira num mercado mundial capitalista e das pressões do senhorio interno envolvido com o projeto de burocratização da dominação patrimonialista, o Estado nacional que se monta baixo o escravismo mercantil constituir-se-á como um Estado liberal necessariamente aberto à participação dos segmentos burgueses emergentes ainda antes da crise fatal da ordem escravista. Essas circunstâncias estarão no centro da explicação da forma conciliatória, conservadora e frouxa assumida pelos movimentos políticos que marcam a consolidação da nova era histórica.

Dentro dessa perspectiva, poder-se-ia muito bem argumentar que a dificuldade de boa parte dos analistas em detectarem no movimento histórico do último terço do século XIX um movimento de conteúdo genuinamente revolucionário se encontraria, acima de tudo, na descontextualizada pretensão de avaliar o mesmo a partir tão somente daqueles eventos políticos eleitos pela historiografia oficial para marcarem (e obscurecerem) a trajetória da sociedade. Essa última proposta interpretativa tem a evidente vantagem de não pretender impor exigências apriorísticas à manifestação da historicidade na História. Vale dizer: não se pode negar historicidade efetiva aos processos de crise da ordem mercantil-escravista e desenvolvimento mercantil-capitalista em curso no final do século XIX em função do caráter conciliatório e formalmente contrarrevolucionário dos ajustamentos institucionais que os

consolidam.

Por outro lado, a plena assimilação dessa última proposta interpretativa envolveria desconhecer o fato de que a forma contrarrevolucionária de determinados movimentos históricos não pode ser pensada como mera aparência, obscurecedora da essência dos mesmos. A uma determinada forma corresponde um dado conteúdo, ainda que não haja uma correspondência simples e linear entre estas duas dimensões da realidade. Reconhecer isso é apreender o segredo da transição social que se consolida institucionalmente com a Abolição e a República: essa é uma transição que tem a marca da conciliação e, como tal, tem a marca do continuísmo. O continuísmo se definirá não apenas pelo compromisso com a sustentação incólume de certas dimensões do passado, mas pela administração política do desenvolvimento das forças impulsivas capazes de fazer ruir este mesmo passado pela generalização do presente. Este continuísmo, porém, será marcadamente contraditório, pois se sustenta sobre um novo padrão de ajustamento político entre os distintos segmentos proprietários e membros da classe dominante, e sobre a consolidação de novas relações sociais de produção e de um novo padrão de integração com a ordem capitalista internacional. Vale dizer: há continuísmo, mas não estabilidade da ordem social. O que subsiste de fato - e é absolutamente essencial - é um determinado padrão de mudança social que, tal como no Império, será marcado pela administração do desenvolvimento da modernidade a partir da constituição de mecanismos institucionais e políticas responsáveis pela circunscrição de sua generalização.

Ora, essa última interpretação - que reputamos a Florestan - envolve uma inquestionável superioridade em relação às duas leituras anteriores, na medida em que, num movimento de síntese e superação, consegue incorporar os principais argumentos (formalmente antagônicos) que lhes dão sustentação. Contudo, posta nesse nível, tal interpretação parece convidar a uma conclusão: a de que o Estado, na crise da ordem escravista e na emergência do capitalismo, constituir-se-ia como um "Estado de compromisso", responsável pela administração de interesses dos distintos blocos sociais politicamente ativos e organizados nesta fase de transição. A

despeito do caráter atraente desta conclusão, é preciso reconhecer que a caracterização genérica de “Estado de compromisso” é muito pouco esclarecedora. Afinal, faz parte das funções do Estado mediar os conflitos sociais que não podem se resolver em nível das instituições próprias à sociedade civil, o que implica assumir que todo o Estado é, num certo sentido, um “Estado de compromisso”. O que importa é esclarecer que compromissos o Estado representa e administra. Esse é o verdadeiro busfils da questão. E aqui há que se fugir da solução simplista que pretenderia ser o Estado neste período (e particularmente a partir da primeira república) tão somente um Estado de compromisso entre as distintas frações oligárquicas, ou mesmo entre a oligarquia e a burguesia emergente. Na realidade, uma resposta mais adequada a essa questão só pode advir de um duplo resgate: por um lado, do padrão de ajustamento do antigo e decadente senhorio à emergência da ordem burguesa, e, por outro lado, das bases materiais e horizontes históricos da burguesia nacional que emerge com a crise da ordem escravista (assim como dos vínculos necessários deste segmento social com os próprios segmentos oligárquicos considerados anteriormente). Compreender esse complexo processo envolve recuperar certos temas que foram objeto de tratamento relativamente superficial no capítulo anterior.

Antes de mais nada, é preciso enfrentar o padrão típico de reação dos segmentos senhoriais ao desenvolvimento da sociedade competitiva internamente. Como já foi visto, a ordem escravista não se abriu com facilidade à expansão e generalização da ordem burguesa. Contudo, não se pode desconhecer que, a partir do momento em que a continuidade do antigo regime mostrou-se totalmente inviabilizada (pelas pressões externas e internas que levaram ao encerramento do tráfico e da própria escravidão), as lideranças políticas do decadente senhorio se aperceberão rapidamente - e saberão socializar essa apreensão para o conjunto dos Senhores - do caráter impositivo da modernização emergente. Segundo Florestan:

O que se sabe, a respeito das conexões histórico-sociais e políticas do comportamento econômico do senhor, demonstra que ele não assimilou de imediato ou rapidamente a “racionalidade criadora”, imputada por

alguns sociólogos ao *espírito do capitalismo*. As lições da experiência ensinaram-lhe duas coisas. Primeiro, que o suporte real de sua força não vinha do livre jogo dos processos econômicos no mercado, mas de sua posição-chave no controle da economia e da sociedade. Segundo, que todo o seu poder seria insuficiente para modificar os dinamismos, as flutuações e as pressões do mercado mundial, “duras realidades” que só podiam ser enfrentadas na rede dos seus efeitos internos. [...] Os dinamismos econômicos, condicionados e regulados a partir do mercado mundial, atingiram o âmago da condição senhorial: e vão operar de dentro da situação de interesses, das probabilidades de poder e da visão do mundo do senhor. [...] As forças que podem esmagá-lo não estão ao alcance de suas mãos; nada que se pudesse fazer internamente poderia modificar a natureza dessas forças ou o seu curso fatal. No entanto, as suas consequências, que eram, afinal de contas, o que afetava e atemorizava o senhor, podiam ser manipuladas a partir de dentro e através de meios que estavam ao seu alcance (graças à sua posição-chave na estrutura da “sociedade nacional” e ao poder que assim obtinha) (FERNANDES, 1981a, p. 154-5).

A despeito do fato de que a crise de determinadas frações da lavoura mercantil inviabilizará qualquer movimento mais rápido de aburguesamento dos horizontes históricos dos agentes vinculados àquelas, parcela expressiva do antigo estamento dominante se aperceberá da inexorabilidade das transformações sociais em curso a partir da segunda metade do século XIX e procurará se adaptar às mesmas. Esse processo estará no centro das determinações que permitirão e impulsionarão o padrão conciliatório de transição social para o capitalismo. Vale dizer: colocado frente à disjuntiva de buscar resistir ao processo de avanço da ordem burguesa, ou de tornar-se um elemento atuante no interior deste mesmo processo, o segmento do tope do senhoriato - amplamente socializado pela experiência de poder ao longo da Era Neocolonial - dará amplas demonstrações de uma opção pela segunda alternativa.

As consequências históricas daí advindas se expressarão,

antes de mais nada, na abertura de um sólido canal de conciliação entre novos e velhos segmentos sociais proprietários que se refletirá na forma contrarrevolucionária da transição para a sociedade burguesa. E essa forma terá importantes derivações em nível do conteúdo desta transição. Antes de mais nada, envolverá a consolidação de um padrão de ordem social competitiva marcadamente excludente e restritivo, único adequado aos horizontes históricos dos segmentos senhoriais em processo de modernização. Nesse sentido, vale a pena reproduzirmos na íntegra a passagem que se segue à citação de Florestan acima, onde esse autor nos diz:

É óbvio que semelhante perspectiva social [do senhoriato] tinha de conduzir forçosamente à representação e a usos deformados da competição. Na visão do mundo do senhor, o realismo econômico conduzia não a uma percepção secularizada e “racional” da competição, vista em termos do equilíbrio dinâmico do mercado, mas a *uma compreensão cataclísmica das forças econômicas*. Como a segurança pessoal do agente e o êxito do seu empreendimento se projetavam nessa compreensão, ela acabou engendrando uma forma típica de privatismo econômico. Trata-se da iniciativa privada “moderna” que podia florescer numa sociedade de castas e estamental: ela própria constituía uma objetivação cultural de critérios estamentais de organização do poder e de concepção do mundo. Para o agente econômico privilegiado de uma economia escravista, era *natural* privilegiar sua posição-chave e utilizá-la como uma armadura contra os riscos conjuráveis. Ao proceder dessa maneira, porém, incorporava a própria condição de agente econômico capitalista numa estrutura social extra e anticapitalista. Convertia a “livre iniciativa” em privilégios estamentais, que deviam ser respeitados e protegidos fora e acima de qualquer *racionalidade* inerente aos processos econômicos propriamente ditos. A competição emergia historicamente, portanto, com um aspecto dúplice. Um fator multiplicativo do poder de ação do agente econômico privilegiado; e, ao mesmo tempo, um fator destrutivo para o equilíbrio econômico global da sociedade. Esta teve de suportar todas as manipulações através das quais ela

própria *era usada* para sustentar e fomentar o tipo descrito de “privatismo econômico”. No fim, medidas cambiais ou alfandegárias e políticas de preços (com referência ao mercado interno, para garantir custos baixos para certas utilidades, e com relação ao mercado externo, para garantir na medida do possível certos níveis de lucro), ou políticas de empréstimos e de taxação de consumo bem como outros expedientes, tudo desaguava no mesmo rio. A coletividade arcava com os riscos e suportava, por mecanismos diretos e indiretos, a posição privilegiada do agente econômico. Isso indica que a competição não se inseria nas vias socialmente construtivas que relacionaram, nas sociedades capitalistas avançadas, propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição da renda e do poder. Ela foi rapidamente redefinida, tanto economicamente, quanto social e politicamente, como um fator de distribuição estamental - e portanto fortemente desigual da renda e do poder. Por essa razão, nos mecanismos apontados ela não engendra transferências estruturais de renda e de poder. A sua função latente não era essa. Ela se convertera no que deveria ser no contexto de uma economia *colonial* exportadora, de fundamento escravista, e numa economia capitalista dependente em formação: o meio pelo qual a sociedade protegia, através da posição de seu agente econômico privilegiado, a sua única fonte básica de produção e incremento da riqueza (FERNANDES, 1981a, p. 155-6).

Em suma: o que se estrutura com a crise da sociedade escravista e com a conciliatória transição política republicana não é nem a generalização (geográfica e social), nem o pleno desenvolvimento (com a extração de todos os seus rendimentos dinâmicos) da ordem social competitiva. O que se estrutura é, isto sim, a rearticulação institucional e material da sociedade, com vistas à adaptação e à defesa de seus agentes privilegiados (e seus parceiros válidos) no interior da ordem mercantil em inexorável trajetória de expansão interna. Com isso, mesmo em um momento em que os espaços potencialmente abertos a uma ampla incorporação de novos agentes sociais à economia de mercado (inclusive como proprietários marginais de meios de produção¹²⁵), o desenvolvimento da ordem

competitiva não implicará qualquer redistribuição substantiva do poder político e do controle da riqueza e do patrimônio capaz de dar guarida a um amplo movimento de redistribuição de renda e reestruturação produtiva. Antes pelo contrário, a consolidação da nova institucionalidade estará vinculada à necessidade de se dar maior *eficácia* e *dinamismo* - superado o crônico conservadorismo da ordem monárquica, com suas instituições rigidamente estamentais, como o Conselho de Estado, o Senado vitalício e o Poder Moderador - às funções estatais de preservar e aprofundar o padrão excludente de acesso à propriedade privada, à apropriação do excedente e ao poder econômico e político. Para isso, mobilizar-se-á todo o arsenal de políticas públicas, desde as fiscais, cambiais, monetárias e financeiras¹²⁶, passando pelas políticas de ordenamento do mercado de trabalho (articuladas pela imigração estrangeira - e, secundariamente, interna -, e pelo tratamento dado às questões sociais como caso de polícia) e de sustentação e valorização de nosso principal produto de exportação, o café.

Ora, se se esgotasse neste ponto a leitura de Florestan em torno da emergência da sociedade burguesa no Brasil, seríamos obrigados a reconhecer seu caráter essencialmente convencional. O que se estaria retratando não seria mais do que o processo - lento, gradual e absolutamente restrito - de abertura de uma oligarquia tradicional para o mundo das relações sociais capitalistas. A convencionalidade de tal perspectiva é facilmente apreensível na medida em que se nota que a mesma seria passível de articulação inclusive com aquela leitura que pretende identificar, na crise da ordem escravista, não a emergência do poder burguês em nível interno, mas um quadro de hegemonia política incontestado dos setores proprietários mais tradicionais, explicável pela fragilidade crônica do conjunto dos segmentos populares e antioligárquicos (incluindo-se aí pelo menos uma parcela da emergente burguesia vinculada às atividades urbanas e o conjunto das classes médias) em se contrapor de forma orgânica ao projeto social vencedor¹²⁷.

Nada poderia ser mais distante da perspectiva de Florestan do que tal interpretação. Na visão desse autor, o que marcará este momento da transição para a ordem capitalista é a capacidade da emergente burguesia em estruturar - a partir de um arranjo político

peculiar com os velhos segmentos oligárquicos - as condições para o desenvolvimento de sua própria hegemonia. Vale dizer: o que se define neste período não será a hegemonia imediata e incontestada da burguesia. Isso só seria possível se o movimento histórico que articula nossa transição para o capitalismo se configurasse, genuinamente e em todos os sentidos, como um movimento revolucionário. E, como sabemos, não será esse o caso do processo histórico considerado. Contudo, o resultado dos arranjos econômicos e políticos sintetizáveis na transição para o assalariamento e para a República será de ordem tal a consubstanciar uma gradual e relativamente tranqüila¹²⁸ rotação das estruturas de poder que redundarão na plena constituição da hegemonia burguesa. Em outras palavras: a fase que se abre pode ser definida como a de articulação do vir-a-ser da hegemonia burguesa, o que nos permite considerá-la um dos momentos cruciais - senão o momento crucial - do prolongado processo de (contra) revolução burguesa brasileira.

É preciso reconhecer que esta leitura de Florestan não é nem tradicional, nem óbvia, e envolve certa dificuldade em se fazer apreender. Mas é preciso reconhecer, também, que a grande dificuldade para a sua assimilação resulta da insistência da maioria dos intérpretes dos processos históricos em raciocinar em termos estáticos. Esse equivocado padrão de interpretação histórica cobra o seu preço justamente no momento em que se busca periodizar os processos em consideração: como nada se altera no interior dos modelos construídos para a avaliação dos movimentos históricos concretos, a contraposição dos primeiros à realidade (em que tudo se altera permanentemente) só pode levar a uma verdadeira montanha de projetos de periodização que, a depender dos sustentáculos teóricos de cada modelo (que podem ser econômicos, políticos, culturais, comportamentais, etc.) vão implicar a seleção de distintos fatos para definirem o encerramento de cada etapa histórica¹²⁹.

Certamente não será esse o padrão metodológico seguido por Florestan em suas análises historiográficas. Como vimos ao longo dos capítulos anteriores da parte segunda deste estudo, o projeto de periodização deste autor busca incorporar - a partir de uma leitura rigorosamente materialista e totalizante - as impulsões contraditórias que definem um certo dinamismo e historicidade às distintas eras e

fases da sociedade brasileira. Esse será igualmente o eixo da caracterização da fase de transição para a era capitalista dependente, e que se expressa com maestria na leitura em torno do arranjo político e econômico montado pelas distintas frações dos segmentos proprietários no período.

A adequada apreensão desta leitura, contudo, pressupõe que, num primeiro momento, sejam resgatados os elementos que garantem consistência àquela interpretação (que se mantém presa, até certo ponto, a uma perspectiva estática dos fenômenos transcorridos e) que pretende identificar no arranjo político e econômico da república velha uma situação de compromisso entre interesses propriamente burgueses e oligárquicos. Longe de ser antagônica à interpretação de Florestan (ainda que não dê conta de esgotar a mesma), tal leitura encontra alguma guarida na obra deste autor. Senão vejamos.

Como se sabe, o ponto de partida da leitura que pretende identificar, na fase de transição brasileira para o capitalismo (que corresponde na cronologia tradicional, aproximadamente, à chamada república velha), uma situação de compromisso entre burguesia e oligarquia sob a hegemonia desta última, encontra-se na identificação de uma fragilidade relativa dos estratos burgueses nacionais neste período. De fato, Florestan nos dirá a este respeito que, “na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades [ao longo da era neocolonial], mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns” (FERNANDES, 1981a, p. 204). Diferentemente, a homogeneidade da velha oligarquia é inquestionável, pois “só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava sua universalização” (FERNANDES, 1981a, p. 210).

Isso, evidentemente, não implica negar as consequências dinâmicas oriundas do fato do desenvolvimento mercantil já haver atingido um determinado patamar capaz de impor reajustes ao próprio projeto de dominação oligárquica. Afinal, é preciso ter claro que “depois da Abolição, a oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer

do Império. Para fortalecer-se ela tinha de renovar-se, recompondo aquele padrão de dominação segundo injunções da ordem social emergente e em expansão” (FERNANDES, 1981a, p. 208).

E, como já vimos, o esforço de renovação deste estrato social - ou pelo menos dos setores mais dinâmicos do mesmo - vai no sentido de uma crescente incorporação dos horizontes burgueses de mundo. É bem verdade que este movimento desenvolve-se simultaneamente à busca da preservação (através do manuseio de instrumentos políticos e institucionais de poder) do caráter seletivo e excludente da apropriação e do controle do excedente econômico interno, o que acaba por impor limites à própria acumulação capitalista e à integração e à diversificação da economia nacional. Contudo, não há como negar as amplas bases que se abrem para a constituição de uma sólida aliança política entre a burguesia emergente e as oligarquias tradicionais a partir dos movimentos de modernização dos horizontes históricos desta última. Particularmente se se leva em conta - como já foi visto anteriormente - que o “o fundamento comercial do engenho, da fazenda ou da estância pré-capitalistas engolfou a aristocracia agrária no cerne mesmo da transformação capitalista, assim que o desenvolvimento do mercado e de novas relações de produção levaram a descolonização aos alicerces da economia e da sociedade” (FERNANDES, 1981a, p. 210).

Entre as fichas que a oligarquia dispunha para bancar este jogo, encontrava-se uma de enorme valia: tendo em vista a ampla e contínua base geográfica sobre a qual estruturava seu poder:

[...] só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas [burguesas], a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista* para o *mundo capitalista*, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade” (FERNANDES, 1981a, p. 210).

Esse trunfo oligárquico torna-se tão mais importante quando se percebe que o próprio padrão excludente de ordenamento econômico, associado à relativamente rápida incorporação de novos

setores sociais (em especial o proletariado urbano) na cena histórica, determina a “emergência de “oposição de baixo para cima” difícil de controlar e fácil de converter-se em “oposição contra a ordem”” (FERNANDES, 1981a, p. 208). O resultado natural desse conjunto de fatores será a consolidação de uma aliança histórica entre burguesia emergente e oligarquia articulada de tal forma a converter esta última “no pião da transição para o “*Brasil moderno*” (FERNANDES, 1981a, p. 210).

Ora, a correção essencial desses argumentos não pode ser questionada. Temos a comprovação de sua consistência na capacidade de os mesmos iluminarem os processos políticos mais salientes deste período. A equação montada por um misto de federalismo exacerbado com um presidencialismo forte¹³⁰ não pode ser entendida fora de uma necessidade dúplice: por um lado, a necessidade detectada pelas oligarquias tradicionais e periféricas de assumirem o controle da temporalidade e das consequências, internas às regiões submetidas a seu comando, do processo de desenvolvimento mercantil-capitalista em curso; de outro lado, a necessidade detectada pelas burguesias emergentes nos polos de maior densidade capitalista de, não apenas controlarem as políticas públicas definidas no âmbito estrito destas regiões, como participarem de forma mais substantiva da definição das políticas públicas nacionais (o que é obtido a partir da expressão que estas últimas passam a ter no interior de um executivo federal eleito em condições tais que permitem o virtual controle do mesmo pelos estados economicamente mais sólidos e mais populosos). O perigo da transformação do presidencialismo em um instrumento de centralização do poder político conducente a uma aceleração do desenvolvimento interno do capitalismo, capaz de transcender os interesses dos segmentos oligárquicos tradicionais, é contrabalançado por diversos mecanismos. Eles vão dos controles institucionais (e parainstitucionais) referidos a um congresso conservador e hegemônico pelos estados periféricos (capaz de impor plena eficácia à chamada política dos governadores), até controles impostos à ação do executivo, a partir da definição de uma política fiscal e financeira conservadora e cerceadora de uma maior capacidade de intervenção econômica do próprio Estado.

Não é preciso dizer o quanto este quadro mais geral é revelador

dos limites que se impõem institucionalmente à aceleração e ao aprofundamento da acumulação capitalista internamente. Afinal, pelo que vimos, o cerceamento da universalização e uniformização das relações mercantis nos diversos espaços regionais, e o cerceamento da ação estatal com vistas à defesa e à articulação de um processo de crescimento e diversificação da economia embasado na acumulação produtiva especificamente capitalista de capital, dão a tônica da política econômica da república velha. Ora, se se tem em vista que a dimensão mercantil do latifúndio tradicional, e o próprio processo de aburguesamento por que passam os segmentos do tope da oligarquia, compromete estes agentes com o desenvolvimento - ainda que truncado - da ordem mercantil internamente, fica difícil não reconhecer profunda aderência da “política econômica” do período aos seus interesses. Daí a se assumir o papel crucial - senão hegemônico - ocupado pelos grupamentos oligárquicos no interior da política, da economia e da sociedade no período, temos bem menos do que um passo.

A correção dessas ilações não pode nos impedir, contudo, de avançar na busca de uma compreensão superior da complexa e dinâmica realidade que se quer apreender. Afinal, o que os desenvolvimentos acima revelam é que, se há alguma subordinação por parte da burguesia emergente aos segmentos oligárquicos tradicionais, esta é, claramente, uma subordinação voluntária. Poder-se-ia muito bem pretender que este caráter voluntário advenha de uma necessidade (eventualmente tática, incapaz de comprometer os próprios horizontes históricos essencialmente modernos da burguesia nacional) de articulação política que se explicaria pela própria debilidade material dos segmentos burgueses no período. Sem dúvida, esta é uma dimensão da verdade, mas não é toda. Antes de mais nada, é preciso que qualifiquemos adequadamente o que se pretende caracterizar quando se fala em debilidade burguesa. Como bem nos lembra Florestan:

[Rigorosamente falando] não existe uma burguesia débil, mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável. No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram

exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do “radicalismo” ou do “nacionalismo” das classes médias e dos setores industrialistas (FERNANDES, 1981a, p. 213).

Mas isso não é tudo: a avaliação do poder de barganha dos estratos oligárquicos e burgueses no período não pode se restringir ao resgate da posição econômica e social da burguesia interna: há que se considerar igualmente a força das impulsões derivadas do mercado mundial capitalista que se consolida em torno da exportação de capital enquanto relação social de produção. Nesse sentido, Florestan nos diz:

[...] os efeitos da competição entre nações capitalistas industrializadas ou em industrialização [...] [associados] a uma combinação racional no balanço de interesses imediatos e futuros, fez com que as nações [...] [imperialistas] se dispusessem a intervir de modo mais ativo na reorganização institucional do espaço econômico interno. Elas já não estavam “montando” a infraestrutura do esquema de operações, que precisariam manter em atividade numa economia colonial ou neocolonial. Elas estavam, de fato, concorrendo para algo novo, que era a construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos. Os efeitos remotos da revolução industrial e a luta das nações capitalistas por autonomia ou hegemonia no mercado mundial tornavam essa ampliação das fronteiras econômicas da Europa e dos Estados Unidos inevitável. O importante para quem examine o processo da perspectiva brasileira, é que se desencadeia uma reorganização da infraestrutura da nossa economia que transcende, de imediato, aos incentivos diretos do mercado interno (em termos de produção para o exterior e de sua própria intensidade). Até hoje ainda não se avaliaram nem o montante dos recursos materiais e humanos que foram investidos nesse amplo processo, nem o que ele significou nas várias regiões do País que foram por ele afetadas. Mas é fácil perceber que nessa sua “idade de ouro” as nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos

móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com uma audácia desconhecida (FERNANDES, 1981a, p. 232).

Finalmente, há que considerar ainda que, se a oligarquia tradicional dispunha de um trunfo inquestionável (a homogeneidade e generalidade de sua penetração social) no processo de articulação do pacto político de dominação engendrado nesta fase de transição, os estratos burgueses contam com outro trunfo igualmente relevante: o trabalho do tempo. Esse trabalho processava-se em consonância com os interesses dos setores identificados com o aprofundamento e a crescente generalização das relações mercantis internas, e isso era adequadamente percebido pelo conjunto dos estratos proprietários, em particular pela burguesia que tinha consciência de que:

[...] florescia num meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua, intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; [...] (FERNANDES, 1981a, p. 205).

Poder-se-ia perguntar então: por que a burguesia não conseguiu converter esses importantes aliados em uma base mais sólida de articulação de sua própria hegemonia? E a resposta de Florestan é clara: ela soube realizar essa tarefa na medida de suas necessidades, articulando ao longo já da primeira fase da era capitalista dependente uma precisa rotação do quadro político interno, capaz de situá-la no centro das estruturas de poder. Contudo, não converteu o trabalho do tempo em seu aliado no sentido de buscar uma aceleração da história (o que poderia ser obtido pela exploração da fragilidade estrutural dos projetos de ordenamento social de longo prazo dos segmentos oligárquicos). E não faz isso pela simples razão de que essa aceleração da história não era de seu

interesse. Na realidade - e por mais que isto pareça contraditório -, “sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea, que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrógradas” e estáveis” (FERNANDES, 1981a, p. 205).

Para que se entenda este aparente paradoxo - que se encontra no centro mesmo da peculiaridade da leitura teórica de Florestan - é preciso que se resgate a base material de nossa burguesia, e os horizontes econômicos que lhe são imanentes. Como vimos no capítulo anterior, o setor novo, que emerge do interior da economia neocolonial, não é um setor vinculado organicamente àquelas condições materiais de produção que redundam na plena constituição do trabalho abstrato como fundamento da forma valor das mercadorias. Antes pelo contrário, o referido setor novo vicejará essencialmente no interior dos circuitos de comercialização de produtos do trabalho que assumem a forma mercadoria independentemente do fato de as condições sociais no interior das quais se realiza a produção dos mesmos não imporem a esses, de antemão, a forma valor. Ou, em outras palavras: o escravismo (articulado a outras formas pré-capitalistas de subordinação e controle do trabalho) implica não apenas o fato de que não se defina uma base material sólida de cálculo capitalista de custos de produção, no cerceamento da própria mobilidade do trabalho (que é necessária à efetiva equalização das condições e taxas de exploração da economia), e impõe padrões de exigências mínimas de retorno por parte dos produtores agrícolas que são absolutamente distintos dos padrões vigentes em uma economia capitalista e competitiva.

Ora, os ganhos potenciais e reais que essas condições de produção determinam, para um capital articulado essencialmente em torno da comercialização dos produtos do trabalho, já foram objeto de considerações anteriores, e não será necessário que retornemos a tal discussão. O fundamental é que fique claro que, nas condições da economia brasileira em seu processo de transição para o capitalismo (marcada que é por uma significativa abertura para o exterior em nível de suas conexões propriamente mercantis), mesmo os setores da burguesia comercial que sofrem um efetivo processo de modernização, não terão interesse em uma aceleração

do processo de transformação capitalista do campo, capaz de implicar perdas econômicas derivadas da endogeneização de padrões de cálculo e de exigências de retorno efetivamente burguesas¹³¹. Mais do que isso: esta lógica conservadora de administração da expansão interna da ordem capitalista - que parece contraditar a própria função histórica da classe e da dominação burguesa, mas que é rigorosamente imanente aos horizontes de uma burguesia de extração mercantil e neocolonial - se imporá de tal forma a fazer com que se percam os contornos distintivos dos projetos oligárquicos e burgueses de articulação da ordem social competitiva:

[Ao longo da era neocolonial e mesmo no período de emergência da era capitalista propriamente dita], o volume e a intensidade da circulação eram demasiado pequenos para os dinamismos de uma economia de mercado de bases estritamente monetárias e capitalistas. O agente econômico tinha de “estender a margem de lucro”, para extrair de um reduzido número de operações resultados realmente compensadores e estimulantes. Nesse sentido, tanto a revolução comercial atingia o seu ápice, quanto a revolução industrial se iniciava em um contexto econômico caracteristicamente “colonial” (entendendo-se por esta palavra certa estrutura do sistema econômico global). Por isso, o agente econômico divorciava-se dos elementos reguladores da *ética capitalista* (e dos mecanismos de motivação e de controle indiretos da livre competição) em todas as fases da ação ou relação econômicas que ultrapassassem ou saíssem do ciclo imediato da apropriação. Num primeiro passo, ele procedia a um relativo esvaziamento econômico da acumulação capitalista, convertida parcialmente em um simples privilégio social. Assim, a reinversão não seria determinada, nem quantitativa nem qualitativamente, apenas por determinações orgânicas e dinâmicas do próprio processo de acumulação de capital. Em um segundo passo, ele separava a acumulação capitalista do *querer coletivo* da própria categoria socioeconômica a que ele pertencia, eliminando da ação ou da relação econômicas capitalistas, que praticasse, conteúdos de consciência histórica ou de vontade social que poderiam

transformá-lo, concomitantemente, em agente histórico premeditado da criação de uma ordem econômica capitalista. Assim, como sucedera antes, com o senhor agrário da época colonial e da primeira fase da época nacional, esse novo agente econômico passaria a mover-se de forma diligente, pertinaz e construtiva, tão somente no âmbito mais acanhado de sua situação social de interesses. Não iria projetar tais interesses em planos mais amplos nem tentaria explorar outros tipos possíveis de racionalidade econômica, que poderiam associar as atividades econômicas (e mesmo o crescimento econômico) a ideais coletivos de autossuficiência econômica ou de independência nacional (FERNANDES, 1981a, p. 138-9).

Vale dizer: oligarquia e burguesia emergente convergirão para um projeto de ordem social competitiva excludente e institucionalmente articulada com vistas à defesa dos privilégios dos segmentos sociais proprietários no processo de incorporação do excedente. E isso não se explica tão somente pela origem mercantil dos segmentos burgueses: é uma opção racional de uma burguesia em processo de modernização que se confronta, por um lado, com um mercado interno limitado e, por outro lado, com circunscrições ao acesso à propriedade privada dos meios de produção gestadas ainda sob a égide do antigo regime e que passam a ser vistas como instrumentais para a própria consolidação do poder econômico daqueles agentes que ascendem à condição burguesa antes mesmo da plena constituição da era capitalista.

Como se isso não bastasse, o horizonte de acumulação e de diversificação econômica e produtiva da burguesia, neste período, será profundamente marcado pelas condições gerais que definem e sustentam a emergência deste segmento social. Oriunda do processo de intermediação interna da produção colonial de exportação e das mercadorias importadas, a perspectiva imediata que se abre para esta burguesia será a de aprofundar os seus vínculos com os espaços econômicos dominados por seus parceiros válidos e tradicionais. Nesse sentido, antes de direcionar o impositivo processo de diversificação de investimentos para setores especificamente industriais (o que é dificultado pelo elevado grau de abertura da

economia, pela carência interna de profissionais portadores de um grau de domínio mínimo das complexas e dinâmicas tecnologias de produção, pela instabilidade da oferta externa de insumos e pelas restritas dimensões do mercado interno), a burguesia brasileira preferirá dirigir, em um primeiro momento, seus investimentos extraordinários para a própria produção agrícola de exportação, para os negócios de importação e exportação e para os serviços públicos urbanos e de transporte¹³². O que importa reter dessa estratégia (absolutamente racional) de diversificação são as suas conseqüências econômicas e políticas mais imediatas:

[Com este processo] passou-se [...] da confluência não articulada de interesses interdependentes para uma fusão dos mesmos interesses, graças à qual as duas tendências de formação e de acumulação de capital (ligadas à grande lavoura exportadora e à expansão do setor comercial-financeiro) se fundiram e provocaram a integração do capitalismo comercial e financeiro como fenômeno nacional. O ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos (de cunho privado ou oficial), mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de “defesa permanente de café”. Quando esta se concluíra como política econômica (de uma categoria social e do Governo), o processo estava consumado, alterando definitivamente a estrutura da situação de mercado, pois a partir daí o capital comercial e financeiro também podia ser livremente manipulado a partir de dentro, através de posições, interesses e decisões de agentes econômicos internos. Em seguida, o “homem de negócios” que esteve à testa desta transformação estrutural, iria transferir-se para outros ramos da produção agrária e da criação ou se distanciar e se divorciar do setor agrário [e mesmo das atividades especificamente comerciais solidificando sua inserção na indústria e nos serviços]. Então, já cumprira seus papéis de agente histórico da Revolução Burguesa e erigia em rotina o que antes fora um momento crucial de opção (FERNANDES, 1981a, p. 119).

E não será preciso dizer que, na medida em que se dá o

aprofundamento dos laços da emergente burguesia com os setores oligárquicos, desenvolvem-se, com ainda maior intensidade, os laços com aqueles segmentos externos igualmente interessados na sustentação do privilegiamento da produção agrícola de larga escala para a exportação, e em sua contrapartida, que é o aprofundamento dos elos de dependência produtiva e financeira com relação ao exterior.

Ora, o que emerge com clareza, do conjunto dos desenvolvimentos acima, é que não há como derivar, das circunscrições políticas e institucionais ao desenvolvimento da ordem mercantil especificamente interna (que são inerentes ao padrão de organização do Estado na Primeira República), qualquer ilação de uma hegemonia social incontestada dos setores oligárquicos neste período. Sequer será mais possível interpretarmos os arranjos políticos desta fase como expressivos de uma situação de compromisso entre setores sociais - a burguesia emergente e a oligarquia - essencialmente distintos e divergentes em termos de horizontes históricos mais globais.

Por outro lado não podemos ser tentados a inverter a leitura anterior e derivar da consistência dos projetos imediatos dos setores oligárquicos e burgueses uma hegemonia incontestada desse último segmento. Até mesmo porque essa se torna uma questão bizantina no interior do quadro reconstituído. O que importa, na realidade, é tão-somente reconhecer que a consistência dos projetos oligárquicos e burgueses abre as portas para uma articulação política orgânica desses setores, garantindo simultaneidade aos processos de emergência das relações sociais capitalistas e de emergência do poder burguês. E será justamente essa simultaneidade e compatibilidade que permitirá a Florestan caracterizar o período de transição capitalista acima considerado como o período de desencadeamento histórico da revolução burguesa no Brasil.

A leitura a que se chega deve ser, contudo, trabalhada com grande cuidado. O perigo se encontra na tentação de derivarmos da mesma uma conclusão apressada: a de que não haveria qualquer contradição ou diferença de horizontes históricos e políticos entre os segmentos tradicionais da oligarquia e os novos estratos burgueses. Tal ilação é tão equivocada quanto a leitura que se lhe opõe e que busca absolutizar as diferenças entre os setores novos e

aqueles cuja extração advém diretamente do latifúndio escravista e de sua crise. Se essa última cai no equívoco de transplantar para os agentes responsáveis pela articulação do desenvolvimento capitalista brasileiro funções históricas que não são suas, a primeira leitura cai no equívoco ainda maior de negar qualquer historicidade a esse processo mais geral. Ao fazer tábula rasa da dimensão transformadora da ação da burguesia (resgatando tão somente a dimensão conservadora e retrógrada dessa ação, sem dúvida mais evidente), o que essa última leitura perde é a capacidade de apreender teoricamente os fatos transcorridos.

Na realidade, a forma contrarrevolucionária e conciliatória do desencadeamento da revolução burguesa no Brasil não deve servir para o obscurecimento do fato de que se vivencia um processo de recomposição das relações sociais de produção e da ordem política e institucional, com vistas ao aprofundamento do capitalismo (e, portanto, da dominação de uma classe social) internamente. Como se isso não bastasse, é preciso reconhecer que esse processo é menos tranquilo do que a ideológica historiografia oficial pretende fazer crer. As diversas crises e conflitos políticos ao longo da República não podem ser subsumidos à classificação genérica de crises interoligárquicas, carentes de expressão material e histórica mais sólida. Tampouco podem ser reduzidos à expressão da movimentação dos vencidos no cenário da história. Na realidade, as crises políticas da República estarão expressando, antes de mais nada, a emergência dos conflitos entre os próprios agentes privilegiados na ordem política montada em busca da hegemonia no interior da mesma. Ou, em outras palavras: o fato de que haja uma concordância básica entre oligarquia e burguesia emergente em torno do caráter mais global das políticas econômicas e sociais no período, não significa a inexistência de conflitos em torno da própria temporalidade que se deve buscar imprimir ao desenvolvimento capitalista, ou em torno de quais devam ser os principais beneficiários do mesmo. Nesse sentido, as inúmeras pressões e debates em torno da ação do Estado ainda na Primeira República - a respeito do grau de autonomia política e econômica que deve ser resguardada aos estados federados, do caráter das políticas de valorização do café (permanente ou não, assumidas pelo governo central ou não), da política cambial (com base no padrão-ouro ou flexível) e da política

monetária (deflacionista ou expansionista) - expressam, na realidade, uma luta mais substantiva em torno de quais os setores deverão e poderão ser os principais beneficiários desta mesma ação. Se esta luta não assume formas mais dramáticas e visíveis é porque a solidez da unidade oligárquico-burguesa permite que a mesma se resolva, em última instância, intramuros.

Por isso mesmo, há que se entender o equívoco da leitura que pretende extrair da forma contrarrevolucionária de desencadeamento da revolução burguesa no Brasil a conclusão de que, a partir de então, os conflitos entre os estratos proprietários e dominantes hajam cessado, tornando-os monolíticos e estáveis. Mesmo que isso pudesse ocorrer em um determinado período de tempo, o próprio processo de acumulação e concentração de capital imporia suas consequências no sentido de desqualificar os estratos dominantes e desintegrar tal monolitismo. A conclusão que se deve tirar dos desenvolvimentos anteriores em torno da forma política do desencadeamento da revolução burguesa no Brasil é, portanto, distinta (ainda que não necessariamente menos dramática): o que resulta do orgânico arranjo político oligárquico-burguês não será o fim da história, mas o seu amortecimento. A consolidação dos canais pelos quais os conflitos entre os estratos proprietários podem ser resolvidos intramuros implica a total perda de sentido de qualquer movimento de articulação de novos dutos para a condução dos anseios burgueses de aprofundamento da ordem capitalista interna. Assim, de aliados táticos potenciais, aqueles setores sociais identificados com a busca da efetiva generalização e eficácia da ordem social competitiva passarão a ser não apenas descartáveis, como incômodos a uma burguesia comprometida com a conquista de sua hegemonia a partir dos seguros caminhos abertos e sinalizados pelos próprios grupos oligárquicos. É bem verdade que essa segurança cobrará o seu preço: com o enrijecimento da ordem social competitiva, dar-se-á um enrijecimento da própria dinâmica de acumulação de capital que redundará em uma perda relativa da capacidade autopropulsiva e da autonomia da economia capitalista interna. Mas isso já é objeto das próximas seções deste capítulo.

8.2 Desenvolvimento e crise da etapa competitiva do capitalismo dependente no Brasil

8.2.1 Considerações iniciais

O período histórico que, na análise de Florestan, perfaz a etapa competitiva do capitalismo no Brasil é, provavelmente, o período mais complexo e polêmico da história nacional. A ele está referido todo o processo de expansão e consolidação da ordem, da classe e do poder burgueses internamente. A leitura que se faça deste período compromete e determina toda a interpretação do processo de desenvolvimento capitalista propriamente contemporâneo em nosso país (que se abre a partir da industrialização acelerada da segunda metade da década de 50), assim como de suas potencialidades endógenas de transformação e expansão a longo prazo.

Sem dúvida alguma, uma das mais claras expressões da complexidade deste longo período histórico - assim como dos enormes rebatimentos teóricos e práticos que comportam os distintos projetos de interpretação do mesmo - encontra-se na tradicional polêmica em torno da Revolução de 30 e de seu significado enquanto marco disruptivo. De uma forma ou de outra, todas as leituras que tomam 1930 como momento de uma transformação substancial na base de sustentação social e política do Estado (que se refletiria na inflexão do seu caráter de classe), tendem a projetar potencialidades para o aprofundamento da mudança social dentro da ordem (que estariam vinculadas ao amadurecimento e à plena realização do projeto burguês de modernização), que são negadas por parte daqueles autores que leem este momento histórico fundamentalmente a partir de suas dimensões de continuidade com relação ao passado.

Não pode haver dúvidas quanto à perspectiva que orienta a interpretação de Florestan dos movimentos políticos e econômicos que marcam a década de 30. Sua peculiar proposta de periodização já é suficientemente expressiva desta interpretação: ao identificar uma unidade fundamental (referida ao padrão competitivo de

acumulação de capital) no largo período que avança do último quartel do século XIX até os primeiros anos da segunda metade do século XX, Florestan não faz mais do que propor que a compreensão de todo o processo de transformação histórica ao longo deste período se encontra subordinada ao resgate de uma dimensão (mais substantiva) de continuidade que, simultaneamente, organiza e circunscreve aquele. Ou, em outras palavras, não se pode tomar 30 e seus desdobramentos como marco disruptivo nem do padrão de dominação burguesa (referido à composição de classes que tem assento no interior do Estado), nem do padrão básico de acumulação de capital (que continuaria se dando dentro dos limites do capitalismo competitivo dependente).

Não resta dúvida de que essa perspectiva é pelo menos tão polêmica quanto aquela que se lhe coloca como alternativa. Há que se reconhecer, contudo, que a mesma é absolutamente consistente com a interpretação dada por Florestan (desenvolvida na seção anterior deste capítulo) do processo de desencadeamento da revolução burguesa no Brasil. Segundo essa interpretação, a organicidade da articulação oligárquico-burguesa que preside nossa transição para o capitalismo garante as condições para a conquista da plena hegemonia política e social por parte da burguesia sem que novos e propriamente disruptivos movimentos históricos e projetos de dominação se imponham. Nesse sentido, Florestan nos diz:

Os analistas da história republicana e da evolução política recente usam e abusam da palavra “crise” - em particular, quando focalizam o poder oligárquico e suas relações com a recomposição das estruturas políticas da sociedade brasileira. Na verdade, estou longe de concordar com essas análises, que repetem ideias de sociólogos, historiadores ou cientistas políticos argentinos ou do pensamento socialista latino-americano. As crises enfrentadas pela oligarquia agrária “tradicional” ou por seus rebentos urbano-comerciais e financeiros “modernos” no Brasil estão longe de possuir caráter estrutural. Nunca passaram de crises de conjuntura e históricas, que se encerraram (ou se reabriram) através de processos de rearticulação do poder de classe da burguesia, acomodando, assim, seus vários setores e as

elites correspondentes, sem atingir as bases propriamente ditas da dominação burguesa (e, dentro desta, da “oligarquia”). [...] Para dar continuidade quer ao desenvolvimento capitalista, da forma como ele era acessível, quer à dominação burguesa, como ela podia ser praticada econômica, social e politicamente, todos esses setores se viam forçados a manter alianças fundamentais (visíveis ou não), que punham a solidariedade de classe em primeiro lugar e anulavam, subrepticamente, os conflitos *setoriais* ou *partidários* aparentemente intransponíveis. A evolução que resultou da predominância dos ritmos econômicos, tecnológicos e históricos externos levou a crise do poder burguês ao subterrâneo da história, convertendo-a em uma crise verdadeiramente estrutural. Mas, em circunstâncias tão especiais, que merecem cuidadosa atenção. Pois elas revelam como se dá a revolução econômica inerente à transformação industrial mais avançada na periferia; e mostram como ela refunde, em seu transcurso, as estruturas, as funções e o significado histórico da dominação burguesa como e enquanto dominação de classe (FERNANDES, 1981a, p. 262-3).

Reconhecer a unidade fundamental do padrão de dominação burguesa ao longo da etapa competitiva do capitalismo não implica, contudo, qualquer ignorância ou desvalorização das complexas transformações sociais, econômicas e políticas de que o Brasil será palco neste largo período, das quais 30 será um símbolo e um marco. Antes pelo contrário, Florestan tem plena clareza de que:

As conexões da dominação burguesa com a transformação capitalista se alteram de maneira mais ou menos rápida, na medida em que se consolida, se diferencia e se irradia o capitalismo competitivo no Brasil e, em especial, em que se aprofunda e se acelera a transição para o capitalismo monopolista. O elemento central da alteração foi, naturalmente, a emergência da industrialização como um processo econômico, social e cultural básico, que modifica a organização, os dinamismos e a posição da economia urbana dentro do sistema econômico brasileiro. A

hegemonia urbana e metropolitana aparece, desse ângulo, como um subproduto da hegemonia do complexo industrial-financeiro. Esse processo não modifica, apenas, os dinamismos econômicos, socioculturais e políticos das grandes cidades com funções metropolitanas. Ele acarreta e, em seguida, intensifica a concentração de recursos materiais, humanos e técnicos em tais cidades, dando origem a fenômenos típicos de metropolização e de satelitização sob o capitalismo dependente. Tais fenômenos atestam, principalmente, que mudam por completo as relações das cidades com a economia agrária e com o respectivo complexo urbano-comercial, sem promover a desagregação propriamente dita do caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente (FERNANDES, 1981a, p. 297).

Mas isso não é tudo: articulado ao movimento de industrialização se dá um outro movimento (do qual a própria industrialização será em grande parte tributária): a constituição e expansão de um mercado interno propriamente nacional, ou antes, a generalização da ordem burguesa internamente.

Este é o fato histórico principal, nesse período. Desencadeia-se um amplo e profundo processo de socialização do poder econômico, social e político, pelo qual as classes sociais burguesas se unificam, a partir de sua situação material de interesses, de seu estilo de vida e de sua concepção do mundo. O predomínio dos interesses agrário-comerciais, de início, pôs certos obstáculos a esse processo. No entanto, a Revolução de 1930 indica que ele já se havia aprofundado e difundido seriamente, muito antes que os interesses industriais e financeiros lograssem a predominância relativa que iriam alcançar com o Estado Novo e, especialmente, durante a Segunda Guerra Mundial. A burguesia, que fora um resíduo social e, mais tarde, um estrato pulverizado e disperso na sociedade brasileira, que se perdia nos estamentos intermediários e imitava servilmente a aristocracia, ganha sua fisionomia típica e se impõe como um corpo social organizado, que constitui a cúpula da

sociedade de classes e sua grande força socioeconômica, cultural e política (FERNANDES, 1981a, p. 311).

Vale dizer: a industrialização (que, ao final do período avança sobre o setor de bens de produção); a expansão (inclusive geográfica) da ordem e da condição social burguesas, associada à generalização das relações mercantis (ainda que, mesmo ao fim deste período, a prevalência do mercado sobre as formas tradicionais de inserção e qualificação social só se impusesse plenamente para os segmentos sociais urbanos e para os agentes classificados no tope do mundo rural); e a consolidação do poder burguês, são movimentos de transformação qualitativa que se processam no interior da etapa competitiva do capitalismo brasileiro. A consistência e a profundidade destes movimentos históricos são tamanhas que nos permitem mesmo diferenciar duas fases no interior desta etapa: uma primeira - que avança do final do século XIX à terceira década do século XX - e que é marcada pelo processo de “amadurecimento na manifestação interna da economia competitiva” (FERNANDES, 1981a, p. 241); e uma segunda, no interior da qual, “entre o fim da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e o intervencionismo econômico do Estado Novo [...] o capitalismo competitivo atingiu o apogeu que poderia lograr nas condições apontadas, de dupla articulação” (FERNANDES, 1981a, p. 244)¹³³.

Dentre os vários sintomas marcantes [que] assinalam esse apogeu do capitalismo competitivo brasileiro, Florestan vai centrar sua atenção justamente naquele que tende a ser privilegiado pelos analistas do referido processo histórico: o novo padrão de intervenção e regulação econômica governamental que se inaugura a partir de 1930. A esse respeito nos diz:

[...] a partir de várias influências (pressões políticas das classes médias, especialmente através do “tenentismo” ou de movimentos ditos “nacionalistas”; da pressão de grupos de direita; ou da pressão de alguns círculos empresariais, da qual é típica a posição assumida por Roberto Simonsen), desencadeia-se uma forma de intervencionismo econômico estatal, que se caracteriza pela saturação de certas funções de sustentação ou de

reforço do desenvolvimento capitalista, mediante empresas públicas (ou semipúblicas). A Petrobrás e Volta Redonda são as duas realizações de maior vulto e significação no período considerado. Esse último sintoma parece ter maior importância que os dois outros [referidos à industrialização e à expansão do capitalismo no campo], já que ele sublinha algo crucial. Ao contrário do que ocorreu antes, quando se cria a infra-estrutura de um mercado capitalista plurifuncional, a infra-estrutura de um complexo sistema de produção industrial não pode ser lograda pelos esforços da iniciativa privada, estrangeira ou nacional. Como em outros países de economia capitalista articulada, no Brasil teve-se de recorrer ao Estado para enfrentar esse e outros problemas econômicos (FERNANDES, 1981a, p. 244-5).

Contudo, para Florestan, não é possível erigir as expressivas transformações internas, que distinguem as duas fases de nosso capitalismo competitivo, em fundamento de um projeto de periodização no qual o marco de 30 (eleito mais como símbolo do que a partir da relevância específica e particular dos eventos de outubro) passasse a servir como um divisor entre duas etapas do capitalismo brasileiro. E isso antes de mais nada porque, nas duas fases desta etapa, o padrão básico de acumulação de capital não se altera substancialmente, continuando a ser marcado pelo seu caráter competitivo e dependente¹³⁴. Esse quadro transparece com nitidez se se levam em conta os profundos limites que os setores oligárquico-burgueses vão impor à ação do Estado na nova fase que se inaugura e as consequências daí advindas. Nas palavras de Florestan:

Os empresários - mesmo os que se proclamavam “nacionalistas” e “protecionistas” - reagiram discretamente aos imperativos de romper com a dupla articulação. Onde puderam inovar ou renovar por meio da própria empresa privada, revitalizaram, na prática, os dois tipos de articulação mencionados acima. Onde o Estado se interpôs de permeio, relutaram em compartilhar responsabilidades e, principalmente, só deram anuência total quando ficou patenteada sua capacidade de destituir o Estado de real autonomia de ação, o que convertia os

interesses privados, nacionais e/ou estrangeiros, nos grandes beneficiários diretos e indiretos do “intervencionismo” econômico estatal. [...] [Assim, a transformação em curso], embora econômica e sociologicamente significativa, não foi tão acentuada a ponto de forçar a destruição dos últimos baluartes vivos do “complexo econômico colonial” e do “antigo regime”. O crescimento do mercado interno refletiu-se em suas relações com a economia agropecuária, estabelecendo-se fluxos consideráveis de comercialização voltados para dentro. Isso não impediu que práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas se mantivessem quase incólumes ou se fortalecessem. Nem mesmo uma reforma agrária moderada chegou a ser instituída “para valer”. Doutro lado, não surgiu nenhum esforço para corrigir a tradicional depressão dos salários das massas trabalhadoras em geral e dos operários urbanos. Mantinha-se, pois, a compressão do mercado, com os efeitos daí decorrentes - um mercado socialmente comprimido é, pela natureza das coisas, um mercado altamente seletivo, que acompanha a concentração social e racial da renda. [...] Em resumo, apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluía o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia, como um todo, podia fazer para libertar-se das limitações e das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa. Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento desiguais, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho (FERNANDES, 1981a, p. 245-6).

O que essa passagem de Florestan nos propõe é que as alianças políticas orgânicas, que sustentam e circunscrevem a ação do Estado no período considerado, vêm reforçar as debilidades crônicas do

capitalismo competitivo dependente brasileiro em superar os entraves internos à sua rápida e efetiva generalização e, conseqüentemente, à sua rápida e efetiva superação. O resultado disso é que, “no momento em que o capitalismo competitivo atinge o apogeu, [...] ele iria sofrer um forte solapamento não a partir de dentro da economia brasileira, mas a partir de fora” (FERNANDES, 1981a, p. 247). Ou, em outras palavras: a transição para o capitalismo monopolista no Brasil não resultará prioritariamente ou essencialmente de movimentos endógenos à economia nacional, mas do novo movimento de internacionalização produtiva e financeira dos grandes blocos monopolistas de capital (que, no pós-segunda guerra, passará a impor um reequacionamento da divisão mundial do trabalho gestada pelo desenvolvimento da lógica da exportação de capitais e da concorrência interimperialista).

Mas, que se entenda bem esta avaliação de Florestan: a despeito da evidente centralidade que a articulação política conservadora dos setores proprietários (associada às suas conseqüências em termos da sustentação de um padrão de regulação da economia não especificamente moderno ou monopolista) assumirá no interior de sua análise, não é possível caracterizar a mesma como politicista ou superestruturalista. Nada poderia ser mais avesso à perspectiva teórica deste autor do que aquelas leituras que, por não conseguirem apreender as determinações materiais de uma dada realidade, transformam a defesa intransigente da autonomia relativa dos fenômenos superestruturais em desculpa para a articulação de um discurso moralista, que se traduz na busca dos responsáveis pelo atraso econômico, social e cultural da nação. Nesse sentido, Florestan nos diz:

Os analistas da história econômica da América Latina que tentaram explicar o desenlace negativo em que culmina a transformação capitalista, sob situação competitiva, como se os empresários nacionais pudessem ter impedido tal desenlace, mantidas as condições existentes, ou exageram as potencialidades econômicas desses empresários, ou ignoram a natureza do desenvolvimento econômico (e de sua aceleração) sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 1981a, p. 249).

Vale dizer: a avaliação crítica de Florestan em torno dos limites históricos da ação do Estado ao longo da fase de apogeu do capitalismo competitivo no Brasil encontra-se firmemente alicerçada em uma leitura das condições de reprodução capitalista interna. Assim, não se nega às classes sociais (e ao Estado enquanto instrumento de classe a serviço da articulação e implementação de um certo projeto de dominação social) o papel de sujeito histórico; o que se exige é tão somente que a ação das referidas classes seja interpretada a partir de uma perspectiva materialista e dialética, vale dizer, de uma perspectiva rigorosamente totalizante que assuma como ponto de partida as condições particulares de reprodução material da sociedade. Essas condições, no caso do Brasil no período considerado, são dadas por uma economia capitalista competitiva duplamente articulada. E, para Florestan,

[...] uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno - mesmo que ele atinja plena integração sob o capitalismo competitivo, tornando-se capaz de uma transição industrial irreversível - um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico. (Note-se que nos Estados Unidos, por exemplo, foi preciso uma guerra civil para pôr termo aos efeitos negativos da articulação.) Além disso, [...] a segunda articulação, a que se configurava em nível da economia mundial, com os mercados e o sistema de produção das nações hegemônicas, operava simultaneamente em duas direções contrárias, deixando para a economia brasileira como um todo um saldo final de potencialidades dinâmicas próprias muito pobre (ou muito fraco). De um lado, o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos de requisitos limitados, pois o que entrava em jogo não era o desenvolvimento capitalista em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias, ao processo de incorporação em curso; eles eram insuficientes ou neutros

para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas. Portanto, o desenvolvimento induzido estava calibrado por suas funções. Ele provocava uma revolução econômica autêntica. Contudo, projetando-a no âmbito de relações de dependência constantes, que não deixavam espaço histórico para a repetição das evoluções do capitalismo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, ou na Alemanha e no Japão (FERNANDES, 1981a, p. 236).

Ora, o que se pode perceber com toda a clareza, a partir do conjunto dos desenvolvimentos acima, é que: 1) a leitura de Florestan Fernandes em torno do processo de expansão e consolidação da ordem capitalista no Brasil ao longo de sua primeira etapa é marcada pela percepção de que o mesmo se realiza a partir de bases sociais e econômicas demasiadamente estreitas, o que inviabilizará que a (inexorável) superação do padrão competitivo de acumulação se dê a partir de impulsões propriamente endógenas e sob o controle dos segmentos burgueses nacionais; 2) que esta leitura se encontra assentada sobre um ponto de partida rigorosamente materialista onde as questões do padrão “competitivo” de acumulação e a dupla articulação da economia interna assumem absoluta centralidade. Se isso é verdade, a avaliação crítica dos desenvolvimentos de Florestan se confundirá com a avaliação crítica de seu ponto de partida (sem dúvida alguma, o grande responsável pela organização e estruturação das diversas dimensões abarcadas pela leitura deste autor). Aqui, contudo, nos deparamos com um grande problema. Senão vejamos.

Em primeiro lugar, há que se considerar que - tal como buscamos demonstrar no capítulo quarto deste estudo - as contribuições de Florestan em torno da questão do imperialismo e da dependência são relativamente carentes de sistematização e determinação teórica superior. Isso, por si só, já torna a interpretação de sua leitura sobre as consequências negativas da dupla articulação para a autodeterminação do desenvolvimento capitalista interno um movimento crítico extremamente complexo. Mas isso não é tudo.

Já apontamos igualmente para o fato de que a revolução burguesa no Brasil não deixa de comportar certa desigualdade em nível do grau de sistematização presente nos desenvolvimentos que são referidos à análise da era neocolonial e sua crise, e aqueles que são referidos à análise do capitalismo dependente. Aparentemente, a solução de continuidade que se impôs à redação desta obra cobrou o seu preço através de certa heterogeneidade no tratamento de questões que possuem - para dizer o mínimo - importância teórica equivalente.

É bastante evidente que esta desigualdade de sistematização e aprofundamento teórico não acarretaria maiores problemas se a avaliação que Florestan faz dos desenvolvimentos mais recentes da economia e da sociedade brasileiras não contivesse grandes novidades. Se assim fosse, o processo de explicitação e detalhamento de sua leitura poderia se dar, tranquilamente, a partir da incorporação das contribuições do conjunto de autores que, portadores de uma perspectiva teórica comum, conseguiram avançar no resgate deste ou daquele aspecto da história transcorrida. Infelizmente (ou, quiçá, felizmente) não é este o caso. A interpretação dada por Florestan à nossa história republicana é marcadamente original. E esta originalidade não poderá deixar de se manifestar através da emergência de certos vazios no interior do discurso deste autor. O que nos interessa aqui, contudo, não será o conjunto destes vazios (que são inerentes a todo e qualquer discurso, inovador ou não). Por razões já explicitadas, nos interessam prioritariamente aqueles vazios que se imiscuem no interior da análise de Florestan dos fundamentos materiais da sociedade capitalista brasileira em sua etapa competitiva. E, como quer que os expliquemos, há que se reconhecer que estes vazios estão presentes no interior da obra maior de Florestan Fernandes.

Não seria surpreendente se estas considerações fossem objeto de questionamento. Afinal, dificilmente passará despercebido a qualquer leitor atento de A revolução burguesa no Brasil que, diferentemente do tratamento dado à era neocolonial e a sua crise (onde as discussões econômicas emergem topicamente no interior de análises fundamentalmente sociológicas), Florestan dedicará um capítulo inteiro (o sexto) à análise sistemática das contradições e da

dinâmica econômica da sociedade capitalista contemporânea. Mas o reconhecimento deste fato não entra em contradição com nossas considerações anteriores. Apenas reforça nossa interpretação do caráter essencialmente materialista e totalizante da leitura de Florestan, sem, contudo, resolver o problema que colocamos. Para sermos claros: não é possível identificar, no capítulo sexto de *A revolução burguesa no Brasil*, uma interpretação efetivamente globalizante e consistente do processo (e dos limites) da acumulação de capital no país. Tanto o processo de industrialização (particularmente em seus primórdios) quanto o desenvolvimento do capital e da valorização financeiros são tratados com extrema superficialidade. Isso para não falar no fato de que não se envidam quaisquer esforços para explicitar o sentido (necessariamente particular) que se pretende dar a certos conceitos e categorias que carregam consigo uma longa história de controvérsias e polêmicas dentro e fora do marxismo. Apenas para dar um exemplo: o que, rigorosamente, Florestan quer dizer com capitalismo competitivo dependente ou capitalismo monopolista dependente? E, mais importante ainda: qual a determinação efetivamente fundante da (vale dizer, como é possível subordinar à razão a) contradição, tantas vezes explicitada, entre os fundamentos do conservadorismo de burguesia nacional (a busca da aceleração da acumulação capitalista) e seu resultado efetivo (a perda de ímpeto da acumulação de capital)? Até que ponto esta determinação se encontra nas leis gerais de reprodução capitalista, e até que ponto é uma especificidade do caráter duplamente articulado de nosso capitalismo (e compósito de nossa burguesia)?

Evidentemente, a ausência de respostas rigorosas a essas (entre outras) questões não inviabiliza teoricamente a leitura de Florestan sobre o processo de desenvolvimento capitalista contemporâneo no Brasil, nem a torna particularmente débil ou problemática vis-à-vis aquelas que se lhe apresentam como alternativas. E isso não apenas por seus méritos metodológicos ou por sua (já observada) aderência fundamental aos fatos transcorridos. O fato é que as questões apresentadas e que não encontram respostas no interior da leitura de Florestan, tampouco conseguem ser respondidas em seu conjunto por qualquer outra leitura que, contemporaneamente, se apresente como alternativa àquela. Por outro lado, não se pode pretender que

as carências no interior do discurso teórico de Florestan não imponham quaisquer conseqüências à sua interpretação e validação. Pelo contrário, as considerações acima conduzem imediatamente a três conclusões: 1) somos obrigados a reconhecer que esta é não só uma leitura inacabada, mas uma leitura que, por suas próprias qualidades, solicita desenvolvimentos; 2) somos obrigados a reconhecer também que toda a tentativa de apreendê-la implica um esforço de interpretação ainda mais complexo e árduo do que o que foi necessário para a apreensão da leitura deste autor em torno das eras colonial e neocolonial; 3) que não é possível sistematizar a leitura de Florestan sobre o período contemporâneo sem buscar preencher seus vazios, vale dizer, sem, de certa forma, recriá-la.

Ora, não será nosso objetivo, evidentemente, preencher os vazios da leitura de Florestan. Afinal, tais lapsos não são atributos individuais deste autor ou desta leitura: são a expressão do caráter ainda limitado da reflexão teórica sobre o Brasil (ou antes, das reflexões sobre a América Latina; sobre o imperialismo e seus desdobramentos para a dinâmica das economias periféricas; sobre os processos de industrialização tardia; etc.) e, como tal, só podem ser enfrentados a partir de um esforço coletivo cujos resultados necessariamente se projetam no longo prazo. Em suma: esta não é uma tarefa pertinente a um indivíduo e a uma dissertação de mestrado.

Por outro lado, se rechaçamos (por absurda) toda e qualquer cobrança que se faça no sentido de que deveríamos enfrentar o amplo conjunto de questões que se impõe sobre a leitura de Florestan, não há por que recusar a tarefa muito mais modesta de buscar dar alguma contribuição para a determinação desta mesma leitura. Para tanto contamos com um apoio que nos parece extremamente valioso: aquela produção teórica e historiográfica mais recente que, a despeito de haver se desenvolvido ao largo e independentemente dos trabalhos de Florestan Fernandes, adota uma perspectiva metodológica essencialmente comum. Referimo-nos fundamentalmente à ampla produção que se origina do Instituto de Economia da Unicamp (antigo DEPE-IFCH) a partir da primeira metade da década de 70. Voltada inicialmente para um esforço de (auto) crítica e superação da teoria econômica da CEPAL, esta produção se desenvolverá tanto no sentido de uma redefinição de conceitos e instrumentos teóricos apropriados

ao resgate dos processos de concorrência e acumulação em economias capitalistas (periféricas ou centrais, competitivas ou maduras), quanto no sentido de propor uma nova interpretação para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Dentre as obras que emergem do interior deste núcleo teórico, uma terá particular importância para nós. Referimo-nos, evidentemente, a O capitalismo tardio, de João Manuel Cardoso de Mello. Essa obra, por sua originalidade, abrangência e similaridade temática, assume, necessariamente, o papel central na interlocução com a produção historiográfica de Florestan Fernandes. Por isso mesmo a elegemos como referência maior dos desenvolvimentos subsequentes. Não será preciso dizer, contudo, que isso não só não envolve a exclusão de outras contribuições e interpretações como tampouco envolve qualquer pretensão a um resgate exaustivo das originais contribuições teóricas de João Manuel. Nossa intenção é muito mais modesta: buscamos tão somente contribuir para o esclarecimento de alguns poucos pontos que, obscuros na exposição de Florestan, encontram uma formulação mais determinada em autores que portam uma perspectiva teórica essencialmente comum.

8.2.2 O padrão competitivo dependente de desenvolvimento capitalista e seus limites: uma interpretação da leitura de Florestan Fernandes

Se se tem em vista a descrição anterior do processo de desencadeamento da (contra) revolução burguesa no Brasil (objeto da primeira seção deste capítulo), não pode deixar de parecer paradoxal a caracterização feita por Florestan da primeira etapa do capitalismo brasileiro (que avança das últimas décadas do século XIX aos primeiros anos da segunda metade do século XX) como uma etapa competitiva. Afinal, a leitura que este autor faz da (peculiar e tardia) transição brasileira para o capitalismo caracteriza-se e distingue-se fundamentalmente por dois aspectos: 1) pela grande importância reservada às impulsões externas, impulsões essas que se originam justamente da transição do capitalismo mundial para sua etapa monopolista e imperialista; 2) pela interpretação de que a

articulação política conservadora dos estratos proprietários ao longo da fase de transição para o capitalismo dependente tem um caráter orgânico e é sustentada por uma comunidade de interesses no que diz respeito à montagem de um padrão excludente de ordem competitiva.

O aparente paradoxo começa a se desvanecer, contudo, na medida em que se entendem quais são os fundamentos teóricos que, na interpretação de Florestan, presidem a distinção entre as etapas competitiva e monopolista do capitalismo. Esses fundamentos - tal como já foi objeto de considerações no capítulo quarto desta dissertação - encontram-se na distinção entre os padrões básicos de reprodução das sociedades burguesas em processo de maturação (vale dizer, de emergência e universalização/consolidação das relações sociais especificamente capitalistas), e sob condições de maturidade. E, a despeito da multiplicidade de elementos característicos diferenciadores destas duas etapas teórico-históricas, o eixo de sustentação da clivagem proposta (referido ao processo de transformação dos padrões dinâmicos) encontra-se no desenvolvimento da valorização-concentração-centralização de capital em um dado espaço econômico. É a este movimento que vão estar referidas tanto a consolidação da ordem e dos conflitos de classe, quanto o desenvolvimento das tendências à estagnação e às crises econômicas de caráter estrutural que caracterizam o capitalismo monopolista.

Ora, se o exposto acima corresponde à realidade, o que fica claro é que, com a divisão da era capitalista brasileira em duas etapas distintas - a competitiva e a monopolista -, o que Florestan busca resgatar é a profunda distinção dos padrões de acumulação e reprodução que as caracterizam tendo em vista o grau de maturação da ordem burguesa associada ao processo de concentração de capital. A mera compreensão dos critérios utilizados por Florestan em sua proposta de periodização não garante, contudo, pertinência à mesma. Para que tal proposta possa ser validada torna-se necessário que se investigue a estrutura e o padrão de reprodução efetivos da economia capitalista ao longo deste vasto período, com vistas a identificar seu nível de maturidade e consolidação.

Antes de mais nada, é preciso fugir ao formalismo daquela

leitura que - embasada na evidente integração e subordinação da economia capitalista brasileira, em sua fase de emergência, à economia capitalista mundial (que então ingressava em sua etapa monopolista) - pretenderia ser possível definir o padrão dinâmico interno a partir do padrão dinâmico vigente nas economias centrais. Como já vimos, se é verdade que a constituição da etapa imperialista implica a crescente internacionalização e universalização da ordem capitalista, não será verdade que este movimento envolva a homogeneização do padrão de reprodução econômica sobre o globo. Mas isso não é tudo, nem o essencial: o que importa efetivamente é que, pelo menos até o início do segundo terço de nosso século, nem o grau de desenvolvimento capitalista da economia brasileira permitia a incorporação sistemática de estruturas industriais e financeiras tipicamente monopólicas, nem o padrão de concorrência dos grandes conglomerados capitalistas internacionais impunha um movimento mais consistente de transnacionalização produtiva. Na realidade, o padrão monopolista de desenvolvimento econômico:

[...] exige índices relativamente altos: de concentração demográfica, não só em cidades-chave mas em um vasto mundo urbano-comercial e urbano-industrial; de renda *per capita*, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; de padrão de vida, pelo menos nesses setores da população; de diferenciação, integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, para dar maior flexibilidade e intensidade ao crescimento do crédito ao consumo e à produção; de modernização tecnológica realizada e em potencial; de estabilidade política e de controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa; etc (FERNANDES, 1981a, p. 251-2).

Não será preciso esclarecer que a economia capitalista brasileira em sua fase de emergência não se estrutura de tal forma a comportar tais requisitos para a internalização de estruturas produtivas monopólicas. E a hipótese de que estes requisitos pudessem ser rapidamente articulados por uma ação concertada das

burguesias imperialistas com os emergentes setores burgueses internos necessariamente desconhece dois fatores: 1) a peculiaridade dos interesses econômicos da burguesia interna (considerados na primeira seção deste capítulo) que se refletirão na organicidade do projeto de dominação oligárquico-burguês; 2) a consistência dos interesses imperialistas com o padrão de reprodução econômico montado que visa não uma aceleração permanente, mas a administração política (com movimentos intermitentes de aceleração e cerceamento) do processo de generalização e expansão da ordem burguesa. Afinal, como bem lembra Florestan:

Como a aristocracia agrária e o alto comércio, as nações hegemônicas estavam muito empenhadas em manter a economia brasileira como uma economia articulada, não só no plano mundial, mas também e principalmente ao nível nacional. [...] Qualquer modificação profunda nessa esfera, era nociva aos seus interesses imediatos e futuros, pois ela redundaria em modificações imprevisíveis do volume do excedente econômico que poderia ser drenado, direta ou indiretamente (isto é, com ou sem a intermediação do setor novo) para fora. [...] Para estas, portanto, suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Elas perderiam, ao mesmo tempo: os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal ao nível da “repartição internacional” (FERNANDES, 1981a, p. 237).

Mas, reconhecer a especificidade da economia nacional não pode levar ao obscurecimento dos reflexos do novo ordenamento da economia capitalista internacional sobre a dinâmica de acumulação interna. Para Florestan, a dinâmica econômica que caracterizará a etapa competitiva do capitalismo brasileiro é incompreensível fora do quadro da intensificação da acumulação de capital e expansão

mundial da ordem capitalista referidas à etapa imperialista. E isto não apenas pelo significado que o alargamento do mercado internacional de matérias-primas e alimentos terá sobre o processo de crescimento e consolidação dos complexos econômicos internos ligados à economia de exportação. Tão ou mais importante do que isso, serão outros três movimentos que, vinculados ao novo dinamismo que a exportação de capitais assume no interior da etapa imperialista do capitalismo, refletir-se-ão diretamente sobre o padrão de acumulação e desenvolvimento capitalista interno em sua etapa competitiva. Esses movimentos são: 1) a ampliação do circuito internacional de crédito, que se abrirá ao financiamento de um leque de empreendimentos novos (de caráter privado ou estatal) que vão da modernização da infraestrutura urbana até a estocagem e valorização de nosso principal produto de exportação; 2) o expressivo aumento do volume de investimentos diretos nas economias periféricas, que - a despeito do caráter segmentado dos mesmos e sua centralização em atividades vinculadas à economia de exportação - estarão no centro do processo de integração do mercado interno (a partir das estruturas ferroviárias e portuárias sob o controle direto do capital estrangeiro) e de sua diversificação e expansão (seja a partir das demandas sobre a produção interna de insumos que se criam, seja a partir das economias externas que redundam da implantação de serviços básicos para a expansão industrial tais como a produção e geração de energia elétrica); e 3) a ampliação e consolidação de um mercado internacional de bens de capital que viabilizará uma estruturação e centralização precoce dos mercados industriais, na medida em que a reprodução do estoque de capital deixa de ser função da constituição e consolidação de um D1 internamente, passando a depender da dinâmica dos núcleos exportadores e de sua capacidade de geração de divisas.

Ora, poder-se-ia muito bem questionar se, a partir das impulsões que resultam destes desdobramentos positivos da nova ordem econômica internacional, não se articularia uma aceleração do processo de acumulação-concentração de capital internamente capaz de determinar uma queima de etapas e a rápida superação da etapa competitiva do capitalismo brasileiro. A resposta de Florestan a essa questão é claramente negativa. E isso, antes de mais nada, porque este autor - tal como já vimos no capítulo quarto - vai perceber

em cada movimento impulsivo do capital monopolista internacional o seu reverso, definido pelo aprofundamento da relação de dependência da economia interna com relação ao exterior. Mas, para que se possa atingir uma real compreensão desse processo, é preciso que se explique como se tornou possível a consolidação da relação de dependência. Ou melhor: é preciso que se explique por que a burguesia interna não foi capaz de se articular como burguesia nacionalista e resistir à consolidação dessa relação.

No que diz respeito à fração do capital total posto em operação no interior desta economia que se encontra sob o controle da (emergente) burguesia nacional, não pode haver dúvidas a respeito dos limites de seu volume e densidade capitalista. Afinal, pesa sobre esta burguesia, antes de mais nada, o fardo de sua constituição sob uma economia neocolonial. De extração mercantil e agrária, e vinculada de forma orgânica (como produtor ou negociante) a um sistema econômico de *plantation* (cujo carro-chefe é um produto de sobremesa), não se poderia esperar que a densidade capitalista e o volume inicial de capital sob o comando da burguesia nacional fossem de monta a definir uma estrutura econômica interna madura. Mas isso não é tudo: mais importante do que este ponto de partida restrito serão as condições de reprodução articuladas pela própria burguesia no processo de transição para a ordem capitalista que implicarão a emergência de enormes obstáculos à concentração acelerada de capital sob padrões efetivamente modernos. Expliquemo-nos.

Quer nos parecer que a melhor forma de se apreender esse processo seja através de um confronto do padrão de desenvolvimento capitalista adotado internamente, e aquele que vai caracterizar o grupo de países de transição capitalista retardatária que estarão no centro da reestruturação do quadro da economia mundial ao final do século XIX. Como se sabe, a transição do capitalismo mundial para sua etapa superior será marcada pela crise da hegemonia inglesa e a emergência de novas potências econômicas - os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão - que estarão no centro dos grandes conflitos imperialistas da primeira metade do século XX. Vale a pena observar, contudo, que até o início do último terço do século XIX, estes três países são marcados pela fragilidade de seus elos propriamente

nacionais. Como é notório, esta fragilidade se assentava sobre a preservação de relações sociais pré-capitalistas em nível interno, que impunham enormes limites ao aprofundamento das relações mercantis e da ordem burguesa, independentemente do maior ou menor grau de desenvolvimento e homogeneidade territorial alcançado pelo próprio desenvolvimento capitalista pretérito. Contudo, ao fim do segundo terço do século XIX, estes países serão palco de importantes movimentos de conteúdo revolucionário - a Guerra Civil norte-americana, a Revolução Meiji no Japão e o processo de unificação da Alemanha - que não apenas firmarão a hegemonia burguesa, como consolidarão um padrão especificamente moderno de acumulação capitalista que será responsável por uma brutal aceleração da concentração de capital. Não é nosso objetivo considerar de forma mais detalhada esses importantes movimentos nacionais. Na realidade, o que nos interessa são apenas seus desdobramentos econômicos básicos que, quer nos parecer, podem ser sintetizados em três níveis: 1) a consolidação de um amplo mercado de características propriamente nacionais, seja no que diz respeito à destruição das barreiras regionais à circulação de mercadorias e de capital, seja no que diz respeito à sua estruturação como espaço privilegiado de ação da burguesia interna; 2) a consolidação política, econômica e financeira do Estado nacional que passará a ocupar novas funções regulatórias expressas, acima de tudo, em uma política industrial ativa (acionada esta por um diversificado conjunto de instrumentos que vão dos fiscais e creditícios até o uso da máquina pública com vistas à articulação e ao planejamento das condições de realização de uma produção mercantil interna em frenética expansão); 3) a consolidação de um padrão monetário e de uma estrutura de estratificação social e distribuição de renda adequados ao desenvolvimento acelerado das relações de débito e crédito da economia, assim como à montagem de um capital financeiro responsável pela captação de poupanças não capitalistas (portadoras de custos de oportunidade mínimos ou inexistentes) e transformação das mesmas em instrumentos de alavancagem da acumulação produtiva.

Ora, não será preciso dizer o quanto esse quadro dista daquele que se estruturará internamente a partir de nosso próprio movimento de transição para a ordem burguesa. Como já vimos, os vínculos

orgânicos da emergente burguesia interna com a oligarquia terratenente e com o capital comercial e financeiro internacional determinarão a adoção de um modelo conciliatório e tergiversante de transição para a sociedade burguesa, que se expressará, em um primeiro momento: 1) no abandono da centralização imperial e adoção de uma estrutura federativa garantidora de expressiva autonomia política e econômica (representada inclusive pela liberdade de criação de barreiras alfandegárias internas) para as antigas províncias e as oligarquias dominantes no interior das mesmas; 2) na sustentação (e aprofundamento) do formato liberal do Estado e de sua política econômica (o que se consubstancia na preservação do livre-cambismo como padrão regulatório da inserção da economia nacional no mercado mundial e no conjunto das circunscrições fiscais e financeiras à ação estatal); 3) na consolidação do caráter excludente, conservador e privatista da emergente ordem social competitiva, o que redundará - em combinação com a instabilidade crônica de um padrão monetário atrelado à flutuação das condições de realização de algumas poucas *commodities* no mercado mundial - no solapamento das bases econômicas e políticas adequadas à montagem interna de um capital financeiro portador de solidez e dinamismo suficiente para a realização de suas funções revolucionárias.

Em suma, não apenas o nível de concentração originário do capital nacional compromete o mesmo com um padrão de reprodução competitivo: a estrutura regulatória da economia reforça este padrão ao circunscrever as possibilidades de acumulação das firmas e blocos de capital aos estreitos limites da reaplicação dos lucros retidos. E, diga-se de passagem, esta conclusão não é minimamente afetada pelo fato de que se constituam, já na primeira fase da etapa competitiva do capitalismo brasileiro, uma série de canais responsáveis pela redistribuição e transferência intercapitalista do excedente. Efetivamente, este processo se dará pelas formas mais diversas. Ele envolverá desde mecanismos pré-capitalistas - como o casamento entre herdeiros de famílias abastadas e portadoras de interesses econômicos convergentes -, até por mecanismos mais refinados e modernos - como a manipulação das brechas abertas no sistema bancário para a conversão na prática de créditos de curto prazo em créditos de longo prazo, ou mesmo a utilização dos recursos

fiscais e financeiros do Estado (tal como na defesa do café) como instrumentos de privatização de ganhos e socialização de perdas. O que importa ressaltar, contudo, é o caráter absolutamente precário e assistemático desses mecanismos de transferência. E isso para não falar do fato ainda mais importante que os mesmos se circunscrevem, fundamentalmente, à transferência intercapitalista de lucros, enquanto a chave do processo de alavancagem da acumulação capitalista monopólica se encontra na criação financeira de capital (ou, mais especificamente, na transformação financeira de não capital em capital).

Ora, poderia parecer então que, circunscrita à acumulação fundamentalmente à reaplicação dos lucros, o processo de concentração de capital passaria a ser função (e poderia ser avaliado a partir) da taxa de lucro do sistema que, por sua vez, dependeria essencialmente do poder de mercado e de administração das margens de lucro dos agentes capitalistas atuantes nas distintas firmas e setores da economia. Sem dúvida alguma, essa é uma dimensão da verdade que não pode ser desprezada. Ela estará no centro inclusive da persistente luta do conjunto da burguesia nacional e de suas frações mais dinâmicas pelo controle do Estado e sua manipulação como instrumento de articulação política de seu grau de monopólio (entendido como poder de apropriação econômica no interior do mercado). Vale dizer, diante da inviabilidade de aceleração do processo de concentração-centralização do capital através de um padrão regulatório e reprodutivo propriamente moderno, buscar-se-á articulá-lo por processos primitivos, através de um conjunto de medidas que vão da implementação de políticas salariais e de controle da oferta de mão de obra marcadamente conservadoras e concentradoras de renda, até o uso privatista da máquina pública como instrumento de defesa de interesses cartoriais das diversas frações da classe dominante (uso este que emergirá com as políticas de defesa do café e ganhará crescente desenvoltura ao longo do processo de expansão e consolidação do poder burguês internamente que marca esta primeira etapa da era capitalista no Brasil).

Contudo - e a despeito da inquestionável eficácia da ação do Estado com vistas à defesa da lucratividade das frações hegemônicas (num primeiro momento, a cafeeira e, posteriormente, a industrial)

da burguesia interna -, não será possível avaliar a dinâmica da acumulação e concentração do capital no período tão somente a partir da rentabilidade das atividades econômicas sob o controle de agentes nacionais. É preciso entender, antes de mais nada, que horizontes se abrem ao processo de acumulação internamente, e como eles são efetivamente ocupados nos diversos momentos constitutivos desta etapa do capitalismo dependente brasileiro. Ou, dito de outra forma: é preciso que abandonemos o formalismo das análises meramente quantitativas que ficam presas à avaliação das taxas de rentabilidade e acumulação de capital mensuradas monetariamente (particularmente quando adotam para tanto o limitado padrão monetário nacional), e avancemos no sentido de uma análise qualitativa, embasada na questão da densidade capitalista da trajetória de acumulação perseguida. O ponto de partida necessário desta avaliação não poderia deixar de ser, portanto, a estrutura originária da economia capitalista nacional, que deve ser resgatada a partir de dois níveis básicos: seus vínculos com a economia capitalista mundial e a densidade capitalista dos setores mais dinâmicos e propulsores da acumulação internamente. Iniciemos por esse último ponto.

Em primeiro lugar, é preciso que se entenda que quando falamos em densidade capitalista buscamos, antes de mais nada, trazer à tona a profunda diferença conceitual entre valor-capital e riqueza. O resgate dessa diferença não se impõe tão somente como uma questão teórica, mas como uma questão de enorme significação prática. Uma condição fundamental para a constituição de uma consciência e de uma lógica de ação propriamente burguesa é a distinção, por parte dos agentes proprietários, entre riqueza e valor. O dramático destino dos barões-cafeicultores do Vale do Paraíba consolidará essa consciência em nível interno: mais do que nunca a partir da crise da economia fluminense, ficará claro que capital não é negros, terras, pés de café, ou qualquer outra coisa, mas, isto sim, que capital é valor que - em determinadas condições - se valoriza. Com isso se quer dizer muito. Antes de mais nada, se quer dizer que, ao ser valor e se comprometer com a valorização, o capital se compromete também com a possibilidade da desvalorização. Ou, ainda, que, uma vez envolvidos na esfera das relações capitalistas, os agentes proprietários não poderão mais conjugar segurança com

imobilidade, seja essa última traduzível em entesouramento ou em acumulação sob bases técnicas e econômicas absolutamente estáveis. A acumulação acelerada associada à diversificação e a revolução permanente da base técnica aparecem, contraditoriamente, como movimentos extremamente arriscados e perigosos de abandono da rotina que são necessários à conquista da máxima segurança capitalista de longo prazo. O que importa salientar aqui é que existe um *trade-off* entre segurança de curto prazo (associada à manutenção de uma dada rotina que vem se mostrando geradora de rendimentos elevados ou aceitáveis), e segurança de longo prazo (meramente virtual e vinculada ao abandono parcial das rotinas em busca da ampliação da densidade capitalista do capital).

O enfrentamento deste *trade-off* envolverá a avaliação dos ganhos e das perdas prospectivos vinculados às opções de preservação ou alteração das rotinas. Para além do fato notório de que qualquer opção se dará sempre e necessariamente sob condições de incerteza, é importante que se entenda quais os fatores objetivos mais gerais que podem afetá-la. Quer nos parecer que esses fatores sejam, essencialmente, quatro: 1) o volume (e a densidade) do capital já concentrado e sua capacidade de incorporar eventuais prejuízos provenientes dos novos investimentos, sem colocar em risco a própria sobrevivência da estrutura capitalista que parte para uma inovação; 2) o tamanho (atual ou potencial) e a estabilidade relativa (presumível) do mercado que receberá a nova produção; 3) o poder de mercado das firmas e dos agentes econômicos que atendem atualmente à demanda que se busca ocupar; 4) a segurança no que diz respeito à oferta de insumos básicos para a nova produção e o grau de acesso às (e controle sobre) eventuais mudanças de rotina que se farão introduzir posteriormente no setor em que se busca ingressar.

É bastante evidente que esses quatro fatores de estímulo à inovação não são propriamente independentes, mas correlacionados de forma relativamente perversa (vale dizer, de forma tal que dificilmente se poderia configurar uma situação ótima em que todos os fatores funcionassem simultaneamente como impulsores efetivos de uma estratégia inovadora). Contudo - e contraditoriamente -, é possível definir-se uma situação em que o conjunto desses fatores

funciona de forma depressiva à adoção de estratégias de diversificação capitalista: aquela situação na qual se encontram as economias que transitam para a ordem capitalista a partir do desenvolvimento interno de um padrão de reprodução neocolonial. O que marca essas economias não é apenas a fragilidade relativa da acumulação-concentração de capital pretérita (associada às dimensões restritas do mercado interno); para além desse fato, há que se observar que o núcleo propriamente capitalista dessas economias tende a apresentar um grau de abertura para o exterior extremamente significativo. Essa abertura para o exterior - numa etapa em que o exterior se articula a partir da exportação de capitais - cria as condições para a emergência de um processo de acumulação interna pelo desenvolvimento truncado do setor industrial; ou antes, para uma industrialização capitalista segmentada e cronicamente inconclusa.

Esse processo já foi objeto de análise exaustiva - e, diga-se de passagem, brilhante - por outro teórico do desenvolvimento capitalista brasileiro: João Manuel Cardoso de Mello. Analisando a relação entre acumulação cafeeira e crescimento industrial ao longo do período que vai de 1888 a 1933, esse autor nos mostrará, inicialmente, que:

[...] o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais (MELLO, 1982, p. 101).

Mas, logo adiante, nos apresentará o caráter tenso e contraditório desta unidade entre café e indústria:

Dissemos que tão somente uma certa indústria, a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado, especialmente a têxtil, foi capaz de surgir. Somos conduzidos a uma questão decisiva: por que, concomitantemente, não nasce a indústria de bens de

produção? Ou seja, por que não se constituem, no momento do nascimento do capital industrial, forças produtivas capitalistas? [...] Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas décadas do século passado[XIX], em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da “Segunda Revolução Industrial”, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa, não estava disponível no mercado, num momento em que toda sorte de restrições se estabelecem num mundo que assiste a uma furiosa concorrência entre poderosos capitalismo nacionais. Bem outro era o panorama da indústria de bens de consumo corrente, especialmente da indústria têxtil: tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional; tamanho de planta mínima e volume de investimento inicial inteiramente acessíveis à economia brasileira de então. [...] As relações que se estabeleceram entre o capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, e o capital industrial não são, portanto, unívocas como levam certas interpretações a crer que ora o café estimula a indústria, ora, ao contrário, a bloqueia. Penso que, como já havia observado Sérgio Silva, há um modo de articulação contraditório entre as duas formas de capital, em que, se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial (MELLO, 1982, p. 102-4).

Vale dizer: de caráter essencialmente mercantil (inclusive na

medida em que suas condições de realização são predominantemente exteriores), o capital cafeeiro não é capaz de sustentar uma acumulação que possa gerar estruturas e mercados capitalistas suficientemente consolidados, densos e diversificados a ponto de abrirem espaço para a internalização de um departamento industrial de bens de produção. Por outro lado - e contraditoriamente -, a acumulação cafeeira abre espaços (pela via da disponibilidade restrita e instável de divisas) para um crescimento industrial interno segmentado, pautada na endogeneização de um departamento de bens de consumo assalariado que se reproduz pela importação de parcela expressiva de seu capital constante. Nas palavras de João Manuel:

A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial, é atendida por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho. Estabelece-se uma mútua dependência entre o capital cafeeiro e o capital industrial, dentro de um padrão de acumulação que corresponde a uma dinâmica intersetorial, distinta, entretanto, dos clássicos esquemas de reprodução com dois departamentos, porque as condições de realização dos lucros são parcialmente exógenas. De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente pelo setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. O grosso da acumulação do complexo exportador cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional. De outro lado, o capital industrial depende, duplamente, do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para

importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil (MELLO, 1982, p. 105-6).

Apesar da clareza da exposição acima, valeria a pena salientar que a peculiaridade da leitura de João Manuel se encontra no fato de esse autor resgatar a especificidade da dinâmica de acumulação capitalista interna neste período. E essa especificidade - absolutamente inapreensível para aqueles que não conseguem superar os limites de uma perspectiva materialista vulgar (informadora de uma análise quantitativista) da economia - encontra-se na fragilidade estrutural de um processo de industrialização que se realiza sem a endogeneização de um setor produtor de bens de capital e de bens intermediários. Nessas circunstâncias, não apenas o impulso à acumulação fica circunscrito às potencialidades de realização de uma produção agrícola de exportação (tendo em vista o caráter subordinado do departamento de bens-salário em qualquer processo de acumulação capitalista): o fundamental encontra-se no fato de que não se constitui internamente um setor de alta densidade capitalista portador da capacidade de - através do controle da introdução de inovações - gerar as bases para um processo de concentração-centralização de capitais capaz de autossustentação e autotransformação no sentido de um padrão efetivamente moderno e monopolista de reprodução econômico-social. Ou, em outras palavras: a transição da etapa competitiva à etapa monopolista do capitalismo não resulta naturalmente da continuidade - ao longo de certo período de tempo - da acumulação de capital. Há que se ver as condições particulares em que esta acumulação se processa, e a força das pressões capazes de conduzi-la a uma reprodução horizontal da ordem econômica.

No caso da economia brasileira em sua primeira fase de acumulação propriamente capitalista, essas circunscrições são bastante fortes, ainda que se realizem - como não poderia deixar de ser - de forma contraditória. Assim é que João Manuel nos diz:

Isto posto, pode-se estabelecer, com segurança, o modo de articulação da economia brasileira com as economias capitalistas dominantes. A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização [...]. Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, ao criar, não obstante, oportunidades de inversão ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominantemente, quer ao capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infraestrutura, comercial e financeiro, mas também ao setor industrial. O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais do que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à “Crise de 29”. De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas: de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria de aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada da fração do capital constante sem apelo às importações (MELLO, 1982, p. 108-9).

Foi com base neste núcleo de indústrias leves de bens de produção - associado a uma política econômica ativa do Estado

pós-30 - que se gestaram os alicerces bases para o crescimento industrial no período posterior à crise mundial de 29. O novo perfil da acumulação (definido fundamentalmente pela centralidade que a acumulação industrial passa a ocupar no processo mais geral de reprodução capitalista interno), contudo, não será capaz de impor uma radical transformação do padrão reprodutivo, se entendermos por isso uma superação efetiva dos moldes competitivos de concentração de capital. Nesse sentido, João Manuel nos dirá:

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1982, p. 110).

A despeito da (sutil, mas perceptível) diferença no tratamento de algumas categorias por parte de Florestan Fernandes e João Manuel (o primeiro dentre os dois não caracterizará a transformação do processo de reprodução capitalista, a partir dos primeiros anos da década de 30, como uma mudança de padrão de acumulação), a unidade essencial de suas leituras é inquestionável. Isso é facilmente perceptível quando se observa que, para João Manuel, “A industrialização restringida [...] configurou um padrão horizontal de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu adiante da demanda, nem, muito menos, houve grandes e abruptas discontinuidades tecnológicas” (MELLO, 1982, p. 117).

As razões para tanto já são nossas conhecidas: a despeito da

forte proteção à indústria interna que resulta das dificuldades de importação no longo período entre a crise de 29 e o fim da Segunda Guerra Mundial, é preciso que se entenda que:

[...] os riscos do investimento privado se tornam insuportáveis num capitalismo como o brasileiro, dotado de bases técnicas muito estreitas. Além do mais, mesmo que o Estado definisse um bloco de investimentos (por exemplo, em energia elétrica e transportes ferroviários) que servisse de apoio ao capital industrial, restariam para serem enfrentados graves problemas com obtenção de tecnologia no exterior, de mobilização e centralização de capitais e de financiamento externo, criados pelas inversões públicas e privadas. Há, no entanto, outra razão que é decisiva. O capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas de inversão, com um risco baixo, na medida em que percorresse seu “caminho natural”, afrontando sempre as “linhas de menor resistência”: expandir a indústria existente e promover a expansão limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis “leves”, ou mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas (MELLO, 1982, p. 112-3).

E na medida em que se sabe que “a lucratividade do capital industrial resultava, basicamente, de dois fatores: em primeiro lugar, da natureza pouco competitiva do sistema industrial, em condições de alto grau de proteção (salvo no imediato pós-guerra); ademais, do comportamento dos custos real e monetário da força de trabalho” (MELLO, 1982, p. 113); fica claro que:

Nestas circunstâncias, o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infraestrutura, assegurando economias externas baratas

ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidária a um esquema privado de acumulação que repousava em bases técnicas ainda estreitas. Não somente os investimentos da indústria pesada de bens de produção jamais estiveram nos horizontes do capital industrial, mas, especialmente, o padrão de acumulação industrial impunha limites objetivos à ação econômica do Estado. E o fazia, por um lado, ao manter restrita sua capacidade de apropriação, espelhada num poder financeiro amparado por frágeis alicerces tributários; por outro, ao impedir que o Estado dispusesse de uma parcela considerável da capacidade para importar, ao ocupá-la com a operação e expansão da indústria leve, numa situação em que eram reduzidas as possibilidades de financiamento externo (MELLO, 1982, p. 114).

Em suma (e traduzindo as reflexões de João Manuel nos termos de Florestan Fernandes): se a origem neocolonial e a articulação dependente de nosso capitalismo circunscrevem objetivamente o processo de acumulação privada de capital à reinversão de lucros retidos em setores de baixa densidade capitalista; a consciência por parte da burguesia da debilidade estrutural deste processo a conduz a uma manipulação privatista e imediatista da máquina pública, associada a uma persistente limitação da base de apropriação do excedente (em termos fiscais e financeiros) por parte do Estado. O caráter contraditório deste movimento de circunscrição da ação estatal já foi objeto de considerações anteriores: em sua imediatividade, ele contempla os interesses burgueses de maximizar a apropriação privada do excedente social; a longo prazo, porém, o que se limita é a capacidade do Estado em servir como instrumento regulador e acelerador da acumulação capitalista. A resultante final deste movimento é, assim, o solapamento de todos os canais pelos quais o desenvolvimento da etapa competitiva do capitalismo brasileiro poderia definir um processo de transição autônomo para a etapa monopolista.

Isso não significa dizer, evidentemente, que, no interior daquele desenvolvimento, não se processem transformações estruturais profundas, com rebatimentos inclusive em nível da consolidação da

hegemonia política burguesa. De fato - tal como já vimos anteriormente - Florestan reputa a este período o processo de universalização da ordem burguesa internamente e de unificação política desta classe. Como resultado mesmo da estrutural fragilidade da acumulação capitalista, assentada sobre um padrão competitivo, a unificação do mercado interno se dará concomitantemente à expansão numérica da própria burguesia. Tendo em vista a ausência de uma reforma agrária no momento de crise da ordem escravista, ficam dadas as bases patrimoniais que tornam possível uma crescente incorporação de setores oligárquicos e tradicionais à ordem capitalista, no papel de produtores mercantis proprietários dos meios de produção. Ao mesmo tempo, a permanente abertura de novas frentes de valorização, derivadas do desenvolvimento e da complexificação das relações mercantis internas, criará condições para que novos agentes econômicos (particularmente aqueles imigrantes portadores de algum pecúlio e de uma perspectiva econômica privilegiada a partir de seus vínculos originais com as casas de importação e exportação e o alto comércio) venham a ascender à condição burguesa. A importância deste movimento de expansão (que será, simultaneamente, numérica, geográfica e econômica) do estrato social dominante não pode ser subestimada: ela está no centro mesmo da consolidação da peculiar solidariedade de classe que definirá os termos do projeto de transição para a etapa monopolista, como um movimento em que se aprofunda a articulação dependente com a ordem capitalista internacional. Se o processo de amadurecimento da ordem burguesa no Brasil fosse de tal ordem a inviabilizar o ingresso de novos comensais ao banquete da classe dominante, dificilmente as resistências à plena incorporação do espaço econômico interno à ação dos blocos monopolistas e internacionalizados de capital (que vai se aprofundar a partir da segunda metade da década de 50 deste século) seriam tão débeis quanto chegaram a ser. Nos termos em que se processou, contudo, o desenvolvimento da etapa competitiva do capitalismo brasileiro conduzirá a uma integração horizontal (e a uma diferenciação vertical) dos segmentos burgueses que, apesar de restrita, será minimamente eficiente para dar sustentação social ao processo de transição articulada para o capitalismo monopolista. Autoconsciente, tanto de sua hegemonia política, quanto de seu limitado poder de fogo para

conduzir e controlar o avanço da acumulação de capital para formas efetivamente superiores, a burguesia nacional brasileira se entregará - sob o véu ideológico do desenvolvimentismo, e dos 50 anos em 5 - ao projeto imperialista de internalização de estruturas produtivas multinacionalizadas efetivamente monopólicas, como único instrumento disponível para garantir a continuidade, o aprofundamento e a aceleração da acumulação de capital internamente. As consequências desse complexo movimento histórico são, justamente, o objeto da última seção deste capítulo.

8.3 A etapa monopolista do capitalismo dependente e o desenvolvimento da autocracia burguesa no Brasil

8.3.1 A opção pelo desenvolvimento associado e a emergência do capitalismo monopolista

Tal como vimos na segunda seção deste capítulo, para Florestan, a etapa competitiva de nosso capitalismo será responsável pela consolidação da ordem e do poder burguês internamente. Em sua fase final - que se articula a partir das amplas transformações políticas e econômicas dos anos 30 - “a burguesia [...] se impõe como corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força socioeconômica, cultural e política” (FERNANDES, 1981a, p. 311).

Contraditoriamente, porém, essa consolidação econômica e política da burguesia não redundará em um processo imediato e autônomo de maturação capitalista. Sob condições de apropriação dual do excedente, vão se erguer circunscrições ao processo de diversificação/desenvolvimento dos blocos de capital privados nacionais que inviabilizarão a constituição, tanto do departamento industrial produtor dos bens de produção, quanto de um sólido capital financeiro, capaz de alavancar e autonomizar a acumulação interna. Além disso, a composição política e societária sobre a qual se assenta a hegemonia burguesa - pautada sobre a articulação orgânica dos setores oligárquicos e propriamente capitalistas - trabalhará no sentido de inviabilizar qualquer movimento mais audacioso de

transformar o Estado nacional no agente central da transição para o capitalismo monopolista. Tal movimento envolveria não apenas uma intolerável revolução nos padrões de apropriação fiscal e financeira do excedente social, como implicaria uma complexa reestruturação material e organizacional do Estado absolutamente incompatível com a manutenção do equilíbrio político interno.

Por outro lado, o próprio avanço da acumulação competitiva de capital internamente não poderia deixar de gerar impulsos no sentido de uma transformação radical do padrão de reprodução econômica. Não apenas a generalização quantitativa da grande indústria, mas - muito mais importante - o novo papel impulsor da acumulação interna, assumido pelos setores urbanos e fabris a partir da década de 30, acabará por impor, ao conjunto dos estratos sociais dominantes, a conscientização da necessidade do enfrentamento dos pontos de estrangulamento produtivos e financeiros à reprodução ampliada do capital industrial.

Se se tem em conta o caráter tardio e os profundos limites dinâmicos de nossa industrialização sob a égide do capitalismo competitivo, pode-se dizer que a emergência desta consciência será relativamente precoce, manifestando-se já na formulação dos diagnósticos e projetos econômicos governamentais na primeira metade dos anos 30¹³⁵. Contudo, será tão somente ao longo do Estado Novo que a consciência dos limites do padrão de industrialização vigente até então, não apenas se consolidará, como se determinará, no sentido da percepção dos pesados obstáculos impostos a todo e qualquer projeto especificamente nacional de enfrentamento daqueles. A contradição entre os elevados custos políticos e os restritos benefícios econômicos, a curto e médio prazo, do aprofundamento de uma estratégia de industrialização pesada estruturada a partir do Estado tornar-se-á transparente ao longo da Segunda Guerra Mundial. Afinal, se não se pode negar relativo sucesso à política econômica da última fase do primeiro governo Vargas - que se consubstanciará (mais do que nas elevadas taxas de crescimento industrial a partir de 1942) na montagem da CSN, da Cia. Vale do Rio Doce, da CHESF, do Conselho Nacional do Petróleo, etc. -, tampouco se pode ignorar a enorme distância entre os resultados alcançados e a magnitude dos problemas postos. E, neste sentido, as condições de

excepcionalidade da conjuntura internacional ao longo do Estado Novo (condições estas que, diga-se de passagem, estiveram longe de atuar apenas de forma a deprimir o processo de desenvolvimento capitalista interno) são absolutamente irrelevantes: o que importa é tão somente que, neste período, o conjunto das circunstâncias - produtivas, cambiais, financeiras, fiscais, políticas e tecnológicas - à efetiva aceleração e autonomização da acumulação capitalista revelar-se-á em toda a sua profundidade e radicalidade.

Evidentemente, este movimento dúplice e contraditório de conscientização - da necessidade da superação dos limites circunscritores da acumulação capitalista interna, e da impossibilidade de levar a cabo as transformações que este movimento solicita de forma autônoma - não se imporá simultaneamente para o conjunto dos estratos burgueses. E nem poderia. Afinal, os fatores impeditivos do aprofundamento da revolução burguesa enquanto revolução nacional neste momento de crise do padrão competitivo são indissociáveis do fato de que:

[...] o grau de diferenciação vertical e de integração horizontal [da burguesia] estava aquém das “exigências históricas”. Ele não comportava, por si mesmo, uma forma de solidariedade de classe suficientemente balanceada para congregar as classes e estratos de classe burgueses na defesa coletiva de suas diferenças e da dinamização ou aprofundamento dessas diferenças. Em termos estruturais, um “movimento unificador da burguesia” só poderia repousar naquilo que eles possuíam em comum, ou seja, o seu *status* como e enquanto *classes possuidoras* [...]. [Erguia-se, assim,] uma barreira considerável a qualquer transformação política necessária, imobilizando a capacidade de ação coletiva da burguesia nos dois níveis concomitantes, o de classe e o nacional (FERNANDES, 1981a, p. 334-5).

Esta debilidade relativa da solidariedade política dos estratos burgueses teria de se manifestar em uma assincronia (igualmente relativa) da consolidação da consciência da fragilidade de qualquer projeto propriamente nacional de industrialização capitalista no Brasil. Contudo, e a despeito desta assincronia, a crise do Estado Novo, da

forma como se deu, é um marco do encerramento da primeira e mais importante etapa da aprendizagem da burguesia nacional de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente.

Essa aprendizagem realizou-se por etapas e por três vias diversas, todas frustradoras. Primeiro, através da descoberta de que não iríamos “repetir a história”. A grande esperança republicana, de que se faria a revolução industrial de modo autônomo e segundo o modelo de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo competitivo, esboroa-se por completo no limiar mesmo da industrialização intensiva. [...] Segundo, através de entchoques alimentados por antagonismos intraclases, ou seja, por interesses e aspirações divergentes de classes ou estratos de classe burgueses. Ignorando os limites de seus papéis históricos, em diferentes momentos, setores civis ou militares e civis-militares, da alta e da média burguesia, lançaram-se a aventuras tidas como “nacionalistas”, “democráticas” e “revolucionárias” - e de fato elas sofriam essa elaboração intencional; e seriam isso mesmo, se fosse possível transformar primeiro as bases dependentes das relações de produção e de mercado. Todavia, as classes burguesas que lutavam por causas tão amplas não tinham coragem de romper com a dominação imperialista e com os liames que as prendiam às várias formas de subdesenvolvimento interno. Em conseqüência, patronizavam uma variedade especial de “populismo”, a *demagogia populista*, agravando os conflitos de classe sem aumentar, com isso, o espaço político democrático, reformista e nacionalista da ordem burguesa existente. Estas foram, no entanto, as experiências que acordaram a burguesia brasileira para a sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da dominação burguesa. Terceiro, através da exposição de elites das classes burguesas a influências socializadoras externas e de manipulações diretas de *problemas internos* por meio de controles desencadeados e/ou orientados a partir de fora (FERNANDES, 1981a, p. 313-4)¹³⁶.

O fato de que o encerramento do primeiro ciclo deste complexo movimento de aprendizagem seja coetâneo à redemocratização do país não comporta uma contradição efetiva. Afinal, não é preciso que tenhamos qualquer complacência com a ditadura varguista para apreendermos os limites mais do que estreitos da abertura democrática de 1946. Sem que se negue o caráter modelar do governo Dutra sob este aspecto (articulador da ilegalidade do Partido Comunista, da dissolução da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, da intervenção em mais de quatrocentos sindicatos operários e de expurgos no funcionalismo público), não há como escamotear que a tônica dos 18 anos de legalidade, que separaram o Estado Novo do golpe de 64, é dada pela tutela e circunscrição permanente do espaço de organização e representação política das classes trabalhadoras. E, como bem lembra Florestan:

a ausência de articulação política sólida, ao mesmo tempo flexível e firme, entre as classes possuidoras e as classes despossuídas (classes operárias e destituídas) tirara da ordem social competitiva existente qualquer potenciação democrática efetiva e irreversível. A “demagogia populista” não procedia de qualquer pluralismo real: ela era uma aberta manipulação consentida das massas populares. O *povo* não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no “campo burguês”; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras. Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada* (FERNANDES, 1981a, p. 339-40).

Nesse sentido, a redemocratização de 46 revela, antes, a percepção por parte das principais lideranças burguesas da necessidade da reabertura dos canais de expressão e representação do conjunto dos estratos proprietários; única forma de consolidar a solidariedade de classe, passível de corrosão sob a autocracia protonacionalista de Vargas. Por outro lado, esse movimento não implicará abandono das preocupações com o enfrentamento das circunscrições produtivas, financeiras e cambiais à aceleração da

acumulação industrial interna. Há, é bem verdade, uma inflexão com relação ao projeto varguista de industrialização, que colocava o Estado nacional no epicentro mesmo deste processo. Como nos lembra Sônia Draibe:

Na análise da reestruturação do aparelho econômico ocorrida após 1945 é possível constatar uma particularidade: foram objetos de extinção ou neutralização exatamente os órgãos potencialmente capazes de cumprir funções centralizadoras de coordenação e planejamento. A supressão da Comissão de Mobilização Econômica, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e da Comissão de Planejamento Econômico, a reestruturação do DASP e a imediata revogação do artigo que disciplinava a instalação do Conselho de Economia Nacional implicaram efetivo desarmamento do aparelho estatal, afetando particularmente o organismo administrativo naquilo que, no período anterior, consistira na tentativa de dotar o Estado de instrumentos de coordenação e planificação econômica (DRAIBE, 1985, p. 141).

Porém, tal como Draibe,

[...] não podemos concordar com a tese de uma efetiva volta ao liberalismo econômico, durante o governo Dutra. A permanência dos mecanismos de regulação do crédito, dos juros, dos salários, dos institutos e autarquias de regulação e, finalmente, das empresas públicas, comprovam a presença decisiva do “setor público” nesse período (DRAIBE, 1985, p. 145-6).

O que se delineia neste período, isto sim, é um certo compasso de espera, dentro do qual vai se dar a maturação de outro projeto de desenvolvimento da ordem monopolista no Brasil. A especificidade deste outro projeto se encontra no fato de que, assentado sobre o aprofundamento (e radical redefinição dos termos) da articulação dependente da economia brasileira com o capitalismo monopolista internacional, ele não pode se configurar propriamente como um projeto interno. Porém, isso não significa dizer que não caiba

qualquer papel aos agentes nacionais no que diz respeito à definição da temporalidade e da qualidade da transição estrutural e histórica que se anuncia. Tanto mais na medida em que, a bem da verdade, os lineamentos básicos do novo projeto não chegam a ser desconhecidos dos agentes internos. Segundo Florestan, já a partir do término da Primeira Grande Guerra:

[...] a periferia se alterou o suficiente [...] para tornar-se um mercado atrativo e uma área de investimentos promissores. [...] isso contribuiu para modificar substancialmente a relação das grandes corporações com as economias periféricas. Aquelas passaram a competir fortemente entre si pelo controle da expansão induzida destas economias (FERNANDES, 1981a, p. 253).

Além disso,

a transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições [de articulação dependente e de seu aprofundamento prospectivo] [...] requer alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base do poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado (FERNANDES, 1981a, p. 258).

Tais transformações materiais e políticas, requeridas para a incorporação do padrão reprodutivo típico do capitalismo monopolista, não se imporão de chofre, mas se desenvolverão internamente ao longo dos 18 anos de autocracia disfarçada, e só serão consolidadas após o golpe de 64. A complexidade dos ajustes

societários envolvidos em tais movimentos é atestada não apenas pelo trágico desfecho histórico dos mesmos: todo o período é marcado por uma forte tensão e instabilidade política e institucional, assim como por marchas e contramarchas nas estratégias econômicas governamentais que - a despeito de sua unidade fundamental no que diz respeito à busca da aceleração e densificação da acumulação industrial interna - não fazem mais do que revelar as dificuldades postas à consolidação de um projeto de desenvolvimento capitalista capaz de unificar o conjunto dos estratos burgueses.

Nesse sentido, a evolução do segundo governo Vargas é típica. Inicialmente sem contar com o apoio do próprio PSD, sua consolidação não pode ser concebida fora das frustrações geradas pelo liberalismo indeciso do período Dutra. Essas frustrações, por sua vez, só podem ser plenamente apreendidas (ainda que não se esgotem neste nível) a partir das dificuldades de unificação dos estratos proprietários internos em torno de um projeto de aceleração do desenvolvimento capitalista coordenado desde fora. Afinal, as conseqüências econômicas de uma radical abertura do mercado interno para a atuação dos poderosos e multifacetados conglomerados internacionais são por demais evidentes para deixarem de gerar qualquer temor nos setores mais dinâmicos das burguesias periféricas. Além disso, a internalização das estruturas e dos padrões reprodutivos monopolistas conduz, necessariamente, a uma profunda aceleração das transformações econômicas, sociais e culturais inerentes às sociedades de classe; o que é percebido - corretamente - pelos setores dos estratos dominantes mais refratários à rápida universalização da ordem burguesa (o latifúndio e o capital mercantil mais tradicional), como um movimento capaz de pôr em xeque as bases de seu poder social específico a médio prazo. Essas contradições internas aos segmentos sociais dominantes vieram a se manifestar politicamente ao término do governo Dutra, através da divisão das candidaturas conservadoras de Eduardo Gomes e Cristiano Machado, e - o que é ainda mais importante - na própria capacidade de articulação de uma base de sustentação política suprapartidária à candidatura Vargas tão ampla quanto inorgânica.

A fragilidade estrutural e o descompasso histórico de qualquer tentativa de recuperação do projeto de desenvolvimento capitalista

vencido em 45 não tardará, contudo, a se manifestar. A reação conservadora ao governo Vargas mostrará sua força imediatamente após as eleições (através da ampla movimentação para impedir sua posse), e não cessará de avançar - com surpreendente organicidade, violência e audácia¹³⁷ - até a traumática conquista do encerramento do mesmo.

Não se pode pretender, todavia, que a eficácia do movimento de oposição a Vargas resultasse tão somente da capacidade de liderança dos setores hegemônicos no governo Dutra. No centro do novo ímpeto conservador e da rápida rearticulação política e aprofundamento da solidariedade interna da classe dominante encontram-se outros fatores. No limiar mesmo dos anos 50, o interesse externo pela abertura dos mercados latino-americanos a uma atuação mais decisiva dos grandes blocos monopolistas de capital vai ganhar consistência e determinação. A missão Abbink e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1949) são dois momentos expressivos da nova qualidade das demandas e expectativas externas sobre a economia brasileira. Particularmente sobre a Comissão Mista, recairá uma grande responsabilidade pela articulação e consolidação política do projeto de adequação do espaço econômico interno à atuação dos grandes e concentrados blocos monopolistas de capital em processo de extroversão produtiva.

Evidentemente, no epicentro das articulações políticas bilaterais que se intensificam a partir do final dos anos 40, encontra-se a pressão e o interesse dos grandes blocos monopolistas de capital. E tais movimentos:

não se explica[m] apenas pela existência de excelentes oportunidades de inversão a serem colhidas, mas, também, em última instância, pela própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais, cujo ponto de chegada consistiu, como se sabe, na conglomeração financeira e na expansão oligopólica a escala mundial (MELLO, 1982, p. 119).

Mas se estas são as questões de fundo, a forma particular da

articulação deste movimento de extroversão - sua politização crescente e evidente - carrega consigo outras determinações. Segundo Florestan:

O fim da Segunda Grande Guerra delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do “mundo socialista” e novas transições para o socialismo (FERNANDES, 1981a, p. 253).

A absoluta centralidade que a lógica da Guerra Fria passa a assumir, ao final da Segunda Grande Guerra, na redefinição da ordem econômica mundial sob orquestração norte-americana, já havia sido comprovada pela articulação política da recuperação econômica européia e japonesa sob a égide do Plano Marshall. Terá idêntico sentido o reforço da investida dos Estados Unidos sobre a América Latina a partir do final dos anos 40. Transcendendo inclusive aos interesses mais imediatos das corporações multinacionais norte-americanas¹³⁸, esse país - a partir da ação de seus governos, que assumirão de forma decidida e indistinta as novas responsabilidades mundiais da superpotência imperialista - não poupará esforços para consolidar as bases políticas do aprofundamento e maturação do desenvolvimento capitalista dependente na periferia latino-americana¹³⁹.

Graças a este quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo

monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir, também, um caráter especificamente político (FERNANDES, 1981a, p. 253-4).

Tal processo de politização da transferência e do desenvolvimento da ordem monopolista para a periferia tem sólidas determinações econômicas. Afinal:

[...] as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os Governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista na periferia “Sem estabilidade política, não há *cooperação econômica*”, eis a nova norma ideal do comportamento econômico “racional”, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham a “casa em ordem”, para que pudessem contar com a viabilidade do “desenvolvimento por associação” (FERNANDES, 1981a, p. 254).

Mas não se esgotam aí as impulsões do movimento considerado. Como bem lembra Florestan:

[...] a luta do capitalismo por sua sobrevivência transcende a esses limites. Os Governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada), vários tipos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares, etc. A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é à súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos Governos pró-capitalistas

das nações periféricas. Desse modo, são logradas as condições de estabilidade política almejadas, que servem para reprimir os protestos contra as iniquidades econômicas, sociais e políticas, inerentes à transição para o capitalismo monopolista (inevitáveis e chocantes nas condições predominantes nos “países pobres”), tanto quanto conjurar “o perigo comunista”. No conjunto, [...] as influências externas concorrem para deprimir fortemente as estruturas políticas das sociedades hospedeiras (FERNANDES 1981a, p. 254).

A eficácia da manipulação destes instrumentos, no enfrentamento das (particularmente débeis) resistências internas à plena incorporação do espaço econômico nacional ao circuito produtivo e financeiro internacional de valorização, se revelará na rapidez com que o segundo governo Vargas se vê carente de qualquer sustentação política sólida. No centro deste processo, a maturidade das condições econômicas internas para a assimilação do novo padrão de articulação dependente proposto e projetado (em seus termos mais substantivos) desde fora. Assim, já na década de 50:

[...] se pode localizar a [...] tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica irreversível. Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia (FERNANDES, 1981a, p. 255-6).

8.3.2 Contradições do capitalismo monopolista dependente e a transição para a autocracia burguesa aberta

Os contrastes entre o último lustro da década de 50 e os primeiros anos da mesma são tão evidentes quanto multifacetados. A despeito da grande tensão política que antecede a posse do presidente Juscelino Kubitschek e dos valores quase medíocres dos

indicadores econômicos nos dois primeiros anos de seu mandato¹⁴⁰, a marca de todo o período será dada pelo aprofundamento qualitativo da ordem burguesa, com reflexos fortemente positivos sobre o alargamento da base social de apoio e sustentação do governo.

Confrontando o padrão de desenvolvimento capitalista que se instaura no período Kubitschek com o padrão horizontal de acumulação que marca a industrialização restringida, João Manuel nos dirá:

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira “onda de inovações” schumpeterianas: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados (MELLO, 1982, p. 117).

Mas isso não é tudo. Tão ou mais importante do que a profunda alteração no padrão de solidariedade industrial que se inaugura, será a modificação na equação competitiva a partir da radical redefinição dos papéis dos blocos de capital privado nacional e internacional, assim como no papel econômico do Estado. Se se tem em vista as contradições responsáveis pela total inviabilização de um projeto nacional de enfrentamento às circunscrições à acumulação de capital industrial (e, portanto, de transição endógena para a etapa monopolista do capitalismo), assim como a força das pressões externas para realizar tal movimento de forma associada, não será surpresa que o novo padrão de reprodução vá se assentar, fundamentalmente, sobre o ingresso maciço do “novo capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo”

(MELLO, 1982, p. 117).

Tal desenvolvimento não estará em antagonismo com os interesses concretos do capital industrial nacional. Afinal:

Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo frágil poder de acumulação. Mais do que isso, não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a estatização quase completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de “privatizar” no futuro o Estado. Por isso mesmo, o capital industrial nacional “optou” pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário (MELLO, 1982, p. 119-20). Ademais, a industrialização pesada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras (MELLO, 1982, p. 119-20).

Mas se a solidariedade essencial de interesses e projetos do capital industrial nacional e estrangeiro é insofismável (manifestando-se com particular intensidade no período de montagem do novo padrão e de expansão do sistema econômico global), isso não implica que o processo de transplante do capitalismo monopolista para a periferia deixe de comportar profundas contradições, que são absolutamente ineludíveis. Pouco aparentes ao longo do governo Kubitschek, elas não deixarão de se manifestar através das dificuldades de equacionamento de uma base fiscal e financeira para o Estado capaz de dar conta da sustentação de suas novas atribuições:

a adequação do capital social básico às exigências da acumulação monopólica, e - ainda mais importante - à mediação política do processo de distribuição do excedente entre blocos capitalistas de desigual poder competitivo, que passam a se confrontar no interior dos mesmos mercados ou na (igualmente perigosa) região em que se dá a imbricação daqueles. A estreiteza econômica e política dos mecanismos heterodoxos de financiamento do Estado - emissão inflacionária, confisco cambial, etc.¹⁴¹ - para o enfrentamento de suas novas atribuições revelar-se-á nos permanentes problemas de caixa do Tesouro e nas dificuldades para a consecução de pontos estratégicos do Plano de Metas¹⁴². Além disso, a transferência das pressões fiscais do Estado para os setores exportadores e para os setores de menor poder de controle sobre seus preços é não apenas perigosa (particularmente em condições de ascensão de um movimento sindical, que se vê catapultado pelo processo de industrialização e urbanização), como não pode servir ao equacionamento da complexa questão cambial. Tanto mais quando, a despeito de sua aparência técnica, essa última é uma questão essencialmente distributiva e financeira, ligada à capacidade de apropriação e acumulação interna das sólidas empresas multinacionais e, a partir daí, à lógica e à dinâmica das transferências e retransferências de capital e rendimentos em nível internacional.

Enquanto a economia se reproduzia sob o ciclo expansivo, derivado do solidário conjunto de investimentos aberto em meados da década, as contradições do novo padrão de acumulação capitalista (e em particular sua contradição de fundo, que se deriva da inexistência de mecanismos institucionais capazes de garantir uma distribuição politicamente consistente dos benefícios da acumulação monopólica entre as diversas frações do capital) podiam ser escamoteadas. A partir do final de 1961, contudo, os sinais da crise que se avizinha são evidentes, acelerando a explosão das tensões sociais reprimidas no período anterior.

Muito se tem escrito sobre os determinantes da reversão cíclica aberta em meados de 1961. As análises econômicas mais competentes, identificam na maturação de um conjunto integrado de investimentos em setores novos (responsáveis pela implantação de estruturas fabris tipicamente oligopólicas, necessariamente

portadoras de elevados índices de capacidade ociosa planejada), um dos pontos-chave da explicação deste processo. O outro determinante básico se encontraria nos desequilíbrios dinâmicos, oriundos das peculiaridades de um processo de industrialização derivado da transferência segmentar de estruturas produtivas monopólicas, para uma economia marcada pela péssima distribuição de renda e baixíssima taxa de salário: nestas condições a equação acelerador-multiplicador que se monta é particularmente perversa, agilizando e aprofundando os movimentos de reversão cíclica após o esgotamento dos estímulos extraordinários para a inversão produtiva.

A derivação natural desta análise - absolutamente correta e essencialmente suficiente enquanto análise econômica do processo - é a recusa às leituras ideológicas, que pretendem ver na inépcia da condução da política econômica por parte dos governos populistas de Jânio Quadros e (particularmente) João Goulart, os determinantes essenciais da crise. Quer nos parecer que o simplismo destas leituras seja tamanha que não caibam maiores considerações sobre a fundamentação teórica das mesmas. Contudo, não se pode ignorar que, se a política econômica dos governos imediatamente anteriores ao golpe de 1964 não é responsável pela crise de 62/67, a repetição cansativa das mesmas análises - associada às efetivas transformações nos mecanismos e no padrão de intervenção econômica posteriores ao golpe - põe a nu uma certa inconsistência da ação do Estado sob o antigo regime na administração das contradições que a crise vinha expressar. Ou, em outras palavras: a efetiva apreensão dos determinantes do discurso ideológico, considerado acima, só é possível se buscarmos entender não as causas da crise econômica, mas o que ela manifesta e evidencia das contradições inerentes ao padrão de acumulação monopólica dependente para os estratos nacionais da classe dominante.

Ora, como se sabe, o que toda a crise econômica revela, antes de mais nada, é a profunda desigualdade de poder competitivo dos diversos blocos e fração de capital. Nos períodos de crescimento, os espaços que se abrem (ao ingresso) e ao desenvolvimento da acumulação de capital de firmas marginais nos diversos mercados, tende a obscurecer, não apenas o caráter conflitivo da concorrência intercapitalista, como as profundas diferenças de poder de

apropriação e consolidação financeiro-produtiva do conjunto das empresas atuantes em áreas afins. A crise põe a nu estas diferenças, através do aprofundamento do conflito pelo controle de mercados (que revelam suas restrições) e pelas diversas tentativas de repassar o ônus da retração das receitas para compradores e fornecedores.

Assim, a inflexão crítica, inaugurada em 1961 no Brasil, será o momento fundamental da consolidação da consciência dos estratos burgueses nacionais das consequências perversas presentes na internalização do capitalismo monopolista pela via do aprofundamento da dependência¹⁴³. Na realidade, o que salta aos olhos, quase que instantaneamente, é que:

[...] a industrialização intensiva e a eclosão do capitalismo monopolista alargaram e aprofundaram, de maneira explosiva, as influências externas sobre o desenvolvimento capitalista interno, exigindo das classes e estratos de classe burgueses novos esquemas de ajustamento e de controle daquelas influências (FERNANDES, 1981a., p. 326).

Ora, evidentemente, não poderia escapar aos líderes internos do projeto de desenvolvimento por associação que “era impossível deter semelhante processo, nascido da própria estrutura mundial do capitalismo e incentivado pelo caráter dependente da economia capitalista brasileira” (FERNANDES, 1981a., p. 326). No entanto:

as classes e estratos de classe burgueses tinham de enfrentar [...] seus efeitos políticos. Pois se a irradiação do capitalismo competitivo, de fora para dentro, não atingia diretamente as estruturas de poder político da sociedade brasileira, o mesmo não sucedia com a irradiação do capitalismo monopolista. Aquelas classes e estratos de classe viam-se, de repente, na posição de antagonistas do aliado principal. [...] Se, como parte da autodefesa e da autoafirmação da “iniciativa privada” em geral, se impunha defender e aumentar a associação com os “capitais externos”, fomentando os ritmos das “inversões estrangeiras” e, com elas, os da modernização controlada

de fora, a autoproteção de classe da burguesia brasileira estabelecia um limite à “interdependência”. Acima do afluxo de capitais, de tecnologia, e de empresas e, mesmo, acima da aceleração do desenvolvimento capitalista estava, para ela, seu *status*, em parte mediador e em parte livre de “burguesia nacional” (FERNANDES, 1981a., p. 326).

Por mais que isso possa parecer contraditório, as dificuldades postas ao aprofundamento dos controles políticos e institucionais, sobre o processo de apropriação e distribuição do excedente entre as diversas frações do capital, não se encontram em quaisquer resistências dos setores monopolistas internacionalizados. A bem da verdade:

[...] em termos não só de preservação do *status quo*, mas também de irradiação e de expansão do capitalismo monopolista na periferia, não interessa às grandes corporações e às nações capitalistas hegemônicas desgastar a base econômica da dominação burguesa e, tampouco, suscitar crises irrecuperáveis do poder burguês (FERNANDES, 1981a., p. 464-5).

Ou, em outras palavras:

[...] ao contrário do que se supôs e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais é falso que as burguesias e os Governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse [...] [no] enfraquecimento provocado das burguesias dependentes [...]. Se fizessem isso, estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista revolucionário (dentro do capitalismo privado), ou incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo. Estariam, portanto, trabalhando *contra* os seus interesses mais diretos, que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido (FERNANDES, 1981a., p. 293).

Por isso mesmo - e em plena solidariedade com aquelas lideranças burguesas nacionais portadoras de maior clareza sobre os limites estruturais da revolução nacional periférica -, os setores imperialistas vão se postar na perspectiva de enfrentamento da crise do poder burguês, que emerge das dificuldades em consolidar um projeto de desenvolvimento capitalista capaz de garantir a sobrevivência (a curto, médio e longo prazos) dos distintos estratos proprietários e suas particulares lógicas de reprodução e acumulação. Tal movimento - consubstanciado na ação política das lideranças empresariais vinculadas ao grande capital internacionalizado - não se deriva apenas da compreensão do valor político da sustentação da aliança orgânica entre os distintos segmentos burgueses (tradicionais e modernos). Mais importante do que isso é o fato de que, tal como na Era Neocolonial e na etapa competitiva do capitalismo dependente, a sobrevivência de formas historicamente primitivas de produção e extração do excedente, será funcional à aceleração da concentração de capital nos polos urbanos e modernos do sistema. As contradições de longo prazo deste processo de acumulação de capital (que não se desvencilha completamente de suas bases mercantis e especulativas), pouco importam aos competitivos e dinâmicos blocos monopolistas internacionalizados, que contam não só com bases financeiras e apoio político e institucional externos, como com um amplo espaço geográfico e demográfico a ocupar no conjunto da periferia. O que importa neste momento, isto sim, é inibir os processos de conflito interburgueses pelos quais:

Não só certos estratos da alta burguesia se lançavam uns contra os outros, defendendo políticas econômicas ou privilégios exclusivos. Os setores médios convertiam suas frustrações e suas aspirações em fatores que dissociavam o radicalismo burguês da ordem burguesa *existente e possível*. Por conseguinte, eram as classes e os estratos de classe burgueses que rasgavam as fendas pelas quais a instabilidade política se instaurava no âmago dos conflitos de classes, no intento frequente de dinamizar em proveito próprio o radicalismo pró-burguês ou antiburguês das massas populares, em geral, ou do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais, em

particular. Embora em nenhum momento essa “pressão dentro da ordem” chegasse a transcender os interesses e os projetos burgueses, ela dividia e fragmentava a burguesia, ao mesmo tempo em que solapava e impedia a aceleração dos processos de unificação e centralização do poder burguês, diretamente ou mediante o poder político do Estado nacional. Definiam-se, assim, várias órbitas, em permanente atrito, em torno das quais gravitavam os projetos de revolução nacional, o que fazia com que as classes e os estratos de classe burgueses não conseguissem chegar a uma conciliação fundamental, em torno de alvos e de interesses comuns a toda a burguesia (FERNANDES, 1981a., p. 323).

Essa situação parecerá tão mais dramática na medida em que se acrescentam:

a este fato [...] a emergência e a difusão de movimentos de massa antiburgueses, nas cidades e até em algumas áreas do campo. Tais movimentos estavam longe de representar “perigo imediato”, pelo menos em si e por si mesmos. Todavia, eles encontravam uma ressonância intimidadora, e continham uma força de irradiação inesperada. Por isso, eles acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: “contaminaram” estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc. Além disso, infiltraram influências nas massas populares, despertadas mas refreadas pela “demagogia populista”, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, “pressão dentro da ordem” e convulsão social (FERNANDES, 1981a., p. 324).

Ora, esse quadro acaba por conduzir as lideranças empresariais vinculadas aos blocos monopolistas internacionalizados a uma identificação de seus interesses estratégicos com o aprofundamento dos mecanismos políticos e institucionais capazes de levar à consolidação material da solidariedade do conjunto da classe proprietária. Longe de serem os oponentes de um projeto de rearticulação dos instrumentos de regulação estatal, voltado para a

redistribuição do excedente social compatível com a estabilidade política interna, estes agentes serão os líderes ideológicos deste movimento. Onde se encontram, então, os empecilhos a tal articulação? Nos fatos da estrutura, responsáveis pela depleção crônica dos canais civis de organização e definição de um projeto político orgânico da burguesia. Afinal:

Não é fácil conduzir o barco, quando o desenvolvimento capitalista não guia a revolução nacional com uma bússola firme e os extremos do espectro burguês se encontram em formas subcapitalistas ou pré-capitalistas de produção agrária, na “empresa multinacional” estrangeira e “na grande empresa estatal” (FERNANDES, 1981a., p. 307).

Em suma: o padrão dependente de diversificação vertical da burguesia brasileira aprofundará sua debilidade crônica em forjar “instituições próprias de poder especificamente social [...] e converter a dominação socioeconômica [...] [em um] ‘poder político indireto’” (FERNANDES, 1981a., p. 204), responsável pela consolidação de sua dominação e hegemonia sob condições de democracia formal. Evidentemente, uma tal debilidade pode ser contornada se se articulam as condições para que a unificação de classe (e do projeto de classe) se dê num plano imediatamente político, através da monopolização do controle das estruturas materiais do Estado. Não há como subestimar, contudo, as dificuldades presentes em tal movimento. Tanto sob as experiências de autocracia aberta do Estado Novo, quanto de autocracia disfarçada que lhe é consequente, o que se buscava implantar era uma tal monopolização política do Estado. Contudo, as próprias diferenças estratégicas entre os distintos estratos da classe dominante, e as recorrentes tentativas de alguns setores em fazer valer seus interesses acima dos demais (abrindo os canais políticos para as pressões - ainda que não para conquistas efetivas - dos de baixo), conduziram ao fortalecimento de um esquizofrênico discurso liberal, que buscava contrarrestar o tão inexorável quanto problemático movimento de ampliação das funções econômicas do Estado. Na base deste discurso, o temor associado ao crescente:

[...] volume alcançado pelo Estado brasileiro, como associação administrativa e organização política, e o transbordamento do radicalismo burguês na direção do poder estatal - mediante a atuação de certos Governos de base populista; e graças às identificações que começaram a grassar entre “altos funcionários” e no pessoal de “alto gabarito” [...]. O Estado surgia como uma espécie de fantasma, não em si e por si mesmo (pois os “Governos populistas” e a “alta burocracia nacionalista” não se atreveram a ir demasiado longe), mas por causa do que esse deslocamento parecia representar, como perda do “controle burguês” sobre o Estado e em termos de suas aparentes consequências negativas para a “iniciativa privada” e a *liberdade burguesa*. As recentes origens patrimonialistas da burguesia brasileira, com seu agressivo mandonismo conservador, impediam uma compreensão mais ampla ou flexível do problema [...]. A simples autonomização institucional das funções básicas do Estado e a mera ameaça de que isso iria acarretar uma verdadeira nacionalização de suas estruturas administrativas ou políticas e servir de fundamento a um processo de centralização independente do poder, apareciam como uma clara e temível “revolução dentro da ordem” antiburguesa (FERNANDES, 1981a, p. 325).

Essas apreensões dos setores conservadores não conseguiam, contudo, converter o discurso liberal e antiestatizante em um efetivo projeto social, uma vez que não seria possível contrarrestar os determinantes que levavam a um ingurgitamento das funções do Estado, sem ferir de morte todo o equilíbrio político e econômico que sustentava a equação dependente do capitalismo monopolista em nível interno. A insubsistência desse discurso revelava-se, assim, na própria compulsão com que seus arautos buscavam obter o controle do aparelho estatal, não se furtando para tanto em dar o apoio a toda e qualquer movimentação golpista de setores das Forças Armadas, por maior que fosse a debilidade de sua articulação.

Contudo, as condições objetivas e subjetivas para a superação (através da realização negativa) da oposição liberal à ação do Estado sob o regime de autocracia disfarçada (finda em 1964) já se encontravam em elevado estágio de consolidação quando da

emergência da inflexão crítica do início da década de 60. Se o aprofundamento da tensão social derivada daquela inflexão cria as condições para uma rápida rearticulação da solidariedade política dos estratos proprietários, a capacidade em aproveitar este momento para encaminhar a necessária transformação do padrão de regulação estatal e de dominação burguesa interna resultará de outras determinações. Essencialmente, este processo será marcado por três movimentos correlatos, onde há que se salientar o papel exercido por aqueles segmentos sociais que, identificados com os interesses estratégicos da burguesia nacional, não pertencem imediatamente a este estrato.

Em primeiro lugar, há que se reconhecer a eficácia e competência política das lideranças empresariais e dos representantes das grandes corporações internacionais em articularem e projetarem socialmente seus interesses de longo prazo. O ponto crucial no que diz respeito a este movimento se encontra no fato de que tais interesses nem sempre eram consistentes com uma lógica imediatista, que apontava no sentido de extrair o máximo benefício de suas vantagens competitivas sobre os débeis grupos capitalistas periféricos. Contando com o sólido apoio de instituições e organismos políticos internacionais vinculados aos (e sustentados pelos) Estados nacionais imperialistas, contudo, não foi difícil a estes agentes transformarem-se em verdadeiras lideranças do processo de consolidação da solidariedade interburguesa e propagadores do projeto de redefinição do padrão de autocracia burguesa interna.

Em segundo lugar, não pode ser ignorada a capacidade demonstrada pelo conjunto dos segmentos proprietários internos em converter o:

pânico econômico [...] [em fonte de] agravamento de atitudes de classe fortemente agressivas, nascidas de uma frustração crônica e do medo reativo, os quais contribuíram para projetar a agressão para fora da *nossa classe*. A *classe dos outros*, no caso, tinha de ser forçosamente o proletariado (e, confusamente, a congêrie das massas trabalhadoras e destituídas), que surge como o *inimigo natural* e o *alvo* dessa agressão autodefensiva. Como a *classe dos outros* não era a fonte real do estado de pânico,

ela funcionou apenas como “bode expiatório” e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe. No clima histórico descrito, pânico, agressão e autodefesa reativa criavam impulsões de identificação coletiva e de comunidade política em todos os círculos das classes possuidoras e privilegiadas, simplificando as tarefas de liderança de suas elites (FERNANDES, 1981a, p. 265 e 266).

A instrumentalização do pânico econômico para a cristalização de uma solidariedade de classe, assentada sobre a identificação e o enfrentamento do inimigo coletivo principal, foi uma tarefa política para cuja consecução as lideranças dos setores proprietários mais tradicionais (agrários e vinculados ao capital mercantil mais refratário à modernização) dedicaram particular atenção. Afinal, as pressões reformistas, oriundas dos setores guindados à arena política pela exacerbação da demagogia populista, dirigiam-se, essencialmente, contra as bases materiais dos interesses destes segmentos. Tal fato, tornava-os verdadeiros arautos do pânico e resolutos articuladores de uma rápida recomposição da aliança política estratégica oligárquico-burguesa estruturada sobre a identificação do movimento popular ascendente como um movimento especificamente *antiburguês*.

Finalmente - e aqui nos deparamos com uma questão absolutamente central para o entendimento de como foi possível driblar os temores dos diversos estratos proprietários de que o fortalecimento da autocracia viesse a implicar o privilegiamento de determinados interesses em detrimento de outros - há que se considerar o papel cumprido pela alta burocracia civil e militar em todo este processo. Como bem lembra Florestan:

[...] se a burguesia brasileira não possuísse estratos médios e altos fortemente instalados, em massa, “dentro do Estado” (os quais constituíam uma autêntica *burguesia burocrática*, dotada de poder estatal e de ampla liberdade para usar este poder), os processos de unificação e de centralização do poder burguês eclodiriam no vazio histórico (FERNANDES, 1981a, p. 340-1).

Não foi isso que aconteceu, entretanto. Na base do movimento de aderência da alta burocracia estatal ao projeto de aprofundamento da autocracia de classe, se encontra um fato econômico. Como afirma Florestan:

[...] em nações capitalistas nas quais as funções classificadoras do mercado e as funções estratificadoras do sistema de produção são tão limitadas, a ponto do grosso da população permanecer excluído do funcionamento normal do regime de classes e da ordem social competitiva, somente as classes altas e médias chegam a participar efetivamente das vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista. Essa participação é, em si mesma, um privilégio e só se pode manter na medida em que outros privilégios, vitais para as situações de classe alta e média, são intocáveis. A dominação da burguesia irradia-se de modo muito fraco da minoria dominante para o resto da sociedade (ao contrário do que sucedeu nas nações capitalistas hegemônicas, onde tal irradiação serviu de embasamento econômico para a “democracia burguesa”. Ela se concentra no tope, nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político, o que faz com que o poder político indireto, nascido do poder econômico puro e simples, e o poder especificamente político se confundam, atingindo o máximo de aglutinação, e o Estado se constitua no veículo por excelência do poder burguês, que se instrumentaliza através da maquinaria estatal até em matérias que não são nem administrativas nem políticas (FERNANDES, 1981a, p. 266-7).

Esse drama estrutural, inerente a uma economia dependente de origem neocolonial e escravista, será o responsável pela rápida e fácil identificação do conjunto dos setores médios e burocráticos mais bem classificados política e economicamente com o projeto de consolidação defensiva da autocracia de classe. E esse movimento está no centro da explicação de como:

[...] no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da *iniciativa privada*; e por que as várias elites das classes dominantes (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc.) encontraram tão depressa um foco de unificação institucional de suas atividades (FERNANDES, 1981a, p. 267).

A conquista da elite dos setores burocráticos civis e militares para o novo projeto de ordenamento institucional será uma tarefa para a qual concorrerão ainda duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, o fato de que, enquanto coparticipantes dos privilégios econômicos de uma sociedade excludente, esta fração dos estratos dominantes ocupa uma posição subordinada na estrutura social. Esse fato se consubstancia em uma carência relativa de instrumentos de autoproteção em situações de crise dos padrões distributivos (como a que se impunha a partir do final da década de 50), tornando-a particularmente aberta às pressões ideológicas dos arautos do pânico. Mais importante do que isso, contudo, será o papel projetado para estes agentes na nova institucionalidade: em função das próprias contradições que minam a estabilidade da solidariedade da classe dominante, os setores militares e a técnico-burocracia de alto nível serão guindados ao centro do (superdimensionado) poder político-estatal. Afinal, tal como lembra Florestan:

sem a militarização e a tecnocratização intensivas e persistentes, seria impossível colocar o Estado nacional no centro das transformações históricas em curso e, portanto, seria também impossível: 1º) manter o nexo entre a explosão modernizadora e a regeneração dos costumes e da ordem; 2º) converter a reação autodefensiva de uma “burguesia ameaçada” numa fonte de autoafirmação e de autoprivilegiamento *das classes burguesas como um todo*. O consenso burguês traduz, nessa matéria, a essência pragmática e realista de sua racionalidade. (FERNANDES, 1981a, p. 342).

Assim, se nos é dado o direito de parafrasear o Mal. Cordeiro de Farias, diríamos que as impulsões histórico-estruturais fomentam a emergência das ideias e a identificação dos homens capazes de realizá-las. Com os homens, definem-se os meios; e, chegada a hora, com o aprofundamento da depressão em 63/64, torna-se possível passar facilmente:

de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista, para uma ditadura de classe burguesa e aberta. Trata-se de uma passagem aparentemente irrelevante [...]. Todavia, uma realidade inalteravelmente terrível e chocante pode sofrer gradações para melhor e para pior. Os que têm de arcar com os custos econômicos, sociais e políticos da passagem podem ver-se em um estado de privação relativa e de opressão sistemática ainda mais agudo, o que revela se a oscilação se deu em benefício de uns e *contra* outros. Como a economia, a sociedade e o Estado se encontraram envolvidos por igual em tal passagem, não houve área ou esfera em que as consequências negativas, passageiras ou persistentes, deixassem de se refletir: depressão de salários e da segurança no emprego, e compressão do direito de greve e de protesto operário; depressão dos níveis de aspiração educacional das “classes baixas”, e compressão das “oportunidades de educação democrática”; depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, e compressão política e policial-militar; etc (FERNANDES, 1981a, p. 342-3).

São essas consequências do golpe contrarrevolucionário de 1964 (e suas derivações) que estão no centro das reflexões do próximo tópico desta seção.

8.3.3 Desenvolvimento e crise do capitalismo monopolista dependente sob autocracia burguesa aberta

De acordo com seus próprios formuladores, o Programa de

Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado em novembro de 1964, não se constitui como um

[...] plano global de desenvolvimento, [...] [mas um] programa de ação coordenada do governo no campo econômico. [...] Procurou-se [...] formular uma estratégia para os próximos dois anos, período em que se lançariam as bases para um planejamento mais orgânico e de longo prazo (DOCUMENTOS IPEA, 1965, p. 14).

Na realidade, o que se pretendia com o referido Programa seria a rearticulação das condições de crescimento econômico através de medidas voltadas à “eliminação das distorções inflacionárias, à revitalização da economia e às reformas econômicas e sociais” (DOCUMENTOS IPEA, 1965, p. 5).

Efetivamente, a questão do enfrentamento da inflação, e a articulação de um conjunto solidário de reformas financeiras e fiscais, estão no centro das preocupações dos formuladores do PAEG. Tal fato não pode ser surpreendente se se tem em vista a análise anterior das bases econômicas da crise social e política dos primeiros anos da década de 60, que acabaram por conduzir ao movimento golpista de 1964. Como vimos o conflito distributivo interburguês - aberto pela irrupção do capitalismo monopolista internamente, e desenvolvido a partir do padrão de inflexão crítica que lhe é consequente (associado a taxas crescentes de inflação e ao aprofundamento dos problemas cambiais) - está no centro dos desequilíbrios a serem enfrentados pelo novo regime. Como não poderia deixar de ser, o combate à inflação ocupa o primeiro plano do cenário. Afinal, a aceleração do ritmo inflacionário, a partir dos primeiros anos da década de 60, já continha em si mesma a sinalização do esgotamento (em função da crescente resistência dos setores de menor poder de controle sobre seus preços) das funções redistributivas desse mecanismo. Como bem lembra Maria da Conceição Tavares:

[...] à medida que ocorre uma aceleração do ritmo inflacionário, vai-se esterilizando, progressivamente, sua capacidade redistributiva, em termos de setores, empresas

e estratos sociais. [...] As possibilidades de autofinanciamento de um conjunto de setores, mediante elevações autônomas de preços, veem-se diminuídas à medida que as reações dos outros preços tornam-se mais aceleradas (TAVARES, 1981, p. 144).

Por outro lado,

Nem o poder de compra dos salários, nem o déficit público em termos reais mantêm-se, porém, como componentes da demanda real de bens e serviços. Tende, pois, a produzir-se uma “insuficiência de demanda efetiva” em termos dinâmicos, com suas manifestações simultâneas de aumento na capacidade ociosa indesejada e no endividamento crescente dos setores mais débeis, bem como uma elevação dos custos e uma queda na taxa de lucro aparente. Isto acaba por atingir os próprios setores oligopólicos, não necessariamente nas suas margens de lucro corrente, mas sim em suas expectativas e decisões de investimento. Na aparência a economia inteira apresenta-se como se existisse um excesso de demanda efetiva movendo a espiral inflacionária. Na realidade, essa demanda e a própria renda nacional encontram-se com tendências a um declínio, por força de uma redistribuição setorial dos lucros e das rendas correntes, em favor de setores supercapitalizados, cujas expectativas de investimento são desfavoráveis (TAVARES, 1981, p. 144-5).

Se se somam a esses fatos as consequências que o crescimento da taxa de inflação (sob condições de uma legislação restritiva em torno da taxa de juros nominal) traz para o processo de intermediação financeira - encurtamento dos prazos dos empréstimos, fuga às circunscrições legais através da exigência de pesadas reciprocidades por parte dos tomadores, e crescente desenvolvimento de um circuito creditício informal que passa a concorrer com os grupos financeiros tradicionais -, fica claro porque o aprofundamento da capacidade de regulação sobre os mecanismos redistributivos ligados ao processo inflacionário passa a assumir

caráter premente. A consciência do sentido maior do enfrentamento às elevadas taxas de inflação não está ausente dos formuladores do PAEG. Segundo os mesmos, a inflação brasileira resulta da:

inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais: (i) no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos públicos; (ii) na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas (DOCUMENTOS IPEA, 1965, p. 28).

Coerentemente com esse diagnóstico - e a despeito da formação teórica conservadora dos gestores da política econômica no período -, a política de combate à inflação adotada afastar-se-á, em um primeiro momento, do monetarismo mais ortodoxo. Na defesa que Mario Henrique Simonsen faz, no início dos anos 70, da experiência brasileira de combate à inflação [...] [adotada] desde 1964, nos é dito que as resistências dos setores mais refratários à adoção de uma política gradualista foram vencidas pela consideração de que os tratamentos de choque implicam, praticamente:

[...] proibir quaisquer reajustes de salários ou preços que se destinassem a compensar a inflação passada. Fora as óbvias dificuldades de natureza política, isso implicaria se considerar aceitável, com incrível arbitrariedade, a configuração da distribuição de renda existente no momento em que se iniciasse o processo de estabilização. Mas fora essa dificuldade, havia uma outra igualmente ponderável. Muito frequentemente, quando os Governos se decidem a empreender uma política de estabilização, a situação herdada não é apenas a de uma inflação violenta. É também a de uma inflação reprimida. Esse era o quadro brasileiro do início de 1964, com aluguéis congelados, tarifas de serviços de utilidade pública incapazes de remunerar adequadamente as concessionárias, taxas cambiais supervalorizadas, etc. Para restaurar a eficiência alocativa do sistema de preços (sic) o Governo Castelo

Branco viu-se obrigado a autorizar todos esses reajustes logo no início do seu período administrativo. Isso implicava a aceitação de forte componente de inflação autônoma (na época denominada inflação corretiva) a qual obviamente conflitaria com qualquer meta de reduzir imediatamente a zero o ritmo de ascensão dos preços (SIMONSEN, 1979, p. 107).

No centro da lógica do gradualismo, portanto, encontra-se a clareza da necessidade em responder rapidamente - e politicamente - a certas pressões sociais¹⁴⁴ em prol da redistribuição dos benefícios (e dos prejuízos) econômicos do desenvolvimento por associação. Implementada a inflação corretiva, contudo, o gradualismo será reforçado por duas crises de estabilização, a primeira em 1965, a segunda iniciando-se em fins de 1966 e estendendo-se ao início de 1967. Tais crises (particularmente a última, associada a fortes controles da expansão dos meios de pagamento) são administradas claramente com vistas a cercear a realimentação inflacionária, capaz de cercear a eficácia dos movimentos redistributivos (eufemisticamente denominados por Simonsen de movimentos de restauração da eficiência alocativa do sistema de preços) coordenados pelo governo. A partir de 1967, contudo:

o governo Costa e Silva, em seu Programa Estratégico, decidiu-se a situar o gradualismo em termos meramente qualitativos, não especificando qualquer meta de combate à inflação, a não ser a de que a taxa caísse perceptivelmente ano a ano. E o Governo Médici, contentou-se em fixar, como objetivo geral da política gradualista, a redução da taxa inflacionária para cerca de 10% anuais em 1974 (SIMONSEN, 1979, p. 107).

Tal inflexão não será gratuita, mas estará vinculada a duas outras inovações da política anti-inflacionária brasileira, que apresentam uma profunda imbricação: a política salarial; e a criação de uma nova moeda de referência que, indexada, balizará os contratos e os recebimentos especificamente capitalistas. Vejamos como Simonsen apresenta essas inovações e suas funcionalidades. Segundo

esse autor:

A fórmula de política salarial, que hoje é aplicada para os reajustes do salário mínimo, do vencimento do funcionalismo público e para todos os dissídios e negociações coletivas, representou uma das contribuições mais importantes do Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco. O programa reconhecia que numa inflação o segundo ponto interessante dizia respeito à política salarial. O programa reconhecia que numa inflação crônica os salários reais oscilam entre picos e vales, devido à conjugação de altas salariais descontínuas com altas contínuas de preços, e que a meta a ser estabelecida deveria ser a estabilização pela média (mais aumentos vegetativos de produtividade) e não pelos picos. [...] A fórmula [definida para os reajustes] já levaria em conta certa previsão de inflação para o futuro. Mas como a inflação prevista seria inferior à registrada no passado recente (já que se estava num processo de estabilização), os reajustamentos normalmente seriam menos do que proporcionais ao aumento do custo de vida desde a última revisão (SIMONSEN, 1979, p. 107).

Vale dizer, o PAEG reconhece o óbvio: que reajustes anuais de salários, frente a reajustes permanentes de preços, levam à deterioração do poder de compra real dos primeiros. Mas daí não se deriva qualquer conclusão a respeito da necessidade de uma inflação corretiva para readequar o poder de compra dos salários, ou, pelo menos, de que se faria necessário redefinir a velocidade de reajustes dos salários. Antes pelo contrário, conclui-se que, diferentemente dos aluguéis, tributos governamentais e do conjunto dos recebimentos vinculados à variação da taxa de câmbio, o mercado foi hábil na definição do valor real médio dos recebimentos dos vendedores de força de trabalho. Para que se obtenha o efetivo congelamento deste valor médio, os formuladores do PAEG - coerentemente com sua estratégia gradualista de combate à inflação (que reconhece a inviabilidade do debelamento imediato dessa última) - propõe ainda a incorporação da metade da inflação prevista para o ano subsequente¹⁴⁵.

Ora, evidentemente, essa política de reajustes não apenas deprime o funcionamento da espiral salários-preços, mas, na medida em que se subestima a inflação futura, conduz a uma corrosão do poder de compra daqueles primeiros. Mas isso não é tudo: sob condições de cerceamento da liberdade de organização política e sindical dos trabalhadores, tal política salarial conduz (em termos kaleckianos) a uma elevação do grau de monopólio das firmas, instituindo um mecanismo seguro de elevação das margens de lucro das empresas através do reajuste de seus preços acima da inflação prevista a cada período. Se se tem em vista a estrutura oligopólica dos mercados industriais, e o aprofundamento das barreiras à entrada e das pressões financeiras que se derivam da própria crise (associada ao arrocho creditício a partir de 1966), não será surpresa que o canal aberto institucionalmente para a ampliação das margens de lucro das empresas, através da substancial elevação de seus preços nominais, passe a ser amplamente utilizado. O fato de que tal movimento de arrocho de salários e de redistribuição de renda a favor do capital acabe por reforçar a inflação (que, oficialmente, se quer debelar), é problema de somenos importância. As possibilidades daí derivadas de se reabrir os conflitos distributivos intercapitalistas serão minimizadas pela outra novidade da política econômica da ditadura: a indexação praticamente generalizada dos ganhos de capital¹⁴⁶. Novamente é Simonsen quem nos explica esse mecanismo.

Até 1964 a inflação brasileira gerou todas as distorções [distributivas] classicamente apontadas nos livros-texto como decorrentes da alta crônica dos preços, [...]. A ampla introdução da correção monetária em nossa legislação e a política do realismo cambial (aprimorada a partir de 1968, com o sistema das minidesvalorizações) limpam, praticamente, todas essas distorções. Os reajustes salariais das diferentes classes se tornaram bem mais homogêneos, com a fórmula do PAEG e suas conseqüentes alterações. Os serviços de utilidade pública passaram a ser remunerados em função do custo histórico atualizado, isto é, corrigido monetariamente. As exportações passaram a crescer a taxas sem precedentes, e o país conseguiu acumular substancial volume de reservas internacionais com os sucessivos superávits no balanço de pagamentos.

A correção monetária restabeleceu o interesse na compra de títulos públicos e privados, na aquisição de imóveis para aluguel, e os financiamentos imobiliários se expandiram muito além das previsões mais audazes, graças ao Sistema Financeiro da Habitação. As empresas já depreciam seus ativos com base nos valores corrigidos monetariamente e calculam a sua manutenção do capital de giro. O imposto de renda praticamente só incide sobre os ganhos reais, não atingindo lucros ilusórios. E atrasar impostos deixou de ser bom negócio, pois o pagamento hoje se efetua com multas e correção monetária (SIMONSEN, 1979, p. 116-7).

E, satisfeito, conclui:

A inflação brasileira parece assim ter atingido o ponto de quase-neutralidade. Os diferentes agentes econômicos perdem alguma renda real entre um reajuste e o seguinte, mas essa perda simplesmente decorre da impossibilidade de se dividir o bolo em partes de soma superior ao todo. Mas já não prevalece o terrível fantasma dos processos inflacionários crônicos - as perdas continuadas a médio e longo prazos. Diante disso uma corrente respeitável (sic) de economistas admite que uma inflação de 15% ao ano, no atual quadro brasileiro, constitua fenômeno bem menos grave do que uma alta anual de preços de 5 ou 6% num país despreparado para o convívio com a inflação, isto é, desprovido da correção monetária e da taxa cambial flexível (SIMONSEN, 1979, p. 118).

Sem dúvida alguma, se se tem em vista os agentes econômicos válidos na perspectiva dos tecnocratas da ditadura, as conquistas imediatas do programa econômico básico do novo regime, em termos de poder regulatório sobre a participação relativa dos diversos estratos proprietários sobre o excedente social, são insofismáveis. A pedra de toque desse programa - capaz de tornar a inflação brasileira quase-neutra para tais agentes - encontra-se na *sui generis* constituição de um complexo e diferenciado padrão de referência monetária: para os contratos em que os setores proprietários (ou seus representantes) aparecem como credores, adota-se o padrão monetário indexado

(embasado na recém-criada ORTN, mas que, longe de se restringir a esse instrumento, variará, ao longo do tempo, com as conveniências e a expressão política e econômica dos diversos interesses burgueses a serem defendidos); para os contratos em que os credores são os trabalhadores e demais segmentos desapropriados, a moeda válida será aquela que, ou carece de indexação, ou, na melhor das hipóteses, apresenta um padrão de indexação espúrio, cronicamente incapaz de recompor a totalidade do poder de compra destruído pela inflação persistente. De quebra, a repressão à livre organização sindical dos trabalhadores, a constituição de mecanismos de estímulo à rotatividade no emprego, a adoção de políticas agrícolas e agrárias conducentes ao aprofundamento do êxodo rural e à ampliação do exército urbano de reserva, a depressão persistente do salário mínimo legal, e - *last but not least* - o aprofundamento de uma política fiscal e tributária fortemente regressiva, virão a ratificar um movimento persistente de concentração da renda.

Na concepção de Florestan, as pressões que conduzem a esse processo de concentração de renda não são conjunturais ou contingentes, mas absolutamente imanentes ao padrão de desenvolvimento capitalista adotado. Em suas palavras:

O que se pode dizer, de um ponto de vista geral, é que sob o capitalismo monopolista o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e “envenenado”. Não se voltando contra a dupla articulação, ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo que agrava o subdesenvolvimento relativo (malgrado os efeitos de demonstração em contrário). Além disso, como também desencadeia pressões fortes no sentido de crescer aceleradamente com “recursos internos”, infunde novas distorções estruturais e dinâmicas no processo de acumulação capitalista. Isso se revela particularmente grave em duas esferas: 1º) as fortes compressões conjunturais dos salários dos trabalhadores; 2º) desinflatores e outras técnicas de transferência de renda que amparam, sistematicamente, os que podem “fazer poupança”, isto é, todos aqueles que estão fora e acima da economia popular. Em contraste, o pequeno e exclusivo exército dos “ricos”, “poderosos” e “modernos”- grupos

de rendas altas e muito altas - além de participar direta e desigualmente da prosperidade induzida de fora, encontra novas facilidades de elevação de renda, graças a uma política econômica e financeira delineada para fazer dele um dos eixos dinâmicos da transição. Ele se projeta, assim, naquilo que se poderia descrever como a conexão positiva do padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista dependente. Forma os estratos dos consumidores dos artigos de luxo e dos médios ou grandes investidores; e encarna os desequilíbrios que esse novo padrão de desenvolvimento introduz em estruturas econômicas, sociais e políticas que pareciam não suportar maiores incrementos das desigualdades de classe, de região ou de raça (FLORESTAN, 1981a, p. 272).

Vale dizer: o movimento de concentração de renda ordenado institucionalmente não reflete qualquer perversidade patológica dos gestores da política pública, mas, isto sim, pressões estruturais do padrão compósito de dominação burguesa montado, que deslocam para os setores desapropriados o ônus da reacomodação política e econômica do conjunto dos estratos proprietários.

A outra face desta reacomodação vai se definir a partir da capacidade dos sucessivos governos ditatoriais em ampliarem a parcela do excedente total canalizado para o Estado. Seja pela via da recomposição de preços e tarifas dos insumos básicos oferecidos pelo Governo, da indexação (e recrudescimento da fiscalização e cobrança) dos tributos devidos, da ampliação das alíquotas de certos tributos e criação de novas fontes de receita fiscal e parafiscal, ou, simplesmente, da articulação de novas frentes para o financiamento dos déficits governamentais (notadamente os títulos públicos indexados), as disponibilidades financeiras do Estado ampliar-se-ão de forma notável a partir do PAEG. Tal movimento - amplamente solidário a uma profunda reforma do sistema financeiro interno, que se volta ao duplice objetivo de rearticulação das condições de demanda estatal e privada (de investimento e consumo), e da consolidação econômica do capital bancário nacional (a partir da definição de uma divisão de tarefas entre este e o capital financeiro internacional) - estará no centro da retomada do crescimento a partir da segunda metade de 1967. A esse respeito, Conceição Tavares

chega a dizer que:

[...] o cerne da retomada do desenvolvimento do período 1968/73 reside nas reformas financeiras da gestão Bulhões-Campos. Foram elas que permitiram o autofinanciamento das empresas públicas que passaram a operar com relativa autonomia financeira e de mercado (TAVARES, 1981, p. 150).

Ora, sem dúvida alguma, as reformas fiscais e financeiras dos primeiros anos do governo ditatorial estarão no centro da posterior retomada do crescimento. São elas que permitem a recuperação dos gastos correntes e do investimento estatal, reimpulsionam a demanda por bens de consumo durável, e, a partir da montagem do SFH, permitem o reaquecimento do importante setor da construção civil (que porta notável capacidade de criação de empregos e estimulação da demanda interindustrial). Tendo em vista os elevados índices de capacidade ociosa industrial ao final da crise, e a conjuntura de folga cambial no período, os demais setores produtivos puderam responder rapidamente à demanda crescente articulada pelas pressões extraordinárias oriundas da recuperação daqueles primeiros.

Contudo - e por outro lado -, seria um movimento no mínimo apressado tentar identificar, na articulação das condições de retomada do crescimento da economia, o segredo da racionalidade das reformas fiscais e financeiras projetadas pelo PAEG. Evidentemente não se quer pretender que os formuladores da política econômica do novo regime ignorassem totalmente as potencialidades dinâmicas presentes nas reformas introduzidas. Contudo, quer nos parecer que, tendo em vista a própria formação teórica básica dos gestores do novo programa econômico, a leitura de que o enfrentamento da tendência à estagnação interna dependeria da rearticulação das condições de gasto do Estado e da montagem institucional de estímulos extraordinários à recuperação do investimento e do gasto privados não se encontrava nos horizontes dos mesmos. Diferentemente, o que orienta a ação prática desses gestores são duas outras preocupações: o enfrentamento do déficit público, e - coerentemente com o que foi considerado acima - a rearticulação

das condições de regulação da distribuição privada do excedente social. Tal fato se expressará nas próprias características da intervenção governamental ao longo do milagre. Segundo Maria da Conceição Tavares:

[...] foi na manipulação dos fundos de origem fiscal e parafiscal, bem como de recursos oriundos de crédito público através de agências de financiamento estatais, que o governo moldou definitivamente o perfil da economia do “milagre”, dependente de fundos públicos, de favores burocráticos e de crédito. O capitalismo brasileiro, de tradição patrimonial, encontrou um terreno extremamente fértil de desenvolvimento, no qual o Estado autoritário concentra os recursos para depois redistribuí-los discricionariamente, de acordo com o acesso pessoal à intimidade do regime (TAVARES e ASSIS, 1985, p. 30).

No mesmo sentido, Corrêa do Lago nos lembrará que:

O processo de formação de capital no período 1967-1973 foi significativamente influenciado pela política industrial iniciada em 1964 e coordenada pelo CDI (Comissão e depois Conselho de Desenvolvimento Industrial). Tal política, entre 1968 e 1973, consistia na concessão bastante indiscriminada de incentivos, na medida em que o CDI aprovava a maioria dos projetos submetidos. A consequência mais grave dessa liberalidade foi o atraso da produção interna de bens de capital, com o consequente aumento e prolongamento da dependência externa, especialmente quanto à tecnologia. [...] [Ademais, o padrão de integração do CDI] com outras instituições relacionadas com a política industrial [...] [denunciava] certa superposição de funções e diferentes critérios de julgamento nos vários órgãos (LAGO, 1989, p. 242).

Além disso, segundo o mesmo autor:

Claramente o novo governo não permitiu a formação de taxas de juros através do livre jogo de mercado. Diante da

preocupação de reduzir o nível geral dos custos da economia (sic), parecia justificar-se uma intervenção de carácter duradouro. As taxas de juros para setores prioritários (agricultura e exportação por exemplo), e especialmente no caso dos empréstimos concedidos por instituições oficiais (notadamente o BNDE e o Banco do Nordeste), foram sempre fixadas em termos nominais durante todo o período, frequentemente abaixo da taxa de inflação, excetuando-se as operações na área habitacional, na qual prevaleceu a correção monetária tanto na captação como na aplicação de recursos (LAGO, 1989, p.256).¹⁴⁷

O detalhamento da política fiscal do período do milagre é igualmente reveladora:

Foi criado apenas um novo tipo de tributo, o imposto sobre operações financeiras, arrecadado a partir de 1972 e que respondeu, em 1973, por 3,8% da receita. Naquele ano, o imposto federal mais importante foi o IPI, respondendo por 36,2% da receita (sendo quase 1/3 relativo ao fumo), seguido do imposto de renda (IR) com 24,3% (sendo 2,7% relativos a pessoas físicas, 7,7% a pessoas jurídicas e 13% ao IR retido na fonte). O imposto de importação contribuiu com apenas 7,2% da receita, diante das numerosas isenções concedidas às importações de máquinas e equipamentos e o grupo dos impostos único respondeu por 13,8% da receita total (Banco Central, *Relatório*, 1973, p. 132). [...] Por outro lado, se mantiveram ao longo de todo o período 1967-1973 importantes incentivos fiscais que representavam uma renúncia de arrecadação dos governos federal e estaduais. Somando-se os incentivos fiscais às pessoas jurídicas, às pessoas físicas e os concedidos através do CDI, tem-se um total de Cr\$ 11,4 bilhões em 1973, equivalente a 21,6% da receita efetivamente arrecadada. [...] Cabe observar que a carga tributária mostrou tendência ascendente no período 1967-73. Com base em dados de contas nacionais não revistos, a média da carga tributária bruta teria passado de 22,4% do PIB em 1965-69 para 24,7% em 1970-73 e os subsídios e transferências teriam totalizado, em média, respectivamente, 7,1% e 8,1% do

PIB, resultando uma carga líquida de 15,3% em 1965-69 e de 16,6% em 1970-73. [...] Quanto às despesas correntes do governo, verificou-se uma redução de sua relação com o PIB, sendo particularmente clara a queda da participação dos salários e encargos, de 8,3% em 1970 para 7,4% em 1973 (LAGO, 1989, p. 264-5).

Não é necessário um domínio profundo da triste ciência para que se extraia o sentido interior dos movimentos descritos acima. A ausência de critérios econômicos rigorosos para a distribuição de incentivos e subsídios, associada à magnitude relativa que os mesmos assumem em um sistema montado sobre uma estrutura tributária fortemente regressiva (sustentada fundamentalmente por impostos indiretos sobre o consumo e por um imposto de renda cujo principal contribuinte é o assalariado), revela a essência da política econômica do período: a transformação do Estado em uma enorme (e parcialmente descontrolada) máquina de concentração e redistribuição de renda em prol das distintas frações do capital representadas no interior do sistema de poder.

A apreensão desse fato é, contudo, insuficiente para que se tenha um quadro mais amplo da complexa realidade política e econômica que caracteriza a autocracia burguesa sob o capitalismo monopolista dependente. Não serão pequenos os círculos intelectuais onde as descobertas da fragilidade estrutural do projeto de desenvolvimento da tecnocracia ditatorial, e das redes (em grande parte subterrâneas) de transferência e redistribuição de recursos públicos (que envolvem uma verdadeira privatização do Estado), levam a um tipo de crítica moralista e simplória da ditadura. Tais críticas - quando bem intencionadas - são no mínimo ingênuas, e se expressam, fundamentalmente, na recorrência das denúncias de corrupção e incapacidade técnica dos gestores do (sagrado) dinheiro público. O que esses críticos de espírito iluminista (tantas vezes ansiosos para mostrarem sua própria probidade e competência aos donos do poder) esquecem é que não existe moralidade em abstrato, e que a moralidade possível sob certas condições sociais é absolutamente incompatível com os valores subjacentes ao (pretensamente a-histórico) imperativo categórico kantiano. Particularmente no caso brasileiro, há que se considerar que as

condições responsáveis, não apenas pela persistência e aprofundamento da aliança estratégica do conjunto dos estratos proprietários, mas pela institucionalização política (e, por esta via, pelo relativo enrijecimento) do padrão de solidariedade da classe dominante, comprometem a ação do Estado com o atendimento de um conjunto contraditório de reivindicações que são inconciliáveis com os princípios democrático-burgueses de probidade e eficiência administrativa. Afinal:

[...] o modelo típico de *Estado capitalista moderno*, na forma em que pode surgir na periferia, quando o capitalismo dependente e a sociedade de classes correspondente atingem a fase de industrialização intensiva e de transição para o capitalismo monopolista, [...] [é a de] um Estado nacional complexo e heterogêneo, que contém várias camadas históricas, como se refletisse os pontos extremos, de partida e de chegada, das transformações por que passou, originariamente, o Estado capitalista nas sociedades hegemônicas e centrais. Ele combina estruturas e dinanismos (funcionais e históricos) extremamente contraditórios, aliás de acordo com a própria situação histórica das burguesias dependentes e com a organização da sociedade de classes sob o capitalismo dependente, também extremamente contraditórias. O fundamento dessa complicação e complexidade especiais é conhecido e já foi apontado: as classes burguesas têm de afirmar-se, autoprotoger-se e privilegiar-se através de duas séries de antagonismos distintos: os que se voltam contra as classes operárias e as classes destituídas (que se poderiam considerar como o “inimigo principal”); e os que atingem as burguesias e os focos de poder das sociedades capitalistas hegemônicas e do sistema capitalista mundial (que se poderia entender como o “aliado principal”) (FERNANDES, 1981a, p. 349).

Ora, mas se a crítica iluminista da política econômica do Estado autocrático burguês não consegue apreender as determinações histórico-estruturais daquela, ela não deixará de ser uma manifestação ideológica das contradições que minam o novo regime (e o projeto de desenvolvimento capitalista que ele representa)

desde dentro. Vejamos por quê.

No centro das contradições acima referidas, se encontra a impossibilidade do Estado autocrático em estabilizar efetivamente a estrutura distributiva interburguesa no interior de uma economia que, por força do próprio movimento de reprodução do capital, não cessa de se transformar. Particularmente relevante, no interior desse quadro, será a inviabilidade de se estruturar uma defesa efetiva e persistente das condições de apropriação do excedente (e, portanto, de competitividade e acumulação) dos setores proprietários nacionais (e, em particular, de suas frações burguesas), vis-à-vis os setores internacionalizados. Em última instância, o fundamento dessa impossibilidade se encontra no fato de que, ainda que formalmente nacional, o Estado autocrático-burguês que se articula sob a égide do desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia é, desde sua gênese, tributário do apoio e da sustentação política dos blocos internacionalizados de capital e dos Estados-nacionais hegemônicos e centrais. Tal fato não implica que os Estados-nacionais periféricos não contem com qualquer autonomia; mas implica que essa autonomia se restrinja àqueles pontos que não colidem frontalmente com os interesses estratégicos do imperialismo. Em termos mais objetivos, essas restrições se manifestam no fato de que, toleráveis os esforços para a sustentação política das condições de apropriação dos setores proprietários nacionais, estes esforços devem se realizar sem que se circunscreva a liberdade de entrada e atuação dos blocos monopolistas internacionalizados nos espaços privilegiados de valorização capitalista e apropriação de excedente. Vale dizer, o privilegiamento dos setores nacionais deve se dar às custas dos demais setores sociais internos, e não dos próprios setores monopólicos internacionalizados.

Ora, se se tem em vista as disparidades quase incomensuráveis de poder financeiro-competitivo dos blocos internacionalizados, frente aos débeis grupos e conglomerados capitalistas nacionais, e os profundos limites de apropriação e redistribuição do Estado (circunscrito pela própria aliança política interna com os setores tradicionais e oligárquicos, e pela limitada produtividade econômica do processo de aprofundamento da desapropriação dos desapropriados nas condições históricas de distribuição de renda e

riqueza no Brasil), torna-se clara a tendência de avanço da participação relativa dos setores externos sobre o excedente social produzido internamente. O ponto central deste movimento, contudo, não se encontra em suas consequências sobre a distribuição interburguesa da renda, mas naquilo que o mesmo significa para a inviabilização da internalização efetiva de estruturas produtivas e financeiras capitalistas mais avançadas, responsáveis pela impulsão e autonomização real do processo de acumulação de capital. Em outras palavras: na medida em que os interesses econômicos estratégicos dos blocos multinacionais apontam, simultaneamente, para a não internalização de certas estruturas produtivas e financeiras básicas, e para a abertura do mercado periférico para as mercadorias particulares produzidas pelas mesmas, os movimentos de resistência internos a esse processo (quando emergem) acabam por ser debelados pelas próprias carências políticas e econômicas do capital privado nacional e de seu Estado para levá-los a cabo. Não gratuitamente, este será o resultado das tentativas da gestão Campos-Bulhões (francamente apoiadas pelos tecnocratas responsáveis pela administração do milagre e de seus resultados econômicos) de articularem o embrião de um capital financeiro privado nacional. Tais esforços foram corroídos antes pela fragilidade congênita do capital industrial interno (que teria de responder, através da abertura de seu capital, pela sustentação patrimonial dos novos circuitos de financiamento e valorização), do que, propriamente, pelas (indubitavelmente intensas, mas redundantes) pressões externas para a incorporação do espaço econômico nacional ao mercado financeiro internacional privado. Qualquer tentativa consistente de enfrentamento das debilidades competitivas estruturais do capital industrial nacional, por outro lado, envolveria todo um outro projeto de desenvolvimento capitalista que, necessariamente, conflitaria com as bases políticas e sociais de sustentação do Estado autocrático montado a partir de 64. Assim, Florestan apontava, já em 1973, quando da redação de *A Revolução Burguesa no Brasil*, que:

nas condições em que está se dando, a transição para o capitalismo monopolista impõe tendências de concentração social da riqueza que não podem ser nem transitórias nem atenuadas com o tempo. [...] [Essas]

tendências irão persistir, contribuindo para preservar e até agravar os fatores internos que tornam a articulação de economias desiguais, a partir de dentro, uma realidade inelutável. É previsível que aí esteja o fundamento estrutural e dinâmico para que as grandes corporações (estatais, nacionais ou estrangeiras), os “impérios econômicos” e as metrópoles se transformem em formidáveis núcleos de satelitização de grandes, pequenas e médias cidades e do campo, ou, em outras palavras, do resto da economia e da sociedade brasileira. Do mesmo modo, nas condições em que se está dando, a transição para o capitalismo monopolista não pode concorrer para a autonomização do desenvolvimento capitalista. Ela captura tudo - o mercado interno, o vasto sistema de produção capitalista em expansão, o comércio internacional de matérias-primas e utilidades extraídas ou produzidas no Brasil, parcelas do excedente econômico geradas internamente - para os dinamismos e os controles econômicos das economias centrais e do mercado capitalista mundial. Por isso, o que se pensa ser o “momento de predominância estrangeira” não poderá ser eliminado ou atenuado no futuro (próximo ou remoto). Mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem agora se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado nacional são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa, da agricultura, da criação, da mineração, ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles manipulados, direta ou indiretamente, a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação no plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total (FERNANDES, 1981a, p. 274-5).

Ora, mantida e aprofundada a dependência externa (com todas as suas consequências em termos de exportação de rendimentos e estímulos dinâmicos retroalimentadores da continuidade do crescimento econômico), e limitadas congenitamente as possibilidades de reestruturação e regulação estatal da economia, nada mais natural que os fortes impulsos à reversão cíclica e à estagnação econômica que caracterizam o capitalismo monopolista (e que já haviam se manifestado na inflexão crítica de meados da década passada) se fizessem sentir rapidamente. As dificuldades postas ao enfrentamento deste novo movimento crítico (que não será objeto de apreciação sistemática por Florestan em *A Revolução Burguesa no Brasil* na medida em que este se inaugura no ano seguinte à conclusão da obra) serão, contudo, maiores, em função das consequências dinâmicas perversas associadas ao *enrijecimento* da ordem competitiva que resulta da equação política montada. Afinal, a:

[...] modalidade de aglutinação mecânica da solidariedade de classe burguesa atua como uma fonte de inibições quanto às possibilidades de diferenciação, intensificação e autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista interno. Por paradoxal que pareça, certos imperativos universais desse padrão de dominação burguesa compelem as classes burguesas a se omitirem ou, mesmo, a se anularem diante de certas tarefas práticas especificamente burguesas, as quais alargariam a amplitude da revolução nacional em processo e o sentido da própria transformação capitalista. Essa omissão e neutralização das potencialidades criadoras intrínsecas das classes burguesas provocam consequências extremamente nocivas. A dupla articulação faz com que vários focos de desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalistas mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarização do trabalhador, à expansão do mercado interno, etc. Ela também faz com que a especulação se desenrole num contexto que é antes quase colonial que puramente capitalista em todas as esferas da vida econômica (embora com predomínio do setor industrial e financeiros; e do capitalismo urbano-

industrial sobre o capitalismo agrário). Ela impede, também, que as estruturas econômicas efetivamente modernas ou modernizadas fiquem expostas a controle societário eficiente, permitindo que a eclosão industrial continue largamente submetida ao velho modelo dos ciclos econômicos, tão destrutivo para o desenvolvimento orgânico de uma economia capitalista integrada a escala nacional (FERNANDES, 1981a, p. 305-6).

De fato, ao aprofundamento da oligopolização dos mercados industriais e da concentração da renda que se derivam do avanço da ordem monopolista (com seus efeitos deletérios sobre a equação multiplicador-acelerador da economia), se somará um enrijecimento institucional da concorrência (associado ao desenvolvimento dos padrões tipicamente especulativos de valorização), que funcionará como barreira à articulação de novos estímulos extraordinários à acumulação produtiva de capital. Vale dizer: o próprio quadro político e institucional e o padrão neomercantilista da política econômica da ditadura passarão a funcionar como obstáculos à articulação de uma nova fase expansiva para a economia. Isso não impedirá, contudo, que o conflito distributivo interburguês se acirre. Antes pelo contrário, ele se aprofunda com a reversão cíclica, reabrindo a crise da (estruturalmente frágil) solidariedade da classe dominante. Em uma análise prospectiva, Florestan dirá que, assim:

[...] as cissuras no tope tendem a tornar-se mais sérias e graves [...]. [Elas] já não podem ser superadas tão facilmente, através de uma simples “articulação mecânica” de interesses econômicos, sociais e políticos em conflito, no seio das classes dominantes e de seus associados externos. [...] [Afinal], a visibilidade dos interesses externos e da dominação externa não pode mais ser encoberta sob o manto da “iniciativa privada” que opera a partir de dentro, na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total. A incorporação da periferia às economias capitalistas centrais, às nações capitalistas hegemônicas e às estruturas capitalistas internacionais de poder aparece nua e cruamente como ela é, sem que o “monolitismo” do poder burguês periférico possa

dissimular a natureza e as consequências do processo (FERNANDES, 1981a, p. 286-7).

A incapacidade do Estado em administrar estes conflitos - cuja manifestação imediata será dada pelo próprio recrudescimento do processo inflacionário e dos problemas associados ao crescimento da dívida externa - a partir dos instrumentos tradicionais de redistribuição política dos (congenitamente insuficientes) recursos públicos, levará a dois movimentos: o acirramento da especulação financeira e dos canais de valorização fictícia do capital; e a rehierarquização das prioridades governamentais, associada à redefinição dos grupos e estratos proprietários privilegiados na distribuição das benesses do poder. O fôlego curto destas iniciativas - inócuas para o enfrentamento dos problemas de fundo que alimentam a própria crise -, acabarão por acirrar e evidenciar as consequências inexoráveis do padrão político montado: “a corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder” (FERNANDES, 1981a, p. 358). Afinal, em um sistema que não se submete a controles societários amplos, e em que a eleição das prioridades governamentais segue determinações tão complexas quanto contraditórias, é natural que, em condições de crise financeira do Estado, sejam borradas definitivamente as fronteiras entre a defesa cartorial de certos grupos e frações da classe dominante, e a apropriação pura e simples de verbas públicas por parte dos amigos do rei.

Este processo, por sua vez, fornecerá as bases objetivas para a recuperação da cantilena iluminista assentada sobre as críticas à corrupção e à inépcia governamental. Por trás da descoberta (para muitos, marcadamente tardia) do segredo do regime, encontra-se o ingurgitamento dos grupos desprivilegiados no interior do sistema. Seu crescimento é imanente à lógica de reprodução e desenvolvimento do capitalismo monopolista (particularmente sob a forma que este assume na periferia), incorporando, necessariamente, os estratos economicamente mais frágeis e politicamente débeis dos segmentos proprietários responsáveis pela articulação do regime autocrático em sua gênese.

O desenvolvimento da crítica de conteúdo iluminista à ditadura não se apoiará, contudo, apenas naqueles estratos que perdem os

seus privilégios com o desenvolvimento contraditório da ordem política e econômica. Dois outros grupos sociais farão eco a estes reclamos, radicalizando-os em uma perspectiva efetivamente democrática, ainda que limitada: a nova classe média e as novas frações do operariado urbano que não cessam de crescer sob o impulso da superação do capitalismo competitivo dependente. Já em 1973, Florestan analisava esses fenômenos afirmando:

Até o presente, a classe média tem crescido graças à transferência de elementos que pertenciam (ou pertenceram) às *famílias tradicionais* e às classes possuidoras ou pretendiam imitá-las. Elas se originavam dos estamentos altos e intermediários (quase sempre, nesse caso, em decadência); ou dos setores que buscavam classificação no “tope” da sociedade (quase sempre, neste caso, elementos extraídos das correntes migratórias, mas econômica, cultural, social e politicamente identificados com as classes altas e com seus móveis de dominação social). Esse ciclo está se encerrando às nossas vistas. O patamar atual de seleção de candidatos à mobilidade econômica, social e política inclui uma forte massa de elementos genuinamente pobres, com frequência de origem operária e socializados previamente para viver como operários (o que significa que muitos deles estão aptos para submeter a ideologia de ascensão social a uma crítica severa, o que lhes faculta a capacidade de defenderem-se do “ópio conservantista” que ela contém). Aí se acha, pois, um mecanismo [...] [capaz de engendrar] impulsos de transformação da ordem “de baixo para cima”, que nunca existiram no passado, pelo menos com a universalidade e a intensidade que tenderão a adquirir, na medida em que se manifestarem como uma nova rotina, o que sucederá no futuro próximo (FERNANDES, 1981a, p. 284).

Como se isso não bastasse,

[...] o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. Pode-se dizer que é um começo e que tal evolução sequer serve

para contrabalançar os efeitos ultraelitistas das transformações ocorridas em nível das classes possuidoras. No entanto, esse é um fato central, que muda, de um golpe, o panorama atual e o futuro da sociedade brasileira. Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não a burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários (FERNANDES, 1981a, p. 279).

Tais movimentos levam, inexoravelmente, a um reforço da oposição de cunho democrático-burguesa ao Estado autocrático e ao arranjo societário que este representa e busca salvar da deterioração iminente. Segundo Florestan:

Ainda que isso possa parecer muito pouco, especialmente da perspectiva do socialismo revolucionário, em termos de mudança qualitativa das potencialidades de organização e de atuação da classe operária representa muito. Pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e às suas aspirações como e enquanto classe. Essa é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas *nacionais* e *democráticas*, o que não aconteceu até agora, porque a dominação burguesa se impôs sem qualquer contestação efetiva, válida, capaz de produzir efeitos positivos visíveis em concessões ou em arranjos em que ficasse patente o “temor” diante da *presença operária*. Se isso fará com que as massas operárias, rurais e urbanas se identifiquem com o capitalismo, como acreditam alguns, ou que lutem decididamente contra ele, como pensam outros, só a história poderá decidir (FERNANDES, 1981a, p. 281)

Em suma, a despeito das intenções e das gestões dos articuladores do modelo autocrático de dominação burguesa periférica, o avanço do capitalismo monopolista impõe suas contradições e seu próprio tempo histórico, criando os homens e as ideias responsáveis pelo enfrentamento sistemático da ordem instituída. No centro desse processo, as dissensões inevitáveis no interior da compósita articulação dominante, e a emergência e consolidação de novos agentes sociais, a partir do avanço e da crise do padrão monopolista de acumulação de capital. Nenhum equívoco poderia ser maior do que o de subestimar a novidade deste fenômeno e a profundidade da ruptura que ele representa. A crise do poder burguês, que se instituiu como derivação da experiência autocrática, não pode ser assimilada àquela que gerou esta mesma experiência: não só sua profundidade, como sua fecundidade potencial é muito maior.

Por outro lado, tampouco é possível superestimar as possibilidades do momento. Os limites que se impõem à articulação de uma sólida oposição burguesa às determinações estruturais da nova crise são limites demasiadamente profundos. Eles estão vinculados à própria condição de classe desses agentes, e à fragilidade econômica inquestionável dos mesmos, que cerceia toda e qualquer possibilidade da montagem e sustentação de um outro projeto social capaz de contemplar efetivamente os interesses e reivindicações do cada vez mais exigente inimigo principal.

E, no outro extremo social do novo bloco oposicionista, há que se considerar as consequências históricas necessárias de um processo secular e particularmente brutal de desapropriação material, política e cultural que pesa sobre os ombros da classe trabalhadora deste país. As dificuldades que a autocracia persistente (aberta ou disfarçada) coloca para a própria acumulação de uma memória por parte dos segmentos operários - de suas vitórias e derrotas passadas, de seus acertos e equívocos, do desenvolvimento da luta de classes em nível interno ou internacional - não pode ser descartada sob pena de se perder a própria possibilidade de uma análise objetiva dos processos em curso, levando a um ufanismo ou a um criticismo extemporâneo e inconsequente. As possibilidades de que, a partir deste quadro, a oposição operária caia em um neocorporativismo

sindicalista incapaz de transcender aos limites da anacrônica crítica iluminista e pequeno burguesa da ordem instituída, existem e estão postas. Por outro lado, pretender que a classe trabalhadora pudesse superar de um golpe todos os limites impostos por séculos de escravismo e autocracia burguesa, é, no mínimo, uma exigência idealista.

O que importa efetivamente entender é que, como a própria crise, o conjunto das possibilidades abertas à história futura, nunca foi tão amplo como hoje. O ciclo da revolução burguesa no Brasil - sob a forma especificamente contrarrevolucionária pela qual se desenvolveu até hoje - se encontra definitivamente encerrado. O que nos aguarda a partir de agora, só o desenvolvimento da luta de classes nos dirá.

CONCLUSÃO

Seja por determinações que emanam diretamente das peculiaridades de nosso objeto - que envolve não apenas o resgate, mas a interpretação e a avaliação crítica da produção de um dado autor -, seja pelo método expositivo que adotamos - marcado por uma opção (didática) em separar as (essencialmente inseparáveis) discussões teórico-metodológicas e propriamente históricas -, tornou-se impositiva uma persistente reemergência de certas questões (e de suas respostas) ao longo de todo este trabalho. Por isso mesmo, não seria justo para com aqueles leitores que acompanharam de forma atenta os desenvolvimentos de nossa dissertação, pretender recuperar nesta conclusão o conjunto dos resultados a que chegamos. Por outro lado, nada poderia ser mais ocioso do que utilizar este espaço para a mera reafirmação da importância e atualidade teórica e política da obra historiográfica de Florestan Fernandes. E isto não apenas porque a defesa deste ponto de vista foi feita ao longo de todo este trabalho: a comprovação objetiva deste fato nos é oferecida cotidianamente nas críticas e aplausos que sua obra e sua atuação política não cessam de galvanizar.

Mas - se tanto a recuperação sistemática do conjunto dos resultados quanto a reafirmação da relevância da obra de Florestan são ociosas -, daí não emerge a conclusão de que não haja o que concluir. Em primeiro lugar, cabe explicitar uma característica da produção teórica de Florestan que se tornou manifesta ao longo de cada capítulo desta dissertação: sua inobviedade. De fato, mais do que rica, complexa, original e fecunda (como, certamente, prefeririam caracterizá-la seus admiradores mais fervorosos), ou hermética, eclética e confusa (como a veem seus críticos mais acerbos), a obra de Florestan é marcada pelo fato de não se oferecer facilmente à apreensão. E isto não propriamente porque - como se costuma dizer - este autor tenha um apego ao rigor conceitual e metodológico capaz de afastar de seus textos os não iniciados na ampla, densa e polêmica produção sociológica e historiográfica. Mais importante do que isso, é o fato de que Florestan se apropria de uma forma

particularmente dinâmica e audaciosa dos instrumentais teóricos disponíveis dentro da sociologia e do marxismo, recriando-os e redefinindo-os em função das imposições que, emergindo da própria realidade, refletem-se na qualidade de sua prática teórica. Sem a mínima complacência intelectual para com seus leitores, se apossa das categorias básicas da Sociologia Acadêmica para enfrentar, de uma perspectiva rigorosamente materialista, o peculiar processo histórico de desenvolvimento capitalista brasileiro; manipula e articula desenvolvimentos formalmente antagônicos da historiografia nacional, em aberto desrespeito às intenções dogmáticas de seus formuladores originais; reconhece a modernidade e o sentido capitalista do empreendimento colonial, e retira deste reconhecimento os instrumentos para mostrar que a ordem econômica e social interna é o reflexo invertido dos desenvolvimentos que lhe dão origem; caracteriza o processo de transição brasileira para o capitalismo como revolucionário para afirmar que sua peculiaridade se encontra em sua forma especificamente contrarrevolucionária; faz a defesa da teoria da dependência ao mesmo tempo em que recusa a contraposição e distinção simplória entre impulsões endógenas e exógenas e reconhece - a partir da internalização dos interesses externos - a insofismável primazia da luta de classes entre trabalhadores e capitalistas na determinação das trajetórias históricas da periferia; admite a prevalência absoluta da relação social escravista na determinação da estrutura e da dinâmica econômica e social do pré-capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que identifica três eras históricas distintas - a Colonial, a Neocolonial e a Capitalista Dependente - ao longo do período de vigência desta relação social de produção internamente; resgata o sentido espoliativo e circunscritor do Antigo Sistema Colonial, para demonstrar a existência de uma peculiar dinâmica social no período que se imporá a partir de impulsões endogeneizadas; extrai da plena consolidação do poder social e político do senhorio na Era Neocolonial as determinações da aceleração da crise da ordem escravista e pré-capitalista; identifica a unidade de interesses entre segmentos burgueses e oligárquicos internos como absolutamente orgânica (fazendo a crítica das teses que identificam em 1930 um marco histórico disruptivo fundamental), ao mesmo tempo em que explora o caráter contraditório, tenso e revolucionário do avanço da

acumulação de capital ao longo da etapa competitiva de nosso capitalismo dependente; e, finalmente, extrai das impositivas contradições e circunscrições dinâmicas inerentes à forma de implantação do capitalismo monopolista na periferia, a conclusão de que as trajetórias históricas potenciais jamais estiveram tão abertas no Brasil, não havendo qualquer inexorabilidade no sentido do aprofundamento da própria dependência e da crise ou no sentido do socialismo. Em suma: Florestan não teme a contradição, não foge da mesma, não a esconde; ao contrário, busca explicitá-la e fazê-la explodir, para resgatar de seu desenvolvimento o segredo do movimento da sociedade.

Ora, mas se isso é verdade, por que não caracterizarmos imediatamente o pensamento deste autor como dialético, ao invés de apelarmos para o neologismo inóbvio? Simplesmente porque a forma que Florestan adota para a exposição de seu pensamento não é ela mesma, imediatamente, dialética. Homem de seu tempo e polemista incansável, Florestan opta por se apresentar antes como sociólogo, como acadêmico rigoroso, como dependentista, como defensor dogmático da tese da revolução burguesa no Brasil, do que propriamente como materialista dialético, como marxista, como cientista da história. Não é preciso dizer que esta opção cobra o seu preço. Ainda que meramente aparential, a subordinação aos cânones expositivos do racionalismo pré-dialético impõe a recusa à explicitação imediata das contradições sociais reais que se busca apreender. E a explicitação tardia das mesmas, no corpo de uma obra que se apresenta como formalista e rigorosa, é uma base mais do que sólida para o desenvolvimento de interpretações truncadas e críticas fáceis (dirigidas à confusão e à inconsistência lógica dos argumentos do autor). Mas isso não é tudo: a autocircunscrição à condição de sociólogo também funciona como um véu obscurecedor da perspectiva essencialmente totalizante que informa e conforma a leitura de Florestan. Os prejuízos que advêm desta autocircunscrição não se limitam à perda de compreensibilidade e de fecundidade política de sua obra. Mais importante do que isso é o fato de que o véu sociológico não pode ser interpretado como um acidente, um aspecto não essencial na caracterização da mesma. Ele vai penetrá-la através da constituição de um perceptível desequilíbrio no grau de determinação daqueles desenvolvimentos especificamente

sociológicos vis-à-vis todos os demais.

Em suma, Florestan trabalha na perspectiva da totalidade e da lógica da contradição e, portanto, na perspectiva da dialética. Mas prefere apresentar seu pensamento sob uma forma não especificamente dialética. Isso cria uma contradição entre a aparência e o conteúdo interior das formulações de Florestan que constitui uma determinação absolutamente essencial de sua obra: ela não é o que parece ser, ela é inóbvvia. A centralidade desta característica da obra de Florestan se encontra no fato de que ela sintetiza (e, uma vez revelada, nos permite apreender) seu maior defeito e sua maior qualidade. Do nosso ponto de vista, seu defeito fundamental se encontra nas dificuldades que a contradição entre forma exterior e conteúdo interior impõe àqueles que buscam tomá-la como referência para a reflexão da sociedade brasileira contemporânea. Por outro lado, sua maior qualidade se encontra na recusa ao dogmatismo metafísico e na incorporação efetiva da perspectiva dialética como a única a dar conta do tratamento teórico da história em sua complexidade e contraditoriedade imanentes.

Não será preciso dizer que todo o nosso esforço ao longo deste trabalho se voltou para o resgate e explicitação do conteúdo interior da obra historiográfica de Florestan Fernandes e, como tal, para a retirada da sufocante máscara que lhe imprime as feições de uma obra formalista e sociológica. Não fizemos isso desinteressadamente, por pura admiração à produção teórica deste autor. Fizemo-lo por entender que a interlocução com o pensamento de Florestan coloca-se hoje como uma necessidade impositiva para todo aquele cientista social que busca refletir sobre as circunscrições sociomateriais que vêm se impondo de forma crescente à sustentação do desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano. E é no sentido de contribuir para essa interlocução que esta dissertação se coloca: ela não passa de uma tentativa de abrir uma nova porta de acesso ao pensamento de Florestan Fernandes, uma porta capaz de conduzir com maior rapidez e segurança ao núcleo rigorosamente materialista e dialético das reflexões deste autor.

Posto isso, cabe uma última consideração: independentemente da avaliação que este trabalho venha a obter por parte de eventuais leitores interessados na produção teórica de Florestan Fernandes,

estamos absolutamente conscientes de que, na melhor das hipóteses, ele não passa de um ponto de partida alternativo para o enfrentamento da tarefa realmente importante: o resgate efetivo, vale dizer, a superação, da obra deste autor. Como bem o sabe Florestan, a maior homenagem que se pode render a uma obra é a afirmação concreta de sua relevância a partir da apropriação dialética da mesma. É através de sua crítica persistente, do enfrentamento de seus espaços vazios, de sua redeterminação, que podemos transformá-la em um instrumento real (material) de apreensão e domínio da história. Quer nos parecer que, em função de sua própria riqueza e capacidade explicativa, esta é a tarefa efetivamente urgente no que diz respeito à obra de Florestan Fernandes.

Notas

- ¹ Não será gratuito, neste contexto, que as teses mais primitivas e naturalistas sobre os fundamentos dos juro sejam relançadas e consumidas no Brasil como expressão de modernidade e sofisticação intelectual. Em que outro país um economista e pensador reconhecido seria incensado pela mídia ao publicar um livro voltado à defesa da “tese” segundo a qual, “assim como a gravidade, a fotossíntese e as mutações genéticas, para lembrar fenômenos que independem da presença humana no mundo, os juro são parte da ordem natural das coisas”? (GIANNETTI, 2005, p. 11 e 12). Só no Brasil pós-Real.
- ² Note-se que, a despeito de Durkheim propor uma diferenciação tão somente com a Psicologia e com as ciências que estudam os fenômenos orgânicos, é subjacente o objetivo de diferenciar-se a Sociologia da Economia, tanto mais quanto esta última ciência, sob o influxo do positivismo, passará crescentemente a ser pensada como tendo por fundamento uma Psicologia de corte hedonista. Vai exatamente neste sentido a proposta de diferenciação dos objetos da Sociologia e da Economia realizada pelo sociólogo e economista positivista Vilfredo Pareto (1984), como podemos ver em especial no segundo capítulo de seu *Manual de Economia Política*.
- ³ Extremamente elucidativas deste ponto, são duas passagens de Durkheim reproduzidas por Rodrigues na introdução à coletânea de textos daquele autor. A primeira passagem diz respeito à definição de vida social, onde se lê: “a vida social não é outra coisa que [...] o conjunto dos diversos meios morais que cercam o indivíduo [...] [e] qualificando-os de morais queremos dizer que se trata de meios constituídos pelas ideias” (DURKHEIM, apud RODRIGUES, 1984, p. 18). A passagem seguinte nada mais é do que a clássica declaração de Durkheim presente nas conclusões das *Regras* de que “um fato social não pode ser explicado senão por um outro fato social [...] [donde se conclui que] a Sociologia [...] é ela mesma uma ciência distinta e autônoma” (DURKHEIM apud RODRIGUES, 1984, p. 27).
- ⁴ Este ponto de vista encontra alguma guarida, inclusive, em textos de Florestan Fernandes. Assim, não deixam de ser sintomáticas desta posição as diversas tentativas de nosso autor em resgatar uma pretensa “leitura sociológica” de Marx, a despeito da ausência de qualquer sinalização deste autor no sentido de aceitar o recorte “objetal” que sustenta o projeto de constituição de tal ciência. Igualmente significativa é a classificação, como Sociologia, dos textos de Lukács em que este autor faz justamente a crítica do projeto da Sociologia, e que constituem a coletânea editada sob coordenação de Florestan Fernandes. Na medida em que a própria produção teórica de Florestan inviabiliza qualquer interpretação destes movimentos a partir de uma ampliação do conceito de Sociologia (que, tal como em Comte, se transformaria em “ciência geral da sociedade”), eles só podem ser interpretados como a assimilação da proposta teórica (típica do positivismo pós-comteano) de divisão das Ciências Sociais particulares. Mais do que isto: Florestan aceita submeter a obra de Marx e dos mais expressivos autores marxistas a esta lógica. É preciso dizer que este

movimento é tão mais perigoso quanto é absolutamente desnecessário, pois, sem qualquer vantagem significativa, fere-se a lógica interior de construção do objeto científico inerente ao método materialista histórico e dialético.

- ⁵ De agora em diante, a não ser quando o próprio texto tornar explícito o sentido específico com que operamos com o conceito de Sociologia, nos referiremos a este projeto especificamente antidialético de ciência como “Sociologia Acadêmica”. Fazemos isto não só em respeito àquele leitor que ainda prefere operar com um conceito mais esgarçado de Sociologia, como também porque o adjetivo acadêmico nos faz recordar que o projeto de construção de uma ciência da sociedade que se autonomiza da Economia e da História, é um projeto que (malgrado Comte) surge e se desenvolve dentro da academia; na medida mesmo em que só é possível a partir de um padrão de racionalização analítica incompatível, seja com o senso comum, seja com viés interpretativo imanente à intelectualidade orgânica porquanto necessário à ação social e política transformadora.
- ⁶ Vale a pena frisar que nossa própria concordância com a passagem de Florestan, reproduzida acima, é apenas parcial. Na realidade, a análise dialética apresenta uma generalidade superior àquela pretendida por este autor. E isto na medida mesmo em que - em sua essência - a dialética não é mais do que o resgate da lógica que preside as transformações das coisas (re)postas no tempo. A abstração do tempo (e, portanto, das transformações das coisas) é que só pode ser entendida como um momento particular e necessariamente superável da apreensão conceitual dos objetos. Contudo, não deixamos de atribuir certa razão às afirmações de Florestan na medida em que não há como negar que o método “materialista histórico e dialético”, tal como desenvolvido por Marx, só é plenamente aplicável àquelas sociedades que portam um padrão de historicidade onde as transformações sociais podem passar a ser objeto de percepção, reflexão e projeção (em maior ou menor grau) teórica e prática dos próprios homens.
- ⁷ “A ruptura [epistemológica] se manifesta [...] na descontinuidade entre uma postura ‘acadêmico-reformista’ na obra de Florestan Fernandes de antes do AI-5 e uma postura ‘político-revolucionária’ nos trabalhos que se seguem ao AI-5. Enquanto professor de Sociologia na melhor Universidade do país, Florestan sustenta suas análises da realidade brasileira e suas propostas de mudança com teorias reformistas emprestadas à Sociologia positivista. Enquanto cidadão cassado e politicamente perseguido, analisa o processo político brasileiro com teorias revolucionárias inspiradas no materialismo histórico e nos modelos revolucionários que passou a estudar mais atentamente (Cuba)” (FREITAG, 1987, p. 165).
- ⁸ Tão bem resgatada por Carlos Guilherme Motta, que em explícita polêmica com Freitag, nos diz: “A radicalização de Florestan se processa, a meu ver, na década de 50, sobretudo nos últimos anos, quando passa a realizar estudos não mais de acentuada orientação funcionalista. Note-se, entretanto, que embora funcionalista, operava ele dentro de preocupações já marxizantes ao menos desde os anos 40, quando militava na IV Internacional. Até seus trabalhos de estudante, publicados por exemplo na Revista do Grêmio da Faculdade de Filosofia

de Maria Antonia, eram sobre os povos primitivos, e estava ele já preocupado em discutir os modos de produção. Aliás, àquela altura (1946), Florestan traduziu a Contribuição à Crítica da Economia Política, de Marx” (MOTTA, 1987, p. 165). No mesmo sentido, ver Arruda (s.d., p. 24-5).

- ⁹ No Prefácio que escreveu para *A Condição de Sociólogo* (FERNANDES, 1978b, p. VIII), Antonio Cândido criticará a leitura demasiadamente complacente de Florestan para com a Universidade a partir de sua própria perspectiva de crítico literário (e com o padrão de elegância que lhe é peculiar), dizendo: “Florestan sempre deu importância capital à fundação da Universidade e da nossa Faculdade. Mas talvez seja meio injusto quando a compara com o movimento modernista. São coisas diferentes, com funções históricas diferentes, e não podem ser comparadas como ele faz”. De fato, a importância dada por Florestan à academia e à criação do ensino universitário em nosso país transparece não apenas em sua ampla produção teórica sobre a questão educacional, mas, igualmente, em sua intensa militância em prol do ensino público e gratuito. Assim é que, mesmo a partir do momento em que - com o avanço do movimento social de enfrentamento da ditadura e com a constituição de sólidas organizações operárias assentadas sobre a lógica da defesa da autonomia política desta classe - Florestan Fernandes realiza uma inflexão em sua postura política prática, passando a atuar mais firmemente na articulação do movimento de massas, nosso autor não deixará de preservar, em sua atuação política, papel de centralidade para a defesa da educação e da Universidade. Tal fato - que se manifestará em sua intensa participação na Comissão de Educação da Assembleia Nacional Constituinte ao final da década de 80 - não pode ser ignorado quando se quer entender a trajetória teórica de Florestan Fernandes.
- ¹⁰ Este é o subtítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil*, a obra maior de Florestan Fernandes no que diz respeito à interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.
- ¹¹ E o preço pago pela perda de clareza é a dificuldade de a própria leitura proposta gerar frutos, na medida em que se obstaculiza até a apropriação desta leitura por boa parte dos economistas e sociólogos críticos da geração subsequente à de Florestan Fernandes.
- ¹² O pequeno estudo a que Florestan se refere será, não gratuitamente, aquele que elegemos para, juntamente com *A Revolução Burguesa no Brasil*, estruturarmos nossos estudos sobre a leitura histórica deste autor. Trata-se de *Circuito Fechado* (1977, p. 11 *et seq.*).
- ¹³ Simultaneamente, a opção metodológico-expositiva de *A Revolução Burguesa no Brasil* não deixa de ser justificada - ainda que de maneira sutil e despretensiosa - quando Florestan afirma que seus escritos visavam mais à autolocalização do autor do que a uma tentativa de explicação. De fato, o foco teórico demasiadamente “apertado” impede que a exposição assumisse plenamente a dimensão explicativa que lhe é latente. Mas, não se pode pretender que a necessidade de autolocalização de Florestan - que o conduz para uma investigação centrada nas determinações e consequências sociológicas do processo de

montagem do Estado nacional brasileiro - revele tão somente carências individuais, idiossincráticas. Na realidade, como veremos adiante, são as particularidades da transição da independência (ponto de partida e modelo da transição brasileira para o capitalismo), e suas contradições basilares (enquanto um movimento absolutamente conservador e revolucionário), que explicarão, até certo ponto, que as questões referidas à estruturação do Estado nacional, no seu formato específico de estado liberal constitucional (assim como o sentido desta formatação para os estamentos dominantes), coloquem-se desde o início.

- ¹⁴ Sobre o peso material da constituição das escolas superiores de Sociologia, em meados do século XX, na determinação e circunscrição do “discurso científico” sobre a sociedade, ver Arruda (s.d., p. 2 *et seq.*). A autora nos diz: “As Ciências Sociais desenvolvidas nos quadros universitários redirecionam, então, os critérios de confecção das normas de elaboração dos discursos. No interior do sistema intelectual, as oposições estarão pontuadas pelas diferenças entre reflexões consideradas rigorosas e científicas e aquelas vistas como impressionistas e arbitrárias”.
- ¹⁵ A defesa do projeto da Sociologia como “Sociologia Histórica” encontra certa guarida nos trabalhos de maturidade de Florestan Fernandes e é explicitamente defendida em Goldmann (1980). Sem querer retomar a discussão em torno da consistência do projeto da Sociologia com o materialismo histórico, cabe dizer que, na nossa opinião, qualquer perspectiva de que um tratamento científico dos processos históricos envolva a segmentação dos mesmos em escaninhos - do tipo história social, história econômica, história da cultura, história das mentalidades - implica uma ruptura com o projeto marxista de constituição da História como ciência totalizante.
- ¹⁶ Quando nos referimos à produção historiográfica brasileira neste estudo, queremos expressar o conjunto dos trabalhos de interpretação desta sociedade que são estruturados a partir do resgate do desenvolvimento histórico material da mesma. Isto significa dizer que, na nossa caracterização de historiografia, subsumimos as notáveis distinções metodológicas que demarcam os trabalhos de ensaístas de diversas formações profissionais, ao critério unificador mais geral da busca de recuperação e interpretação sistemática de nosso passado histórico. Este privilegiamento da unidade (no interior da diversidade) do discurso historiográfico é rompido, contudo, em um ponto: na distinção sustentada por nós entre historiografia tradicional e historiografia crítica. A importância desta clivagem em nosso trabalho encontra-se, essencialmente, na possibilidade de diferenciar aquela investigação histórica pré-moderna - em que a apreensão da transitoriedade do presente, e o esforço por iluminá-lo e subordinar suas forças impulsivas a determinados projetos conscientes, ainda não constituem o fundamento, por excelência, da própria investigação do passado recente ou remoto -, daquelas investigações historiográficas, típicas da modernidade burguesa, em que o esforço de interpretação do passado se encontra integralmente articulado à busca da compreensão do presente e de projeção do futuro.
- ¹⁷ Na realidade - como muito bem o prova o trabalho dirigido por Mário Guimarães

Ferri (1981), que resgata e divulga a ampla produção histórica e documental brasileira dos séculos passados - os densos e instigantes textos de autores como Padre Antônio Vieira (no período colonial), Joaquim Nabuco e Oliveira Lima (em torno da consolidação e crise do império escravista) e Pandiá Calógeras, não se processavam no vazio, não podendo ser consideradas exceções ou simples manifestações isoladas de gênios.

- ¹⁸ A tipologia que desenvolveremos abaixo é de nossa inteira responsabilidade. Contudo, a despeito das sintomáticas diferenças presentes em nossa proposta e a destes autores, não deixamos de tomar como base as leituras de Mantega (1987) e Gorender (1987b).
- ¹⁹ Uma vez que sequer o critério cronológico nos serviria, pois a expressiva contemporaneidade das mesmas e a inspiração comum em determinadas obras clássicas - como a de Caio Prado Jr, por exemplo - retira qualquer base de sustentação para tal projeto.
- ²⁰ Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito a sexta e última leitura apresentada acima, que, como veremos, se desenvolverá sob uma perspectiva marcadamente antidogmática e de pretensões sintéticas, que se aproxima, em diversos níveis, da leitura que reputamos a Florestan Fernandes.
- ²¹ Isso não significa dizer, evidentemente, que Florestan defenda a tese do Capitalismo Colonial Brasileiro. Contudo, mesmo sua leitura crítica das teses que pensam o Brasil escravista como portador de uma dinâmica especificamente capitalista, não deixa de resgatar a positividade e “necessidade histórica” desta leitura, enquanto momento de interlocução e negação das teses que pretendiam refletir nossa sociedade como feudal, descaracterizando a importância dos elos que, desde sua constituição, a prendiam à dinâmica do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Vale ver, a esse respeito, o ensaio de Florestan (1980a) sobre Caio Prado Jr. intitulado *Sobre a Revolução Brasileira* na obra *Brasil: em compasso de espera*. A apropriação crítica que Florestan faz de alguns elementos da tese do Capitalismo Escravista Colonial Brasileiro será apresentada no terceiro capítulo deste trabalho.
- ²² Entre os textos que se dedicam a refletir sobre este debate, chamam a atenção as contribuições de Mantega (1987) e Hirano (1988).
- ²³ E com isto, evidentemente, se perde muito. Em primeiro lugar, deixa-se (agora, definitivamente) de entender a centralidade das relações coloniais e do sistema colonial enquanto relações voltadas justamente para o solapamento do desenvolvimento desta contradição explosiva. Em segundo lugar, perde-se a possibilidade de entender o conteúdo revolucionário do processo de independência, assim como os determinantes contraditórios da constituição e do desenvolvimento da sociedade e do Estado escravista nacional. Voltaremos a esses pontos no capítulo sexto deste estudo.
- ²⁴ Na verdade, a rigor não se trata de uma coisa e outra: o sistema colonial desdobra-se lógica e historicamente nas demais determinações, ainda que essas últimas venham a se desenvolver e ganhar prevalência posteriormente.

- ²⁵ Não é preciso dizer que os erros da réplica já começam aqui. Imaginemos a tragédia que não seria para o marxismo se o ideal de adequação e correção interpretativa fosse dado pela recusa absoluta em citar autores não marxistas. Marx mesmo não poderia citar ninguém, a não ser ele próprio e, quiçá (os mais ortodoxos certamente discordariam), Engels. Felizmente, como Lukács já nos explicou, a ortodoxia marxista é uma questão de método, e não de citações.
- ²⁶ Retornaremos a estes pontos no capítulo sexto deste estudo. Para um tratamento mais exaustivo desta questão ver Oliveira (1976). No mesmo sentido essencial, ainda que de forma mais enxuta, ver Paiva (1987).
- ²⁷ Este modo de dissolução, no caso europeu, levou à crescente generalização das relações de intercâmbio mercantil, ao solapamento dos laços de dependência pessoal, ao desenvolvimento da produção mercantil independente urbana e rural, a crescentes perdas patrimoniais da nobreza e da igreja católica, à generalização da lógica da valorização, à monetização da economia e à generalização das relações de débito e crédito com cláusula de juros, à concentração de capital, à emergência das relações de assalariamento e à manufatura. Este movimento, que engloba vários séculos (mas que se acelera violentamente a partir dos processos que marcam a emergência da Idade Moderna), não se conclui até a consolidação da grande indústria e da generalização do assalariamento.
- ²⁸ Florestan Fernandes (1975b, p. 48) dirá: “O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, estrutural e dinamicamente adaptado às funções das colônias de exploração”.
- ²⁹ Como o clássico debate sobre o processo de transição para o capitalismo o comprova, através das críticas oriundas do conjunto dos contendedores em torno do padrão de utilização de determinadas categorias básicas. Na nossa opinião - em consonância com as intervenções de Hobsbawm (1985) no interior do debate, e em contraposição à posição dos defensores mais ardorosos de Dobb (como Takahashi) -, esta incompreensão está presente nos textos dos dois autores que abriram a contenda. A melhor edição brasileira dos textos clássicos do referido debate é Hilton (1983).
- ³⁰ Em suas formas pré-capitalistas, o capital assenta sua valorização sobre trocas desiguais e transferências patrimoniais entre os agentes de uma determinada sociedade, e não propriamente sobre a produção e apropriação de mais-valia.
- ³¹ Uma forma peculiar de subordinação a esta ideologia - que apreende as relações sociais particulares e transitórias deste sistema como se fossem relações sociais naturais e eternas - nos é dada pela versão epigonológica do projeto da Nova História. Sob influência da clivagem benjaminiana dos atores históricos em vencidos e vencedores, estes epígonos do pensamento do grande filósofo marxista alemão esquecem-se que “a história a contrapelo” tem que ter amarração teórica, e transformam todos os modos de produção baseados na exploração do trabalho e na luta de classes (no sentido mais amplo desta categoria) em versões simplificadas e diferenciadas do modo de produção capitalista. Esta leitura se

pretende radical e moderna, mas que não passa da expressão contrária idêntica da perspectiva ideológica burguesa segundo a qual “tudo passa e nada muda”. O que a sustenta não é Walter Benjamin, mas um misto de preguiça mental, ignorância teórica e maniqueísmo moralista.

- ³² Diga-se de passagem, uma das maiores manifestações de seu gênio, pela densidade e rigor que consegue comportar, a despeito da simplicidade terminológica e expositiva.
- ³³ Tendo em vista a observação de Marx e Engels de que o domínio da ordem burguesa sobre a sociedade é apenas secular, é interessante observar que estes autores escreveram o “Manifesto Comunista” em 1848.
- ³⁴ Como o conflito entre Espanha e Holanda, as Antilhas, a subordinação de Portugal à Inglaterra, o ciclo da mineração, entre outros tantos episódios.
- ³⁵ Como na obra *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (1949). Este trabalho - uma coletânea de discursos e textos de propaganda abolicionista - merece particular atenção por sua densidade teórica, particularmente o artigo intitulado *Influências Sociais e Políticas da Escravidão*.
- ³⁶ Alguém poderia ser tentado a responder que se manifestam no ciclo do pau-brasil, do açúcar, da mineração, do café, entre outras. Evidentemente não precisaríamos nem responder a formulações deste calibre. Qualquer estudioso de Marx e dos determinantes das crises capitalistas é capaz de entender o absurdo de uma proposição deste teor.
- ³⁷ O que não implica, necessariamente, a pretensão de que a mesma se realize de forma linear. Franco (1983) reconhece que tal processo ocorre via movimentos cíclicos e críticos. O ponto crucial da referida leitura é tão somente a pretensão de que tais crises e inflexões cíclicas não carregam consigo rupturas substantivas. Vale dizer: não se pode pretender que as inflexões perceptíveis na história brasileira se constituam em marcos de um pretenso processo de transição entre um padrão básico de reprodução social pré-capitalista para um padrão capitalista. Tais inflexões não passariam de manifestações do caráter contraditório do padrão de reprodução específico do capitalismo.
- ³⁸ Por isto mesmo, não será de estranhar que parcela expressiva dos defensores da tese do Capitalismo Escravista Colonial Brasileiro tenha tido - como Caio Prado Jr., por exemplo - sua formação teórica básica no interior daquele partido: na realidade, a vertente capitalista não faz mais do que desenvolver negativamente a tese do feudalismo brasileiro, mantendo-se no interior de uma perspectiva conceitual e metodológica essencialmente comum. Em outras palavras: ambas as leituras são respostas contrário-idênticas a uma mesma problemática, são manifestações de um mesmo padrão de equacionamento das questões teóricas. É nesse sentido que se pode dizer igualmente que ambas carecem de desenvolvimento e superação.
- ³⁹ Ainda no mesmo sentido, Florestan iniciará o quinto capítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil* (1981a, p. 203) caracterizando esta categoria nos seguintes termos: “Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota

um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.

- ⁴⁰ Ver, a este respeito, Aston (1965) e Richardson (1977).
- ⁴¹ Aliás, somente de uma perspectiva não dialética, pautada num nominalismo extremado, poder-se-ia validar movimentos de esgarçamento ou superdeterminação das categorias utilizadas como movimentos absolutamente legítimos. Não nos parece ser esta a perspectiva de Marx e Engels. Isso permite questionar a perfeita adequação entre a leitura de Kiernan - da existência de uma ambiguidade no uso do conceito de revolução por Marx e Engels - e as intenções (e, quiçá, os desenvolvimentos) desses autores.
- ⁴² Até porque a discussão sobre a dependência nos impõe esta discussão. Nesse sentido, seria interessante analisar os textos de Targa (1982) e Pinsky (1980) sobre questão nacional, e em especial, o ensaio assinado por Eric Hobsbawm - intitulado *Nacionalismo e Marxismo* - presente na coletânea de Pinky.
- ⁴³ Tal como Florestan Fernandes, entendemos neocolonialismo como um padrão de articulação subordinada ao mercado mundial capitalista substancialmente distinto daquele definido pela dependência capitalista. O primeiro destes padrões envolve a persistência de formas institucionais não especificamente capitalistas de controle do processo de reprodução econômica que não estão presentes no segundo.
- ⁴⁴ O que já não ocorrerá com os primeiros momentos da (contra) revolução burguesa brasileira: a afirmação das relações sociais capitalistas de produção - que se traduz na transição republicana - será concomitante à ordenação federalista do espaço político e econômico nacional, símbolo da articulação conciliatória desta transição. Voltaremos a essas questões no último capítulo deste estudo.
- ⁴⁵ Enquanto revoluções democráticas, estes processos serão marcadamente inconclusos. Contudo, sequer neste nível é possível pretender-se uma equivalência efetiva entre os mesmos e o processo revolucionário brasileiro. Tais diferenças se estabelecem com clareza não apenas ao nível das consequências (claramente perceptíveis ao nível da modernização e efetiva burocratização da sociedade política nos países de transição retardatária, que contrasta com a persistência do patrimonialismo e do cartorialismo no interior do Estado brasileiro), mas ao nível das formas históricas distintas dos processos revolucionários. Alemanha, Japão e Itália (e mesmo a Rússia, em 1905) vivenciaram uma transição burguesa que contemplou momentos formalmente revolucionários, não importando se estes momentos vieram a ser derrotados, subordinados, cooptados ou simplesmente redirecionados de seu curso inicial. Afinal, como bem lembra Vitorio Strada (HOBSBAWM, 1984), mesmo uma revolução derrotada age de modo profundo e construtivo na história. Diferentemente, o processo de transição brasileiro será especificamente contrarrevolucionário e marcado, em todos os seus momentos, pela capacidade conciliatória demonstrada pelo conjunto dos setores proprietários, em disputa pela hegemonia.

- ⁴⁶ A esse respeito, Tom Kemp (s.d., p. 159) nos lembra que “o Estado alemão foi um pioneiro na promoção da seguridade social obrigatória para a população trabalhadora. [...] Se bem esta política não conseguiu diminuir a influência do Partido Social Democrata, conseguiu [...] conter seu ímpeto revolucionário e convertê-lo, na prática, em uma oposição reformista cada vez mais leal”. Quer nos parecer que a simples comparação da política social do Segundo Reich com a política social do populismo brasileiro (resgatada em inúmeros textos de autores como Francisco de Oliveira, Paul Singer, Octavio Ianni e Francisco Weffort) será suficiente para nos convenceremos da veracidade da assertiva marxista de que a história só se repete enquanto farsa.
- ⁴⁷ O que implica uma leitura de que as substantivas mudanças de significado e a inquestionável perda de autonomia das distintas formações nacionais burguesas, na etapa imperialista, não determinam a negação das mesmas enquanto marcos concretos e objetivos da diversidade de padrões de acumulação, crise e conflito capitalistas sobre o globo.
- ⁴⁸ Quer nos parecer que isto, em parte, se justifique pelo fato de que nem Florestan, nem a grande maioria dos mais competentes críticos de sua teoria da dependência, apresentem formação acadêmica básica de economistas. Tal fato obstaculiza o encaminhamento da discussão teórica dos (importantes, mas inconclusos) desenvolvimentos de Florestan em torno das determinações especificamente sociais da dinâmica econômica capitalista. Dessa forma, o debate fica circunscrito a uma discussão mais geral em que se busca fazer a crítica da teoria da dependência, seja em nível metodológico, seja em nível de sua adequação às leis tendenciais de desenvolvimento do capitalismo em sua etapa imperialista.
- ⁴⁹ Sentimos necessidade de nomenclaturar esta perspectiva crítica em função da facilidade que tal procedimento nos traz para seu posterior resgate, sem que se faça necessário reproduzir monotonamente seus fundamentos já conhecidos. Temos de reconhecer, contudo, que o termo teorcionista é relativamente menos adequado à caracterização desta perspectiva do que o são os termos endogeneísta e exogeneísta. E isso porque, antes de mais nada, há menos uniformidade no interior do conjunto de autores que detectam insuficiências no grau de determinação teórica da leitura de Florestan em torno da dependência do que no interior das demais perspectivas críticas. Ou antes: a detecção de insuficiências teóricas em nível das formulações sobre a dependência pode conduzir a posturas críticas absolutamente distintas, que vão desde a compreensão de que aquelas formulações devem ser desenvolvidas e aprofundadas, até a perspectiva de que as mesmas devem ser negadas de forma absoluta. Além disso, inúmeras vezes as exigências mais radicais de consolidação teórica interna das interpretações dependentistas não são mais do que instrumentos da defesa de outros referenciais teóricos. Como veremos adiante, os mais expressivos e competentes críticos das interpretações dependentistas a partir das perspectivas endogeneísta e exogeneísta não deixarão de se apropriar dos argumentos que negam consistência teórica interna ao dependentismo como forma de reforçar suas próprias leituras.
- ⁵⁰ Ainda que não se possa negar a existência de algumas poucas exceções a esta regra geral. Dentre essas, há que se considerar a obra de Paul Baran, cuja influência

sobre Florestan Fernandes (no que diz respeito às formulações sobre a teoria da dependência) será notável. Como é sabido, este autor busca definir as bases de uma teoria do desenvolvimento econômico contemporâneo onde as contribuições dos clássicos do marxismo são lidas e desdobradas à luz de algumas contribuições relativamente recentes do pensamento econômico em torno da dinâmica inerente ao capitalismo monopolista ou oligopólico. Mesmo no que diz respeito à produção de Paul Baran (1984), contudo, não há como deixar de relativizar a originalidade de seus desenvolvimentos mais substantivos. O apoio teórico que este autor busca nas obras fundamentais de Michal Kalecki e Josef Steindl não consegue se desdobrar em um tratamento efetivamente inovador da questão da dependência. Neste sentido, Florestan Fernandes (1978b, p. 113) dirá que, considerada em seu nível de generalidade superior, a primeira formulação sistemática e rigorosa da teoria da dependência se encontra em Bukhárin, e não em Baran, como muitos supõem.

- ⁵¹ João Manuel referencia suas avaliações fundamentalmente nas obras de Frank (1970) e em Cardoso e Faletto (1970). Como é sabido, a despeito de sua avaliação essencialmente positiva dos trabalhos destes últimos, João Manuel criticará a subordinação dos mesmos ao projeto de periodização histórica imanente à teoria econômica cepalina. É importante salientar desde já que esta crítica não afetará a leitura de Florestan Fernandes, apesar da perspectiva metodológica mais geral comum às obras deste último autor e daqueles anteriormente referidos.
- ⁵² Cardoso (1980, p. 92 e 95) chega mesmo a explicitar os débitos de sua própria interpretação da dependência para com as formulações teóricas e metodológicas de Florestan Fernandes (entre outros autores), desenvolvidas desde inícios da década de 50.
- ⁵³ Neste sentido, Gorender (1980, p. 25) afirma que o objeto desta sua obra não seria o Modo de Produção Escravista Colonial, mas “somente o fundamento da formação social escravista”, e não todo ele. Para uma adequada compreensão desta proposta de diferenciação das duas categorias nos termos em que Gorender põe a questão, ver a introdução da obra de Poulantzas (1977).
- ⁵⁴ E, portanto, queira ou não o autor, enquanto modelo ideal e a-histórico. Não será gratuito que, mesmo para Gorender, o que diferencia fundamentalmente a categoria modo de produção dos tipos ideais weberianos é o subjetivismo inerente à epistemologia neo-kantiana de Weber, que se contrapõe ao materialismo marxista.
- ⁵⁵ Devemos a esta autora um dos mais sérios e competentes trabalhos de apresentação do método materialista histórico e dialético já realizados.
- ⁵⁶ É interessante observar que, correta nossa interpretação da crítica que a autora referida dirige a Florestan, esta se traduziria em uma versão radicalizada de nossa própria crítica às formulações de Gorender: a construção ideal de estruturas cujo processo de reprodução passa a ser pensado a partir da contraposição endógeno/exógeno envolve uma filiação ao estruturalismo e ao weberianismo e

impede a apreensão do processo de desenvolvimento capitalista como processo histórico mundial. Quer nos parecer que o fato de que esta perspectiva metodológica e teórica conforme uma leitura antidependentista, servindo como sinalizador dos equívocos de interpretação presentes na análise de Miriam Limoeiro quase que como em Gorender.

- ⁵⁷ Ou seja, comportando movimentos de contratendência que implicam a rearticulação dos elos dos distintos blocos de capital internacionalizados com os Estados-Nacionais imperialistas que dão sustentação a seu projeto de hegemonia global.
- ⁵⁸ E, portanto, a profunda heterogeneidade dos padrões das crises de reprodução.
- ⁵⁹ Ou ainda, se se quiser, nos termos da Economia Política não marxista: os padrões competitivos dos distintos mercados nacionais se distinguem de tal forma a definirem graus de oligopolização, margens de lucro, níveis de salário real, relações industriais interdepartamentais, e padrões de investimento ordinário e extraordinário suficientemente distintos para definirem trajetórias dinâmicas cíclicas e tendenciais igualmente distintas. Ao apreender estas diferenças de padrão dinâmico (e, portanto, de padrão de reprodução social) das diversas formações econômicas e sociais nacionais, a Economia Política não marxista revela que, a bem da verdade, o economicismo está longe de ser um atributo da análise econômica competente.
- ⁶⁰ Uma vertente mais refinada do teorismo vulgar é aquela que pretende que deva ser negado o atributo de formulações científicas às construções dependencistas, na medida em que não portam um nível de sistematização e rigor formal interno que permitisse caracterizá-las como tal. Tais críticas - tipicamente formalistas e antidialéticas - exigem das formulações científicas um grau de consolidação e nãocontraditoriedade interna que é, de antemão, incompatível com qualquer projeto de investigação. Tal como Thomas Khun (1978) esclarece, não se nega nem se recusa uma proposta de interpretação teórica a partir de suas debilidades ou de seu caráter inconcluso. Antes pelo contrário: uma teoria que não comporte debates e a necessidade de novas pesquisas deixa de ser uma teoria científica e assume definitivamente o caráter de uma técnica já consolidada (ou de um dogma de fé). Um pesquisador sério só recusa uma determinada vertente de interpretação teórica na medida em que entenda haver encontrado, em um outro conjunto de hipóteses, elementos mais sólidos para enfrentar as questões práticas e concretas que lhe afligem.
- ⁶¹ Como vimos anteriormente, esta é já uma dimensão das críticas de Miriam Limoeiro. Ela se apresenta também - ainda que de forma menos determinada - em Gorender, na medida em que esse autor afirma não pretender negar a dependência, mas tão somente a teoria da dependência.
- ⁶² Na realidade, durante um certo tempo, chegamos a considerar a possibilidade de estruturar uma terceira parte no interior deste estudo, voltada particularmente para uma avaliação crítica mais substantiva da teoria da dependência em Florestan. Posteriormente percebemos que os ganhos formais que advinham

desta estrutura eram mais do que compensados pelo peso que a repetição de argumentos e considerações necessariamente importaria a este trabalho. Além disso, há que se considerar que, com nossas próprias reflexões sobre a questão da dependência, pretendemos tão somente indicar um caminho pelo qual algumas questões que permanecem abertas no debate sobre este tema poderiam, eventualmente, encontrar solução.

- ⁶³ É de se notar ainda que, segundo Florestan, seu rompimento com o grupo trotskista não se dá a partir de divergências teóricas de fundo. De acordo ainda com suas palavras, tal rompimento ocorre porque “descobri que o centralismo democrático provocava os mesmos efeitos que no PC. De outro lado, o intelectual não era utilizado. Eu tinha o mesmo padrão de atuação que qualquer indivíduo poderia ter. Na USP, no entanto, eu me deparava com um trabalho que era produtivo. Dei um balanço sério nisso e vi que estava investindo o tempo de maneira negativa, tendo em vista que o grupo não tinha condições de aproveitar um trabalho intelectual mais elaborado” (CHASIN, 1981, p. 18).
- ⁶⁴ Para maiores esclarecimentos sobre as teses trotskistas acerca do desenvolvimento capitalista periférico, vale a pena ver o artigo de Knei-Paz intitulado “Trotsky: revolução permanente e revolução do atraso”, disponível na série *História do marxismo*, organizada por Hobsbawm (1985, p. 159 et seq.). Entre os textos originais do autor considerado, vale a pena a leitura de *Resultados y perspectivas* (TROTSKI, 1971).
- ⁶⁵ A este respeito, Trotsky (1971, p. 24), referindo-se ao processo de desenvolvimento capitalista russo, afirma: “O Estado [associado aos segmentos proprietários tradicionais] buscava aproveitar-se dos grupos econômicos em desenvolvimento e subordiná-los a seus interesses financeiros e militares específicos. Os nascentes grupos econômicos dominantes procuraram servir-se do Estado para assegurar seus privilégios sob a forma de privilégios de classe. Neste jogo de forças sociais, o poder do Estado teve uma importância muito maior que na história da Europa ocidental. Este intercâmbio de ajudas mútuas entre o Estado e os grupos sociais superiores [...] se realiza às custas do povo trabalhador”.
- ⁶⁶ Segundo Knei-Paz (1985, p. 174), esta relação entre dependência e atraso estrutura-se na leitura de Trotsky sobre o desenvolvimento capitalista russo da seguinte maneira: “A miserável condição das bases econômicas tradicionais, a falta de recurso das classes proprietárias e as exigências, cada vez maiores, impostas pelo envolvimento da Rússia na política européia desde a metade do século XIX, obrigaram o Império Czarista a buscar no exterior capital e investimentos. A orientação no sentido do “mercado acionário europeu” deu fatalmente início a um período no qual os interesses econômicos europeus encontraram-se diretamente envolvidos, embora a distância, com as forças que operavam na economia russa. Desse modo, acabou por se formar um círculo vicioso: os grandes empréstimos de capital na Europa impunham uma pressão fiscal ainda mais pesada, que, por sua vez, empobrecia em seguida a massa da população e impedia a formação de uma riqueza nacional e a expansão de qualquer forma de desenvolvimento econômico moderno”.

- ⁶⁷ Isto não deixa de impor determinado contraste com a leitura de Trotski, particularmente no que diz respeito à sua interpretação do processo russo de desenvolvimento capitalista (onde a expressão histórica do Estado czarista é de absoluta centralidade). Este contraste na interpretação dos dois autores não pode ser, contudo, sobrevalorizado. Por um lado, Trotski percebe o czarismo russo como uma forma muito particular de organização política, “uma forma intermediária entre o absolutismo europeu e o despotismo asiático, talvez mais próximo deste último” (KNEI-PAZ, 1985, p.174). Por outro lado, Florestan está longe de ignorar a expressão social e econômica inerente ao Estado nos processos de desenvolvimento capitalista dependente em geral e no processo brasileiro em particular. Mais do que isso: a influência do pensamento weberiano em Florestan o torna não apenas particularmente receptivo ao resgate das impulsões dinâmicas referidas a uma dada configuração superestrutural, mas, igualmente, possibilita que este autor tenha uma clara percepção dos fortes resquícios patrimoniais dos Estados latino-americanos.
- ⁶⁸ A caracterização da formação social escravista americana como uma formação social anômala tem origem no próprio Marx (1985 a, p. 110), que nos dirá: “A ideia de alguns socialistas, de que precisamos de capital mas não de capitalistas, é completamente falsa. O conceito de capital implica que as condições objetivas do trabalho - que são o próprio produto do capital - adquirem uma personalidade contra o trabalho, ou, o que vem a ser o mesmo, que passem a constituir propriedade alheia, não do trabalhador. O conceito de capital contém o capitalista. Entretanto, este erro não é maior, certamente, do que, por exemplo, o de todos os filósofos que falam da existência do capital na antiguidade clássica e de capitalistas romanos e gregos. Isso é, apenas, outro modo de dizer que em Roma e na Grécia o trabalho era livre, afirmação que esses cavalheiros dificilmente fariam. Se falarmos, agora, dos proprietários de *plantations* na América como capitalistas, e que sejam capitalistas, isso se baseará no fato de eles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre”. O fato de Marx caracterizar os produtores escravistas americanos, como uma forma anômala de capitalistas que, além de tudo, só assumem tal forma na medida em que o mercado mundial já se encontra baseado no trabalho livre, fala por si mesmo.
- ⁶⁹ Como nos diz Florestan (1977, p. 31): “[...] a escravidão mercantil alcançou o seu apogeu depois da desagregação do Império Colonial [assim como] o sistema social que se monta sobre a produção escravista vai atingir o seu máximo de eficácia e sua maturidade histórica *depois* da emancipação nacional. A escravidão mercantil serve de lastro a esse giro histórico: ao restringir os limites e os ritmos da descolonização, ela condiciona não só a persistência das estruturas sociais da Colônia, como também determina que elas alcancem, pela primeira vez, todas as potencialidades sociodinâmicas que elas continham e não podiam emergir nem expandir-se sob o Império colonial. O que quer dizer que, com base na escravidão mercantil, o Antigo Sistema Colonial deu origem a uma complexa ordem societária que transcendia a si própria e exigia, para alcançar a sua plenitude histórica, a liberdade do senhor e a desagregação da dominação metropolitana”.

- ⁷⁰ Segundo Florestan (1977, p. 48): “[com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o ingresso na era neocolonial], o arcaico e rígido mercado colonial interno começa a esboroar-se, e em seu lugar começa a aparecer um mercado capitalista especificamente moderno, que se desenvolverá aos poucos, de início nas cidades de maior porte, mas segundo ritmos intensos (em virtude dos novos vínculos com o mercado mundial e o controle do comércio de exportação e de importação predominantemente por firmas estrangeiras). [...] Essas transformações [...] retiravam a economia de plantação do eixo do Antigo Sistema Colonial, transferindo-a para o eixo mais dinâmico do mercado mundial, e contribuía para expor os papéis econômicos do senhor ou dos intermediários do comércio de exportação a influências mais diretas e especificamente capitalistas”.
- ⁷¹ E que a divisão em duas Eras e a afirmação negativa da existência do modo de produção escravista colonial revela tão bem.
- ⁷² Isso não significa que concordemos com a *forma* que este ponto de partida assume em Florestan no capítulo segundo de *A Revolução Burguesa no Brasil*. Na realidade, e a despeito do que - quer nos parecer - pretenderia este autor, a eleição das polarizações utópicas e ideológicas presentes no projeto liberal senhorial como instrumento de resgate do significado revolucionário da nova institucionalidade acabou resultando em sérias dificuldades para o leitor de sua obra. E isto porque Florestan conjugou a este ponto de partida expositivo uma linguagem sociológica de extração acadêmica que determinou o obscurecimento dos fundamentos materiais de todo o processo que se buscava apreender, abrindo espaço para avaliações críticas superficiais pautadas em um pretenso viés culturalista e superestruturalista em sua análise.
- ⁷³ Notável na opção do primeiro em situar os processos de transição das eras colonial para a neocolonial e desta última para a era capitalista dependente a partir das referências tradicionalmente eleitas pela historiografia, a Independência e a proclamação da República
- ⁷⁴ Que, na historiografia brasileira, será desenvolvida em uma ampla e densa bibliografia onde se salientam as contribuições de Novais (1981) e Barbosa (1977). A importância dessas duas obras se encontra, respectivamente, na abrangência e no caráter pioneiro da primeira, e na sólida sistematização teórica dos fundamentos da referida leitura que caracteriza a segunda.
- ⁷⁵ Qualquer antecipação na apresentação destas questões poderia implicar uma hierarquização incorreta das determinações teórico-históricas por parte dos leitores. Vale dizer, poderia gerar uma perda de capacidade de compreensão de que “o comércio age [...] em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. Até que medida, porém, ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, inicialmente, de sua solidez e articulação interna. E para onde esse processo de dissolução conduz, ou seja, que novo modo de produção entra no lugar do antigo, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de

produção. No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital comercial resultavam sempre em economia escravista. [...] No mundo moderno, no entanto, ele desemboca no modo de produção capitalista. Deduz-se daí que esses resultados foram condicionados ainda por outras circunstâncias muito diferentes, do que pelo desenvolvimento do capital comercial” (MARX, 1984, p. 249).

- ⁷⁶ Tipicamente historicista é a leitura de *O Capital* que identifica cada desenvolvimento teórico com um momento histórico concreto. Assim, o livro I iniciaria pela sociedade mercantil simples na medida em que esta expressaria a dinâmica do período histórico marcado pelo auge do artesanato mercantil. A partir do capítulo quarto, seria introduzido o estudo da economia capitalista no período manufatureiro, e, a partir do décimo terceiro capítulo, o estudo do capitalismo industrial. Sem dúvida esta é uma interpretação simplista da estrutura expositiva de *O Capital*. Contudo, não se pode negar à mesma pelo menos o mérito de se contrapor ao equívoco (ainda mais grosseiro) da total desistoricização das categorias de *O Capital*. Infelizmente, aqueles que pretendem investigar a dinâmica de emergência e desenvolvimento da sociedade burguesa a partir de uma perspectiva materialista e se recusam a resgatar o método dialético pela raiz veem-se compungidos a assumir o ônus de ter de optar entre uma leitura historicista ou metafísica. Quando essa encruzilhada se apresenta como impositiva, então nos parece ser um equívoco menor optar pela leitura do historiador do que do filósofo. Pelo menos os primeiros não se deixam cair na tentação de “confundir chapéus e ideias”.
- ⁷⁷ Que não perde sua relevância pelo fato de que - por não ter sido editada e sofrido revisão final pelo próprio autor (como o conjunto dos livros segundo, terceiro e quarto de *O Capital*) - apresenta alguns problemas de organização. Alguns temas se sobrepõem ao longo de toda a seção sem serem efetivamente esgotados em nenhum dos cinco capítulos que a compõem. Isso, evidentemente, não justifica, mas ajuda a explicar o fato de que reine tanta incompreensão sobre o fenômeno da valorização mercantil e seus fundamentos pré-capitalistas.
- ⁷⁸ Preferimos grafar a palavra *valor* entre aspas (assim como todo um amplo conjunto de termos que somos obrigados a usar nesta passagem e que tem seu sentido profundamente alterado e afetado conforme estejam ou não referidos à análise do processo capitalista de reprodução econômica e social) para firmar a compreensão de que os mesmos têm de ser tomados, necessariamente, *cum granis salis*.
- ⁷⁹ O que importa efetivamente para a depreciação do valor mercantil da produção excedentária das sociedades estratificadas não capitalistas é que, na medida em que a ordem social não é competitiva e o trabalho não é livre, não se constitui o trabalho abstrato como instrumento de medida objetiva dos custos de produção destes bens. Essa debilidade não será atributo tão somente das sociedades especificamente pré-mercantis, mas também do escravismo mercantil e colonial americano. Voltaremos a esse ponto mais adiante.
- ⁸⁰ Política esta que, diga-se de passagem, dista tanto do intervencionismo do

Estado burguês moderno quanto os monopólios institucionais dos primórdios do capitalismo se afastam do padrão monopólico propriamente capitalista que será típico da etapa imperialista deste sistema.

- ⁸¹ Excetuadas, evidentemente, as colônias de povoamento da América setentrional e - até certo ponto - as missões jesuíticas do *hinterland* sul-americano (que, de toda a forma, só existiram enquanto foram funcionais à lógica global de ocupação do espaço e controle do indígena).
- ⁸² Florestan (1977, p. 34) dirá a este respeito: “[...] se tomarmos como ponto de referência teórica as conclusões de M. Weber em seu estudo comparado do patrimonialismo e do feudalismo, o Império colonial português da época dos descobrimentos organizava-se como um complexo Estado patrimonial”.
- ⁸³ Como nos lembra Faoro (1975, p. 56), “o comércio africano, modelo do futuro comércio ultramarino, patrimônio inalienável da Coroa reconhecido pelas bulas papais, se empreendeu em duas modalidades: por conta do príncipe ou mediante delegação régia. [...] O monopólio era sempre virtual, sempre possível, mas só em alguns casos estabelecido de fato”.
- ⁸⁴ A este respeito, ver Salvador (1981).
- ⁸⁵ Além do que, como veremos adiante, sua cedência sem ônus sob o estatuto da sesmaria cumprirá um importante papel histórico na reprodução colonial.
- ⁸⁶ A respeito da legislação indigenista portuguesa no período colonial, ver o primeiro apêndice do importante trabalho de mestrado de Lombardi (1985, p. 335 *et seq.*).
- ⁸⁷ Afinal há que se garantir condições de reprodução econômica aos colonos responsáveis pelas entradas no *hinterland* colonial com vistas a sua ocupação e da descoberta de metais e pedras preciosas. O apresamento de índios belicosos dará, por um lado, base econômica a este movimento. Por outro lado, não será ignorada a importância de se buscar sustentar a continuidade da colaboração das tribos indígenas não agressivas. Nas palavras de Florestan (1977, p. 33): “[...] com as populações indígenas aliadas, [a] população livre pobre representava uma espécie de argamassa paramilitar, usada como aríete na defesa das povoações, na penetração dos territórios desconhecidos e na conquista de novas fronteiras”.
- ⁸⁸ Não é preciso dizer o quanto esta interpretação de Florestan *em torno da produtividade superior inerente ao escravismo mercantil no período* se aproxima da interpretação que nos é fornecida por aqueles autores que salientam a modernidade da economia colonial, assentada que é a valorização do capital e sobre formas avançadas de controle do trabalho e extração do excedente. A este respeito, ver o importante texto de Castro (1983). Este texto não constitui a expressão mais radical da leitura a que nos referimos, mas, na nossa opinião, expressa seus fundamentos de uma forma particularmente competente. A diferença substantiva entre Florestan e estes autores é que o primeiro não retira a economia colonial de momento histórico mais geral das economias metropolitanas que a gestam, e nem busca subverter teoricamente este momento,

classificando-o de forma unilateral e simplória quer como capitalista, quer como feudal. Outra diferença substantiva se encontra no fato de que Florestan não coloca a própria relação social de produção escravista num segundo plano teórico ao enfrentar a complexa questão da definição do modo de produção dominante internamente neste período.

- ⁸⁹ O estudo de Salvador (1976) oferece uma visão ampla do papel dos cristãos-novos na colonização brasileira.
- ⁹⁰ Diferentemente de Florestan, preferimos diferenciar estes dois termos. Chamamos de *colonos* aos agentes internos proprietários e escravistas, em contraposição aos *colonizados* (que identificamos com os trabalhadores escravos e os desapropriados em geral) e aos *colonizadores* (que identificamos com o capital mercantil metropolitano e transmetropolitano, a alta nobreza e o clero português, e a própria Coroa).
- ⁹¹ Citando o *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*, de Costa Porto, Raymundo Faoro (1975, p. 125) nos dirá: “Se, na ausência de reclamações, com abundância de terras, a cláusula restritiva pouco se aplicava, em caso de disputa ela mostrava vida enérgica: sesmaria não aproveitada era sesmaria cuja concessão caducara irremediavelmente, como se vê de alguns episódios conservados no Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda. [...] Podia haver transigência e fechar de olhos diante de sesmaria não aproveitada no prazo, mas nunca a exigência foi dispensada, constituindo, mesmo, o ponto mais saliente do sistema”.
- ⁹² Diga-se de passagem, o próprio mundo metropolitano (e Portugal em particular) não oferece neste período condições materiais e institucionais adequadas ao desenvolvimento de uma lógica propriamente capitalista. Nem mesmo os privilegiados agentes mercantis e manufatureiros - submersos em uma institucionalidade estamental (que tem na Inquisição sua expressão mais chocante) e sempre às voltas com uma legislação protecionista, criadora e destruidora de privilégios e monopólios - são capazes de projetar e estruturar seu processo de acumulação a partir de critérios especificamente capitalistas.
- ⁹³ Faoro (1975, p. 132) dará grande importância a este instrumento no processo de subordinação do senhorio interno aos desígnios do capital mercantil. Em suas palavras: “Fácil é perceber a fonte das inquietações do senhor de engenho, e a raiz do endividamento permanente. O escravo, chave da prosperidade, era também o lado sensível, o lado instável da empresa. Dele vem a vida de apertos e angústias, entre o luxo e os gastos imoderados de alguns colonos”.
- ⁹⁴ Operando com um arcabouço conceitual e metodológico distinto, mas dentro de uma perspectiva teórica essencialmente correta, Celso Furtado deu atenção privilegiada a esta questão. No nono capítulo de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (1984, p. 52-3) nos diz: “A economia escravista dependia [...], em forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora praticamente constituía os lucros do empresário, sendo sempre

vantajoso para esse continuar operando qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo, se se reduziam os preços abaixo de certo nível, o empresário não podia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Em tal caso, a unidade tendia a perder capacidade. Essa redução de capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento [...]. A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar sua estrutura. A economia açucareira do nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa”.

⁹⁵ A profunda similaridade da análise desenvolvida por Florestan nesta passagem com a leitura histórica de Celso Furtado, centrada sobre a fragilidade das impulsões dinâmicas endógenas de uma economia assentada sobre o escravismo, o latifúndio e a monocultura de exportação, são por demais evidentes. A diferença substantiva se encontra, por um lado, no fato de que em Furtado estas questões serem privilegiadas e aprofundadas, e, de outro lado, no fato de Florestan detectar e explorar a funcionalidade desta disfunção econômica. O fato de Florestan só tratar desta dimensão peculiar da lógica econômica inerente ao escravismo mercantil tangencialmente e de forma marginal não deixa de ser problemático. Se fosse dada maior atenção a este ponto, Florestan certamente se aperceberia de que o segredo da peculiar lógica de reprodução econômica do escravismo mercantil se encontra no fato de que, sob este sistema de relações sociais, o trabalho abstrato não se constitui como conteúdo do valor e fundamento do valor de troca. Por isso mesmo não se pode pretender que a produção sob a ordem colonial porte um conteúdo capitalista. Na realidade, só podemos falar deste sistema produtivo como um sistema de produção de mercadorias e de mais-valia por analogia e se entendermos que estas categorias portam aqui um conteúdo absolutamente distinto daquele que apresentarão nas sociedades propriamente mercantis.

⁹⁶ Alegando as limitações próprias a um ensaio de pequena extensão, Florestan (1977, p. 21 e 33) se furtará à tarefa de exemplificar este processo. Aqueles que se interessarem por aprofundar estas questões encontrarão em Raymundo Faoro (1975) - que, neste particular, se aproxima da leitura de Florestan - amplo material e referência bibliográfica. Apenas como exemplo, vale a pena resgatar a descrição e avaliação que este último autor faz do sistema eleitoral dos municípios coloniais: “O colégio eleitoral se compõe de homens bons e povo, chamado a conselho (Ord. Filip., Livro I, tít. LXVII), o que supõe corpo restrito de eleitores, na verdade reduzido aos *homens bons*. [...] Os homens bons e as pessoas do povo que podiam votar, eram pelos corregedores ou juizes a quem incumbia presidir as eleições, qualificados em cadernos, onde se escreviam os seus nomes com todas as individuações necessárias para verificar-se a idoneidade, exigidas pelas leis, forais e costumes (Alv. de 12 de novembro de 1611). Não eram qualificados os mecânicos, operários, degredados, judeus e

outros que pertenciam à classe dos peões. (Prov. de 8 de maio de 1705) Exige-se, em princípio, a naturalidade ou a fixação na terra, proibida, nos primeiros séculos, a eleição de comerciantes, privilégio só conquistado com a ascensão dessa classe social. [...] Na verdade, o escopo íntimo da superioridade institucional do *homem bom* será o mesmo que inspira os conselhos portugueses: inscrever os proprietários e burocratas em domicílio na terra, bem como seus descendentes, nos Livros da Nobreza, articulando-os, desta sorte, na máquina política e administrativa do império”.

- ⁹⁷ Tanto mais quando esta não é uma questão menor: a caracterização do Estado e da sociedade portuguesa renascentista e moderna não traz consequências apenas para a compreensão da dinâmica do mundo colonial, mas, igualmente, para a compreensão do Estado Imperial brasileiro que tem sua origem na transmigração.
- ⁹⁸ Não é preciso dizer - tendo em vista o que foi colocado mais acima - que este processo de uniformização será aprofundado com a diversificação produtiva da colônia estimulada pelas transformações e incremento das demandas internacionais de produtos tropicais sob o influxo da emergente revolução industrial.
- ⁹⁹ Ver a este respeito o capítulo XIII de Furtado (1984).
- ¹⁰⁰ Sobre as contradições e conflitos sociais em Minas Gerais, vale ver a obra de Vergueiro (1981). Numa perspectiva distinta daquela que abraçamos neste estudo (na medida em que se realiza uma avaliação essencialmente negativa da dimensão de continuidade presente na Inconfidência Mineira em relação às convulsões sociais anteriores transcorridas nesta região), temos o trabalho de Nícia Vilela Luz intitulado *Inquietações revolucionárias no sul: a conjuração mineira*, publicado no volume 2 do tomo I de Holanda (1977).
- ¹⁰¹ Esta estrutura institucional - assim como o ideário liberal que lhe dá sustentação - passará a ser interpretada como uma forma meramente aparential cujo sentido interior seria dado pela necessidade de obscurecer o caráter essencialmente tradicional e patrimonialista da dominação política no período. Vale dizer: tratar-se-ia de um transplante ideológico de formas jurídicas e políticas que, consistentes com o emergente mundo capitalista europeu e a consequente estratificação social em classes sociais, não passavam de ideias e estruturas “fora de lugar” quando referidas à sociedade escravista brasileira. A mais brilhante expressão desta leitura encontra-se em Schwarz (1977).
- ¹⁰² Se nos é permitido usar uma terminologia cara a Raymundo Faoro, mas absolutamente pertinente à análise que Florestan Fernandes faz deste período.
- ¹⁰³ Esta complexidade se revelará não apenas na *largueza* do período de instabilidade política interna - só encerrado definitivamente ao final dos anos quarenta e início dos cinquenta, com a derrota da Revolução Praieira, a votação da nova lei de terras e do código comercial e a emergência dos gabinetes de conciliação -, mas, igualmente, na peculiaridade dos movimentos insurrecionais que serão sistematicamente autoabortados pelos segmentos proprietários que lhes

garantem alento num primeiro momento até a abertura efetiva de canais conciliatórios mais amplos e articulados pelo tope. Voltaremos a este ponto mais adiante.

- ¹⁰⁴ Florestan dirá a este respeito que as elites dos estamentos senhoriais combinavam “na mesma composição ou no mesmo amálgama forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado” (FERNANDES, 1981, p. 54).
- ¹⁰⁵ Onde a invasão da península ibérica pelas tropas de Napoleão levou à emergência de uma série de insurreições armadas que, sob o pretexto de recusar legitimidade ao governo de José Bonaparte, assumiram rapidamente os contornos de movimentos autonomistas.
- ¹⁰⁶ Para uma análise mais detalhada da relevância do caráter gradual e peculiar (na medida em que seus primeiros momentos são tributários da ação do antigo Estado metropolitano) de nosso processo de autonomização para a consolidação da unidade política senhorial, ver Costa (1987). Particularmente importante neste ensaio são as seções dedicadas ao estudo da Revolução do Porto e suas consequências para a tomada de consciência dos deputados brasileiros da unidade de seus interesses; da primeira constituinte brasileira (chamada ainda sob a perspectiva da articulação de uma monarquia dual); e do papel da maçonaria e das sociedades secretas no período como instrumento (excludente) da organização política e socialização do senhoriato e demais segmentos proprietários.
- ¹⁰⁷ Sobre os conflitos sociais ao longo do processo de Independência e consolidação da sociedade nacional, ver o primeiro capítulo de Rodrigues (1982). Uma sintética e muito eficiente recuperação factual dos movimentos sociais que convulsionaram o período regencial encontra-se em Albuquerque e Barbosa (1987, p. 1558 *et seq.*).
- ¹⁰⁸ Haverá exceções: a Revolução Farroupilha, por exemplo, durará uma década, mas, em contrapartida (e, em parte, pelo processo mesmo de radicalização de seu projeto que sua longevidade impôs), acabará sendo violentamente sufocada pelas tropas imperiais sob o comando do Marquês de Caxias. Essas exceções, contudo, estão aí para confirmar uma regra à qual não faltam exemplos expressivos, como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e as revoltas liberais de 1842 e 1848.
- ¹⁰⁹ Ou, como prefere dizer Florestan: “Por causa da diferenciação estamental e de sua sobreposição a uma estratificação de castas, os efeitos da inovação e da reconstrução iriam se refletir, diretamente, apenas na organização dos estamentos intermediários e superiores. Entretanto, numa sociedade escravista e patrimonialista, só tais estamentos podiam colocar-se diante dos processos de mudança em termos de querer coletivo e de destino histórico. Seus membros possuíam honra, riqueza e poder, bem como igualdade e liberdade, condições para que pudessem inserir-se na bifurcação que então ocorreu na organização da economia e da sociedade” (FERNANDES, 1977, p. 47).

- ¹¹⁰ A este respeito, ver Uricoechea (1978), particularmente o terceiro e o quarto capítulos.
- ¹¹¹ Ou do que o ingresso em qualquer discussão ideológica em torno do caráter essencialmente positivo (como pretenderiam os setores identificados com um liberalismo mais ortodoxo) ou essencialmente negativo (como pretenderiam os nacionalistas mais radicais) dessa resultante.
- ¹¹² Ou, como diz Florestan: “Para objetivar-se e agir politicamente, no patrocínio de seus interesses gerais, os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo, policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal, E precisavam dele não privada e localmente, mas no âmbito da Nação como um todo” (FERNANDES, 1981a, p. 45).
- ¹¹³ Que, ainda quando ocorria de forma mais intensa (como no período da mineração), não se consubstanciava em acumulação propriamente capitalista, mas em crescimento do patrimônio do Senhor, um patrimônio relativamente ilíquido, só em parte voltado para a valorização e, mesmo esta parte, comprometida fundamentalmente com a produção interna à célula econômica e não com o processo de financiamento da produção em geral.
- ¹¹⁴ Parece claro que, nesta passagem, a referência ao Vice-Reinado deve ser traduzida por Reino-Unido.
- ¹¹⁵ A este respeito vale ver Manchester (1973), em particular os capítulos VII e IX.
- ¹¹⁶ Gradualismo este que, como muito bem o observou Sergio Silva, se impedia uma ruptura crítica da ordem (o que não era interessante sequer para os setores mais identificados com o aprofundamento da ordem mercantil), impunha o atraso na montagem do mercado livre de trabalho e preservava, ao limite de suas possibilidades históricas, a ordem senhorial. Vide, a este respeito, Silva (1986, p. 38 *et seq.*).
- ¹¹⁷ Sobre esta questão vale ver o vigésimo segundo capítulo de Furtado (1984).
- ¹¹⁸ Sobre a importância da lei de 17 de julho de 1822, que extingue o regime de sesmarias no Brasil para a consolidação do poder social e econômico do senhoriato, ver Guimarães (1981, p. 58-9).
- ¹¹⁹ A interpretação de que ao longo do Império busca-se transferir para o exterior e para os setores urbanos consumidores o ônus da sustentação do Estado encontra guarida no primeiro capítulo de Luz (1978). Neste texto, Luz mostrará que a discussão política em torno das tarifas alfandegárias de importação encontra-se referida, antes de mais nada, a questões fiscais associadas à necessidade de impedir uma sobrecarga tributária à lavoura.
- ¹²⁰ Como parecem pretender Furtado (1984, p. 160) e Granziera (1979, p. 30).
- ¹²¹ Sem dúvida alguma, a melhor exposição da política imperial de cerceamento do desenvolvimento de atividades produtivas e financeiras especificamente capitalistas em nível interno se encontra em Graham (1973), em particular o

capítulo oitavo, intitulado *Liberdade e Associação*. Vale a pena ainda ver a este respeito o capítulo seis do primeiro volume de Nabuco (s.d.). Também em Souza (1987) há uma avaliação aguda (e serena, a despeito das condições especiais em que é feita) da política econômica e financeira do Império. Finalmente, uma avaliação das dificuldades na montagem de um sistema hipotecário como base do financiamento à agricultura em função das garantias e vantagens políticas cedidas pelo Estado imperial ao senhorio está disponível em Stein (s.d.) e Granziera (1979, p. 93 *et seq.*).

- ¹²² Ou, como diz Florestan Fernandes: “A inclusão do País no mercado mundial pressupunha que se adaptassem a nossa economia, as nossas instituições econômicas e as nossas relações econômicas aos padrões vigentes no mercado mundial” (FERNANDES, 1981a p. 126).
- ¹²³ Vide, a este respeito, o primeiro capítulo da obra *A inserção do negro na sociedade de classes* (FERNANDES, 1978).
- ¹²⁴ Diga-se de passagem, as respostas da historiografia tradicional a esta última questão são tão enfadonhas quanto inverossímeis. Na realidade elas tendem a se resumir a um agregado de questões - a religiosa, a servil, a militar, etc. -, que se somam mesmo quando formalmente antagônicas. Assim é que, alega-se, a Igreja não apoiaria o Terceiro Reinado em função da força da maçonaria no Império, e os setores laicos não o apoiariam pelo exacerbado catolicismo da princesa!
- ¹²⁵ Tendo em vista que a emergente monopolização do capitalismo mundial não determina a negação das condições internas que ainda permitem a ocupação de determinados espaços de valorização a partir de estruturas produtivas e comerciais de escala relativamente pequena e baixamente capitalizadas. Tal possibilidade se deve, por um lado, às limitações de tamanho do próprio mercado interno (que advém do caráter especializado da economia), e, por outro lado, da expansão e diversificação deste mesmo mercado (que abre o espaço para a entrada de produtores marginais e que advém da generalização do assalariamento e do crescimento da economia de exportação e de seus polos urbanos correlatos).
- ¹²⁶ As quais, como já foi comentado, não precisarão sofrer qualquer modificação substantiva com relação às políticas definidas pelo Império. Antes pelo contrário, os ensaios de transformação mais profunda da estrutura financeira, articuladas nos primeiros anos da República, logo se mostrarão incompatíveis com a ordem produtiva e econômica mais geral que se busca preservar, e - a partir do episódio do encilhamento - passarão a ser antagonizadas por um coro bastante afinado de defensores da ortodoxia monetária. Essa só será abandonada quando os *interesses maiores da lavoura* assim o exigirem e os ainda maiores interesses de nossos credores internacionais não encontrarem condições objetivas para se imporem de forma absoluta.
- ¹²⁷ Nem é preciso dizer que entre esta leitura e aquela que resguarda a 30 um caráter disruptivo e revolucionário fundamental (marcado pela *emergência* - o que explicaria a dimensão inconclusa do processo - da modernidade e do poder político genuinamente burguês) há muito menos do que um passo.

- ¹²⁸ Particularmente se se desconsideram os resultados imprevistos da emergência na cena histórica de conflitos de classe referidos à constituição efetiva do proletariado e dos novos estratos sociais intermediários. A pretensão de que a emergência e manifestação deste novo (e muitas vezes violento) padrão de conflito social não chegue a inviabilizar a caracterização do processo de consolidação da hegemonia burguesa como um processo tranquilo se deve ao fato de que as manifestações objetivas da luta de classes neste período nunca foram de monta a colocar efetivamente em xeque o ordenamento social capitalista excludente que se impunha. Disso, evidentemente, não se pode derivar qualquer ilação que envolva desconhecer ou subestimar a centralidade que a emergência das novas classes sociais terá para o conjunto dos desdobramentos políticos contemporâneos e posteriores a esta fase.
- ¹²⁹ Assim é que, na historiografia brasileira, podem ser encontradas as mais distintas leituras em torno dos marcos da crise do poder oligárquico. A depender das referências teórico-ideológicas de cada intérprete, ela pode ser identificada ao longo da primeira guerra mundial (período no qual a movimentação operária interna ganha uma expressão antes desconhecida); a partir dos movimentos culturais e políticos da primeira metade da década de 20; na montagem do BOC em 1928; na tomada do poder pela Aliança Liberal em 1930 (este o marco preferido da maior parte dos analistas); no movimento constitucionalista de 32; na nova constituição de 1934; no golpe do Estado Novo em 37; na industrialização pesada dos últimos anos da ditadura varguista; na emergência do populismo; no plano de metas de Juscelino; etc.; etc.; etc. As possibilidades são tantas - e, diga-se de passagem, todas tão pouco convincentes - que se torna possível mesmo defender uma recusa absoluta a qualquer periodização, o que acaba abrindo espaço para a mais do que perigosa perspectiva de que nada mudou ao longo deste longo período, e continuamos vivendo sob a mais tranquila dominação oligárquica (ou, a depender do gosto, sob a mais perene dominação burguesa, ou mesmo burocrático-estamental).
- ¹³⁰ Equação esta cuja importância e expressividade histórica é atestada *contraditoriamente* tanto pela capacidade de galvanizar os anseios da imensa maioria dos setores politicamente válidos no interior da transição republicana (e que está no epicentro das genuínas determinações do apoio quase generalizado ao fim da monarquia), quanto na expressão extremamente violenta que o antagonismo a mesma gerou (consubstanciado na prolongada e sanguinária Revolução Federalista).
- ¹³¹ Infelizmente não é possível desenvolver esta discussão de forma mais exaustiva neste momento. Voltaremos à mesma mais adiante, quando - a partir da introdução das determinações que limitam o próprio caráter impulsivo e modernizante da ação das burguesias imperialistas - poderemos ver que o paradoxalmente limitado horizonte econômico e histórico da burguesia nacional assume, na realidade, dimensões estruturais que se projetam para além deste período específico de transição.
- ¹³² A análise que Florestan faz deste processo em *A Revolução Burguesa no Brasil* se encontra essencialmente na segunda metade do terceiro capítulo desta obra.

Nestas passagens - quando nos são apresentados os protagonistas históricos desta primeira fase de nossa revolução burguesa, identificados com o fazendeiro do café e o imigrante-, encontram-se alguns dos desenvolvimentos mais brilhantes e originais de Florestan. Particularmente importante, em nível das discussões tradicionais da historiografia brasileira, são as considerações deste autor em torno da origem comercial do típico cafeicultor paulista (o que estaria na base de sua capacidade de modernização *vis-à-vis* os produtores do Vale do Paraíba), e as consequências que a origem imigrante de parcela expressiva da nova burguesia urbana trará em termos da solidez dos vínculos deste setor com os negócios de exportação e importação, assim como da resistência do mesmo a se comprometer com imobilizações que impliquem retornos de mais longo prazo. Infelizmente, porém, a necessidade de nos circunscrevermos apenas aos desenvolvimentos absolutamente centrais da obra de Florestan, nos impede de descermos a detalhes no resgate de contribuições teóricas tão importantes e instigantes como estas.

¹³³ Por dupla articulação Florestan quer expressar os vínculos que a economia capitalista competitiva interna sustenta: “1º) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2º) externamente, através da articulação do complexo econômico agrário exportador às economias capitalistas centrais” (FERNANDES, 1981a, p. 241).

¹³⁴ É interessante observar que, a despeito do que poderia parecer a partir de uma leitura apressada, esta interpretação de Florestan se aproxima significativamente daquela que nos é oferecida por João Manuel Cardoso de Mello em sua tese clássica. Não será gratuito que João Manuel refira-se ao período do desenvolvimento capitalista brasileiro marcado pelo processo de industrialização restringida, como uma nova fase do período de transição. Ou, em outras palavras, para este autor a mudança do perfil da acumulação definida a partir de 1933 é de ordem a caracterizar uma nova fase daquela etapa que antecede e prepara a plena constituição das forças produtivas responsáveis pela autodeterminação do capital e pela emergência da dinâmica econômica especificamente capitalista.

¹³⁵ Ver, a este respeito, a segunda seção do capítulo primeiro de Draibe (1985).

¹³⁶ Ao final do parágrafo donde extraímos a passagem supracitada, Florestan nos lembrará que “para se ter uma imagem concreta de como essas três vias de aprendizagem mudaram a percepção da realidade e as orientações de valor da burguesia brasileira é suficiente acompanhar a carreira política ou administrativa recente de alguns próceres civis e militares “rebeldes” das décadas de 20, de 30 ou de 40” (FERNANDES, 1981a, p. 315.) No mesmo sentido (e referendando nossa interpretação de que o fim do Estado Novo e o governo Dutra marcam uma fase de transição da consciência burguesa no Brasil), René Dreifuss (1981, p. 105) recuperará o fato de que “[...] o Marechal Cordeiro de Farias, figura política preeminente nos eventos críticos de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e, finalmente, 1964, [...] declarou, ao se referir à criação de um dos mais importantes aparelhos do Estado, a Escola Superior de Guerra: “Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve

floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as ideias e os meios””.

¹³⁷ A este respeito, ver Carone (1985). Especificamente sobre a desenvoltura e agressividade da movimentação política dos setores conservadores do exército após a vitória da chapa de Alcides Etchegoyen para o Clube Militar, Carone (1985, p. 60) nos diz: “A partir da posse da nova diretoria começa o movimento de caça às bruxas: a arbitrariedade ligada à violência torna-se a tônica dominante. Inicia-se perseguição e prisões de militares democratas, nacionalistas, esquerdistas, em base nunca vistas anteriormente”. Tais arbitrariedades e ilegalidades transcenderão, contudo, os limites dos quartéis. “Em pouco tempo, o número total de presos supera duas centenas de pessoas, incluindo oficiais superiores das três armas, sargentos, soldados, marinheiros e até civis. [...] A nova onda de pressões contra nacionalistas, democratas e esquerdistas se deve ao recrudescimento da campanha do petróleo, que se dá no segundo semestre de 1952 e em 1953. [...] Para o contra-ataque, entretanto, os militares entreguistas além de prenderem de maneira arbitrária [...] usam de violências inauditas, só repetidas depois do golpe de 1964” (CARONE, 1985, p. 61).

¹³⁸ Que no início dos anos 50, como bem lembra João Manuel Cardoso de Mello (1982, p. 119), estarão mais preocupadas “em ocupar os mercados centrais (europeus) mais sólidos e promissores, onde sua participação era ainda relativamente pequena”, legando a primazia do ingresso no mercado brasileiro a “suas congêneres europeias, que foram obrigadas a aceitar o desafio”.

¹³⁹ Assim, o início dos anos 50 será marcado pelas fortes pressões econômicas e diplomáticas para o alinhamento político e militar do Brasil aos Estados Unidos. Tais pressões, pouco frutíferas nos primeiros anos do governo Vargas (que resiste a uma participação mais efetiva na Guerra da Coreia), serão habilmente rearticuladas através do fortalecimento da oposição liberal interna e dos setores mais conservadores do exército, redundando no afastamento de Estilac Leal, ministro da guerra, e no acordo militar Brasil-Estados Unidos, de 1953.

¹⁴⁰ O produto industrial em 1956 e 1957 crescerá a taxas anuais pouco superiores a 5%, valores equivalentes aos dois primeiros anos do segundo governo Vargas e muito abaixo da média decenal. Tendo em vista a substantiva queda da produção agrícola de 1956, o PIB deste ano apresentará a taxa de crescimento mais baixa desde 1947. A esse respeito, vale ver o anexo estatístico presente na obra de Abreu (1989).

¹⁴¹ Os mecanismos utilizados com vistas à administração dos recorrentes déficits públicos são detalhados no artigo de Orenstein e Sochaczewski, presentes na obra de Abreu (1989, p. 184 *et seq.*).

¹⁴² Particularmente no que diz respeito ao refino de petróleo e à produção de aço, cimento e carvão.

¹⁴³ Para uma avaliação sucinta (mas extremamente competente) do processo de centralização de capital e desnacionalização dos diversos setores industriais ao longo da crise de 62/67 no Brasil, vale ver Tavares (1981, p. 122 *et seq.*). É de

se notar, contudo, que os conflitos que se desenvolvem no interior dos estratos dominantes a partir das transformações do padrão competitivo da segunda metade da década de 50 (e que emergem à consciência da maioria com a inflexão cíclica dos anos 60) vão se manifestar sob as formas mais diversas, transcendendo as questões postas pela violência da centralização de capitais. Neste sentido, o simples aprofundamento da concentração capitalista (que se expressa no aprofundamento da desigualdade de poder de apropriação do excedente das diversas frações sociais e regionais da burguesia), assim como a aceleração descontrolada do processo de universalização da ordem capitalista, serão de monta a ferir interesses específicos dos setores agrários, mercantis e pequeno burgueses mais tradicionais, debilitando a solidariedade interior à classe dominante no período.

¹⁴⁴ Algumas delas inadiáveis - como a que orientou o reajuste dos soldos dos militares em 120% em abril de 1964 -; sob pena de emergirem avaliações fortemente negativas da relação entre benefícios (materiais) e custos (morais) da participação no golpe desferido sobre a ordem constitucional.

¹⁴⁵ Não deixa de ser interessante observar que, mais de 20 anos depois, no ápice de uma outra crise econômica associada à elevação das taxas de inflação, distintos gestores da política econômica da “nova república” vão redescobrir os argumentos da eficácia alocativa do mercado no que diz respeito à definição dos salários médios reais compatíveis com a estabilidade dos preços. Diferentemente dos economistas do primeiro governo ditatorial, contudo, estes gestores se mostraram muito mais otimistas no que diz respeito à possibilidade de debelar a inflação de um só golpe; o que tornava supérflua qualquer incorporação antecipada de parcela da inflação prevista para o enfrentamento das perdas de poder de compra dos salários ao longo do período subsequente. Entretanto, como, de golpe em golpe, a inflação persistia e se acelerava, os salários médios caíram de forma persistente; o que levou ao aprofundamento do arrocho a cada novo pacote anti-inflacionário estruturado sobre princípios teóricos comuns. A concentração de renda derivada dos sucessivos planos econômicos do primeiro governo civil pós-64 foi tão brutal e evidente, que a ministra da economia do segundo governo da “nova república” chegou a relacionar entre as vantagens de seu primeiro plano de estabilização (montado com o apoio de técnicos vinculados ao Partido da Social Democracia Brasileira, e que seguia, no que diz respeito à viabilidade técnica da incorporação aos salários da inflação passada, princípios teóricos similares) o fato hilário de que, agora, o governo não escondia mais que o mesmo embutia perdas para os trabalhadores. Não resta a menor dúvida que a tecnoburocracia da ditadura (a despeito de se caracterizar por uma maior circunspeção em suas declarações) conseguiu fazer escola!

¹⁴⁶ Evidentemente, a depressão da participação relativa dos salários na renda (que, diga-se de passagem, não se reproduzirá com os ordenados) trará consequências negativas sobre a participação nos lucros globais dos capitalistas produtores de bens de consumo para os trabalhadores. Tal fato se refletirá na particular virulência do processo de centralização de capital no departamento industrial produtor de bens salário; o que não deixará de estar vinculado ao fato de que, a

despite do novo regime ter por função a rearticulação política das condições de apropriação das diversas frações do capital, nem todos os setores poderão ser igualmente contemplados na divisão do bolo. Assim, os blocos mais débeis e tradicionais do capital nacional não poderão deixar de arcar com a maior parte do ônus da opção histórica pelo desenvolvimento associado. Na medida do possível, contudo, buscar-se-á preservar os blocos capitalistas mais dinâmicos que atuam neste setor, a partir de estímulos creditícios e subsídios (destinados não apenas à indústria, mas, igualmente, à agricultura) à exportação e à modernização e a diversificação produtiva (associada à reorientação para mercados de mais alta renda).

¹⁴⁷ Não será preciso dizer que a especificidade dos financiamentos habitacionais fazem parte da lógica que orienta a hierarquização das prioridades do regime.

REFERÊNCIAS

I - OBRAS DE FLORESTAN FERNANDES E SOBRE ESTE AUTOR

ARRUDA, M. A. N. *A construção da sociologia acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista*. São Paulo: IDESP (mimeo), s.d.

CARDOSO, F. H. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

COHN, G. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: UNESP, 1987.

CHASIN, J. et al. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. In: *Ensaio*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda. Ano IV, n. 8, jan. 1981.

FERNANDES, F. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1970.

_____. *Comunidade e sociedade: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975a.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

_____. *A Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Circuito fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____. *A inserção do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978a.

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978b.

_____. (Org.). *Lenin: política*. São Paulo, Ática, 1978c. (Coleção

Grandes Cientistas Sociais).

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979a.

_____. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: HUCITEC, 1979b.

_____. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980a.

_____. *Fundamentos empíricos de explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980b.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

_____. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1984a.

_____. (Org.). *K. Marx, F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984b. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986a.

_____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986b.

_____. O renascimento da universidade. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FREITAG, B. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

GORENDER, J. A revolução burguesa e os comunistas. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: UNESP, 1987a.

IANNI, O. (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LIMOEIRO CARDOSO, M. Sobre a revolução burguesa no Brasil.

In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

MARTINS, H. A totalidade fora de lugar?. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

MOTTA, C. G. O intelectual e o político. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

NETTO, J. P. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

NOGUEIRA, O. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (Org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU - EDUSP, 1981.

RODRIGUES, J. A. Uma síntese original. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

II - BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA TEÓRICA GERAL

ASTON, T. (Org.). *Crisis in Europe 1560 -1660*. London: Routledge & Keagan, 1965.

BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BLOCK, F. L. *Los origenes del desorden economico internacional*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1980.

BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história*. Rio

de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, M. L. *A periodização e a ciência da história*. Rio de Janeiro: EIAP, 1977. (mimeo).

COELHO, E. P. (Org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FAUSTO, R. *Marx - lógica e política (Tomo I)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (Org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1981.

FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Signos, 1970.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?*. São Paulo: Difel, 1980.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *El 'Risorgimento'*. Buenos Aires: Granica Editor S. A., 1977.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HEGEL, G. W. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Princípios da filosofia do direito*. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

HILTON, R. (Org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HOBBSAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo, III: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1984.

_____. (Org.). *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. Introdução. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.(Coleção Os Economistas).

KEMP, T. *La revolución industrial en la Europa del siglo XIX*. Madri: Editorial Fontanella, s.d.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

KHUN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KIERMAN, V. G. Revolução. In: BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

KNEI-PAZ, B. Trotski: revolução permanente e revolução do atraso. In: HOBSBAWM, E. *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEFORT, C. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.(Coleção Os Economistas).

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

LUKÁCS, G. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: NETTO, J. P. (Org.). *Georg Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1981a. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LUKÁCS, G. Determinações para a crítica particular do desenvolvimento da sociologia. In: NETTO, José Paulo (Org.). *Georg Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1981b. (Coleção Grandes

Cientistas Sociais).

_____. *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Acerca del Colonialismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1981.

_____. *Diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global Editora, s.d.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983-1985. (Coleção Os Economistas).

_____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: Feuerbach*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. *A revolução espanhola: artigos e crônicas, 1854-1873*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1966.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s.d.

MILLS, C. W.; GERTH, H. H. (Org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MILLS, C. W. (Org.). *Os Marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1967.

_____. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NETTO, J. P. (Org.). *Georg Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

OLIVEIRA, C. A. B. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Campinas: UNICAMP, 1976. (mimeo).

PARETO, V. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).

PIAGET, J. (Org.). *Epistemología de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1972.

_____. *O estruturalismo*. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

PINSKY, J. (Org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RICHARDSON, R. *The debate on the english revolution*. Londres: Methuen, 1977.

RODRIGUES, J. A. (Org.). *Emile Durkheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ROLFE, S.; BURTLE, J. *O sistema monetário mundial: uma reinterpretação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STEINDL, J. *Maturidade e estagnação do capitalismo americano*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TARGA, L. R. P. *Ensaio sobre a totalidade econômica*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKI, L. *1905. Resultados y perspectivas*. Paris: Ruedo Iberico, 1971.

_____. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.

VERNON, R. Investimento externo e comércio internacional no ciclo

do produto. In: SAVASINI, J. A. et al. (Org.). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979.

WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

III - BIBLIOGRAFIA SOBRE O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALBUQUERQUE, J. C. A.; BARBOSA, F. A. Brasil - História: Segundo Reinado (Regência, 1831 - 1840). In: *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil publicações Ltda., 1987.

ALMEIDA, A. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins Ed., 1971.

ARRUDA, J. J. A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.

AURELIANO, L. M. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BASBAUM, L. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.

BEIGUELMAN, P. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1973.

BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. (Volume I). São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

CALOGERAS, P. *A política exterior do Império (III): da regência à queda de Rosas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CANABRAVA, A. P. *O desenvolvimento do algodão na província de*

São Paulo (1861-1875). São Paulo: FEA/USP, 1951. (mimeo).

CANO, W. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Condições sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*, São Paulo: Brasiliense, n. 28, mar/abr., 1960.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARONE, E. *A república liberal II (Evolução política)*. São Paulo: Difel, 1985.

CASTRO, A. B. As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860 - 1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CHAUÍ, M. Prefácio: história a contrapelo. In: DECCA, E. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, J. C. *Pequena história da República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1971.

DECCA, E. S. *1930 - o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DOCUMENTOS IPEA. *Programa de Ação Econômica do Governo 1964 - 1966 (Síntese)*. Rio de Janeiro, maio de 1965, n. 1.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil - 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

_____. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP, 1975.

FOOT, F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

_____. Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

GALVÃO, W. N. (Org.). *Euclides da Cunha: história*. São Paulo: Ática, 1984.

GIANNETTI, E. *O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza do juro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Gênese de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987b.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANZIERA, R. G. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAMBLOCH, E. *Sua majestade o presidente do Brasil: um estudo do Brasil constitucional (1889-1934)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

HIRANO, S. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

HOLANDA, S. B. et al. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1960-1972.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

IANNI, O. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA, H. F. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

- LIMA, M. O. *O Império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- LOMBARDI, J. C. *O Xavante e a política indigenista no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Piracicaba: Escola Superior Luiz de Queiroz da USP (mimeo), 1985.
- LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MAGALHÃES JR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MANCHESTER, A. K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis e Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- MARTINS, J. S. O café e a gênese da industrialização em São Paulo. *Contexto*. São Paulo: HUCITEC, n. 3, jul. 1977.
- MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Z. C. *Metamorfoses da riqueza de São Paulo: 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- MOTA, C. G. (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *Ideia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Nordeste: 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1949.

_____. *Um estadista do Império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949.

NOGUEIRA, M. A. (Org.). *PCB : vinte anos de política, 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PAIVA, C. A. Do antigo sistema colonial português ao capitalismo tardio brasileiro: um processo de revolução ordenada. In: *Questões de Economia Política*. n. 4. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, J. S. L. (Org.). *Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ - Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968.

PINHEIRO, P. S. (Org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PORTO, C. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PRADO JR, C. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

RODRIGUES, J. H. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SAES, F. A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1885-1930*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *As ferrovias de São Paulo (1870-1930)*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SALLES, I. G. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SALVADOR, J. G. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1976.

_____. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

SANTOS, R. *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da Economia Colonial*. Campinas: Unicamp, s.d. (mimeo).

SCHWARZ, R. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

SIMONSEN, R. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Edusp, 1973.

_____. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SINGER, P. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, N. W. *As razões da Independência*. São Paulo: Difel, 1986.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUZA, I. E. et al. *Barão de Mauá: empresário e político*. São Paulo: Bianchi Editores, 1987.

STEIN, S. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUNAY, A. D. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

URICOCHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VERGUEIRO, L. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. Coleção Tudo é história, n. 28. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VIEIRA, A. (Org.). *Os sermões*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.



FORMATO	14 x 21cm
MANCHA	10 x 17cm
TIPOGRAFIA	Times New Roman
PAPEL	Offset 75g/m ² (miolo) Supremo 250g/m ² (capas)
NÚMERO DE PÁGINAS	414
TIRAGEM	300
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	Gráfica Editora Pallotti
ANO	2012

